

2017



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies



2017



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies



TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 26 2017

ISSN: 0871-682X

SCOPUS / LATINDEX / MIAR / DOCBWEB

RUN: <https://run.unl.pt/handle/10362/3921>

DIRECTORA

Gabriela Gândara Terenas

ggandarat@netcabo.pt

APOIO EDITORIAL E À DIRECÇÃO

Cristina Carinhas

COMISSÃO REDACTORIAL

Maria Leonor Machado de Sousa, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Prof. Emérita)

George Monteiro, Brown University (Professor Emeritus)

Patricia Odber de Baubeta, University of Birmingham (Full Professor)

Paulo de Medeiros, University of Warwick (Full Professor)

João Paulo Pereira da Silva, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Prof. Auxiliar)

Maria Zulmira Castanheira, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Prof. Auxiliar)

António Lopes, Universidade do Algarve, CETAPS (Prof. Auxiliar)

Rogério Puga, CETAPS (Prof. Auxiliar)

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 - C - 1069-061 Lisboa

<http://www.cetaps.com>

DESIGN GRÁFICO

Nuno Pacheco Silva

PAGINAÇÃO

Nuno Ribeiro

DEPÓSITO LEGAL

93441/95

EDIÇÃO



Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26, R/c Drt.º 2605-756 Casal de Cambra

Telef.: 21 981 79 60 – Fax: 21 981 79 55

caleidoscopio@caleidoscopio.pt

ÍNDICE TABLE OF CONTENTS

EDITORIAL	7
EDITORIAL	11

PROJECTOS PROJECTS

1. George Monteiro, "António Botto in the New Bedford <i>Diário de Notícias</i> "	15
---	----

ESTUDOS ESSAYS

1. David Evans, Gabriela Gândara Terenas e Maria do Rosário Lupi Bello, "Wellington e Napoleão: Representações Britânicas e Portuguesas no Romance e no Ecrã (Projecto <i>Portrayals of the Peninsular War: From The Novel to the Screen</i>)"	17
2. Miguel Dias, "Em Torno da Não-Recepção de John Keats no Portugal de Oitocentos"	61
3. Rogério Miguel Puga, "Representações de Macau após a Guerra do Ópio no Poema 'Militar' <i>The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao</i> (1842).	77
4. John Clarke e José Baptista de Sousa, "Lord Holland's Portuguese Library"	93
5. Paulo de Oliveira Ramos, "Portugal e o Museu de South Kensington: a 'Prodigiosa Galeria'"	107
6. Maria Leonor Machado de Sousa, "Um Poema Inglês de Fernando Pessoa/Alexander Search"	129
7. Miguel Alarcão, " 'Sou Inglesa! Sou Inglesa!': Memórias de uma Menina Anglo-Portuguesa (1907-1930)"	141
8. João Paulo Ferreira, "O Movimento Sufragista Britânico na Imprensa Portuguesa (1908-1919)"	157
9. Miguel Alarcão, " 'And here's to you, Mr. Robinson': Para uma História do Sector Corticeiro Anglo-Português"	185
10. António Manuel Bernardo Lopes, " 'The Alliance is not our whole Foreign Policy': Salazar's Speeches and Notes about the Anglo-Portuguese Alliance and the Attitude of the	

Portuguese Government towards Britain during the Spanish Civil War (September 1936-July 1937)	209
11. Maria Zulmira Castanheira, "We Missed Caparica": a Experiência Educativa do Estrangeiro em <i>The Young Traveller in Portugal</i> (1955)	229

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

1. João Paulo Pereira da Silva, "Rogério Miguel Puga, <i>Imagologia e Mitos Nacionais: o Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (C.1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga. Casal de Cambra: Caleidoscópio/FCSH/CETAPS/FCT, 2014</i>	261
--	-----

ABSTRACTS	279
----------------------------	-----

PUBLICATION ETHICS AND PUBLICATION MALPRACTICE	287
---	-----

EDITORIAL

A história da secular Aliança Luso-Britânica tem sido marcada não só por relações bilaterais, mas também por outras de âmbito mais amplamente internacional. Tais foram os casos da Guerra Peninsular e da Guerra Civil de Espanha, que envolveram, de algum modo, não só Portugal e a Grã-Bretanha, mas também outros países, nomeadamente a Espanha e a França. Em “Wellington e Napoleão: Representações Britânicas e Portuguesas no Romance e no Ecrã”, David Evans, Gabriela Gândara Terenas e Maria do Rosário Lupi Bello abordam justamente a temática da Guerra Peninsular, de uma perspectiva comparatista e multidisciplinar, centrando-se nas construções narrativas onde Wellington e/ou Napoleão surgem como personagens, bem como nas adaptações fílmicas de episódios relativos ao conflito. Com este artigo os autores deram por encerrado o Projecto “Representações da Guerra Peninsular: Do Romance ao Ecrã/*Portrayals of the Peninsular War: From the Novel to the Screen*”, que originou variadíssimos trabalhos neste âmbito realizados entre 2007 e 2012, anos da evocação do bicentenário das Invasões Francesas. Por seu turno, em “The Alliance is not our whole Foreign Pollicy: Salazar’s Speeches and Notes about the Anglo-Portuguese Alliance and the Attitude of the Portuguese Government towards Britain during the Spanish Civil War (September 1936-July 1937)”, António Manuel Bernardo Lopes sublinha as complexas relações estabelecidas entre Portugal, a Grã-Bretanha e a Espanha aquando da Guerra Civil espanhola, apresentando um resumo de textos recém-publicados e um enquadramento contextual que permite apreciá-los de uma perspectiva anglo-portuguesa.

Contudo, a história das relações luso-britânicas, sobretudo as de cariz cultural e literário, também se construiu através da recepção de autores portugueses na Grã-Bretanha, como Camões, por exemplo, e vice-versa, ou seja, de autores britânicos em Portugal, como Shakespeare, Walter Scott, *Lord* Byron ou Charles Dickens, entre outros. Todavia, pouco se tem especulado sobre as possíveis razões da não-recepção de autores canónicos no outro sistema literário. “Em Torno da Não-Recepção de John Keats no Portugal de Oitocentos”, Miguel Dias tenta responder a esta questão mediante um estudo de caso, baseando-se também, do ponto de vista teórico, nos Estudos de Tradução, o que comprova, mais uma vez, a dimensão plural das metodologias aplicáveis na investigação e área de

estudos que confere o título a esta Revista. O artigo de John Clarke e de José Baptista de Sousa, "Lord Holland's Portuguese Library", vem, de igual forma, contribuir para um melhor conhecimento da recepção de autores portugueses em Inglaterra, durante a primeira metade do século XIX, através do caso da colecção particular de um dos mais conhecidos políticos *Whig*, Lord Holland. O mesmo se pode afirmar, de certo modo, acerca do artigo de Paulo de Oliveira Ramos, "Portugal e o Museu de South Kensington: a 'Prodigiosa Galeria'", que se centra em textos de autores portugueses, como, por exemplo, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins ou Fialho de Almeida, os quais manifestaram o seu grande interesse pelo Museu de South Kensington, retratando-o, não raro, como um modelo a seguir em Portugal.

Outro contributo importante para a história das relações anglo-lusas encontra-se no estabelecimento de comunidades britânicas em Portugal, nomeadamente em Lisboa e, sobretudo no Porto, onde o comércio de vinhos esteve, desde bastante cedo, ligado aos ingleses. Muito já se escreveu sobre as duas colónias britânicas referidas, mas porventura menos sobre uma outra pequena comunidade radicada na zona de Elvas e de Portalegre onde ainda hoje existe um cemitério dos ingleses e uma fundação que teve as suas origens no legado de empresários britânicos, associados ao negócio da cortiça, como os Robinson e os Bucknell. Em dois artigos quase complementares – " 'Sou Inglesa! Sou Inglesa!': Memórias de uma Menina Anglo-Portuguesa (1907-1930)" e " 'And here's to you, Mr. Robinson': Para uma História do Sector Corticeiro Anglo-Português" – Miguel Alarcão debruça-se, neste último, sobre a influência inglesa na indústria corticeira da região, enquanto no primeiro, o investigador contribui para uma melhor compreensão das vidas de determinadas famílias anglo-portuguesas das primeiras décadas do século XX, centrando-se sobretudo na experiência de duas jovens mulheres.

O papel das mulheres nas relações anglo-lusas destaca-se também, embora de forma bastante diversa, no artigo da autoria de João Paulo Ferreira, "O Movimento Sufragista Britânico na Imprensa Portuguesa (1908-1919)", dedicado, tal como o título indica, ao estudo da imagem da luta pelo voto feminino na Grã-Bretanha no periodismo luso, bem como à comparação entre o *modus operandi* das

EDITORIAL

suffragettes e feministas portuguesas durante a Primeira República.

O (des)encontro entre o Eu e o Outro, o debate entre o uno e o diverso, traços definidores por excelência dos Estudos Anglo-Portugueses, como se tem vindo a reiterar em editoriais anteriores e a comprovar em números precedentes, evidencia-se tanto no artigo de Maria Zulmira Castanheira, “ ‘We Missed Caparica’: a Experiência Educativa do Estrangeiro em *The Young Traveller in Portugal*”, que tem por base a escrita de viagens, como no de Rogério Miguel Puga, “Representações de Macau após a Guerra do Ópio no Poema ‘Militar’ *The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao* (1842)”, que analisa, do ponto de vista literário, a presença inglesa no império português, mais precisamente em Macau, um espaço bastante mais longínquo, exotizado e usado pelos britânicos como lugar privilegiado de permanência na China.

Finalmente, num tempo em que se evoca o primeiro centenário dos inícios do Modernismo em Portugal, Maria Leonor Machado de Sousa, fundadora deste Periódico, honra-nos com a publicação de um texto – “Um Poema Inglês de Fernando Pessoa/Alexander Search” – que, através da análise da pulverização (neste caso dual) do conceito de identidade (paradigma estético modernista) em Pessoa/Search, contribui de forma inigualável para uma configuração, em grande medida, inovadora no âmbito dos trabalhos que têm vindo a ser produzidos na área dos Estudos Anglo-Portugueses.

Setembro de 2017
Gabriela Gândara Terenas

EDITORIAL

The history of the centuries-old Anglo-Portuguese Alliance has been influenced as much by international relations as by those of a bilateral character. Examples of this are the Peninsular War and the Spanish Civil War, which involved France and Spain and other countries, in addition to Portugal and Great Britain. In “Wellington e Napoleão: Representações Britânicas e Portuguesas no Romance e no Ecrã”, David Evans, Gabriela Gândara Terenas and Maria do Rosário Lupi Bello deal with the theme of the Peninsular War from a comparative and multidisciplinary perspective, focussing on narrative constructions in which Wellington and/ or Napoleon appear as characters, as well as on adaptations for the screen of episodes related to the conflict. With this article the authors concluded the Project “Representações da Guerra Peninsular: Do Romance ao Ecrã / Portrayals of the Peninsular War; From the Novel to the Screen” which originated numerous research papers on this topic between 2007 and 2012, during the bicentennial commemorations of the French Invasions of Portugal. António Manuel Bernardo Lopes underlines the complex relationship between Portugal, Great Britain and Spain during the Spanish Civil War, in “The Alliance is not our whole Foreign Policy: Salazar’s Speeches and Notes about the Anglo-Portuguese Alliance and the Attitude of the Portuguese Government towards Britain during the Spanish Civil War (September 1936-July 1937)”, and presents a summary of recently-published writing in a contextual framework which allows them to be read from an Anglo-Portuguese perspective.

The story of Anglo-Portuguese relations, especially those of a cultural and literary character, also depends upon the reception of Portuguese authors, such as Camões, in Britain, and the reception of British authors, such as Shakespeare, Scott, Byron or Dickens in Portugal. However, little has been written regarding the non-reception of canonic authors within the other literary system. “Em Torno da Não-Recepção de John Keats no Portugal de Oitocentos”, Miguel Dias rises to the challenge with a case study, based upon the theoretical viewpoint of Translation Studies, confirming yet again the variety of research methodologies applicable in the area of studies to which this journal is dedicated. “Lord Holland’s Portuguese Library” by John Clarke and José Baptista de Sousa also contributes towards a better knowledge of the reception of Portuguese authors in Britain,

during the first half of the nineteenth century, through this study of the collection of the great Whig politician. The same is true, to a certain extent, of the article by Paulo de Oliveira Ramos, "Portugal e o Museu de South Kensington: a 'Prodigiosa Galeria'", which focuses on the writing of Portuguese authors such as Ramalho Ortigão, Oliveira Martins or Fialho de Almeida, who expressed great interest in the Museum, sometimes portraying it as a model to be emulated in Portugal.

Another important contribution to the history of Anglo-Portuguese relations is to be found in the establishment of British communities in Portugal, in Lisbon and especially in Oporto where the wine trade was linked to English merchants, from an early date. Much has been written about the two colonies, but perhaps less about another small community resident in the area of Elvas and Portalegre where there is still a British cemetery and a foundation which has its origins in the legacy of British entrepreneurs associated with the cork trade, Robinson and Bucknell. In two almost complementary articles – " 'And here's to you, Mr. Robinson': Para uma História do Sector Corticeiro Anglo-Português", Miguel Alarcão analyses the English influence on the region's cork industry, whilst in " 'Sou Inglesa! Sou Inglesa!': Memórias de uma Menina Anglo-Portuguesa (1907-1930)", focussing on the experience of two young women, he contributes towards a better understanding of the lives of certain Anglo-Portuguese families, in the first decades of the twentieth century.

The role of women in Anglo-Portuguese relations is emphasised once again, albeit in an entirely different way, in João Paulo Ferreira's article on "O Movimento Sufragista Britânico na Imprensa Portuguesa (1908-1919)", dedicated, as the title suggests, to an examination of the portrayal of the suffragettes in the Portuguese press, as well the comparison between their *modus operandi* and that of Portuguese feminists during the First Republic.

The encounter or the lack of it between the Self and the Other, and the debate around Unity and Diversity, defining factors of Anglo-Portuguese Studies *par excellence*, which are ubiquitous in earlier issues of the journal and have been reiterated in previous editorials, are present in the article by Maria Zulmira Castanheira " 'We Missed Caparica': a Experiência Educativa do Estrangeiro em *The Young Traveller in Portugal*", based on a travel account; as well as in Rogério

EDITORIAL

Miguel Puga's "Representações de Macau após a Guerra do Ópio no Poema 'Militar' *The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao* (1842)", which analyses, from the literary viewpoint, the British presence in the Portuguese Empire, more precisely Macao, a faraway destination which was exoticised and favoured by the English as a settlement in China.

And finally, at a time when the centenary of the first steps of Modernism is being celebrated in Portugal, Maria Leonor Machado de Sousa, the founder of this Journal, honours us with the publication of an essay entitled "Um Poema Inglês de Fernando Pessoa/Alexander Search", in which she offers an outstanding and innovative contribution to Anglo-Portuguese studies with her analysis of the pulverisation (in this case dual) of the concept of identity (paradigm of the Modernist aesthetic) in Pessoa/Search.

September 2017
Gabriela Gândara Terenas

PROJECTOS PROJECTS

Antonio Botto in the New Bedford *Diário De Notícias*

George Monteiro
Brown University

Searching for the presence of the well-known Portuguese modernist writer Antonio Botto (1892-1959) in the *Diário de Notícias* of New Bedford, Massachusetts, proved both eye-opening and disappointing. After an initial publication of a piece of Botto's prose in 1933, nothing else of his work is reprinted until 1969. Beginning on June 27, 1945, however, and continuing for several years, Botto's "Isto Sucedeu Assim" was regularly listed in the newspaper under "books for sale" at the so-called *Diário de Notícias* Bookstore. One can only speculate why the name of the famous (and notorious) Antonio Botto's was so long missing from the pages of the Portuguese-language *Diário de Notícias* (New Bedford, Massachusetts, U.S.A.).

My search for references to Antonio Botto took me to the Portuguese-American newspapers online at the Claire T. Carney University Library of the University of Massachusetts Dartmouth, North Dartmouth, Massachusetts (U.S.A.). Besides the *Diário de Notícias*, there are twenty-two other Portuguese-American newspapers available at this site. In none of the other newspapers did I find any of Antonio Botto's work or even a mention of his name.¹

1. libraries.arcsearchdev.com/usmaumacd/startArcaApp

1. Antonio Botto, "Instantaneo sobre a verdade," Dec. 15, 1933, p. 5. Prose.
2. Manuel da Beira, "Evocação e Saudade," Aug. 22, 1947, p. 2. Quotes Botto.
3. A.N.I., "Diario de Portugal," Nov. 18, 1957, p. 2. Botto is mentioned in passing.
4. Frederico Rosa, "A Mouraria que se expande e eterniza" ("O infeliz Antonio Botto"), Mar. 30, 1962, p. 1. Refers in passing to "o infeliz Antonio Botto."
5. "Cinema, variedades e recital no Sport Clube Português de Newark," Feb. 19, 1964, p. 5. Botto is mentioned in passing.
6. "Notícias de Espectáculos Portugeses" ("Alfama"), Apr. 2, 1964, p. 5; Oct. 15, 1964, p. 5; Oct. 21, 1964, p. 3; Nov. 2, 1964, p. 8. ("9 de Abril"), Sept. 8, 1965, p. 2. Companhia do Teatro Popular de Lisboa will perform Botto's play "Por um fio."
7. A.N.I., " 'Brasileira' em Perigo – Quem a Salva?" Mar. 10, 1966, p. 6. Refers to "esse acorde de fado, que foi Antonio Botto."
8. Antonio Botto, "Triste Canções de Amor," Dec. 23, 1969, p. 5. Poetry.
9. Jorge Máximo Heitor, "Nos Ultimos Anos, em Portugal, Também a Canção Evoluiu," Aug. 26, 1970, p. 4. Botto is mentioned in passing.

**Wellington e Napoleão: Representações Britânicas
e Portuguesas no Romance e no Ecrã¹**
**(Projecto *Portrayals of the Peninsular War:*
From The Novel to the Screen)**

David Evans

(CETAPS)

Gabriela Gândara Terenas

(FCSH/CETAPS)

Maria do Rosário Lupi Bello

(Universidade Aberta/CETAPS)

Introdução

O presente trabalho insere-se no âmbito do Projecto *Portrayals of the Peninsular War: from the Novel to the Screen*, o qual, por seu turno, constituiu uma das várias linhas de investigação do Grupo *Anglo-Portuguese Studies* sediado no CETAPS (*Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies*).

O projecto foi fundado em 2006, no contexto da evocação do bicentenário da Guerra Peninsular, por David Evans, Gabriela Gândara Terenas e Maria do Rosário Lupi Bello, a cujo grupo se associou posteriormente Maria de Deus Duarte, tendo tido como objectivo primeiro o levantamento de todos os romances e filmes, portugueses e britânicos, cuja acção se desenrolasse ao tempo das Invasões Napoleónicas. Numa segunda fase, passou-se à análise das relações luso-britânicas,

1. Uma versão deste texto foi apresentada no II Congresso de Estudos Anglo-Portugueses realizado em 2011.

tal como foram percebidas por romancistas de duas nacionalidades diferentes. E, por último, quase sempre de forma concomitante, os membros do Projecto debruçaram-se sobre os processos de adaptação de episódios e personagens dos romances ao ecrã.

Vários foram os trabalhos, apresentados individualmente ou em grupo, que, desde então foram levados a cabo.² Entre estes devem destacar-se duas comunicações conjuntas, a primeira apresentada no Colóquio Internacional “Não vi o Livro, mas li o Filme”, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Abril de 2007, sob o título “Da Visão Literária da Guerra à sua Leitura Fílmica: as Invasões Napoleónicas no Cinema em Portugal”; e a segunda apresentada no Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo dos 200 Anos da Guerra Peninsular, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em Novembro de 2007, sob o título “Representações da Guerra Peninsular: do Romance ao Ecrã”. Para além de várias participações em Colóquios Nacionais e Internacionais realizados em Portugal, Espanha e França, e mais de uma dezena de trabalhos publicados, em Setembro de 2008 foi ainda proferida uma conferência no âmbito do XVIII Curso de Verão do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa subordinado ao tema *Os Tempos da Guerra Peninsular – 1808-1812. Uma Guerra Europeia Decidida em Terras Portuguesas*.

O estudo agora apresentado tem como objectivo primordial a análise das representações dos dois chefes militares inimigos – Wellington e Napoleão – nos romances e nos filmes portugueses e britânicos. Trata-se, portanto, de avaliar, por um lado, a forma como os autores perceberam estas duas grandes figuras da Guerra Peninsular e, por outro, de analisar o modo como as mesmas foram retratadas no ecrã, contribuindo, deste modo, para a reconstituição de uma época particularmente significativa no contexto das relações anglo-portuguesas.

Assim, uma primeira parte será dedicada a reflexões mais gerais relativas às representações da Guerra no romance e no ecrã. A segunda parte será dedicada mais especificamente à análise das

2. V. Bibliografia.

múltiplas formas através das quais as narrativas literárias e fílmicas que cruzam as realidades portuguesa e britânica retrataram os dois grandes chefes militares inimigos, figuras incontornáveis da História do século XIX.

Parte I] A Guerra Peninsular do Romance ao Ecrã

1. A Guerra em Narrativas Portuguesas e Britânicas

É vasta a diversidade de textos ficcionais publicados por autores portugueses e britânicos cuja acção se desenrola ao tempo das Guerras Napoleónicas. As primeiras narrativas surgiram ainda durante o conflito e, depois dele, muitos outros romances têm vindo a ser publicados até aos dias de hoje, tanto em Portugal como na Grã-Bretanha.³ Conscientes das complexidades das relações entre a História e a Literatura, os autores dos romances portugueses e britânicos apresentam várias características e preocupações comuns, embora difiram em alguns aspectos. Uma dessas características comuns, verificável sobretudo nas narrativas publicadas nos séculos XIX e XX, é a sua intenção moralista e didáctica expressa de formas diversas, mas sempre presente: o respeito pelo inimigo em campo de batalha; a misericórdia e a capacidade de perdoar perante um ser humano moribundo; o apelo à paz entre as nações mais poderosas do mundo; e, sobretudo, a exortação ao sentido de honra e de patriotismo, aliada a uma certa crítica à sociedade coeva, mediante a evocação de episódios passados.

Também cientes da dificuldade inerente à tentativa de congregar plenamente factos autênticos com ficção, levando a que adequadamente uns se diluíssem noutros de forma harmoniosa, muitos dos autores recorriam a uma panóplia de artifícios destinados a envolver em verosimilhança, acção, personagens e cenários. Um desses recursos, decorrente de uma prática usual na novelística do século XIX, consistia em instaurar um primeiro narrador, alegadamente contemporâneo dos acontecimentos e neles envolvido. A sua função

3. Cf. a propósito Terenas, 2012.

resumir-se-ia a relatá-los ao narrador principal, assim conferindo uma caução testemunhal ao enredo e, através daquele, apontar ao leitor o seu próprio papel perante o ocorrido.

Na realidade, em vários romances portugueses e britânicos – sobretudo os dedicados ao público juvenil – a principal preocupação dos autores/narradores era conferir autenticidade aos episódios narrados e procurar sempre, de algum modo, unir o útil (a instrução) ao agradável (o entretenimento), uma fórmula geralmente eficaz e de sucesso em qualquer época.

No respeitante às formas de representação da Guerra, ou seja, de acontecimentos desenrolados em Portugal ao tempo das Invasões Napoleónicas, nas narrativas portuguesas e britânicas, pode afirmar-se que, *grosso modo*, aqueles surgiram no decorrer da acção fictícia, nomeadamente em diálogos travados entre as personagens, estratégia relacionada com a trama dos romances. Resultaram também da (re)fabulação dos factos com vista ao engrandecimento dos heróis ou à valorização das aventuras vividas pelas personagens. No entanto, não raro, esses factos foram especificamente referidos pelos autores/narradores de duas outras formas, resultando em outros tantos processos de proporcionar verosimilhança à acção: em excursos dedicados exclusivamente a conferir informação de carácter histórico, o que confirma o objectivo didáctico, sobretudo visível nos romances portugueses e nas narrativas vitorianas de aventuras; e em notas de cariz erudito, apresentadas em rodapé ou no final dos romances, demonstrativas da preocupação de fidelidade aos acontecimentos por parte dos autores.

Em relação às principais diferenças entre os romances portugueses e britânicos, deve mencionar-se a técnica do folhetim, utilizada pelos primeiros, mas não pelos segundos, e a especificidade das fontes dos autores de além-Mancha.

Tão vulgarizada ao tempo através da imprensa periódica,⁴ a técnica do folhetim foi muitas vezes utilizada nas narrativas portuguesas da segunda metade de Oitocentos, sobretudo na passagem de um capítulo para outro. Apesar de o intuito ser o de escrever um “romance histórico”, os autores não resistiam à utilização de uma

4. Cf. a propósito Terenas, 2004, vol. I: 49-206.

prática popular, de comprovado sucesso junto do público leitor, que quase todos os escritores em causa teriam interiorizado devido à sua colaboração, mais ou menos assídua, no periodismo coevo. Tratava-se do artifício geralmente conhecido pelo termo inglês *cliffhanger*, segundo o qual, no fim de cada capítulo (correspondendo este a um episódio de folhetim) se deixava em suspenso o leitor quanto ao desfecho de um momento particularmente tenso ou empolgante da acção, o qual encontraria o seu desenlace no capítulo (ou folhetim) seguinte.⁵

Contrariamente aos portugueses, que recorreram à historiografia das Invasões Francesas para a construção das suas narrativas ficcionais,⁶ a maioria dos romancistas de além-Mancha baseou-se sobretudo nos relatos de cariz memorialístico publicados por militares britânicos que participaram nos acontecimentos ocorridos em Portugal e em Espanha ao tempo da Guerra Peninsular.⁷ A memória – individual ou colectiva – institui-se, assim, nestes textos, enquanto fonte da própria História. Guardiã de algo que efectivamente ocorreu no tempo, a memória contribui para uma melhor compreensão do passado, mas também, e sobretudo, do presente, do momento da escrita. Assim, à semelhança do que muitos historiadores da Guerra Peninsular fizeram outrora (e, aliás, continuam a fazer na actualidade⁸), também os romancistas britânicos se socorreram de textos

5. Note-se que algumas narrativas portuguesas do século XIX e do início do século XX foram publicadas em folhetim antes de serem editadas em livro.

6. Entre as fontes mais citadas encontravam-se vários títulos em português, mas também alguns em francês. Entre os primeiros devem referir-se os seguintes: os periódicos *Diário do Porto* (1809) e *O Observador Português Histórico e Político de Lisboa* (1809); *História da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* (s.d.) de José Acúrsio das Neves; *Sucessos de Portugal ou Prodigiosa Restauração da Lusitânia Feliz. Por um Português* (1809); *História de Napoleão Bonaparte* (1846) por Caetano Lopes de Moura; *Excertos Históricos e Colecção de Documentos relativos à Guerra denominada da Península* (1863-1882) de Cláudio Chaby; *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (1870-1893) de Luz Soriano; *A Guerra Peninsular* (1874) de Pinheiro Chagas; e *História Popular da Guerra da Península* (1915) por J.J. Teixeira Botelho. Relativamente às fontes em francês destacam-se os seguintes títulos: *Relation de l'Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808* (1817) pelo general barão Thiébault; *Histoire de la Guerre d'Espagne et du Portugal sous Napoléon* (1829) pelo General Foy; *Memóires de Madame la Duchesse d'Abrantes* (1831-1835); e *Histoire du Consulat de l'Empire* (1845-1862) de M.A. Thiers.

7. Sobre esta matéria veja-se Terenas, 2000.

8. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de António Ventura e de Teresa Caillaux de Almeida, publicados sob os títulos *Linhas de Torres Vedras. Memórias Francesas sobre a III Invasão* e *Memória das Invasões Francesas em Portugal*, respectivamente.

de cariz memorialístico, escritos por testemunhas oculares, com o intuito de (re)construir mentalidades, ambientes, episódios e personagens. Os livros de notas, os diários, as cartas e as memórias dos militares britânicos que combateram na Península serviram, deste modo, de ponto de partida para a (re)construção de outras narrativas de fundo histórico, mas cujos objectivos últimos se encontram intimamente relacionados com as especificidades dos autores, os objectivos da escrita e os horizontes de expectativa dos diferentes públicos a que se dirigiam.

Em comparação com os portugueses, os autores britânicos evidenciavam uma preocupação menor com as fontes históricas, talvez por se reportarem a um país que não era o seu e cujo passado seria mal conhecido entre o público-alvo. Todavia, Bernard Cornwell, por exemplo, no final das suas narrativas, apresentava ao leitor uma "Historical Note", na qual aludia à origem das suas informações, nomeadamente os relatos de militares, mas também *A History of the Peninsular War* (1902-1930) de Charles Oman ou ainda *Wellington's Peninsular War* (1990) de Julian Paget. Para além disso, Cornwell também teve, quase sempre, a preocupação de distinguir entre os dados recolhidos nas fontes históricas e o que fora exclusivamente fruto da imaginação.⁹

2. A Guerra no Ecrã

A relação do cinema com a realidade levanta inúmeras questões, tanto do ponto de vista da sua análise estética quanto no respeitante à sua capacidade de testemunhar o real. Na verdade, como afirmou o realizador russo e teórico do cinema Andrei Tarkovsky, "a força do cinema (...) está na relação necessária e inseparável com a matéria da realidade que nos circunda a cada instante. O tempo, fixado nas suas formas e nas suas manifestações factuais: tal é a ideia de base do cinema enquanto arte (...)". (1989: 60) Esta característica intrínseca à Sétima Arte, que a distingue de outras formas artísticas, ou seja,

9. Outras fontes inglesas frequentemente mencionadas foram as cartas oficiais redigidas por Wellington e por Beresford.

o facto de não poder deixar de captar os índices exteriores de uma realidade dinâmica, em movimento, torna-a particularmente apta ao registo dos acontecimentos, mas também especialmente capaz de transmitir visões e imagens construídas que se difundem, assim, com grande força persuasiva como sendo verdadeiras.

Esta apetência “realista” do cinema, que assenta na reprodução de dados naturais, confere-lhe, à partida, uma posição privilegiada, e de particular responsabilidade, para o registo documental, diferentemente da literatura, que tem de usar as convenções estabelecidas e arbitrárias e, portanto, artificiais, da língua para se exprimir, com as quais constrói esse “outro mundo possível” que habita os contos e romances.

Desde cedo que os realizadores perceberam que o potencial contido no registo do real poderia ser usado com finalidades bem distintas. Rapidamente se desenharam, assim, duas tendências antagónicas: por um lado, aqueles que afirmavam a sua intenção clara de interferência no real, quer através da criação de imagens de fantasia e sonho, como começou por fazer Georges Méliès, quer através da inversão do ímpeto realista do cinema, construindo, através da montagem, situações “aparentemente” realistas, mas na verdade totalmente fabricadas, como foi o caso de Sergei Eisenstein, que apostou na força de intervenção ideológica do cinema. Por outro lado, veio a desenvolver-se, com o grande teórico André Bazin (e todos os que o seguiram), a defesa do realismo cinematográfico, através da afirmação de não interferência. O que se pretendia não era tanto a criação do que poderia ou deveria acontecer quanto o registo daquilo que a realidade é. Este cinema pretendia assim, sem perder a sua capacidade de transfiguração estética, colocar-se ao serviço da descoberta da essência escondida do real.

Ora o tipo de cinema que aqui interessa – filmes ficcionais de temática histórica – situa-se na fronteira entre estas duas grandes tendências: por um lado, assume a sua responsabilidade de testemunho histórico (portanto busca registar fielmente aquilo que a realidade “é”), mas, por outro, encontrando-se entre o documentário e a ficção, não resiste a fazer ver aquilo que poderia ou deveria ter sido, segundo as suas exigências de atracção estética, a necessidade mais pragmática de captação de audiências ou mesmo as imposições de cariz político ou ideológico que se encontram na sua base.

Lidando com figuras e factos que tiveram existência real, estes filmes penetram num território altamente sensível, tal como acontece, aliás, com as narrativas literárias de idêntica temática, mas aqui com a agravante de a imagem parecer conferir ao que acontece o indelével selo da veracidade. Por outro lado, quanto mais um acontecimento foi decisivo e teve incidência universal, tanto mais é considerado como património da humanidade e, portanto, a sua representação deve acautelar essa espécie de “direitos de autor” mundiais.

Portanto, afigura-se mais do que justo procurar verificar de que forma tais filmes cumpriram ou não essa missão implícita na sua natureza: a de transmitir com fidelidade aquilo que realmente aconteceu. Tal como se referiu atrás, essa verificação foi já levada a cabo pelo presente grupo de trabalho a propósito da Guerra Peninsular como um todo. Porém, desse conflito internacional ressaltaram essas duas figuras que, pela dimensão verdadeiramente mítica que atingiram, merecem uma atenção especial. É precisamente no cruzamento entre essa imagem persistente e resistente que é a da mitificação – e não há nada mais difícil do que procurar alterar as características de um mito – e o desejo de apuramento de uma verdade objectiva e histórica que, neste caso, o presente trabalho se enquadra.

Assim, torna-se muito significativo procurar descobrir o que se escolheu representar, e de que forma foi feito, bem como registar o que se ignorou.

Ora, não pode deixar de constituir motivo de alguma perplexidade a circunstância de, contrariamente à literatura, o cinema português ter dado muito pouco espaço à representação da Guerra Peninsular. Se tal facto pode inicialmente ser encarado como uma recusa, até certo ponto natural, em dar corpo a acontecimentos muito traumáticos da História de Portugal (não se pode esquecer que o cinema teve início no final do século XIX, apenas cerca de oitenta anos depois da Guerra Peninsular), a verdade é que nem nas décadas seguintes se encontrou a vontade de representação cinematográfica desse momento histórico. Possíveis razões desse apagamento poderão ser encontradas, antes de mais, nas características intrínsecas da Sétima Arte portuguesa – mais tendente à representação dramática e melodramática e à comédia de costumes do que aos filmes históricos e bélicos – bem como a uma certa incapacidade nacional de representar e “exportar” as imagens dos seus

heróis e das suas façanhas. Na verdade, é significativo que a nível europeu se circunscreva habitualmente à figura de *Lord Wellington* a vitória contra o exército francês, como se tal mérito não devesse ser dividido com alguns dos melhores chefes militares portugueses (cujos nomes muitas vezes nem sequer são nomeados), com os seus exércitos e até com a população em geral, que foi capaz de um imenso sacrifício nessa guerra de “terra queimada” que devastou o território nacional. Só esta incapacidade propagandística – que tem, obviamente, na sua raiz, uma fragilidade política – pode explicar que a Guerra Peninsular seja vista, não raro, – sobretudo pela Grã-Bretanha actual – como uma guerra travada pelos espanhóis com o auxílio britânico.

No contexto de uma generalizada omissão por parte do universo português da imagem em movimento, em relação a este período histórico, existem, porém, algumas excepções. Antes de mais, o filme *A Caçada do Malhadeiro*, realizado em 1967 por Quirino Simões e baseado na narrativa breve homónima do Conde de Ficalho,¹⁰ a qual todavia não apresenta referências significativas sob o ponto de vista das relações luso-britânicas, nem da caracterização de Wellington ou de Napoleão. Mais tarde, nos anos oitenta e noventa do século XX, encontram-se alguns casos soltos, como por exemplo: uma co-produção luso-franco-hispano-italiana de 1981, rodada em Portugal, e intitulada *La Guerrillera*, realizada por Pierre Kast; e dois telefilmes, um de 1990, pelo realizador José Fonseca e Costa, chamado *O Bloqueio*, no seu título original *Le Blocus*, integrado na série televisiva francesa *Napoléon et l'Europe*, e outro por Joaquim Pinto, uma curta-metragem intitulada *Para Cá dos Montes*, datada de 1993 (e estreada na RTP2, em 22 de Novembro), de que foi co-produtora a RTP.

Embora nenhum dos dois chefes militares seja representado neste conjunto de produções fílmicas, vale a pena destacar as obras de Quirino Simões e de Joaquim Pinto, pelo facto de nelas se confirmar a possibilidade de leitura a que acima nos referimos, ou seja,

10. Francisco Manuel de Melo Breyner (1837-1903), Conde de Ficalho, foi historiador de botânica em Portugal, escreveu uma biografia de Garcia de Orta e outra de Pêro da Covilhã. Foi também ficcionista, distinguindo-se com a obra *Uma Eleição Perdida*, publicada em 1888, que contém a novela do mesmo nome, e alguns contos regionais de ambiente alentejano, como este a que nos referimos, passado durante a Guerra Peninsular.

a profundidade do trauma que as invasões francesas significaram para o povo português e a forma como Portugal sublimou esse sofrimento em narrativas que, do ponto de vista visual, preferiram dar a ver o drama humano (o sofrimento das populações que vêm entrar em suas casas, homens violentos que roubam, violam e matam) em vez de decidirem aproveitar o seu potencial de intriga e de acção bélica.¹¹

De qualquer modo, torna-se fundamental relembrar que Napoleão nunca pisou solo português e que, portanto, só a figura de Wellington podia ter dado azo a representações cinematográficas da guerra em território nacional. Mas tal não acontece em qualquer dos filmes citados. Só viria a acontecer, por via indirecta, através dos filmes estrangeiros (muitos com participação britânica) estreados em Portugal, que acabaram por ser, ao lado das narrativas literárias, o veículo de transmissão de uma determinada visão da guerra e dos seus principais chefes.

11. De facto, o filme, baseado na narrativa do Conde de Ficalho, cuja acção segue no essencial (só alterando alguns dados de natureza secundária) o conto, a história de uma família de camponeses que vê entrar em sua casa cinco militares franceses, os quais – com excepção de um deles, que aliás, e significativamente, afirma não ser francês – violam a filha da família. Perante tal violência, pai e filho partem em perseguição dos soldados, vindo a matá-los um a um, acabando por sobreviver apenas aquele que afirmara ter outra nacionalidade, e a quem o irmão da rapariga tinha oferecido uma bebida, sabendo, portanto, não ter entrado no quarto da irmã e estar inocente desse crime. O filme resulta num libelo humanista sobre a possibilidade do perdão em condições extremas como a da guerra, ao mesmo tempo que sublinha o sofrimento de um povo que viu entrar na sua própria casa esse inimigo brutal que viola as mulheres e desrespeita os valores mais sagrados. O “francês” torna-se, aqui, o símbolo do mal, sendo atribuída ao povo a capacidade de fazer justiça com as próprias mãos, já que não bastava que os chefes militares ganhassem batalhas, era necessário que a população lidasse, no terreno, com as consequências mais cruéis das invasões. Joaquim Pinto pegou precisamente nesta ideia, embora com maior distância temporal, captando as memórias presentes no povo português nos dias de hoje. Neste caso, trata-se de uma ficção de vinte e seis minutos baseada em depoimentos colhidos junto de pessoas idosas na aldeia de Seara Velha (concelho de Chaves), que afirmaram estarem enterrados na aldeia dois soldados das tropas napoleónicas que se perderam e foram mortos pela população. O realizador aproveitou esta informação e cruzou-a com a das histórias e lendas referentes ao Vinho dos Mortos – um vinho da região que envelhece enterrado nos campos – associando-o, assim, a esse passado que, apesar de enterrado, continua presente no imaginário popular.

Parte II) Representações de Wellington e de Napoleão

1. Nas Narrativas Ficcionalis

Vários foram os romances portugueses e britânicos que representaram, de alguma forma, os dois grandes chefes inimigos: Wellington e Napoleão. De um conjunto de cerca de quarenta narrativas literárias sobre a Guerra Peninsular cuja acção se desenrola total ou parcialmente em território nacional, foram seleccionadas treze portuguesas e quinze britânicas, nas quais se encontraram referências significativas a estas duas figuras da história e da ficção: *O Sargento-Mor de Vilar. Episódios da Invasão dos Franceses em 1809* (1863)¹² de Arnaldo Gama;¹³ *O Segredo do Abade* (1864) do mesmo autor; *A Casa dos Fantasmas. Episódio do Tempo dos Franceses* (1865-1866)¹⁴ de Luís Augusto Rebelo da Silva;¹⁵ *O Major Napoleão* (1867)¹⁶ de Manuel Joaquim Pinheiro Chagas;¹⁷ *O Anel Misterioso. Romance* (1873)¹⁸ de Alberto Pimentel;¹⁹ *Os Homens da Cruz Vermelha. Romance Histórico*

-
12. A obra será adiante referida apenas por *O Sargento-Mor de Vilar*. Note-se que antes de ser editado em livro, o romance de Arnaldo Gama foi publicado em folhetim no *Comércio do Porto*, em 1964. A edição utilizada foi a de 1951.
 13. Jornalista e escritor, Arnaldo de Sousa Dantas da Gama (1828-1869) distinguiu-se sobretudo como autor de romances históricos. Entre estes, para além das obras em análise, mencionem-se os seguintes títulos: *Um Motim há Cem Anos* (1861), *A Última Dona de S. Nicolau* (1866), *O Filho do Baldaia* (1866), *A Caldeira de Pêro Botelho* (1867) e ainda *Balio de Leça* (1872).
 14. A obra será adiante referida apenas por *A Casa dos Fantasmas*.
 15. Jornalista e escritor prolífico, Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) abriu novos caminhos à narrativa histórica, sobretudo a partir de 1848. Distinguiu-se nos estudos históricos e literários, na dramaturgia, em traduções e em biografias. Entre os seus romances históricos destacam-se *A Tomada de Ceuta* (1840), *Ódio Velho não Cansa* (1848-1849), *A Mocidade de D. João V* (1852-1853) e *Lágrimas e Tesouros* (1863).
 16. Deve notar-se que quatro dos dezassete capítulos que constituem a edição utilizada (de 1867) foram publicados em folhetim, no mesmo ano, primeiro nos números 1 e 2 do periódico *Enciclopédia Popular* (Lisboa, 1867-1868) e, depois, do número 1826 ao número 1833 da *Gazeta da Figueira* (Figueira da Foz, 1887-1925). Ainda em 1867 foi publicada uma separata com os mesmos dezassete capítulos, sob o título *O Monge do Buçaco. Episódio da Invasão Francesa* (s.l.).
 17. Notável polígrafo, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) distinguiu-se como escritor, jornalista, político, orador, dramaturgo e tradutor. Entre as suas narrativas históricas destacam-se *Tristezas à Beira-Mar* (1866), *Novelas Históricas* (1869), *A Máscara Vermelha* (1873), *Um Melodrama em Santo Tirso* (1873), *A Varanda de Julieta* (1876) e *A Mantilha de Beatriz* (1878).
 18. A obra será adiante referida apenas por *O Anel Misterioso*. A edição utilizada foi a de 1945.
 19. Jornalista, político e escritor, Alberto Augusto de Almeida Pimentel (1849-1925) foi autor de vários romances entre os quais se destacam *A Virtude de Rosina* (1872), *A Porta do Paraíso* (1873), *Um Conflito na Corte* (1875), *Rainha sem Reino* (1887) e *As Amantes de D. João V* (1892).

ao Tempo dos Franceses (1879-1880)²⁰ de Carlos Pinto de Almeida;²¹ *No Tempo dos Franceses. Romance Histórico* (1894)²² de Francisco da Fonseca Benevides;²³ *Paixão de Maria do Céu* (1902)²⁴ de Malheiro Dias;²⁵ *A Filha do Polaco. Romance Histórico* (1903)²⁶ de António de Campos Júnior;²⁷ *O Moleiro de Sula* (1954),²⁸ um conto da autoria de Júlio Dantas;²⁹ *O Mutilado de Ruivães. Romance. (Das Invasões Francesas às Lutas Cívicas)* (1980)³⁰ da autoria conjunta de Mário Moutinho e A. Sousa e Silva, acerca de quem pouco se sabe; *O Amor em Armas*.

-
20. A obra será adiante referida apenas por *Os Homens da Cruz Vermelha*.
 21. Orientalista e forte crítico da Igreja Católica, Carlos Pinto de Almeida (1831-1899) publicou vários romances históricos em volume e em folhetim, no *Diário de Notícias*, no qual foi colaborador. Entre eles destacam-se os seguintes títulos: *A Conquista de Lisboa* (1866), *A Cruz pelas Riquezas* (1867), *O Irmão Bastardo* (1868), *O Mestre de Avis* (1878) e *Os Conspiradores* (1879).
 22. A obra será adiante referida apenas por *No Tempo dos Franceses*. A edição utilizada foi a de 1908.
 23. Francisco da Fonseca Benevides (1835-1911) foi professor de Física, no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, do qual foi director e onde organizou um importante museu tecnológico. Leccionou também as cadeiras de Mecânica e Artilharia e Hidrografia na Escola Naval. Colaborou assiduamente em vários dos periódicos do seu tempo e foi sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Real de História de Madrid. Publicou variadíssimos trabalhos relacionados com as áreas das cadeiras leccionadas e ainda relatórios das exposições visitadas. Do conjunto da sua obra destacam-se dois estudos de algum modo relacionáveis com as temáticas tratadas no romance seleccionado para análise: *Rainhas de Portugal* (1878-1879) e *O Real Teatro de São Carlos* (1883, 1902).
 24. A edição utilizada foi a de 1982.
 25. Jornalista, deputado, cronista, dramaturgo e romancista, Carlos Malheiro Dias (1875-1941) exilou-se no Brasil, nos finais de 1913, onde desenvolveu grande parte da sua actividade literária. De entre as suas obras ficcionais de maior relevo destacam-se *Filho das Ervas* (1900), *Os Teles de Albergaria* (1901) e *A Vencida* (1907). No respeitante à sua actividade como cronista sublinham-se as *Cartas de Lisboa* (1904-1906) e *O Estado Actual da Causa Monárquica* (1913). Escreveu ainda duas peças de teatro: *O Grande Cagliostro* (1905) e *Inimigos* (1913).
 26. A obra será adiante referida apenas por *A Filha do Polaco*. Note-se que antes de ser editado em volume, o romance foi publicado em folhetim no jornal *O Século*. Até 1960 a obra teve pelo menos cinco edições, pelo que podemos afirmar que, sensivelmente durante a primeira metade do século XX, se tratou de um *best-seller*. A edição utilizada foi a de 1945.
 27. Romancista, jornalista, dramaturgo e militar, António Maria de Campos Júnior (1850-1917) nasceu em Angra do Heroísmo, viveu muitos anos na Marinha Grande onde casou e veio a falecer. Estudou em Leiria, onde escreveu os seus primeiros trabalhos, e por interferência do seu amigo Afonso Lopes Vieira (pai do poeta) foi para Lisboa onde desenvolveu grande actividade literária, jornalísticas e política. Escreveu vários romances históricos de entre os quais se destacam, para além da obra em apreço, os seguintes títulos: *O Marquês de Pombal* (1899), *Luís de Camões* (1900), *Guerreiro e Monge* (1910), *Rainha Madrasa* (1911) e *Os Últimos Amores de Napoleão* (s.d.).
 28. A edição utilizada foi a de 1961.
 29. Da vastíssima obra de Júlio Dantas (1876-1962), destacam-se *Pátria Portuguesa* (1913), uma colecção de contos onde se encontram "O Tambor" e "O Joanico", ambos com referências à Guerra Peninsular.
 30. A obra será adiante referida apenas por *O Mutilado de Ruivães*.

Romance (2009),³¹ de José Marques Vidal;³² e, por último, *Vencer ou Morrer* (2010)³³ de Mendo Castro Henriques.³⁴

Relativamente às narrativas de fundo histórico escritas por autores britânicos incluem-se as seguintes: *Charles O'Malley. The Irish Dragoon* (1841)³⁵ de Charles Lever;³⁶ *The Young Buglers. A Tale of the Peninsular War* (1880)³⁷ e *With Moore at the Corunna. A Tale of the Peninsular War* (1897)³⁸ ambas da autoria do militar vitoriano G.A. Henty;³⁹ *The Spy. A Tale of the Peninsular War and the Storming of Badajoz, Founded Upon the Personal Memoirs of Sir Jeffrey Jones, Bart., of Heatherford Hall in Hampshire* (1898),⁴⁰ da autoria do Major Charles Gilson;⁴¹ *Lads of*

-
31. A obra será adiante referida apenas por *O Amor em Armas*.
32. José Marques Vidal nasceu em 1930, em Lamas do Vouga, Águeda, licenciou-se em Direito e teve uma longa e diversificada carreira jurídica. Ocupou vários cargos nos círculos judiciais de norte a sul de Portugal, desde delegado do procurador da República a juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo. A par da carreira de magistrado, Marques Vidal tem publicado vários livros de cariz jurídico e de ficção.
33. Trata-se do primeiro volume (o único até agora publicado) de uma trilogia.
34. Doutor em Filosofia, Mendo Castro Henriques tem uma vasta obra publicada da qual se destacam os títulos *Salamanca 1812* (2002) e *Vitória e Pirinéus* (2009).
35. A obra será adiante referida apenas por *Charles O'Malley*.
36. Charles Lever (1806-1872) nasceu em Dublin, filho de um arquitecto. Estudou no Trinity College e, depois, em Göttingen onde se formou em Medicina. Durante a epidemia de cólera, que alastrou pela Irlanda em 1832, desenvolveu um trabalho notável com os doentes infectados. Depois do seu casamento, com Catherine Baker, foi viver para Bruxelas, onde se dedicou à prática da medicina, sobretudo entre os membros da comunidade britânica. De entre as suas obras, destacam-se os seguintes títulos: *Confessions of Harry Lorrequer* (1839), *Jack Hinton* (1843), *Arthur O'Leary* (1844), *Tom Burke of Ours* (1844), *Horace Templeton* (1848) e *Con Cregan* (1849).
37. A obra será adiante referida apenas por *The Young Buglers*. A edição consultada foi a de 1954.
38. A obra será adiante referida apenas por *With Moore at Corunna*. A edição consultada foi a de 2001.
39. Depois de completar os seus estudos, primeiro em Westminster School e depois na Universidade de Cambridge, George Alfred Henty (1837-1901), que viveu no reinado da Rainha Victória, levou uma vida cheia de aventuras, muitas delas relacionadas com acontecimentos históricos de cariz bélico. Enquanto militar ao serviço do exército britânico participou na Guerra da Crimeia; foi correspondente de guerra em Itália ao tempo de Garibaldi e testemunha ocular da Guerra Franco-Prussiana. Os heróis dos seus romances são geralmente jovens do sexo masculino, corajosos, inteligentes e patriotas, cujas aventuras se desenrolam durante períodos relevantes da História. Entre as suas publicações, para além dos romances em apreço, contam-se, entre outros, os seguintes títulos: *Cornet Horse. A Tale of the Marlborough's Wars* (1881), *One of the 28th. A Tale of Waterloo* (1889), *Through Russian Snows. A Story of Napoleon's Retreat from Moscow* (1896) ou *At Aboukir and Acre. A Story of Napoleon's Invasion of Egypt* (1896). Dedicadas a um público juvenil, as obras contêm ilustrações legendadas, representativas de episódios dos romances.
40. A obra será adiante referida apenas como *The Spy*. A edição consultada foi a de 1936.
41. Charles James Louis Gilson (1878-1943) tornou-se conhecido pelas suas narrativas de aventuras para rapazes, muitas delas de fundo histórico. Entre elas destacam-se os seguintes títulos: *The Lost Empire. A Tale of Many Lands* (1910), *The Lost Column. A Story of the Boxer Rebellion* (1912); *The Sword of Freedom. A Story of the English Revolution* (1912) e *In Arms for Russia* (1918).

the Light Division. A Tale of the Peninsular War (1909)⁴² pelo Tenente-coronel Mockler-Ferryman;⁴³ *The Snare* (1917), de Rafael Sabatini;⁴⁴

-
42. A obra será adiante referida apenas como *Lads of the Light Division*. A edição consultada foi a de 1992.
43. Augustus Ferryman Mockler-Ferryman (1856-1930) nasceu em Dublin, estudou na Cheltenham College e, depois, na Royal Military College de Sandhurst, tendo integrado o 43º Regimento de Infantaria Ligeira em 1877. Entre 1889 e 1890 exerceu o cargo de secretário privado do Comissário Especial da HBM (*Her Britannic Majesty*) para o Níger. Em 1891 casou com Evelyn Whitehead. Foi professor de fortificações e de topografia na academia de Sandhurst, entre 1892 e 1900. Entre 1903 e 1905 trabalhou no *War Office*, onde colaborou na história oficial da Guerra dos Bóeres. De entre as suas obras publicadas destacam-se os seguintes títulos: *Imperial Africa: the Rise, Progress and Future of the British Possessions in Africa* (1898), *British West Africa: Its Rise and Progress* (1900), *British Nigeria: a Geographical and Historical Description of the British Possessions Adjacent to the Niger River, West Africa* (1902), *Military Sketching and Reconnaissance* (1903) e *The Life of a Regimental Officer During the Great War, 1793-1815, Compiled from the Correspondence of Colonel Samuel Rice and from Other Sources* (1913).
44. Rafael Sabatini (1875-1950) nasceu em Jesi, Itália, filho de dois conhecidos cantores de ópera à época, Anna Trafford, uma inglesa oriunda da zona de Liverpool, que era também pianista, e Vincenzo Sabatini, italiano. Até aos dezassete anos, Rafael viveu em vários países europeus, nomeadamente em Itália, Inglaterra, Portugal e Suíça, o que lhe permitiu aprender diferentes línguas: o italiano, o inglês, o português, o francês e o alemão. Desde cedo que se revelou um leitor entusiasta de Shakespeare, Scott, Dumas, Verne, Manzoni e ainda do historiador norte-americano William Prescott. Em 1892, Sabatini deixou os estudos e foi para Liverpool trabalhar como tradutor. Por volta de 1895 começou a escrever contos por considerar que era mais divertido escrevê-los do que lê-los. Os seus primeiros textos narrativos, actualmente desaparecidos, terão sido publicados num periódico local. No entanto, a partir de 1899 começou a vender as suas histórias para revistas com projecção nacional, como a *Pearson's Magazine*, a *London Magazine* e a *Royal Magazine*. Em 1901 assinou um contrato para escrever o que viria a ser o seu primeiro romance e, em 1905, aquando da publicação do segundo, abandonou o emprego e dedicou-se exclusivamente à escrita, passando a escrever um livro por ano, um ritmo de produção que manteve até adoecer. Em 1921 saiu o seu primeiro grande sucesso, *Scaramouche* cuja acção decorre ao tempo da Revolução Francesa e que rapidamente se tornou um *best-seller* internacional. *Captain Blood* (1922) foi um sucesso ainda maior e, neste contexto auspicioso, os seus livros anteriores foram reimpressos, sendo *The Sea Hawk* (1915) considerado o mais importante, talvez pela adaptação ao cinema, onde o papel principal foi interpretado por Errol Flynn. Em 1925, Rafael Sabatini era um homem rico: os seus livros tinham sido adaptados para o cinema e o teatro. Autor de trinta e um romances, oito colecções de contos, seis livros não ficcionais, uma peça de teatro e várias publicações dispersas, morreu na Suíça, em consequência de doença prolongada.

Death to the French (1932),⁴⁵ da autoria de C.S. Forester;⁴⁶ *Too Few for Drums* (1964)⁴⁷ de R.F. Delderfield;⁴⁸ *Sharpe's Gold. Richard Sharpe and the Destruction of Almeida, August 1810* (1981),⁴⁹ *Sharpe's Enemy. Richard Sharpe and the Defence of Portugal, Christmas 1812* (1984),⁵⁰ e *Sharpe's Escape. Richard Sharpe and the Bussaco Campaign, 1810* (2003),⁵¹ todas incluídas na série *The Complete Sharpe Collection*,⁵² de

-
45. Em 1989, este romance foi publicado nos Estados Unidos sob o título *Rifleman Dodd*. A edição consultada foi a de 1956.
46. Pseudónimo de Cecil Louis Troughton Smith, Cecil Scott Forester (1899-1966) nasceu no Cairo, quando o seu pai se encontrava ao serviço da Coroa britânica, ainda no período áureo do império. Estudou em Inglaterra e em 1937 foi correspondente de *The Times* durante a Guerra Civil de Espanha. Mais tarde partiu para os Estados Unidos, onde viveu até à data da sua morte. Fez longas viagens de barco à vela, em Inglaterra, França e Alemanha. Autor de vários romances de aventuras de fundo histórico, Forester celebrizou-se com a série *Hornblower*, publicada entre 1937 e 1967, que alcançou um extraordinário êxito comercial. Trata-se de um conjunto de treze "romances marítimos" (*seafaring novels*) cuja acção decorre precisamente ao tempo das Guerras Napoleónicas, alguns dos quais foram adaptados para o cinema. Tendo como teatro de operações o mar, esta série desenrola-se em torno das aventuras do herói, Horatio Hornblower, cuja evolução Forester apresenta ao longo de emocionantes narrativas, que retratam a sua carreira na Marinha, desde uma idade muito jovem até se tornar famoso. Para além da obra que faz parte do *corpus* em análise no presente estudo, Forester publicou ainda um outro romance de aventuras cuja acção se desenrola em Espanha ao tempo da Guerra Peninsular: *The Gun* (1933). O tema da guerra, nomeadamente a de 1914-1918, deu ainda origem a *Brown on Resolution* (1929).
47. A edição consultada foi a de 1992.
48. Ronald Frederick Delderfield (1912-1972) foi um romancista e dramaturgo muito popular em Inglaterra, onde várias das suas obras vieram a ser adaptadas para a televisão. Durante a infância viveu em Addiscombe, perto de Croydon (Surrey), onde frequentou uma pequena escola privada, que viria a inspirar a série "The Avenue Story". Em 1929, começou a trabalhar com o pai no jornal *Exmouth Chronicle*, tornando-se, mais tarde, editor do mesmo. Esta experiência profissional fornecer-lhe-ia material para a publicação de, pelo menos, dois romances: *For My Own Amusement* (1972) e *Diana* (1979). Desde cedo que Delderfield se interessou pelas Guerras Napoleónicas, tendo publicado vários textos de cariz ensaístico e historiográfico sobre este período. Terão sido, decerto, estes trabalhos que estiveram na génese da narrativa que integra o *corpus* do presente estudo. A maioria dos seus romances históricos baseia-se, todavia, nas experiências de jovens militares de regresso a casa, depois de combaterem ou na Primeira Grande Guerra ou nas guerras coloniais britânicas. Entre estes últimos contam-se a trilogia *A Horseman Riding By* (1966), *Come Home Charlie and Face Them* (1969), *The God is an Englishman* (1970) e o *best-seller To Serve Them All My Days* (1972).
49. A obra será adiante referida apenas como *Sharpe's Gold*. A edição consultada foi a de 1994.
50. A obra será adiante referida apenas como *Sharpe's Enemy*. A edição consultada foi a de 1994.
51. A obra será adiante referida apenas como *Sharpe's Escape*. A edição consultada foi a de 2004.
52. Trata-se de um vasto conjunto de narrativas que têm como fio condutor as aventuras e expedições heróicas do protagonista Richard Sharpe e dos seus companheiros, desenroladas durante o período das Guerras Napoleónicas, mais precisamente entre 1799 e 1821. Deste conjunto de vinte e três romances, apenas os cinco títulos referidos se desenrolam, total ou parcialmente, em território português.

Bernard Cornwell;⁵³ *Fire and Sword* (2009) inserida na série “The Wellington and Napoleon Quartet”⁵⁴ da autoria de Simon Scarrow;⁵⁵ e, finalmente, *Alone With Glory* (2008), *The Colour of Blood* (2009) e *A Different Kind of War* (2010) todas da autoria de Peter Youds⁵⁶ e inseridas no conjunto intitulado *Ties of Blood*.⁵⁷

Passar-se-á agora à análise do modo como as narrativas seleccionadas focaram, com mais ou menos intensa ficcionalidade, os dois principais actores político-militares do conflito.

-
53. Autor bastante conhecido na Grã-Bretanha, sua terra natal, Bernard Cornwell tem sido muito divulgado não só nos Estados Unidos (onde reside actualmente), mas também em variadíssimos outros países. Depois de frequentar um colégio interno, Cornwell inscreveu-se na Universidade de Londres e tornou-se professor antes de optar pela carreira de jornalismo. Trabalhou na BBC, primeiro como investigador de programas e, mais tarde, como correspondente na Irlanda do Norte. Foi durante o período passado em Belfast que iniciou a sua carreira de escritor de narrativas de inspiração histórica. Os seus romances foram traduzidos para mais de dezasseis línguas, alcançando rapidamente o topo das listas dos livros mais vendidos. De acordo com alguns críticos, a chave do seu sucesso poderá residir numa cuidadosa pesquisa histórica, bem como na forma envolvente com que confere vida às suas personagens. Cornwell investiga exaustivamente o enquadramento histórico-geográfico dos seus romances, deslocando-se, inclusivamente, aos lugares onde ocorreram as batalhas descritas na série Sharp.
 54. Constituída por quatro volumes – *Young Bloods* (2006), *The Generals* (2007), *Fire and Sword* (2009) e *The Fields of Death* (prelo) – a série retrata, de forma romanceada e em paralelo, as vidas dos dois grandes protagonistas das Guerras Napoleónicas: Bonaparte e Wellington. Os três primeiros volumes já foram traduzidos para português e publicados sob os títulos de *Jovens Lobos* (2008), *Os Generais* (2009) e *A Ferro e Fogo* (2010) respectivamente.
 55. Simon Scarrow nasceu em 1962, na Nigéria, vivendo actualmente em Norfolk, Inglaterra. É também autor da série “Eagle”, constituída, até ao momento, por nove volumes. Trata-se de um vasto conjunto de romances históricos sobre as legiões romanas, muitos dos quais já foram traduzidos para português.
 56. Peter Youds nasceu em Cheshire, em 1954, onde foi educado, mas actualmente vive em Nottinghamshire. No início da sua carreira profissional trabalhou no teatro e nos jornais, dedicando-se depois à indústria do entretenimento, à qual ainda se mantém ligado.
 57. Constituída até agora apenas por quatro romances, esta série acompanha as aventuras de dois meios-irmãos, Tom Herryck (dos *Royal Engineers*) e Robert Blunt (oficial da Infantaria Ligeira) desde 1808 até à batalha de Waterloo.

1.1. "Lord Villainton", "o General de Sipaaios", "o Fábio Britânico",
 "o Duque de Ferro", "Old Beaky", "the Conky", "the Nosy"
 "the Peer", "the Beau" ou "Old Arty": Sir Arthur Wellesley,
 Lord Wellington

Sob o ponto de vista da cronologia das Invasões Francesas, as primeiras referências a *Sir Arthur Wellesley*, no conjunto das narrativas portuguesas e britânicas em apreço, surgem em *Vencer ou Morrer*, logo aquando da passagem pelo Porto, a bordo do *HMS Crocodile*. Depois de desembarcar, *Sir Arthur* teria reunido, no Convento dos Bernardinos, com o Estado-maior do exército de Bernardim Freire de Andrade. À sua chegada ao edifício da Alfândega, o narrador retratou-o como um homem de estatura média, com menos de quarenta anos, de rosto comprido, fronte alta, nariz aquilino e olhos azuis-acinzentados.⁵⁸ Esta caracterização física encontra o seu paralelo nos romances britânicos, onde Arthur Wellesley era geralmente descrito como um homem que se apresentava sempre impecavelmente vestido, de impenetráveis, mas argutos olhos azuis acinzentados, nariz adunco, boca elegante, mas que sorria pouco e "de má vontade", e com uma expressão facial que raramente (ou nunca) se alterava. Em qualquer lado onde aparecesse, ainda que rodeado por outros oficiais, o chefe britânico era facilmente reconhecido: pela excelência da montada, pela casaca azul ou cinzenta (em contraste com as casacas vermelhas e as plumas usadas pelos seus homens), pela gravata branca, pela postura digna, austera e autoconfiante e ainda pelo enorme e arrogante nariz, que lhe valeu a alcunha de "nosy" ou "conky":

58. V. Henriques, 2010: 101.

'Old Nosey,' as we used to call him, was always immaculately dressed. His thin lips were ever closed. (...) There was more expression in his cravat than was ever to be seen in his face. (...)

I remember I saw him eating the drumstick of a chicken upon the beach of Mondego Bay. The first time I saw him in action was at Roliça. And I noted no change in the expression of his face, which, if it ever expressed anything, was one of superiority to all men and the world at large. On each occasion he was supremely calm; yet I know that he enjoyed that drumstick as much as he relished drubbing the French. (Gilson, 1898: 124)⁵⁹

Sob o ponto de vista psicológico, o futuro Duque de Wellington era caracterizado, tanto nas narrativas britânicas como nas portuguesas, como um militar com qualidades excepcionais, cauteloso, pragmático, frio e determinado. Nas narrativas em português, estas características foram particularmente assinaladas antes das batalhas. Assim, antes do início da batalha do Vimeiro (travada em 21 de Agosto de 1808), por exemplo, *Sir Arthur* apresentava-se como o exemplo paradigmático das características atribuídas aos seus homens, tal como se pode constatar através da descrição de um momento em que o exército expedicionário britânico aguardava a aproximação dos franceses:

Sir Arthur Wellesley, nos exórdios da sua carreira na Península, logo revelou qualidades, que o habituaram a competir com os mais ilustres capitães sem desafiar um daqueles imensos desastres, que imortalizam nas páginas da epopeia napoleónica o infortúnio de tantos generais. Concedendo pouco, ou nada, ao acaso e não estribando as combinações nos rasgos duvidosos de temerárias empresas, concebera o seu plano com prudência fria, que sempre em tudo caracterizou os seus cálculos. (Silva, 1866, vol. II: 158-159)⁶⁰

O mesmo se verificava nas narrativas britânicas, nas quais, durante os combates *Wellesley* era quase sempre visto calmo e imperturbável, montado a cavalo, tentando detectar os pontos fracos do

59. Veja-se também Sabatini, 1917: 154 e 226; e Lever, 1841: 237 e 245-246.

60. Veja-se também Silva, 1866, vol. II: 164; e Almeida, 1880, vol. IV: 441.

inimigo, dando novas ordens aos seus homens e comandando-os com serenidade, mas muita firmeza.⁶¹ Concluída uma contenda e confirmada uma vitória, a postura de Wellesley mantinha-se inalterada, tal como o protagonista de *The Spy* relatava, a propósito do final da batalha da Roliça:

And then, a man, who had dragged his horse by bridle up the hill-side, mounted, not ten yards from where I lay. I looked up at him, and saw it was Wellesley, calm and serene as ever.

A staff officer held his stirrup as he swung into the saddle.

He sat for a moment, with both hands resting on the pommel, looking straight before him, with a fixed steady gaze.

Then he spoke; and there was not a shadow of emotion in his tones, though he flavoured his words with a strong oath than I care to set down here.

'We've done 'em, by gad. They're on the run!' (Gilson, 1898: 131)

Nas narrativas britânicas, *Sir Arthur Wellesley* era caracterizado, acima de tudo, como um militar motivado por um elevado sentido de dever, jamais abandonando as suas obrigações, e extremamente determinado: uma vez definidos os seus propósitos, levá-los-ia até ao fim, ultrapassando todos os obstáculos que porventura se colocassem à sua frente.⁶² Homem de poucas palavras, calmo, frio, altivo, era respeitado, idolatrado e aclamado pelos seus subordinados.⁶³ Embora Wellington parecesse ignorar quaisquer manifestações de afecto ou louvor, no seu íntimo, todos sabiam que o comandante-chefe se preocupava genuinamente com os seus homens, tendo-lhes sempre dado provas inequívocas do apreço que por eles nutria. De acordo com o protagonista de *The Spy*, Wellington não procurava conquistar simpatias, olhando até com indiferença para os homens que davam vivas à sua passagem. No entanto, estes não só sabiam que ele prezava muito os seus soldados, como também tinham total

61. V. Gilson, 1898: 123, 125-126; e Youds, 2010: 165.

62. V. Scarrow, 2009: 200.

63. Deve notar-se que esta atitude por parte dos seus subordinados não encontra uma correspondência total na mais recente historiografia britânica, pois, de acordo com Charles Esdaile, por exemplo, Wellington podia ser injusto ou até cruel para com os seus homens, os quais, embora o respeitassem e nele confiassem, verdadeiramente não gostariam muito dele. Cf. Esdaile, 2009, vol. IV: 75-100.

confiança no seu génio e capacidade de decisão, avançando para uma batalha seguros da vitória. Os homens tinham-se habituado de tal forma a respeitar-lhe as capacidades militares, a clareza das ideias e as opções estratégicas, que as ordens eram cumpridas sem qualquer contestação e as tomadas de posição acatadas sem hesitações.⁶⁴

Não obstante esta postura distante, fria e altiva, Wellington foi caracterizado como um homem com grande sentido de humor, característica geralmente atribuída aos britânicos nas narrativas em português, mas que encontra o seu paralelo nos romances escritos em inglês. Assim, no conto de Júlio Dantas, *O Moleiro de Sula*, onde Wellesley surge como personagem, a propósito do seu aboletamento numa pequena cela do convento da Serra do Buçaco, por ocasião da batalha travada naquela região, o narrador descrevia a chegada de *Sir Arthur* aos seus aposentos, na companhia do Estado-maior, sublinhando justamente o pragmatismo e o sentido de humor que caracterizava o chefe dos exércitos aliados, até por oposição a uma atitude algo sobranceira atribuída a alguns dos seus generais:

Wellesley entrou pela portaria, de chapéu na cabeça; os generais seguiram-no, de roldão; apenas Craufurd (...) se lembrou de perguntar ao Prelado, atirando-lhe à cara baforadas de fumo, onde ficava o quarto de *Lord Wellington*. Frei Manuel pediu licença para os acompanhar, deteve-se diante da última porta da direita antes de chegar ao claustro, e, baixando os olhos, murmurou, confuso e humilde:

– É a minha cela. Não temos outra menos pobre para oferecer a Sua Ilustríssima.

– His Excellency! – emendou Picton, franzindo o sobrolho e enterrando o chapéu alto até às orelhas.

Quando se abriu a porta do quarto que a Comunidade destinara a Wellesley, os generais entreolharam-se. Era um rebaixo de telha vã, cavado na terra, que recebia luz de uma fresta de grades e onde só podia entrar dobrado pelos rins, lura de coelhos ou toca de animal bravio que os servos de Deus – desafeitos já a mimos na dureza e na miséria do cenóbio – tinham entretanto alindado, estendendo sobre o catre um pano de damasco

64. Veja-se Henty, 1880: 108; Gilson, 1898: 124; Forester, 1832: 1; Cornwell, 1981: 27 e 177; Cornwell, 1984: 343-344; e Youds, 2009: 54 e 103.

vermelho trazido do arcaz da sacristia, enchendo de água pura um cantarinho de barro ressumante e deixando à vista – porque era a mais rica alfaia do aposento – o bispote de prata que as freiras de Lorvão lhes haviam mandado de presente quando, em tempo, se esperara no conventinho a visita da Rainha viúva de Inglaterra. Wellesley gostou da novidade – ‘very well! Very well!’ –, baixou a cabeça, entrou na cela onde dois homens não caberiam e, com aquela ponta de humor que caracteriza a história anedótica da bravura inglesa, convidou os generais a entrar e a sentarem-se para o Conselho. Todos se riram –, até os frades. (Dantas, 1961: 194)⁶⁵

Da perspectiva dos britânicos, Wellington aliava o seu apurado sentido de humor a qualidades de um grande diplomata, embora nunca tivesse demonstrado muito talento como político.⁶⁶ Teria sido, porventura essa falta de gosto pela política que lhe trouxera alguns dissabores junto dos governantes britânicos, os quais nem sempre teriam compreendido as atitudes de *Sir Arthur Wellesley*.⁶⁷ Assim, de acordo com o protagonista de *The Spy*, Arthur Wellesley tinha um extraordinário sentido de humor e uma ironia muito peculiar, áspera e pungente, mas, acima de tudo, era um simples militar, talvez um pouco arrogante, mas com uma vontade de ferro.⁶⁸

A chegada de Wellesley a Lisboa em 1809, por ocasião dos preparativos para o início da marcha em direcção ao Porto, reconstituída em *Fire and Sword*, *The Colour of Blood* e *Vencer ou Morrer* constitui um episódio emblemático, do ponto de vista da caracterização do comandante das forças aliadas, a dois níveis: a popularidade que alcançara junto dos portugueses; e a sua extraordinária capacidade de organização e de comando. Assim, os narradores dos romances citados sublinhavam o entusiasmo e as demonstrações de regozijo com que fora recebido pela população de todas as classes sociais, ao desembarcar em Lisboa, no dia 22 de Abril:

65. O estabelecimento do quartel-general de Wellington no Convento do Buçaco e o aboletamento de chefe militar britânico numa das celas foram aspectos também referidos por Youds, 2010: 151.

66. Este vector encontra correspondência total nos mais recentes trabalhos de cariz historiográfico, nos quais o crescimento da oposição à sua política, na Câmara dos Comuns, conduziria ao seu pedido de demissão do cargo de Primeiro-ministro em 1830. Cf. Vicente, 2006: 63-64.

67. V. Youds, 2010: 36.

68. V. Gilson, 1898: 124-125.

No Terreiro do Paço ressoaram acalorados vivas e aclamações de grupos com guitarras e tambores. As damas acorreram em liteiras pintadas e de lenços brancos ao pescoço e xailes; os cavalheiros traziam os seus tricórnios decorados com fitas azuis e vermelhas e um lema escrito na frente – ‘Vencer ou Morrer’. Havia camponeses de camisa branca e chapéu preto, vendedores de sardinha, de limonada, e os de castanha lançando o sal alto com a palma da mão; (...) cantores entoavam os feitos de Arthur Wellesley e mostravam-se quadros em que a Vitória colocava uma coroa de louros numa nobre cabeça de nariz aquilino!

Caíra no goto dos lisboetas o general, no qual sentiram a lucidez dos chefes e a determinação dos bravos. (...) Havia uma confiança geral no seu talento, a esperança de que se operaria uma mudança propícia, e o entusiasmo subiu ao rubro quando se soube que iria assumir o comando-geral de ambas as forças, britânicas e portuguesas. (Henriques, 2010: 191)

Se o narrador de *Vencer ou Morrer* associava este entusiasmo colectivo à celebração do espírito patriótico do povo português e à esperança de libertação do jugo napoleónico, o narrador de *Fire and Sword*, por seu turno, ao relatar os mesmos acontecimentos, pretendia sobretudo evidenciar que os portugueses haviam colocado a amarga experiência da “Convenção de Sintra” para trás das costas. Deste modo, *Sir Arthur* não precisaria de desperdiçar o seu valioso tempo na reconstrução da confiança entre a Grã-Bretanha e os seus aliados, podendo colocar os seus planos em prática com a maior celeridade possível.⁶⁹

Na verdade, poucos dias depois de chegar a Lisboa, Wellesley, com a sua extraordinária capacidade de organização e de comando, conseguira pôr em funcionamento a complexa máquina de guerra necessária para avançar rapidamente rumo ao Norte, resolvendo todos os problemas e as contrariedades que constantemente surgiam no seu bem delineado e programado caminho. Assim, em pouco tempo, *Sir Arthur* equipara e mobilizara cerca de vinte e cinco mil homens, incluindo mantimentos e transporte – mulas, carros de bois, forragens, carne salgada, aguardente, biscoitos, gado para abate, cartuchos, cobertores e sapatos – supervisionara as tarefas dos

69. V. Scarrow, 2009: 627.

seus generais e dos oficiais do seu *staff*, negociara com a Regência, cujos membros não confiavam inteiramente nos britânicos, e preparava-se para marchar até ao Porto, totalmente decidido a expulsar o Marechal Nicolas Soult do país.⁷⁰

Já no rescaldo da retirada de Soult, Wellesley foi ainda muito elogiado pelo narrador de *O Mutilado de Ruivães*, devido ao facto de ter sido o primeiro a criticar a atitude das tropas britânicas, que roubavam, matavam, exerciam as maiores violências nas casas onde ficavam aboletadas, apoderando-se de diversos animais e utensílios, não obstante o protesto dos seus donos. Em vários momentos, *Sir Arthur* teria manifestado por escrito um intenso desagrado face ao comportamento indecoroso dos seus homens, tanto junto do Embaixador britânico em Lisboa como junto do Primeiro-ministro em Londres, chegando mesmo “a mandar enforcar alguns soldados pelo cometimento de roubos e outras violências”. (Moutinho/Silva, 1980: 165)

Curiosamente, deve notar-se que os narradores de *O Segredo do Abade*, *O Major Napoleão* e *Os Homens da Cruz Vermelha*, numa comparação entre o carácter de Wellesley e de Bonaparte, caracterizam o lorde britânico como um homem de apurado senso comum, inteligente, frio, reflexivo, mas não propriamente genial.⁷¹ Pelo contrário, nos romances britânicos, a genialidade é uma das características mais frequentemente atribuídas a *Sir Arthur Wellesley*. Pouco antes do início da travessia do Douro, para a libertação do Porto, Charles O'Malley descrevia a forte impressão que lhe causara a presença daquele homem frio, determinado e genial, que, no momento decisivo, parecia ter nas mãos o destino do mundo:

Never before did I look upon such a perfect impassibility: the cold determined expression was crossed by no show of passion or impatience. All was rigid and motionless, and, whatever might have been the working of the spirit within, certainly no external sign betrayed them; and yet what a moment for him must that have been! Before him, separated by a deep and rapid river, lay the conquering legions of France, led on by one [Soul]

70. V. Youds, 2009: 53-54.

71. V. Gama, 1864: 174; Chagas, 1867: 61; e Almeida, 1880, vol. IV: 487.

second alone to him whose very name had been the 'prestige' of victory. Unprovided with every regular means of transport, in the broad glare of the day (...) he dared the deed. (...) What must have been his reliance upon his own genius!⁷² (Lever, 1841: 238)

Na verdade, um dos vectores, porventura o mais recorrente que, de alguma forma, atravessam todas as narrativas britânicas prende-se justamente com o elogio, por parte dos narradores e/ou das personagens, à genialidade de *Sir Arthur Wellesley*, a qual se tornara evidente desde muito cedo.⁷³ Um dos múltiplos exemplos que, neste contexto, se poderia dar, encontra-se associado à eficácia das Linhas de Torres. Assim, tal genialidade assentaria em três vectores fundamentais: a forma como articulava toda a sua estratégia, antes e durante a invasão de André Masséna, em função das Linhas de Torres; o trabalho incansável e metódico a que se dedicava diariamente; e, por fim, a inteligência extraordinária com que soubera manter o secretismo durante os trabalhos de construção das fortificações inexpugnáveis.

O primeiro aspecto foi assinalado, por exemplo, pelo narrador de *Lads of the Light Division*, o qual acentuava o cariz visionário de um chefe militar verdadeiramente excepcional. Assim, na sua perspectiva, enquanto os franceses se preparavam para o que os seus generais esperavam ser a derrota total das forças aliadas, Wellington, cuja ideia premente era a protecção de Lisboa, tinha preparado as Linhas de Torres para defender a capital e sabia que quando se encontrasse protegido atrás dessas fortificações, poderia desafiar a Europa inteira. Em número muito inferior ao inimigo, o exército aliado teria poucas hipóteses de "virar o jogo" contra os franceses até à chegada de reforços de Inglaterra e, conseqüentemente, em Setembro de 1810 a estratégia de Wellington visava atrasar o inimigo o máximo tempo possível, com a esperança de o defrontar e vencer, ocasionalmente durante o recuo táctico até Torres Vedras.⁷⁴ A sua extraordinária capacidade de trabalho e de organização, resultantes, em parte, da grande necessidade em cumprir o seu dever e de dar o melhor exemplo aos subordinados, foram assinalados sobretudo em *A Different*

72. Sublinhado nosso.

73. V. Gilson, 1898: 121.

74. V. Mockler-Ferryman, 1909: 94-95.

Kind of War, justamente a propósito da planificação e da construção das Linhas. O narrador caracterizava-o como um homem enérgico, metódico e com uma clara noção de como haveria de enfrentar os desafios. Abraçava o seu dever com grande entusiasmo e equilibrava as exigências das suas tarefas militares e diplomáticas com grande mestria. Pela sua secretária passavam diariamente vastas quantidades de papelada, mas Wellington orgulhava-se de nunca se retirar à noite, sem que tudo estivesse tratado e arrumado.⁷⁵ O último vector enunciado – a inteligência extraordinária com que soubera manter o secretismo das fortificações – tornou-se particularmente visível em *Sharpe's Gold*, por exemplo, no momento em que o protagonista e o seu companheiro de viagem se aproximavam da primeira Linha de defesa:

They rode in the lengthening shadows down the paved highway into Lisbon. It was crowded with carts, carrying building stone, and with the labourers who were making one of the great wonders of military world, a fortress covering five hundred square miles that would stop the French in the year 1810 and would never be used again. Sharpe admired Wellington for a clever man,⁷⁶ because no one outside Lisbon, seemed to know the lines existed, and the French, their tails up, would come hallooing down the southern road. And stop. (Cornwell, 1981: 245)

Não obstante o facto de, nos romances britânicos, Wellington ter sido, indiscutivelmente, representado como um génio, um brilhante estratega e um chefe militar cujo comportamento era irrepreensível, por vezes os narradores não deixaram de aludir à oposição que se fazia sentir em Inglaterra face às medidas adoptadas na guerra da Península pelo recém-nomeado Par do reino. Deste modo, de acordo com o narrador de *The Snare*, em Londres, os jornalistas medíocres e os homens do calibre de lorde Grey⁷⁷ ao criticarem e censurarem de forma precipitada as operações de

75. V. Youds 2010: 37.

76. Sublinhado nosso.

77. Tratava-se de Charles Grey (1764-1845), 2º Conde de Grey, deputado e depois Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-ministro no início do reinado de William IV, cargos que ocupou por curtos períodos de tempo. *Lord Grey* foi partidário de Fox, defendia a reformas eleitoral, tendo-se sempre deparado com a forte oposição dos *Tories* e da Câmara dos Lordes. Politicamente, Grey seguiu uma linha contrária à de Wellington.

Wellington, só demonstravam a sua enorme ignorância militar. Todavia, *Sir Arthur* tivera conhecimento da explosão de ira e da denúncia feita pela oposição quando, meses antes, fora feito Par do reino, após a vitória de Talavera, e, portanto, tinha plena consciência da impopularidade crescente da guerra na Grã-Bretanha, bem como da impaciência do Governo perante a sua aparente falta de actividade nos últimos meses. Desconhecendo o que se estava a preparar tão intensamente – as Linhas de Torres – um dos membros do *Cabinet* ter-lhe-ia escrito, de forma exasperada e gratuita, o seguinte: “For God’s sake do something – anything so that blood be split.” (Sabatini, 1817: 3)⁷⁸ Se, para os seus homens, Wellington era, indiscutivelmente, o único general britânico capaz de derrotar os franceses, os seus compatriotas em Inglaterra, tiveram algumas dúvidas acerca disso.⁷⁹ No entanto, essa oposição serviu, não raro, o mesmo propósito, ou seja, enaltecer (ainda mais) a determinação e as qualidades de comando deste “duque de ferro”.⁸⁰ Considera-se, aliás, que as narrativas em inglês pretenderam veicular a ideia de que teriam sido justamente essas qualidades que haviam permitido ao chefe britânico lidar com todas as dificuldades criadas pelos governantes portugueses, tal como se pode constatar no excerto seguinte, resultante de um diálogo travado entre dois oficiais britânicos, Dick Ryan e Terence O’Connor, personagens ficcionais de *Under Wellington’s Command*:

‘The Portuguese government is as troublesome and as truthless as that of Spain, but Wellington is able to hold his own with them,⁸¹ and there is little doubt that the regular regiments will fight and be really of valuable assistance to us, but these have been raised in spite of the constant opposition of the Junta at Lisbon.’ (Henty, 1899: 161)

78. Veja-se também Youds, 2010: 36-37.

79. V. Cornwell, 1981: 29.

80. V. Sabatini, 1917: 3.

81. Sublinhado nosso.

Em síntese, pode afirmar-se que, de um modo geral, os romances portugueses perpetuaram na memória colectiva do povo uma imagem bastante positiva do “salvador da pátria.”⁸² Para os britânicos, Wellington era um homem verdadeiramente excepcional, um génio, um grande herói nacional.

1.2. “The Great Man”, “the Boney”, “the Corsican Tyrant”,
 “o Anti- Cristo”, “o Génio do Mal”, “o César Francês”
 ou “a Grã-Besta do Apocalipse: Napoleão Bonaparte

Contrariamente a Wellington, Napoleão Bonaparte (1769-1821) surgiu como personagem ficcional apenas num romance português, *A Filha do Polaco*, e ainda assim a propósito da acção da Legião Portuguesa fora do país. Neste contexto, esse conjunto de homens portugueses ter-lhe-ia merecido particular atenção, mas como estava longe e recebia com inevitável atraso as informações relativas àquelas unidades, ter-se-ia visto na necessidade frequente de modificar ou anular num dia as ordens que dera na véspera. O narrador veiculava ainda a ideia, também explorada a propósito de Nicolas Soult e sobretudo de André Masséna, de que Napoleão contava muito com a bravura dos seus marechais, mas confiava pouco no espírito de cooperação entre eles, pois por inveja, ciúmes, rivalidades ou desejo de benesses por parte do Imperador, os chefes militares franceses tentavam, não raro, projectar o seu brio pessoal em prejuízo de uma estratégia comum e do êxito de uma campanha. Assim, Bonaparte não se limitava a indicar-lhes o objectivo político ou o plano militar, mas tutelava-os enviando com uma periodicidade extraordinária cartas com ordens muito específicas.⁸³

De facto, como se sabe, Napoleão nunca pisou o solo português, o que justifica, em grande medida, a sua ausência nas narrativas ficcionais lusas. Não obstante, encontram-se várias referências à personalidade do Imperador, as quais não eram muito abonatórias em relação ao seu carácter. Excêntrico, obstinado e despótico também

82. Cf. Leitão, 1990: 136-138 e/ou Bello, 2003: 71.

83. V. Júnior, 1903, vol. III: 6.

nas suas relações pessoais e de amizade, Napoleão chegava a ser ingrato e cruel para com aqueles(as) que, não raro por mero capricho de imperador, tinham passado a ser presenças indesejáveis. Assim, de acordo com o narrador de *No Tempo dos Franceses*, “quem caísse no desagrado de Napoleão não podia viver sossegado no lugar que lhe aprouvesse”, (Benevides, 1894: 166) pois Bonaparte facilmente emitia uma ordem de exílio que desterrava qualquer um para locais absolutamente imprevisíveis.⁸⁴

Para os narradores portugueses, o casamento com a jovem princesa austríaca, Marie Louise de Habsburg, coroava, em 1810, a vertiginosa ascensão de Bonaparte, mas representava também o seu sonho louco de grandeza. Para o narrador (e protagonista) de *Vencer ou Morrer*, o matrimónio simbolizava o cúmulo da ironia na contradição patente entre os ideais da Revolução e o comportamento do Imperador: o chefe da Casa da Áustria, depois de sofrer humilhantes derrotas infligidas por Napoleão, tornava-se não só seu sogro, mas também seu aliado. Por outro lado, Bonaparte, depois de se divorciar da sua Imperatriz crioula, Joséphine, casava, numa cerimónia de grande ostentação, com uma sobrinha-neta da malograda Rainha Marie Antoniette.⁸⁵ Da perspectiva do narrador de *O Mutilado de Rivières* tratava-se de uma aliança que “lhe havia de ser fatal, porque fora imposta mais pela força das armas do que pelos ditames da amizade e dos interesses económicos e espirituais prevalecentes entre os dois grandes estados.” (Moutinho/Silva, 1980: 271)

O narrador de *O Anel Misterioso* considerava que Napoleão utilizara sempre a força dos seus exércitos e o sofrimento dos soldados para vencer os opositores e, à medida que ia acentuando o seu poder, o homem que, no passado, tanto pugnara pela liberdade dos povos tinha-se transformado num déspota cada vez mais audacioso, um verdadeiro tirano, um César que tudo e todos subjugava à sua vontade e ao sabor das suas fantasias.⁸⁶

Muitas das referências feitas pelos textos a esta controversa figura histórica consubstanciavam, em grande medida, a imagem paradoxal das grandes personalidades francesas veiculada pelos textos em

84. Veja-se também Benevides, 1894: 303-308.

85. V. Henriques, 2010: 249.

86. V. Pimentel, 1873: 186-188.

apreço. Deste modo, atraídos pelos ideais da Revolução e até, numa primeira fase, pelas ideias de Bonaparte, as personagens dos romances portugueses não podiam concordar, de forma alguma, com certas acções do Imperador e muito menos com a invasão do reino pelos seus exércitos. Atente-se, a este propósito, nas palavras de Daniel Pinto, uma das personagens principais de *O Amor em Armas*:

– Porque – justificava [Daniel] – uma coisa são as ideias políticas e outra a sua prática, sendo inadmissível impô-las pela força das armas a invadir e pilhar os povos. Também é manifesto que a acção de Napoleão, um autocrata que a si próprio pôs a coroa de Imperador, nada tem a ver com o ideário da liberdade, igualdade e fraternidade que deriva da Revolução Francesa. Por isso, como português, que sou acima de tudo e de tal me orgulho, propugno a luta armada contra os invasores (...). (Vidal, 2009: 165)

Apelidado de “Boinaparte”, “anticristo” ou “inimigo do Papa de Roma e do Senhor Príncipe Regente”, (Gama, 1864: 29) Napoleão era, simultaneamente, reconhecido como um homem excepcional na sua genialidade, “o mais assombroso general que o mundo tem conhecido,” um homem verdadeiramente prodigioso, que, “partindo de tão baixo, atingira os píncaros mais vertiginosos das grandezas humanas.” (Chagas, 1867: 9 e 25-26) A imagem de grande opressor cruzava-se, assim, com a de figura providencial, que, lutando contra o despotismo, percorria a época com o fulgor e a rapidez de um relâmpago.⁸⁷

Nas narrativas britânicas em apreço, Napoleão surgiu como personagem apenas em *Fire and Sword*, embora fosse referido em muitas outras, à semelhança, aliás, do que se verificou nos romances em português.

De todas as possibilidades de caracterização de Bonaparte em *Fire and Sword*, uma das que se afigurou mais curiosa resultou da forma como o próprio Wellesley, também uma das personagens principais da narrativa, percepcionava o seu futuro rival. Para *Sir Arthur*, Napoleão comungava de um defeito de carácter existente em alguns

87. V. Gama, 1863: 248-249; Silva, 1865: 32-33; Chagas, 1867: 15-17 e 23; Dias, 1902: 136; e Moutinho/Silva, 1980: 271.

homens que os levam a desejar o poder sem limites. Em consequência, nunca se sentem satisfeitos com o serviço que prestam ao seu próprio país, pois o seu sentido de dever é de tal modo corrompido pela ambição que só sentem obrigações para com eles próprios, ignorando tudo o resto. Todavia, Bonaparte era também fruto de um momento específico da História, pois se não fosse a Revolução em França dificilmente teria alcançado qualquer posto significativo no exército. Para Wellesley, a Revolução concebera Bonaparte, da mesma forma que criara muitos dos que então ocupavam cargos de poder em França. A Revolução dera forma a Napoleão, oferecera-lhe todas as oportunidades de progresso na carreira militar e política, conduzira-o ao despotismo, forçando os britânicos a combatê-lo até às últimas consequências.⁸⁸ Deve notar-se que, em muitos momentos, esta apreciação do carácter de Bonaparte constituía, em grande medida, uma forma indirecta de enaltecer a personalidade do futuro Duque de Wellington.

Em *Charles O'Malley*, Napoleão Bonaparte foi caracterizado como um homem caprichoso, de mau génio e temido pelos seus inferiores.⁸⁹ Em *Death to the French* e *A Different Kind of War* foi ridicularizado e criticado devido ao seu recente casamento com Marie Louise, acontecimento também referido nos romances portugueses, como se viu. Assim, tanto nas narrativas em inglês como em português, a ausência de Napoleão na Península, em 1810, foi maliciosamente atribuída à sua distração com assuntos domésticos e operações conjugais:

'We had expected Napoleon himself,' said General D'Urban (...) a note of disappointment in his voice, 'but it appears he finds himself otherwise engaged.'

'The gentleman has discovered that his new marriage agrees with him, do you think?' William Warre asked a twinkle in his eye.

There were knowing smiles: they were all aware that the emperor had long told the world he was coming to Spain at the head of a mighty army, finally to crush the hated English and evict them the Peninsula, but it seemed he had become distracted by the problems of divorce and then by his showy

88. V. Scarrow, 2009: 482-483.

89. V. Lever, 1841: 263.

marriage to Marie Louise of Austria. Now it appeared that he had decided that domestic matters in Paris were more important than the business of dealing with the British troublemakers and he had given the honour of completing the task to Marshal Masséna (...).’ (Youds, 2010: 53)⁹⁰

Em *Death to the French*, as personagens francesas, a passarem grandes dificuldades para sobreviver às portas das Linhas, acusavam-no claramente de se pavonear com a sua jovem e recente esposa, ganha pelo direito de conquista – uma autêntica princesa de Habsburgo, descendente de imperadores –, pouco se importando com a situação dos homens que enviara para tão longínquas e inóspitas paragens.⁹¹

Por seu turno, os soldados ao seu serviço sentiam-se traídos por promessas não cumpridas e mostravam-se muito desapontados face à ausência do Imperador nesta nova campanha, pois sabiam que o comando de Bonaparte era sinónimo de glória para os seus homens. Embora reconhecessem que Napoleão saberia, decerto muito bem, o que estava a fazer, as causas mais evidentes dessa ausência pareciam-lhes pouco aceitáveis. Assim, de acordo com o narrador de *A Different Kind of War*, os homens estavam insatisfeitos, sentindo que a verdadeira glória lhes estava a ser negada porque iam ser enviados para uma “terra de trevas” sem o seu grande cabo-de-guerra. Contrariamente a tudo o que lhes tinha sido prometido e a todas as notícias dos jornais, informando que o Imperador ia cair sobre o inimigo e atirar os leopardos ao mar, agora parecia que Bonaparte não viria em pessoa chefiar o exército. Fora uma amarga surpresa para todos aqueles que tinham marchado desde Bayonne ou de mais longe ainda. Todos sabiam que onde estava o Imperador, onde Napoleão comandava, havia glória garantida. Bonaparte sempre dissera que desejava chefiá-los em pessoa, que queria lá estar quando os ingleses fossem expulsos e os impertinentes portugueses e espanhóis postos no seu lugar. Porém, tinha-se tornado evidente que o Imperador iria abdicar dessa satisfação. Estava demasiado ocupado em Paris, a celebrar o seu novo e importante casamento e a forjar habilmente as

90. Veja-se também Henriques, 2010: 250.

91. V. Forester, 1932: 46.

relações diplomáticas que poderiam manter os austríacos, os russos e os prussianos controlados enquanto ele tratava da Península. Os soldados sentiam-se terrivelmente desiludidos, mas reconheciam que o Imperador sabia certamente qual o melhor caminho a seguir.⁹²

Tanto em *Sharpe's Gold* como em *Sharpe's Escape*, Napoleão foi caracterizado de forma muito idêntica à dos chefes militares franceses que surgiram como personagens em outras narrativas da autoria de Bernard Cornwell, como Sault e Masséna. Assim, no primeiro caso, a mil milhas de distância da fortaleza de Almeida, Napoleão, "a small man with an untidy hank of hair and an insatiable appetite for work", (Cornwell, 1981: 118) mostrava-se pouco satisfeito com o que lera no último despacho enviado por Masséna e interrogava-se se o Marechal, que ele próprio convertera em Príncipe de Essling, estaria a perder faculdades, pois não compreendia por que razão demorava tanto tempo a atingir os seus objectivos, nomeadamente o de entrar em Portugal. Porém, confiando excessivamente nas capacidades dos seus exércitos e acreditando que mais tarde ou mais cedo os britânicos apenas teriam pela frente o terror, a vergonha e a derrota, Napoleão bocejou e foi-se deitar com a sua princesa austríaca. Enquanto isso, o próprio Masséna, também demasiado confiante na vitória, entretinha-se com a sua jovem amante, não muito longe da fronteira portuguesa.

Em *Sharpe's Escape*, o diálogo travado entre Masséna e o seu *staff*, reunidos na sala de jantar do palácio do arcebispo de Coimbra, depois da derrota do Buçaco, afigurava-se revelador de um certo desinteresse, por parte de Napoleão, face à dramática situação de *L'Armée du Portugal*, decorrente, em grande medida, do excesso de confiança que depositara nos seus exércitos e respectivos chefes. Assim, de acordo com o narrador, quando André Masséna solicitou o envio de mais homens, o Imperador enviara uma mensagem onde se lia que as forças de que o Príncipe de Essling dispunha eram as adequadas, pois o número de tropas inimigas era irrisório e a missão de invadir e conquistar Portugal apresentava-se como uma tarefa fácil. Através do raciocínio do próprio Masséna, o narrador veiculava a imagem de que o Imperador desconhecia totalmente a situação que os seus

92. V. Youds, 2010: 66.

homens enfrentavam.⁹³

Pelo contrário, num diálogo travado entre duas das personagens de *With Moore at Corunna* tornava-se evidente, para os militares britânicos, que se Bonaparte viesse, em pessoa, chefiar os seus exércitos na Península, o rumo da guerra seria completamente diferente. Das suas perspectivas, a única razão pela qual a Península Ibérica ainda não tinha sido conquistada residia no facto de os generais franceses andarem sempre a discutir entre si, mas com o próprio Napoleão a comandar, a história teria sido ou viria a ser completamente diferente.⁹⁴

Curiosamente, em *Too Few for Drums*, a astuta e experiente vivandeira, Gwyneth, reconhecia que Napoleão tinha conseguido levar o progresso aos territórios conquistados, melhores condições de vida para os mais desfavorecidos e, talvez mais importante do que isso, tinha conseguido, pelo menos no seio do exército francês, abolir as diferenças de berço, algo que, infelizmente, da sua perspectiva, não acontecia no britânico. Para esta mulher, que tinha aprendido tudo o que sabia nas Guerras Napoleónicas, Bonaparte ainda simbolizava os ideais da Revolução Francesa, a qual mudara para sempre os preconceitos sociais, algo que, lamentavelmente, não previa que pudessem vir a acontecer na conservadora Grã-Bretanha:

‘He [Bonaparte] offers roads, bridges, good harvests, a thriving trade, manufactories, aye, and something more, I think, judging from what I have heard from French prisoners in Lisbon. He gives them something no other ruler ever gave them, a share in his glory. In our army is very different Mr Graham.’(...)

‘The French are all one, you understand, the rich and the poor, the officers and the rankers. There is no flogging in the French army and the provosts do not hang a man for looting. (...) They made a revolution in France and it will never be the same for them. Perhaps one day we shall make a revolution but I think not. We sing that we are never slaves but it is not really so because in England property is everything and a man is judged not on what he is but on what he owns. (...)’(Delderfield, 1964: 138-139)

93. V. Cornwell, 2003: 231-232.

94. V. Henty, 1897: 97.

Pelo contrário, para um dos protagonistas de *Alone With Glory*, o Tenente Tom Herryck, Napoleão representava o despotismo, a crença na superioridade da França, a maior ameaça para a Europa e o mais temível inimigo de Inglaterra. Considerando as fronteiras naturais da França idênticas às do antigo Império Romano, Napoleão fizera com que os franceses acreditassem que o seu destino (e até o seu direito) era o de governar a Europa inteira e, portanto, daria todos os passos necessários para alcançar esse fim.⁹⁵ Considerando-o também um tirano atroz, o protagonista de *The Spy*, não deixava, no entanto, de se surpreender pela forma como aquele homem – decerto extraordinário e porventura com poderes sobrenaturais – conseguia, mesmo sem estar presente, inspirar os seus homens, fazendo-os lutar, até à morte, pela glória do seu nome.⁹⁶

De certa forma, pode concluir-se que, embora por razões diferentes, tanto os romances portugueses como os britânicos veicularam imagens algo paradoxais de Napoleão Bonaparte, mas cujas razões implícitas são fáceis de compreender. Para os ingleses, Napoleão era o déspota a abater, mas era também um homem genial que só poderia ser derrotado por um outro génio. Para os portugueses, Napoleão simbolizava a imagem (aparentemente) paradoxal dos franceses, assente no facto de estes representarem, a um tempo, o invasor impiedoso e violento, mas também o povo oriundo de uma civilização à época considerada modelar e superior.

2. Nos Filmes

Através da simplificação e da necessária caracterização visual que a imagem fílmica pede (já que dar corpo implica a opção por dados específicos e concretos, e exige, pela natureza do próprio acto de recepção fílmica, a redução da acção aos seus vectores fundamentais) é mais fácil verificar no cinema, e em alguns filmes televisivos, aquilo que pode deduzir-se da leitura atenta dos romances sobre os quais incidiu o ponto anterior. Wellington e Napoleão são duas figuras que,

95. V. Youds, 2008: 82.

96. V. Gilson, 1898: 123.

do ponto de vista da representação histórica e ficcional e do imaginário colectivo europeu, não existem uma sem a outra, funcionando como as duas faces de uma mesma moeda, a de uma Europa em ebulição no início do século XIX, cujo território global se anexava, aos poucos, ao império francês liderado por Bonaparte.

Os destinos destes dois grandes chefes parecem, aliás, estar marcados por sinais que os ligam desde o início: nasceram ambos em 1769, eram ambos ilhéus – Napoleão da Córsega e Wellesley da Irlanda –, procediam ambos de estratos sociais nobiliárquicos, embora a fidalguia de Napoleão começasse por ser mais pobre e discreta do que a do seu congénere britânico, e estudaram contemporaneamente em grandes academias militares, locais que revelaram os seus respectivos talentos, não evidenciados claramente nos estudos anteriores. Napoleão era, porém, desde cedo, um leitor voraz, aliando a capacidade e a curiosidade intelectuais à habilidade estratégica e militar.

À medida que os acontecimentos bélicos do início do século XIX os vieram a opor, tornou-se claro que glorificar um destes dois grandes chefes militares resultava, implicitamente, na valorização (positiva ou negativa) do seu adversário, já que só a grandeza de um deles podia justificar o valor do que se lhe opunha. Tornou-se significativo, por isso, notar que os poemas encomiásticos de Wellington, escritos em Portugal na época da Guerra Peninsular, faziam do Imperador francês o negativo do seu homólogo britânico: Wellington era tanto mais “divino” quanto mais Napoleão se afigurava “diabólico”. Tais poemas – vale a pena lembrar – foram escritos em pleno conflito, quando o sofrimento dos portugueses estava no auge e, por outro lado, resultavam de uma absoluta necessidade política, já que era decisivo para o sucesso político-militar da guerra que o povo português não apenas odiasse visceralmente o causador último do seu infortúnio como também apoiasse incondicionalmente o chefe do exército anglo-luso. Estes textos, muitas vezes de discutível qualidade literária, constituem, portanto, uma importante documentação de uma certa forma de radicalização que atingiu a imagética referente a cada um dos dois militares, tipificando as suas características de forma linear e redutora.⁹⁷

97. Cf. Bello, 2007: 71-79.

Porém, no cinema, realizado muitos anos depois e muitas vezes com a colaboração de actores britânicos, essa espécie de equilíbrio de forças entre os dois colossos militares assumiu uma forma idêntica à dos romances: embora, aqui e ali, se encontrem críticas ou até mesmo retratos caricaturais de um dos dois chefes, a tendência geral foi bastante equilibrada na sua caracterização, denotando a mútua admiração que, para lá da inimizade da guerra, se fazia sentir.

Da cerca de uma dezena de filmes estrangeiros estreados em Portugal sobre a Guerra Peninsular só menos de metade retrataram os seus chefes militares. Para exemplificar atente-se em três casos: o conhecido filme de 1970 dirigido por Sergei Bondarchuk e produzido por Dino de Laurentiis, intitulado *Waterloo* (sobre a famosa batalha), com Rod Steiger, Christopher Plummer e Orson Welles como protagonistas; a série *Sharpe*, de que alguns episódios passaram na televisão portuguesa (e que agora, depois dos estudos anteriormente levados a cabo enquanto registo da guerra, se abordam para colher dados mais específicos sobre o retrato de Wellington), e o recente telefilme *Napoleon, an Epic Life*, de 2002, ou *Napoléon Bonaparte*, no título original, realizado por Yves Simenon mas falado em inglês, onde brilham as actuações de Isabella Rossellini, John Malkovitch e Gérard Depardieu, ao lado do protagonista, desempenhado por Christian Clavier.

No primeiro (de Bondarchuk) destacam-se duas cenas, que servem para ilustrar a relação de forças entre Napoleão e Wellington e as respectivas personalidades.

Na primeira assiste-se ao início da queda de Napoleão, o momento em que é avisado pelos seus generais de que as tropas inimigas da Áustria, Bélgica, Prússia e Rússia se encontram às portas de Paris, e de que não há outra solução senão abdicar. O realizador foi bem sucedido no seu propósito de dar a ver o drama pessoal e político de um génio ditatorial como Napoleão, que sabia ter o apoio do povo – “France will follow me to the stars if I give her another victory” – e acreditava ter o domínio sobre tudo, pelo que tentou, para lá do limite do razoável, negar as evidências e resistir a aceitar o que naquele momento se tornava inevitável. No seu exasperado monólogo ressoa algo dessa espécie de cega e louca teimosia “à Adolf Hitler”, quando já nada mais há a defender senão uma força de vontade e uma determinação pessoal que, na iminência da tragédia (a

batalha de Waterloo) se tornavam patéticas. A certo ponto refere-se o nome de Wellington, e torna-se significativo notar que Napoleão não o receia, embora note que a França o teme, sobretudo por causa da vitória que obteve na Península Ibérica. Depois deste episódio verificou-se o exílio de Napoleão na ilha de Elba e a sua fuga, dez meses mais tarde, aparentemente coroada de êxito, já que as tropas do Rei, chefiadas pelo Marechal Ney, não dispararam sobre ele, e o povo aclamou-o entusiasticamente. O filme de Bondarchuk faz uma abordagem dramática e psicológica aos dois protagonistas, com particular incidência em Napoleão, e apoia-se em excelentes diálogos, recuperando algumas das frases míticas que terão sido proferidas pelo Imperador dos franceses. São exemplos: “Eu sou a França e a França sou eu”; “Não usurpei a Coroa, encontrei-a na sarjeta e apanhei-a com a minha espada. E foi o povo que a colocou na minha cabeça. Quem salva uma nação não viola nenhuma lei”; ou, quando, instado para assinar um tratado de paz, afirmou: “Discutirei a paz sobre o cadáver de Wellington; é essa a minha mesa da paz” (“that’s my peace table”).

A outra cena deste filme aqui seleccionada retrata Wellington durante um baile na Bélgica. Bondarchuk desenhou-o como muito autoconfiante, corajoso, sem qualquer medo de Napoleão e francamente *snob*, acusando o herói francês de não ser um verdadeiro *gentleman*. No caso deste filme, Napoleão saiu favorecido do confronto, pois Wellington demonstrou falta de fé nas suas tropas, sendo posta na boca da própria mulher de Arthur Wellesley a explicitação da admiração que ele próprio teria pelo seu rival francês.

No segundo filme a que nos referimos, o episódio “Sharpe’s Eagle” do telefilme *Sharpe*, verificou-se que a tendência geral, não apenas na representação dos chefes, mas na imagem geral acerca da guerra, ia no sentido de uma maior tipificação, visível, por exemplo, num certo tom jocoso e irónico, que se encontra ao longo de toda a obra. Não se pode esquecer de que se trata de uma longa série televisiva (de 1993 a 2006), com grande sucesso na Grã-Bretanha e que envolveu, portanto, importantes interesses comerciais, os quais pouco se preocuparam com os rigores da verdade histórica. O realizador destes filmes tornou também claro, por diversas vezes, que usava os romances de Tom Clegg apenas como inspiração, criando depois as histórias ao seu próprio gosto. Desta forma, os filmes da série *Sharpe* contribuíram largamente

para a difusão de uma certa ideia acerca desta guerra, nomeadamente a de que decorreu sobretudo em Espanha, jogando com a receita fácil do sentimento classicista que vê em Richard Sharpe, militar que vem “de baixo” (“from the ranks”), a figura cheia de mérito mas sempre injustiçada pelas classes mais favorecidas da Grã-Bretanha, formadas por gente *snob*, mesquinha e invejosa. Em dada cena, retirada de *Sharpe’s Eagle*, que estreou em Portugal com o título *A Guerrilha de Sharpe* pode ver-se um Lord Wellington algo sarcástico, representado por David Troughton (que seria mais tarde substituído por Hugh Fraser, devido a doença do primeiro), que se queixa da má qualidade das tropas que tem, que depende totalmente do seu *aide-de-camps*, o Major Hogan, mais culto do que ele, e que é quem no fundo conduz as jogadas políticas e táticas, por vezes de nível duvidoso, de que Wellesley necessita. Não se está, portanto, diante de um líder de brilhante grandeza e superioridade moral, mas sim perante um chefe político algo ardiloso cujo desejo de poder se sobrepõe por vezes aos interesses mais globais da guerra ou das tropas que conduz.

No terceiro caso, o filme de Simenon sobre Napoleão (um produto internacional e multicultural), encontra-se também o uso de alguns estereótipos e lugares-comuns, que tornam a narrativa mais facilmente aceite e compreensível pelo público. Numa cena relativamente inicial, assiste-se a um almoço sumptuoso partilhado por Napoleão, pelo Rei de Espanha e o filho deste, que concertam entre eles a invasão de Portugal. Se, este diálogo, não passa a melhor das imagens de Portugal, no caso de Espanha o retrato, através do monarca e do seu filho, é francamente caricatural. Na verdade, ambos surgem como seres desprezíveis, apenas preocupados com as suas respectivas ambições – e, por causa delas, rivais um do outro – acabando por ser expulsos da mesa pelo Imperador francês. Pouco depois deste episódio – que, do ponto de vista histórico, tem aspectos certamente discutíveis – Napoleão decide entregar a Coroa de Espanha ao seu irmão José, o qual virá, passado pouco tempo, a fugir de Madrid, quando as tropas francesas se vêem obrigadas a recuar.

Um segundo excerto deste filme tem o interesse de mostrar a capacidade persuasiva de Bonaparte, mesmo relativamente à população. Trata-se do encontro do Imperador com uma camponesa francesa que não o reconhece e que amaldiçoa a guerra e o seu chefe. Nesta cena fica patente não apenas a genialidade carismática de Napoleão,

mas também a sua teimosa pertinácia, a sua convicção cega de que nunca perderá, mesmo quando todos começam a antever a derrota (“we’re never finished”).

O filme mostra, pouco depois, como Napoleão virá a perceber mais tarde, após a rendição de Junot, que, ao contrário do que sempre tinha julgado necessário, será conveniente ir até solo espanhol. As imagens que mostram essa sua deslocação revelam um país totalmente devastado, coalhado de mortos e feridos, por entre o arrastar de um exército francês exausto e desmoralizado. Entretanto, na Corte francesa, já se planeia uma conspiração contra Napoleão, com base na certeza de que a campanha na Península foi um fracasso e que o pior poderá estar para vir. Talleyrand, Fouché e Murat são alguns dos que lideram o golpe. Da boca de Talleyrand ouve-se dizer, em dado momento, que a França e a Rússia se encontram em situações opostas, no respeitante aos seus respectivos chefes: os franceses são civilizados, embora Napoleão não o seja, enquanto na Rússia acontece o contrário em relação ao Czar.

O grande erro de Napoleão virá a ser, como se sabe, a invasão da Rússia. O filme ilustra bem este facto, sabendo dar a ver alguns dos traços que caracterizam a imagem de Napoleão enquanto homem algo extravagante, que admira a bravata e gosta de impressionar, mas que mantém uma invulgar capacidade de raciocínio e de análise das situações e dos povos. Ao chegar a Moscovo, sabe avaliar a coragem e a tenacidade do povo que acaba de invadir – tanto que desde logo suspeita do desaparecimento de toda a Corte –, mas afirma não gostar do frio do Kremlin nem do estilo faustoso do quarto do Czar, preferindo dormir na sua tenda improvisada do que na cama excessivamente confortável e luxuosa de Alexandre.

Conclusões

Contrariamente à caracterização da grande maioria das personagens históricas britânicas, a qual, nas narrativas em apreço, foi quase sempre, algo controversa e até paradoxal, Wellington constitui uma excepção, pois encontra-se acima de qualquer crítica, sendo unanimemente considerado o grande herói da Guerra Peninsular ou o salvador de Portugal do jugo napoleónico. Foram os filmes que

trouxeram até Portugal uma representação do militar britânico que, sem deixar de o colocar no plano de um herói, arriscaram um tom mais crítico, porventura por olharem com maior distanciamento histórico e até com alguma ironia ideológica para essa figura de membro da nobreza, altivo e superior em relação às classes que comanda. Todavia, ao compararem o carácter de Wellesley com o de Bonaparte, os narradores portugueses tenderam a caracterizar o lorde britânico como um homem de apurado senso comum, inteligente, frio, reflexivo, mas não propriamente genial,⁹⁸ imagem que encontra, de certa forma, o seu paralelo em outras comparações implícitas entre Wellington e os chefes militares franceses, como Soult, por exemplo,⁹⁹ mas sem qualquer correspondência nas narrativas britânicas.

Por seu turno, enquanto nos romances portugueses as imagens (aparentemente) paradoxais de Napoleão, encontram o seu paralelo em representações ambivalentes de figuras francesas da história e da ficção, nas narrativas britânicas, inversamente, foram veiculadas sobretudo imagens estereotipadas e unidimensionais de Bonaparte, idênticas, aliás, às dos grandes chefes militares ao seu serviço: vaidoso, leviano, fútil e demasiado confiante nas suas capacidades. Deste modo, Napoleão (e os seus homens) contrastava em tudo com o seu homólogo britânico, pois Wellington, pelo contrário, era apresentado como um homem frio, responsável e que jamais subestimava o inimigo. Num ponto, porém, portugueses e britânicos pareciam estar de acordo: na ambição desmedida de Napoleão Bonaparte, que, cego pelo seu próprio brilho, visava demasiado alto. Esta foi também a imagem transmitida pelos filmes que estrearam em Portugal, onde se manifestou esse misto de admiração pelo homem superiormente inteligente e carismático que foi Napoleão, por um lado, e da constatação do abismo a que tal ambição e autismo político levaram, por outro. O filme de Simenon chegou mesmo a mostrar esse paradigmático momento da coroação de Bonaparte como imperador, em que, dispensando o papel do Papa como agente desse acto, se coroou a si próprio, num gesto pateticamente megalómano de quem julgava ter a vida e o poder nas próprias mãos.

98. V. Chagas, 1867: 61; e Almeida, 1880, vol. IV: 487.

99. V. Gama, 1864: 174.

Em síntese, pode concluir-se que as personalidades da História e os factos do passado são sempre percebidos, (re)interpretados e transmitidos de formas diversas, as quais, por seu turno, se encontram sempre condicionadas por circunstâncias de nacionalidade, de espaço, de oportunidade política ou de momento da escrita. Estas, por seu turno, poderão revelar-se de cariz pessoal, colectivo, político-social, literário ou outros, sendo ainda determináveis pelo(s) horizonte(s) de expectativa dos diferentes públicos leitores, contribuindo, assim, para o perdurar de específicas visões dos acontecimentos históricos, mais ou menos aproximadas da verdade. As representações de Wellington e de Napoleão nas narrativas portuguesas e britânicas, incidindo sobretudo nas características psicológicas e de carácter dos dois chefes – certamente porque tais dados se tornaram essenciais para a construção de personagens credíveis e atractivas –, remetem a dimensão de análise estritamente política e militar para o terreno da historiografia propriamente dita. Na verdade, a tentativa de compreensão do humano, ainda que do ponto de vista ficcional, fornece dados preciosos para a análise histórica. Assim, embora as narrativas literárias e filmicas possam, por um lado, ter contribuído, até hoje, para a permanência de imagens algo tipificadas e nem sempre rigorosas das personalidades destes dois grandes chefes, tal contribuição não deixa de evidenciar um valor que a própria História pode reconhecer.

Obras Citadas

I) Fontes Primárias

1. Romances

1.1. Portugueses

Almeida, Carlos Pinto de. *Os Homens da Cruz Vermelha. Romance Histórico ao Tempo dos Franceses*. Lisboa: Tipografia das Horas Românticas, 4 volumes, 1879 (1879-1880).

Benevides, Francisco da Fonseca. *No Tempo dos Franceses. Romance Histórico*. Lisboa: Tipografia "A Editora", 1908 (1894).

- Chagas, M. [Manuel Joaquim] Pinheiro. *O Major Napoleão*. Lisboa: Livraria de Campos Júnior Editor, 1872 (1867).
- Dantas, Júlio. "O Moleiro de Sula". *Marcha Triunfal*. Lisboa: Bertrand, 1961 (1954). 193-227.
- Dias, Carlos Malheiro. *Paixão de Maria do Céu*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982 (1902).
- Gama, Arnaldo [de Sousa Dantas da]. *O Sargento-Mor de Vilar. Episódios da Invasão dos Franceses em 1809*. Porto: Livraria Civilização, 1964 (1863).
- *O Segredo do Abade*. Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira, 1951 (1864).
- Henriques, Mendo Castro. *Vencer ou Morrer*. Carnaxide: Editora Objectiva/Suma, 2010.
- Júnior, António de Campos. *A Filha do Polaco. Romance Histórico*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a Editores, 8 volumes, 1945 (1903).
- Moutinho, Mário e A. Sousa e Silva. *O Mutilado de Ruiivães. Romance. (Das Invasões Francesas às Lutas Civas)*. Braga: Livraria Cruz, 1980.
- Pimentel, Alberto [Augusto de Almeida]. *O Anel Misterioso. Romance*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1945 (1873).
- Silva, Luís Augusto Rebelo da. *A Casa dos Fantasmas. Episódio do Tempo dos Franceses*. Lisboa: Tipografia da Gazeta de Portugal, 2 volumes, 1865-1866.
- Vidal, José Marques. *O Amor em Armas. Romance*. Alfragide: Oficina do Livro, 2009.

1.2. Britânicos

- Cornwell, Bernard. *Sharpe's Enemy. Richard Sharpe and the Defence of Portugal, Christmas 1812*. New York: Harper Collins, 1994 (1984).
- *Sharpe's Escape. Richard Sharpe and the Bussaco Campaign, 1810*. New York: Harper Collins, 2004 (2003).
- *Sharpe's Gold. Richard Sharpe and the Destruction of Almeida, August 1810*. Harmondsworth: Penguin Books, 1994 (1981).
- Delderfield, R.F.. *Too Few for Drums*. London: Coronet Books, 1992 (1964).
- Forester, C.S.. *Rifleman Dodd*. Charlston, South Carolina: The Nautical & Aviation Publishing Company of America, 2001 (1932).
- Gilson, Charles. *The Spy. A Tale of the Peninsular War and the Storming of Badajoz, Founded Upon the Personal Memoirs of Sir Jeffrey Jones, Bart., of Heatherford Hall in Hampshire*. London: Oxford University Press, 1936 (1898).
- Henty, G.A.. *With Moore at the Corunna. A Tale of the Peninsular War*. Pennsylvania: Prestonspeed Publications, 2001(1897).
- *The Young Buglers. A Tale of the Peninsular War*. London: Latimer House Ltd., 1954 (1880).
- Lever, Charles. *Charles O'Malley. The Irish Dragoon*. London/New York: Routledge, 1841.

- Mockler-Ferryman, A.F. *Lads of the Light Division. A Tale of the Peninsular War*. London/New York: Thomas and Sons, [1909].
- Sabatini, Rafael. *The Snare*. London: House of Stratus, 2001 (1917).
- Scarrow, Simon. *Fire and Sword*. London: Headline Publishing Group, 2009.
- Youds, Peter. *Alone With Glory*. Bingham: Bicorn Books, 2008.
- *The Colour of Blood*. Bingham: Bicorn Books, 2009.
- *A Different Kind of War*. Bingham: Bicorn Books, 2010.

3. Filmes

- Costa, José Fonseca e. *Le Blocus*, 1990.
- Pinto, Joaquim. *Para Cá dos Montes*, 1993.
- Bondarchuk, Sergei. *Waterloo*, 1970.
- Clegg, Tom. *Sharpe*, 1993-2006.
- Kast, Pierre. *La Guerrillera*, 1981.
- Simenon, Yves. *Napoleon, an Epic Life* (ou *Napoléon Bonaparte*), 2002.
- Simões, Quirino. *A Caçada do Malhadeiro*, 1967.

II) Fontes Secundárias

- Almeida, Teresa Caillaux de. *Memória das Invasões Francesas em Portugal (1807-1811)*. Lisboa: Ésquilo, 2010.
- Bazin, André. *O Que é o Cinema?*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.,
- Bello, Maria do Rosário Lupi. "Os Bravos Filhos de Albião". *Guerra Peninsular. 200 Anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2007. 71-79.
- "Imagem de Wellington na Guerra Peninsular: a Poesia Encomiástica como Tributo da Literatura à História". *Estudos Anglo-Portugueses. Livro de Homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa*. Ed. Carlos Ceia, Isabel Louzada e Maria João da Rocha Afonso. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2003. 59-71.
- , David Evans, Maria de Deus Duarte e Gabriela Gândara Terenas. "Representações da Guerra Peninsular: do Romance ao Ecrã". *A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares. Actas do Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar nos 200 Anos das Invasões Napoleónicas em Portugal*. Coord. Maria Leonor Machado de Sousa. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008, vol.II. 149-174.
- e Gabriela Gândara Terenas. "Da Visão Literária da Guerra à sua Leitura Fílmica: as Invasões Napoleónicas no Cinema em Portugal". *ACT 17. Não vi o Livro, mas li o Filme*. Org. Mário Jorge Torres. Ribeirão: Edições Húmus, 2008. 125-141.

- Esdaile, Charles. "Sir Arthur Wellesley, Duque de Wellington: uma Breve Biografia". *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. Coord. Valente de Oliveira. Porto: Público – Comunicação Social, SA/Câmara Municipal do Porto, 2009, vol. IV: 75-100.
- Leitão, Maria do Rosário Sampaio Soares de Sousa. *Wellington na Poesia Portuguesa (Guerra Peninsular)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- Tarkovsky, Andrei. *Le Temps Scellé*. Paris : Éditions de L'Étoile/Cahiers du Cinéma, 1989.
- Ternas, Gabriela Gândara. *Diagnoses Especulares. Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2004, vol. I. 49-206.
- *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.
- *O Portugal da Guerra Peninsular. A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010 (2000).
- Ventura, António (Introd.). *Linhas de Torres Vedras. Memórias Francesas sobre a III Invasão*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- Vicente, António Pedro. *Batalhas da História de Portugal. Guerra Peninsular 1801-1814*. Lisboa: Academia Portuguesa da História/Quidnovi, 2006.

Em Torno da Não-Recepção de John Keats no Portugal de Oitocentos¹

Miguel Dias

Mestre em Tradução

Desde meados do século XIX que John Keats (1795-1821) foi apontado como um autor canónico na Literatura Inglesa, particularmente no âmbito dos estudos sobre o Romantismo, não obstante a sua fraca recepção crítica na Inglaterra de inícios de Oitocentos. Juntamente com Lord Byron (1788-1824) e com Percy Bysshe Shelley (1792-1822), Keats foi enquadrado na chamada segunda geração de poetas românticos ingleses. A sua poesia, particularmente a escrita entre 1819 e 1821, considerado como o seu período de maturação poética, encontra-se presentemente entre a mais analisada e interpretada no âmbito da Literatura Inglesa. O poeta será talvez mais conhecido pelas suas odes, embora a sua correspondência com família e amigos também tenha vindo a ser bastante apreciada entre o público leitor e entre estudiosos.

Em Portugal, é possível encontrar-se presentemente algumas traduções do poeta, assim como recensões críticas sobre a sua obra e influência em determinados autores portugueses do século XX. A recepção de Keats no país foi, contudo, um processo demorado e tardio. De facto, até 1960 apenas existiam duas traduções portuguesas da sua poesia (uma delas classificada pelo próprio tradutor como uma *imitação*, e a outra consistindo numa brevíssima tradução de

1. O presente artigo resulta de uma versão de parte da Dissertação de Mestrado em Tradução (Área de Especialização em Inglês), intitulada *Sobre a (Não-) Tradução de John Keats: Séculos XIX-XX*, realizada sob a orientação da Prof.^a Doutora Gabriela Gândara Terenas e a co-orientação da Prof.^a Doutora Maria Zulmira Castanheira e defendida em provas públicas em Novembro de 2017. Cf. Dias, 2017.

uma quadra, sem qualquer referência ao título do poema original) e dois ensaios críticos sobre a sua obra. Embora o poeta tenha sido alvo de elogios por parte de autores como Eça de Queirós ou Fernando Pessoa, a sua recepção em Portugal até meados do século XX foi praticamente nula.

Será importante referir que o caso de John Keats não é único – a vasta maioria daqueles considerados hoje como os principais poetas românticos ingleses não chegou a ser traduzida em Portugal durante o século XIX, período áureo do Romantismo. No tocante à imprensa periódica, grande responsável pela introdução e difusão de literatura estrangeira e de novos autores entre a população leitora, verifica-se que os jornais e as revistas do Romantismo se interessavam “por poetas menores, ao mesmo tempo que ignoravam os grandes líricos ingleses seus contemporâneos”. (Castanheira, 2008: 161) Assim, poetas como Thomas Moore (1779-1852) e Thomas Campbell (1777-1844), que não se instituíram como figuras canónicas no panorama romântico inglês, receberam uma maior atenção em Portugal do que figuras-chave como o visionário William Blake (1757-1827), os *Lake Poets* Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) e William Wordsworth (1770-1850), e o politicamente radical Percy Bysshe Shelley. De facto, Blake, Coleridge e Wordsworth apenas viriam a ser traduzidos em Portugal no século seguinte, não tendo atingindo uma recepção literária significativa no país até então.

De entre os seus conterrâneos da segunda geração romântica inglesa, John Keats foi o que, ao todo, menos traduções e referências viu surgir em Portugal. O caso de *Lord Byron* foi porventura o mais manifesto dos três. Difundido em Portugal desde a primeira metade do século XIX, inicialmente através de traduções francesas, o poeta foi sendo cada vez mais traduzido para português e reconhecido por grandes nomes da literatura romântica portuguesa, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, entre outros. Já Shelley, muito à semelhança de Keats, foi profundamente subvalorizado em Portugal durante o século XIX, contando apenas com uma tradução portuguesa conhecida: a ode “Mont Blanc”, que, em 1895, foi traduzida no periódico lisboeta *A Leitura*, por um autor anónimo.

Torna-se curioso verificar as razões que levaram a uma recepção tardia de românticos como Keats e Shelley, especialmente quando comparados a outras figuras dos Romantismos anglo-saxónicos,

como *Lord Byron* e *Sir Walter Scott* (1771-1832), que, desde os inícios do século XIX, foram amplamente apreciados em Portugal.

A disseminação de poesia traduzida para português, sem dúvida uma das formas mais directas de recepção literária de autores estrangeiros no país,² constituiu um fenómeno que atingiu um auge sem precedentes durante o século XIX. Inúmeras traduções poéticas despontaram ao longo deste século, acompanhando uma popularização generalizada da actividade tradutória, publicada tanto em volumes como sob a forma de poemas soltos, dispersos entre os vários jornais e revistas de cariz literário que caracterizavam a imprensa periódica portuguesa. Nas palavras de Jorge Bastos da Silva,

A tradução das línguas europeias modernas ganha grande relevo com a abertura do País ao exterior trazida pela instauração do regime liberal. (...) Neste panorama, é óbvio que surgem novas necessidades e oportunidades de traduzir. Traduz-se para os negociantes, para a imprensa, para os editores, para o teatro. Traduz-se literatura, notícias, documentos legais, correspondência. Na verdade, é muito de traduções que se alimenta a vida cultural portuguesa desta época, traduções em que tanto se encontram empenhados figuras de primeiro plano na sociedade e nas Letras como homens obscuros, assoldados (...). (2014: 12)

Para o presente estudo de caso, o fenómeno mais relevante será a tradução de poesia inglesa, que, embora não tenha usufruído da mesma divulgação e apreciação que a poesia francesa, ainda assim serviu de fonte de inspiração para vários tradutores portugueses oitocentistas, mesmo que nem sempre fosse directamente vertida directamente de um original inglês. Segundo o levantamento de Isabel Maria da Cruz Lousada, *Para o Estabelecimento de uma Bibliografia Britânica em Português (1554-1900)* (1998), nesta época destacou-se o número de traduções dos poetas *Lord Byron*, *Thomas Gray* (1716-1771), *James Macpherson* (1736-1796) (mais conhecido entre o público leitor como *Ossian*, por ser o alegado tradutor deste bardo gaélico) e *Edward Young* (1683-1765), sendo que, deste conjunto, apenas *Byron* produziu poesia durante esse século.

2. Cf. Machado e Pageaux, 1988: 86.

No tocante à poesia, nenhum autor romântico inglês atingiu o nível de difusão de Byron no sistema literário português oitocentista. Tornando famoso tanto pela qualidade da sua obra literária como pela sua personalidade singular, este foi o poeta romântico inglês que maior impacto alcançou na Europa. Inicialmente lido em Portugal através das traduções francesas de Benjamin de la Roche e de Amédée Pichot,³ o poeta rapidamente atingiu uma intensa recepção em terras lusitanas, tal como Gabriela Gândara Terenas amplamente demonstra.⁴ Devido a determinadas estâncias do Canto I do seu poema narrativo *Childe Harold's Pilgrimage* (1812-18), onde Childe Harold, o protagonista largamente inspirado nas experiências pessoais do escritor durante as viagens pela Europa entre 1809 e 1811, descreve de forma pouco amistosa a cidade de Lisboa e o povo português no geral (embora as estrofes seguintes sejam de apreço por Sintra e pela sua beleza natural), os portugueses estabeleceram uma autêntica relação de amor-ódio com o poeta. Pode dizer-se que o episódio no qual Childe Harold se queixa, entre outras coisas, da sujidade (seja ela literal ou metafórica) de Lisboa e dos seus habitantes, bem como do facto de os portugueses não saberem apreciar as belezas de Sintra, foi analisado até à exaustão, gerando um largo número de artigos e algumas obras dedicadas à estada de dez dias de Byron em Portugal e a estas dezanove estrofes (da XIV à XXXIII) específicas de *Childe Harold's Pilgrimage*. É claro que esta passagem de Byron por Portugal, assim como os versos dedicados ao país, contribuíram enormemente para o seu portentoso reconhecimento literário. Embora sentimentalmente ferido, o povo português reconheceu rapidamente o seu génio artístico, e inúmeras traduções das suas obras e poemas foram completadas ao longo do século XIX, tanto vertidas do francês como do inglês, sendo a primeira datada de 1833.⁵ Apesar de terem também sido editadas em volume (publicadas principalmente no início e final do século), as traduções de Byron surgiram maioritariamente através de contribuições presentes nos vários periódicos literários da época, que difundiam igualmente

3. Cf. Flor, 2009: 147.

4. Cf. Terenas, 2004, Vol. II: 891-916.

5. Cf. Sousa, 2004: 164 e176.

dados biográficos e críticas à poesia deste romântico.⁶ Segundo Maria Leonor Machado de Sousa, a enorme fama que Byron atingiu em Portugal foi, em grande parte, devida ao seu carácter pessoal e à sua personalidade peculiar, cujas características transpareceram muitas vezes nas suas personagens, eventualmente culminando no chamado “herói byroniano”: “Whatever Byron’s influence in Portugal, his contempt for society and his defying of the world, a trait which has been called Titanism and even Satanism, was the principal reason which made him a hero-poet and a symbol”. (2004: 174)

Sir Walter Scott foi o único autor romântico anglo-saxónico que se equiparou a Byron no tocante a traduções portuguesas realizadas ao longo do século XIX. Inicialmente introduzido em Portugal em 1830, através das traduções francesas de Auguste Defauconpret dos seus romances históricos,⁷ Scott apenas foi traduzido directamente do inglês a partir de 1835. Poucos anos depois começariam a surgir as famosas traduções, feitas a partir do inglês, de André Joaquim Ramalho e Sousa (1790-1857), que obtiveram uma recepção bastante positiva na imprensa periódica a partir de 1838. Traduções do original inglês e traduções via mediação francesa começaram então a coexistir no sistema literário português, sendo que o autor rapidamente se consagrou como um dos escritores de língua inglesa mais conhecidos no Portugal oitocentista. A sua poesia também foi recebida e traduzida no país, tanto em volume como em curtas traduções publicadas em periódicos, embora não tenha alcançado a mesma propagação do que os seus romances históricos.⁸ Maria Laura Bettencourt Pires, cuja obra estuda a recepção de Walter Scott em Portugal, procura explicar esta voga do autor escocês através de quatro características distintas presentes na imagem do autor e na sua produção literária: a sua “fama de escritor moralista” entre o público leitor; a existência nas suas obras de “várias personagens populares cujos costumes, indumentária e linguagem dialectal eram relatados”; “um certo equilíbrio e didactismo clássico” que facilitaria a sua introdução numa literatura portuguesa ainda não completamente entregue aos valores românticos; assim como “as

6. Cf. Castanheira, 2008: 164.

7. Cf. Braga, 2014: 46.

8. Cf. Terenas, 2004, Vol. II: 891-916; e Castanheira, 2008: 151.

evocações do passado e descrição de modos de vida antigos [que] estavam de acordo com o nosso saudosismo pela glória perdida". (1979: 38-39)

Não obstante, é inegável o importantíssimo papel desempenhado pela mediação francesa na transposição e recepção destes e de outros autores estrangeiros em Portugal. Através de tal mediação, Portugal teve acesso a obras escritas em distintas línguas, particularmente as de origem anglo-germânica, cujo domínio seria muito mais comum no âmbito do centro cultural do Ocidente que era a França de inícios do século XIX. Após uma análise do sistema literário francês, torna-se evidente que os autores ingleses que maior reconhecimento alcançaram no país foram os mesmos que se tornariam os mais traduzidos e lidos em Portugal. A imprensa periódica nacional foi um espelho dessa realidade,⁹ evidenciando que a disseminação literária e a imprensa periódica andavam quase sempre de mãos dadas. Através dos numerosos jornais e revistas oitocentistas de cariz predominantemente cultural, mas onde a componente literária geralmente prevalecia,¹⁰ chegavam traduções de inúmeros autores e obras que, até então, não haviam sido apreciados no nosso país. Segundo Maria Zulmira Castanheira, esta acção mediadora evidenciou-se em força em textos provenientes da Grã-Bretanha, frequentemente traduções de traduções publicadas em periódicos gauleses:

Com efeito, deparámos nas páginas dos jornais e revistas [portugueses do Romantismo] com muitas traduções de obras inglesas feitas a partir de traduções e versões francesas, e também com traduções de textos crítico-valorativos de proveniência francesa, o que significa que o conhecimento e [sic] apreciação da literatura britânica entre nós, no período em causa, dependeram em larga medida da França e foram, portanto, condicionados pela forma como este país leu, seleccionou, traduziu e criticou a produção literária do outro lado da Mancha. (2008: 130)

9. Esta temática foi aprofundada por Gabriela Gândara Terenas, em *Diagnoses Especulares: Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)* (2004) e, depois, por Maria Zulmira Castanheira, em *A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica de Romantismo Português: Imagens Polimórficas* (2005).

10. Cf. Castanheira, 2008: 130.

Assim, por um lado, essa mediação proporcionou acesso a textos em línguas que não eram inteiramente dominadas pelo público leitor português (como era frequentemente o caso do inglês);¹¹ por outro lado, condicionou a oferta ao que seria considerado o gosto da cultura francesa e o que esse sistema “seleccionou, assimilou e transferiu”, para usar as palavras de João Almeida Flor. (1997: 510)

Tal mediação, exercida através de uma imprensa escrita detentora de uma posição privilegiada enquanto principal meio de comunicação social, possuía a capacidade de condicionar e influenciar a percepção dos leitores consoante a selecção de temas e a importância e/ou hierarquização atribuída aos mesmos.¹² Tal como Gabriela Gândara Terenas refere em “French Mediation, the Construction of British Images and the Portuguese Press”, essa mediação estendia-se para além dos textos literários, conduzindo à própria formação de uma imagem cultural da Grã-Bretanha através do olhar francês. Para a autora, esta tendência oitocentista de mediar aspectos culturais e textos de origem britânica através de fontes francesas deveu-se, fundamentalmente, ao pleno conhecimento da língua francesa entre os intelectuais e jornalistas portugueses da época, à regular circulação de obras e periódicos franceses e ao lugar central ocupado pela França na esfera do polissistema europeu, em contraponto com o estatuto periférico de Portugal. (2009: 161)¹³ Tornou-se, assim, mais comum a divulgação de uma imagem cultural britânica construída não a partir de um conhecimento directo da Grã-Bretanha, mas mediada pelo sistema cultural francês, representada nos periódicos de origem maioritariamente parisiense. Assim, um articulista português responsável por traduzir do francês um texto de origem britânica, ou sobre a Grã-Bretanha, deparar-se-ia directamente com um juízo de valor e determinadas escolhas feitas previamente por um

11. *Ibidem.*

12. Cf. Terenas, 2004, Vol. I: 26-27.

13. Recorde-se que, segundo a teoria dos polissistemas, proposta por Itamar Even-Zohar em 1969 e 1970, e estabelecida em 1990 no vol. 11, ed. 1, de *Poetics Today*, a disseminação de uma determinada literatura fora do seu país natal consiste num reflexo da predominância desse país face aos demais. Em grande medida, Portugal foi um produto da centralidade político-cultural da França, um grande sistema dominante na Europa, enquanto Portugal ocupava uma posição periférica e, portanto, de menor importância e influência, tanto cultural como literária. A Inglaterra viria também a consagrar-se como um sistema central, embora a influência francesa durante o século XIX fosse inegável.

receptor e emissor de um contexto cultural diferente do seu. (40-41) Transpareceu, assim, em Portugal, uma imagem do Outro (britânico) incubada, em grande parte, na França.

No âmbito da recepção de autores estrangeiros em Portugal, John Keats poderá ser agrupado com grande parte dos poetas românticos ingleses, uma vez que a sua recepção no sistema literário português de Oitocentos se revelou incrivelmente desoladora e limitada. Segundo as obras de referência de A.A. Gonçalves Rodrigues¹⁴ e de Isabel Maria da Cruz Lousada,¹⁵ não existem quaisquer registos de traduções deste autor em Portugal durante o século XIX. Estes resultados são corroborados por Gabriela Gândara Terenas, que analisou a presença da literatura e da cultura britânicas na imprensa periódica portuguesa entre 1865 e 1890,¹⁶ e também por Maria Zulmira Castanheira, que fez o levantamento dessas referências no período compreendido entre 1836 e 1865.¹⁷ No vasto conjunto de periódicos oitocentistas estudados pelas autoras não foram encontradas quaisquer traduções livres, “versões” ou “imitações” de Keats. Também não existem em volumes publicados nesse século, sendo o poeta apenas parcialmente traduzido para o português europeu por Rodrigo Solano (1879-1910) na sua única obra, *Fumo*, editada postumamente em 1915.¹⁸

Relativamente a menções a Keats e à sua obra na imprensa periódica portuguesa do século XIX, a primeira (e aquela que parece ser a única) aparenta ter surgido numa edição de 1883 do periódico *A Mulher*, dedicado ao público leitor feminino. Segundo Gabriela Gândara Terenas,¹⁹ o artigo, da autoria do articulista francês Léo Quesnel e traduzido para português por uma entidade anónima, é dedicado à poesia de Elizabeth Browning (1806-1861), sendo que nele o autor refere Keats e Coleridge, entre outros, como influências literárias desta poetisa inglesa da era vitoriana:

14. Cf. Rodrigues, 1992.

15. Cf. Lousada, 1998.

16. Cf. Terenas, 2004.

17. Cf. Castanheira, 2005.

18. Nesta obra encontra-se uma única tradução de Keats, apresentada ao leitor como uma “imitação”.

19. Cf. Terenas, 2004, vol. II: 984.

(...) Leigh-Hunt, que lhe chamava a irmã de Tennyson, mais razão teria chamando-lhe uma irmã de Keats. (...) como Keats, o seu génio poder-se-hia dizer que está impregnado do genio da antiguidade grega, não compreendendo coisa alguma superior aos deuses. (1883: 117 e 147)

De facto, trata-se de uma referência pouco satisfatória, e de quase nada serviria a um leitor que, muito provavelmente, desconhecia por completo a poesia de Keats. Ignoram-se as tiragens totais de cada volume do periódico,²⁰ mas, com apenas dois anos de publicação (entre 1883 e 1885), pode presumir-se que a sua popularidade não tenha sido particularmente elevada entre o público leitor.

Já num texto da autoria de Eça de Queirós, intitulado “O Francesismo”, datado de 1887, é também possível encontrar-se uma brevíssima referência a certos autores consagrados do romantismo inglês. No meio de uma crítica ao estatuto primordial que a cultura e a língua francesas detêm no sistema literário do Portugal finissecular, Eça menciona o quão excepcionais são os poetas românticos ingleses, especialmente quando comparados com os seus equivalentes franceses: “Nunca a França teve um só poeta comparável aos poetas ingleses, a Burns, a Shelley, a Byron, a Keats, homens de emoção e de paixão, tão poéticos como os seus poemas”. (1984: 340) Embora Eça reconheça a importância destes poetas no campo literário, a verdade é que tanto Burns como Shelley e Keats passaram largamente despercebidos à maioria do público leitor português da época.

Ora, aparentemente, aqui se inicia e cessa a recepção de Keats no Portugal do século XIX. Para Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, os dois casos acima mencionados seriam respeitantes ao sexto nível da escala de recepção,²¹ no qual se caracteriza a imagem cultural de um determinado autor estrangeiro através de outros testemunhos relevantes: não existem adaptações nem traduções; não se encontram leituras críticas da obra do autor na imprensa; não há qualquer difusão editorial da sua produção literária; não existem comparações com outros meios artísticos; e não se encontraram referências a Keats em narrativas de viagem pelo país. Estas

20. Cf. Roldão, 2013: 4.

21. Cf. Machado e Pageaux, 1988: 89-91.

múltiplas ausências culturais invalidam a sua presença em qualquer outra posição esquemática da referida escala, embora a literatura e a cultura inglesas já tivessem sido anteriormente recebidas de forma positiva em Portugal. Restam, portanto, apenas dois brevíssimos testemunhos, favoráveis ao autor em apreço: o primeiro publicado num periódico com um público-alvo limitado, e o segundo proveniente de um dos mais consagrados e proeminentes escritores portugueses. Este último, em particular, poderia ter incitado algumas mentes mais curiosas a uma investigação literária em pleno final de século, não fosse o facto de “O Francesismo” apenas ter sido publicado onze anos após a morte de Eça, já em inícios de Novecentos.

Keats e a maioria dos autores românticos ingleses, na verdade, apenas foram “descobertos” em Portugal, segundo Álvaro Manuel Machado, em inícios do século XX, por Fernando Pessoa e pela Geração do *Orpheu*, sendo o próprio Pessoa quem demonstrou maior capacidade para assimilar as influências destes poetas. Machado problematiza esta influência tardia dos mais consagrados românticos ingleses em *Les Romantismes au Portugal*, colocando a seguinte questão:

Pourquoi Fernando Pessoa “découvre” et diffuse au début du XXe siècle, en pleine période de rupture du mouvement moderniste de la revue *Orpheu*, des poètes du premier romantisme anglais jusque là pratiquement inconnus, ou tout au moins sans aucune influence sur les poètes romantiques portugais, comme Wordsworth, Coleridge, Keats, Shelley? (1986: 12)

Pode, então, afirmar-se que a recepção literária de Keats no sistema cultural português não foi suficientemente marcante durante o século XIX para se categorizar como uma recepção propriamente dita. De facto, não houve uma reacção evidente do público leitor português aos textos, porque a leitura do poeta apenas poderia ter sido realizada por um grupo muito limitado de intelectuais versados na língua inglesa, dado que a poesia de Keats não chegou a ser traduzida para francês (nem para a maioria das restantes línguas europeias) até inícios de século XX,²² invalidando uma eventual oportunidade para recepção via mediação. Relativamente ao sistema cultural francês do

22. Cf. Matthews, 2005: 10.

século XIX, também aí se verificou um fraco interesse pela obra do autor, sendo o mito de Keats (e da sua trágica vida) o promotor de maior discussão entre os intelectuais gauleses de Oitocentos, no tocante ao poeta. A partir da segunda metade do século, contudo, começaram a surgir escassos estudos sobre a sua obra que não chegaram a Portugal, embora alguns deles estivessem presentes em periódicos de renome que constituíram fontes de importação de artigos para a imprensa periódica portuguesa por via da tradução, como por exemplo a *Revue des Deux Mondes*. No entanto, parece que a usual difusão decorrente destas duas formas de recepção não foi suficiente, dada a ausência de traduções da sua poesia, para permitir um reconhecimento do autor alargado ao público leitor em geral, sendo esse desinteresse generalizado pelo autor transposto para Portugal.

Assim, a fraca recepção inicial de Keats em Portugal terá sido um reflexo da sua diminuta recepção em França, à semelhança de vários outros autores ingleses. Enquanto *Lord Byron* e *Walter Scott*, os dois autores românticos ingleses mais traduzidos para português, foram muitíssimo apreciados em França e, conseqüentemente, em Portugal, os restantes românticos, hoje considerados autores canónicos, não receberam o mesmo tratamento, o que certamente influenciou a sua transposição para o país, que, então, se encontrava largamente dependente da mediação gaulesa. Outros poetas menores, como *Thomas Moore*, terão igualmente desfrutado de uma recepção positiva em ambos os sistemas literários. Tal dependência, que se estendeu até meados do século XX, terá sido fruto da posição central então ocupada por França dentro do polissistema europeu, face à posição periférica ocupada por Portugal e por tantos outros países que procuraram em França novidades literárias e culturais. Poder-se-á eventualmente afirmar que *John Keats* sofreu uma não-recepção em Portugal durante o século XIX, a par da sua não-tradução.

Esta completa ausência de Keats em Portugal terá cessado em meados do século XX, com um aumento substancial no número de traduções e textos ensaísticos sobre o autor e a sua obra. Segundo as pesquisas efectuadas para o presente estudo, contam-se sete autores que atentaram na tradução da poesia de *John Keats* desde os inícios do século XX: o já referido *Rodrigo Solano*, na sua colecção de poesia *Fumo*, editada postumamente em 1915; *Jaime de Magalhães Lima* (1859-1936), em 1929, para a edição nº12 do segundo volume

do periódico portuense *Portucale*; Fernando Guimarães (1928-), em 1960, numa obra intitulada *Odes*, e novamente em 1977, em *Poesia Romântica Inglesa: Byron, Shelley, Keats*; Jorge de Sena (1919-1978), em 1971, numa antologia poética por si traduzida, intitulada *Poesia de 26 Séculos*; Manuela Freire (1926-), que traduziu em 1981 os vários poemas de diferentes autores presentes na obra de Edith Holden, *A Alegria de Viver com a Natureza: Diário de Edith Holden*; Jorge Vilhena Mesquita (1960-), para a edição nº2 do periódico de poesia e tradução *Diversos*; e António Simões (1934-), em 2002, na *Antologia de Poesia Anglo-Americana*, traduzida pela sua mão. Quatro das obras aqui listadas consistem em antologias poéticas: *Poesia Romântica Inglesa* incorpora traduções de poemas escolhidos de Lord Byron, Percy Bysshe Shelley e John Keats, encontrando-se na sua terceira edição; *Poesia de 26 Séculos* conta também com três edições até à data, contendo traduções de vários poetas das mais diversas nacionalidades, produzidas ao longo dos tempos, começando em Safo e terminando com Nietzsche; *A Alegria de Viver com a Natureza*, embora não seja uma antologia *per se*, apresenta a tradução de poemas de vários poetas ingleses famosos, seleccionados consoante o critério da autora vitoriana, tendo gerado apenas uma edição; e *Antologia de Poesia Anglo-Americana* apresenta traduções poéticas de autores de língua inglesa, desde Geoffrey Chaucer até Dylan Thomas, mantendo-se, por ora, na sua primeira edição. Deve sublinhar-se que as antologias de Fernando Guimarães e de António Simões são as únicas obras presentemente em circulação em Portugal com traduções portuguesas da poesia do autor romântico em apreço.

Assim, podem actualmente totalizar-se as traduções de "Answer to a Sonnet by J. H. Reynolds, ending - 'Dark eyes are dearer far/ Than those that mock the hyacinthine bell.'" (comumente conhecido como "Blue Eyes") (da autoria de Rodrigo Solano), excertos do poema "Endymion" (da autoria de Jaime de Magalhães Lima e Fernando Guimarães), "Ode on a Grecian Urn" (traduções de Fernando Guimarães, Jorge de Sena e António Simões), "Written in Disgust of Vulgar Superstition" (de Jorge de Sena), "To Autumn" (traduções de Fernando Guimarães, Maria Manuela Freire e António Simões), "Ode to a Nightingale" (por Fernando Guimarães e Jorge Vilhena Mesquita), "Ode on Indolence", "Ode on Melancholy", "After Dark Vapours Have Oppress'd our Plains", "This Living Hand", "To One Who Has

Long Been in City Pent" e excertos do poema "Isabella or the Pot of Basil" (da autoria de Fernando Guimarães). É evidente o valor que Fernando Guimarães, premiado poeta e ensaísta, detém na tradução deste autor para português, dado que a larga maioria das traduções existentes até à data são da sua autoria. As suas escolhas revelam não só atenção dada aos textos de Keats considerados canónicos, uma vez que traduz as odes mais importantes, mas também um certo gosto pessoal, pois opta por traduzir também poemas menos consagrados da obra keatsiana, como, por exemplo, "To One Who Has Long Been in City Pent" ou "After Dark Vapours Have Oppress'd Our Plains".

Não obstante as traduções existentes, subsiste ainda uma lacuna na transposição da obra de Keats para português europeu. Poemas célebres como "Sleep and Poetry", "When I Have Fears That I May Cease Be", "La Belle Damme sans Merci", "The Eve of St. Agnes" e "Bright Star" não foram ainda vertidos, incidindo os tradutores principalmente nas odes do poeta. Para um autor considerado canónico no âmbito da Literatura Inglesa, o número de traduções afigura-se um tanto escasso.

Quanto à famosa correspondência de Keats com a família e os amigos, contam-se duas traduções produzidas em Portugal: Salvato Menezes (1949-), reconhecido tradutor e Professor Universitário, traduziu, em 1984, as cartas "To Benjamin Bailey", de 22 de Novembro de 1817, e "To J. H. Reynolds", datada de 3 de Maio de 1818, para a antologia coordenada por Álvaro Pina (1942-), *Posições Românticas na Literatura Inglesa*, onde se encontram reunidos textos traduzidos da autoria de vários escritores ingleses.

Relativamente a textos ensaísticos sobre o poeta e a sua obra, é possível encontrar-se um número razoável de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento produzidos em Portugal. Curiosamente, a larga maioria destes ensaios consiste em textos de uma natureza comparativista, sendo que vários incidem sobre a influência concreta de Keats sobre determinados poetas portugueses do século XX.

Obras Citadas

I) Fontes Primárias

- Byron, Lord, John Keats e Percy Bysshe Shelley. *Poesia Romântica Inglesa*. 3.^a edição, revista e aumentada. Trad. Fernando Guimarães. Lisboa: Relógio D'Água, 2010.
- Keats, John. "Ode a um Rouxinol". Trad. Jorge Vilhena Mesquita. *Diversos – Revista Semestral de Poesia e Tradução*, nº 2 (Primavera/Verão) (1997): 15-17.
- . *Odes*. Trad. Fernando Guimarães. Porto: Livraria Sousa e Almeida, 1960.
- Holden, Edith. *A Alegria de Viver Com a Natureza: Diário*. Trad. Manuela Freire e António José Massano. Barcelona: Blume, 1981.
- Lima, Jaime de Magalhães. "Glosas Bárbaras. II Arca da Aliança". *Portucale*, vol. II, nº 12 (1929): 405-7.
- Sena, Jorge de. (comp. e trad.) *Poesia de 26 Séculos*. Volumes I e II. Porto: Editorial Inova Limitada, 1971.
- Simões, António (comp. e trad.). *Antologia de Poesia Anglo-Americana: De Chaucer a Dylan Thomas*. Porto: Campo Das Letras, 2002.
- Solano, Rodrigo. *Fumo (Livro dum Poeta Morto)*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2010.

II) Fontes Secundárias

- Braga, Teófilo. *História do Romantismo em Portugal*. Vols. I e II. Braga: Edições Vercial, 2014.
- Castanheira, Maria Zulmira. *A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica de Romantismo Português: Imagens Polimórficas*. Volumes I e II. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- . "A Literatura Inglesa na Imprensa Periódica Portuguesa do Romantismo". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 17 (2008): 127-254.
- Dias, Miguel. *Sobre a (Não-) Tradução de John Keats: Séculos XIX-XX*. Dissertação de Mestrado em Tradução (Área de Especialização em Inglês). Lisboa: Universidade Nova da Lisboa, 2017.
- Even-Zohar, Itamar. "Polysystem Studies". *Poetics Today*, vol. 11, nº 1 (1990). 1-252.
- Flor, João Almeida. "Byron, Lamartine e Alcipe num Soneto Português (1884)". *Anglo-Saxónica: Revista do Centro de Estudos Anglisticos*, 2.^a série, nº 27 (2009): 143-156.
- Lousada, Isabel Maria da Cruz. *Para o Estabelecimento de uma Bibliografia Britânica em Português (1554-1900)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1988.

- Machado, Álvaro Manuel. *Les Romantismes au Portugal: Modèles Étrangères et Orientations Nationales*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1986.
- Matthews, G. M. (ed.) *John Keats, the Critical Heritage*. London/New York: Routledge, 2005.
- Pina, Álvaro (coord.) *Posições Românticas na Literatura Inglesa. Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- Pires, Maria Laura Bettencourt. *Walter Scott e o Romantismo Português*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1979.
- Queirós, Eça de. *Últimas Páginas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.
- Quesnel, Léo. "Os Poetas Modernos da Inglaterra. Elisabeth Barrett Browning". *A Mulher* (Lisboa, 1883-1885), 1º ano, nº 15, [s.d.] [1883?]: 117 e nº 19, [s.d.] [1883?]: 147. [tradução anónima]
- Roldão, M. Helena. "A Mulher". *Hemeroteca Digital de Lisboa*. 06 de Março 2013. Web. 04 de Novembro 2016. <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/AMulher.pdf>.
- Rodrigues, A. A. Gonçalves. *A Tradução em Portugal: Tentativa de Resenha Cronológica das Traduções em Língua Portuguesa Excluindo o Brasil de 1495 a 1950*. Vol. I – V. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.
- Silva, Jorge Bastos da. "Problemática da Tradução em Portugal no Século XIX". *Tradução e Cultura Literária. Ensaios Sobre a Presença de Autores Estrangeiros em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2014. 11-38.
- Sousa, Maria Leonor Machado de. "'Tempting Demon': the Portuguese Byron". *The Reception of Byron in Europe*. Volume I: Southern Europe, France and Romania. Ed. Richard Cardwell. London/New York: Thoemmes Continuum, 2004. 164-187.
- Ternas, Gabriela Gândara. *Diagnoses Especulares: Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)*. Volumes I e II. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004.
- . "French Mediation, the Construction of British Images and the Portuguese Press". *Beyond Binarisms. Crossing and Contaminations: Studies in Comparative Literature*. Ed. Pina Coco e Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2009. 161-170.

Representações de Macau após a Guerra do Ópio no Poema “Militar” *The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao* (1842)

Rogério Miguel Puga
NOVA-FCSH/CETAPS

O poema anónimo *The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao, in Rhyme* (1842), da autoria de um soldado britânico (“An officer in China”) faz parte da longa lista de obras literárias sobre Macau produzidas por militares europeus, no âmbito de serviço militar e/ou colonial, especialmente durante e após a Guerra do Ópio,¹ conflito que estimulou o interesse dos britânicos pela China. O texto, considerado por Shaw (62) um dos primeiros poemas anglófonos redigidos em Hong Kong, é publicitado no jornal *The Spectator* de 29 de Outubro de 1842 (1056), que, na página 1050, se refere ao espírito da obra como “bryronic”:

a poem begun by an English officer to “while away a tedious fortnight in the harbour of Hong-Kong”; and only the first canto finished, because professional duty calls him elsewhere. Nothing in the poem is attributed to the Chinese but on authority, he tells us; which may be as regards forms, but the spirit of the thing is Byronic.

1. Citamos, a título de exemplo, a obra de John Elliot Bingham, *Narrative of the Expedition to China: From the Commencement of the War to its Termination in 1842; with Sketches of the Manners and Customs of that Singular and Hitherto almost Unknown Country*, publicada em 1843.

The Fair Chinese Maid é ainda anunciado quer no *Literary Gazette* de 5 de Novembro de 1842 (768), como um “new poem”, quer no *The Athenaeum* de 5 de Novembro desse ano (958), publicação que, em 7 de Janeiro de 1843 (*The Athenaeum* 14), acaba por criticar o poema e aconselhar o seu autor a não redigir mais nenhum canto:

The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao, by an Officer in China—This first canto of a poem was written, its author states, to beguile an idle fortnight on shipboard; and under such circumstances, perhaps no more need be said about it. Idleness is the avowed parent of many a folly; and may be admitted to take the blame of this among the rest. The author laments that a return to active life prevented his earning the matter beyond the first canto; but promises a second, in case the English public shall express any great anxiety for it. Our advice to him, on their behalf, is, that if he can find any other occupation for his time, to think no more about the Chinese Maid.

A estrutura da obra em questão, dividida em 146 estâncias que constituem o primeiro “canto”, aproxima-a da epopeia, pois, como veremos, um dos objectivos do poema é quer elogiar os feitos imperiais (militares e comerciais) britânicos no delta do rio das Pérolas, nomeadamente a determinação dos agentes coloniais, quer dar a conhecer à metrópole os futuros súbditos da rainha Vitória em Hong Kong. Obviamente, o local no delta mais óbvio para a acção do romance seria, na altura, a Macau portuguesa, lar dos britânicos na China desde 1700, e onde houve muitas relações amorosas como as ficcionalizadas no poema narrativo.

O oficial anónimo encontra-se, por obrigação profissional, num barco no porto de Hong Kong e afirma que foge à realidade da “guerra” através da escrita-imaginação, rumo aos “prazeres” da “ficção” (iii; nossa tradução). O primeiro canto do poema foi redigido após o regresso de uma breve visita a Macau, durante a qual o autor decidiu localizar a acção da obra na urbe luso-chinesa, onde os estrangeiros gozavam de uma liberdade quase total e mantinham, de facto, amantes chinesas. O labor militar e diplomata impede o oficial de redigir logo o segundo canto, e, tanto quanto sabemos, nunca o terá chegado a redigir, ou, pelo menos, nunca o publicou. O referido elemento paratextual contempla ainda o horizonte de expectativas do

público-alvo britânico implicado pelo autor, que, ao escrever da periferia do império em formação para a metrópole, afirma:

To the mass at home, to whom Chinese histories and customs are novel things, even this one canto may give an outline of information, perhaps not unmingled with amusement, nor wholly devoid of interest. Nothing is therein told of, or attributed to, the Chinese, for which a respectable authority could not be given. The author, however, has had no time to make notes. (iv)

É notória a preocupação didáctica, sobretudo devido à referência às notas explicativas que deveriam acompanhar o texto, que o autor afirma valorizar tanto quanto os chineses valorizam os seus rabichos, num exercício de comparação intercultural que o caracteriza e valida como um autor informado. Face à Guerra do Ópio e à “conquista” de Hong Kong, tornava-se urgente narrar e mitificar essas façanhas coloniais também através da ficção, familiarizando, no processo, os britânicos “em casa” com os novos súbditos de sua majestade britânica no delta do rio das Pérolas através do processo a que Leask (1998: 168) chama “objectividade imperialista”. Aliás, desde a falhada embaixada de *Lord Macartney* (1793) que a imagem da China mudara na Grã-Bretanha e na Europa, tornando-se mais negativa para legitimar e intensificar a (retórica da) necessidade de forçar o Império do Meio a modernizar-se, a “civilizar-se”. (Forman: 59; Wagner: 23; Kerr e Kuehn: 4) Não são, portanto, ingénuas as referências do autor-soldado ao local e ao contexto da escrita, bem como à necessidade de se deslocar mais a Norte, na China, para continuar a construir o império, através das “armas” e das “letras”, um antigo tópico colonial, como demonstra a expressão da épica de Camões, “Numa mão sempre a espada, e noutra a pena”. (VIII, 79) A figura do soldado (agente) colonial a narrar o processo em que participava era já frequente e continuaria a sê-lo na Grã-Bretanha, bastando recordar, por exemplo, Richard Francis Burton (1821-1890), Rudyard Kipling (1865-1936), ou o marinheiro Joseph Conrad (1857-1924).

O poema assume-se, portanto, como alegoria do poder colonial britânico, e a despedida do mercador ou soldado que deve voltar a casa no final da missão torna-se um dever nacional, sendo essa determinação e esse labor essenciais no âmbito do projecto de construção

do império britânico. O texto representa quer a relação amorosa entre um oficial britânico e uma jovem chinesa em Macau até à hora da partida daquele, quer alguns costumes sínicos, como o abandono de bebés do sexo feminino. Aliás, essa temática é referida, desde cedo, por inúmeros viajantes portugueses e anglófonos ao visitar a China,² e é ficcionalizada em romances como *City of Broken Promises* (1967), de Austin Coates, cuja *Bildungsheldin* é vítima dessa mesma prática. (Puga, *A World of Euphemism*: 403-407) Também a protagonista do poema é abandonada quer à nascença pelos progenitores quer, posteriormente, já adulta (exoticizada de forma orientalista), pelo homem europeu. A cultura chinesa, de uma forma geral, não conferia tanto valor à rapariga (filha) quanto ao rapaz (filho), uma vez que apenas este poderia prestar culto aos seus antepassados e não partia do seu lar para se inserir na família da noiva quando atingia a idade de começar a trabalhar na terra. (Eastman: 15-45) No início do poema inacabado, o narrador autocaracteriza humildemente o seu poema como uma “careless, desultory song/Hard”, (2) antes de apresentar Edmund e contextualizar a acção, delimitando o espaço veranil de Macau, que se estende até às Portas do Cerco, fronteira com a chamada “China profunda”:

(...) beyond the gate
of that old Christian settlement, Macao,
Where a long while the Lusitanian state
Held timid sway, – though far more valiant now,
Since first was heard the British cannon’s roar,
Announcing death on Han’s celestial shore;

Beyond the gate – the long established limits
Of western, ruthless, proud barbarian sway; (...)
Walked a young English sailor, blithe and free,
Who ne’er before had crossed the China sea. (3)

2. Sobre o abandono de bebés do sexo feminino em Macau até ao século XX, veja-se Watts (1997: 71-88). As bebés indesejadas são vendidas, afogadas ou abandonadas à nascença, junto de instituições religiosas e posteriormente adoptadas, como acontece no poema de que nos ocupamos. Esta prática é referida logo nos primeiros escritos portugueses sobre a China, nomeadamente por Gaspar da Cruz, na sua obra de 1569, “Cousas da China e do Reino de Ormuz”. (Cruz, 1989: 114) Sobre o infanticídio entre os chineses, veja-se ainda Doolittle. (203-209)

O passado e o presente históricos são convocados logo no início da obra, enquanto a repetição da referência à fronteira das Portas do Cerco acentua a pequenez e os limites da cidade incrustada na China, império que recentemente encarara as “bestas” e os canhões ocidentais (britânicos), tornando-se óbvio o imaginário bélico a marcar, desde cedo, o espaço do delta do rio das Pérolas e até o estabelecimento português onde decorre a acção, e que, desde 1700, acolhe os ingleses no delta do rio das Pérolas. Curioso é o recurso ao adjectivo “timid” para caracterizar a administração lusa em Macau, podendo ser uma crítica à neutralidade do território durante a então recente Guerra do Ópio. No entanto, como é sabido, a neutralidade foi apenas aparente, pois os portugueses em Macau, cientes da sua necessidade de sobrevivência no Sul da China, agradam sobretudo às autoridades chinesas, mesmo declarando a sua suposta neutralidade face à velha aliada europeia. (Dias: 1993) Edmund, um jovem mercador britânico na China, qual *flâneur*, usufrui da liberdade que o território católico de Macau lhe permite, e para as autoridades chinesas é, de facto, esse o grande valor da cidade co-administrada pelos portugueses, pois permite ao mandarinato usufruir dos lucros e benefícios do comércio com os estrangeiros que residem na Macau estrangeira (murada, e logo, fora da China) e são “administrados” pelos portugueses. (Puga, *A Presença Inglesa*: 99-102) Aliás, pouco depois da publicação da obra, chegaria a Macau um dos seus mais polémicos governadores, Ferreira do Amaral (1803-1849), que aproximaria Macau de uma colónia mais típica do século XIX, ao reivindicar uma série de direitos para a urbe e reforçar a autonomia e o poder lusos faces ao mandarinato. (Silva, 2002) Se atentarmos no contexto em que o autor militar se deslocara à China e permanecera também em Macau, na sequência da Guerra do Ópio, entendemos facilmente a referência ao passeio calmo que a Macau “neutral” permite. Aliás, no âmbito do referido conflito bélico sino-britânico dá-se, por exemplo, em Agosto de 1840, a chamada Batalha da “Barrier Gate” (das Portas do Cerco), episódio em que corvetas inglesas atacam soldados, artilharia e juncos sínicos nas imediações (chinesas) do istmo que liga Macau à China “profunda”, com a desculpa de (supostamente) defender a cidade contra ataques chineses, (Hanes e Sanello: 108) atitude que desagrada às autoridades de Macau. Ou seja, o espaço da acção do poema também

é influenciado e marcado pela história e pela memória e vivência militar britânicas no território em questão, que foi o lar dos ingleses na China até à fundação de Hong Kong.

O narrador descreve Macau como um espaço de influência e administração portuguesas, pois os ingleses “at Canton dwelt”, (3) “deixando” as mulheres no enclave europeu, o que, de facto, se passava, pois, como o poema informa, as mulheres estrangeiras – “whether wives or daughters” (3) – estavam proibidas de entrar na China, mesmo no complexo de feitorias de Cantão, ou seja, Macau é representado como o espaço feminino do antigo “Canton trade”, contexto que mudaria com o final da Guerra do Ópio e da consequente assinatura do Tratado de Nanquim (29-08-1842), que, no ano da publicação do poema, abre cinco portos chineses ao comércio livre com o Ocidente e oficializa a fundação da colónia de Hong Kong. Efectivamente, apenas após a referida guerra as mulheres passam a poder visitar e pernoitar em Cantão e nos outros portos abertos ao trato estrangeiro, como revela o diário de Rebecca Kinsman. (397) Nos anos quarenta do século XIX, Rebecca já usufrui de uma maior liberdade de movimento em Cantão, por comparação, por exemplo, à que Harriet Low gozara em Novembro de 1830, quando a sua subida até Cantão, escondida num barco, levava os chineses a parar o comércio até que a jovem e a sua tia regressassem a Macau. (Low: 190-194)³ O enclave luso-chinês torna-se, assim, o espaço feminino do comércio do Old China Trade, onde essas famílias norte-americanas e europeias permanecem todo o ano, mesmo depois da abertura dos portos chineses ao comércio, e onde missivas e diários são redigidos, por vezes, em solidão, durante a estação comercial (meses de Outono e Inverno), por mães de família enquanto os maridos se encontram na feitoria de Cantão.

A ida ao Norte da China que o autor refere na introdução implica a diplomacia e os interesses britânicos na China, sendo, portanto, significativa. O delta do rio das Pérolas é, assim, um universo marcado também pelas imposições relacionadas com o género (*gender*), tal como acontecia no resto do mundo; no entanto, aqui acontecia

3. Essa maior liberdade em Cantão é descrita, por exemplo, pelo autor-viajante (não residente) norte-americano Osmond Tiffany na obra *The Canton Chinese* (1849).

por imposição chinesa, sendo tal realidade filtrada e focalizada pelo militar britânico, que, enquanto agente colonial, ficcionaliza uma história de amor “colonial”, cujo protagonista regressa para o lar europeu, abandonando a amada num território do império português, assim representado como local também feminino, mas que nunca substitui a metrópole. É um espaço sobretudo de missão e de dever colonial. Aliás, a censura, a rejeição, o controlo e o “medo” do colonizador britânico do século XIX face ao *modus vivendi* do “nativo” são veiculados através da conhecida expressão idiomática “(s)he’s going native”. *The Chinese Maid* convoca e rentabiliza didacticamente a retórica daquilo a que poderíamos chamar poética (ideológica) colonial, que, por sua vez, descreve o soldado/mercador que regressa a casa como exemplo, bem como a sedutora e até perigosa mulher “nativa” quer como influência negativa, no caso da primeira mulher que Edmund segue rumo à China, quer como vítima (forçosa e naturalmente abandonada) do plano imperial britânico, no caso, a europeizada Kathleen. O poema veicula, assim, também as ansiedades e os estereótipos coloniais de então, também através dos exercícios quer da exotização (Leask, 1992, 1998) do Outro chinês, quer da justificação da guerra contra a China. (Shaw: 63) Já a mulher europeia, como afirmámos anteriormente, está proibida de entrar na China, tentando o narrador adivinhar o motivo para tal proibição: “in [Chinese] fear/Barbarian dames might colonize the land;/ Or else they feared a prophecy well known,/That a fair dame should Heaven’s son dethrone”, (3) enquanto estabelece um paralelismo colonial entre a profecia que é fruto da superstição chinesa e o poder da rainha da Grã-Bretanha, que acabara de derrotar o imperador. Ou seja, mesmo as relações amorosas e a presença feminina na China colonizada (Hong Kong e Macau) são encaradas do ponto de vista colonial, como não poderia deixar de ser.

O protagonista Edmund – apresentado como um jovem inconsciente que persegue “two small feet” (4) – percorre as ruas da urbe sem encontrar qualquer jovem nativa, pois todas as raparigas “honestas” estão fechadas em casa, “much like a captive bird (...) on formless feet (...) tiny feet (...) funny sight (...) twinklers shinning

bright".(4)⁴ Surge, de repente, uma misteriosa mulher chinesa de pés enfaixados, que é descrita através da adjectivação cumulativa e que fazia já parte da imaginação cultural britânica, e despertaria o interesse do leitor europeu. Edmund persegue a chinesa de pés enfaixados até à China, atravessando as Portas do Cerco, sem saber que ultrapassar "the barrier gate was deemed a sort of treason". (4) A jovem, aos olhos do mercador, não é mais do que os seus pés deformados até se virar e lhe chamar, antes de desaparecer, "Fankwei", (4) ou seja, diabo estrangeiro. Aliás, o narrador revela, mais adiante, duas vezes, o significado da expressão negativa chinesa: "foreign devil". (6, 7) De seguida, o jovem estrangeiro é espancado por um grupo de chineses por se encontrar em território sínico, tornando-se a chinesa exotizada símbolo de perigosa sedução, por oposição à chinesa europeizada pelo padre Dillon, por quem é seguro Edmund apaixonar-se. A voz feminina do Outro recém-inimigo ofende, assim, o protagonista, antes de quatro personagens masculinas chinesas o assaltarem, tornando-se evidente o campo semântico negativo que marca as relações sino-britânicas na altura, sobretudo em território chinês, do ponto de vista quer dos estrangeiros, quer dos súbditos do imperador: "But being English he despised them all,/The shaven long-tailed of Heaven's son". (5) Não será, portanto, de estranhar que a descrição do conflito físico se arraste durante várias estâncias. Ao ser atacado, Edmund – "Albion (...) our hero" (7) – foge da China "profunda" para a segurança das Portas do Cerco, perseguido por mais chineses que reforçam o bando inicial, enquanto o "Lusitanian sentry" (7) que guarda a fronteira entre Macau e a China profunda é apresentado a honrar o herói britânico, unindo-se assim os interesses e até ódios das duas nações europeias com "colónias" permanentes no Império do Meio. Para além do lar do padre Dillon, onde o jovem protagonista recupera, decerto na zona da Macau cristã, onde também o casal mais tarde se despede (Praia Grande), as Portas do Cerco – abertas na muralha norte transversal, no estreito istmo que separa Macau da China – funcionam como fronteira erguida, logo em 1573, pelas autoridades chinesas. O mandarinato fechou estrate-

4. De acordo com Machado, "As mulheres de distinção [em Macau] vivem isoladas: nunca se expõem a serem vistas pelos homens. (...) A mulher sai à rua duas vezes por ano, para visitar seus parentes". (1926: 23)

gicamente o istmo e transformou Macau numa “ilha” administrativa, que seria facilmente controlada, pois cada vez que os portugueses desobedecessem ao mandarinato a referida porta seria encerrada e Macau não conseguiria arranjar comida, nem empregados; daí que a administração portuguesa nunca tenha tido total controlo sobre o território. Nas referidas Portas se situava, do lado português, um posto de polícia, a “sentinela” referido pelo poema.

Além Portas do Cerco – já em território chinês proibido aos estrangeiros, sobretudo após a derrota (da Guerra do Ópio) que exaltara os ânimos dos chineses –, o agressor colonial britânico (individualizado em Edmund) perde a segurança que Macau lhe confere e é agredido por chineses. Aliás, as lutas entre oficiais ingleses e a população chinesa quando os primeiros atravessam as Portas do Cerco, em passeio, e entram em território chinês são comuns ao longo dos séculos XVIII-XIX, como se pode verificar através das fontes históricas de Macau.⁵ O jovem ferido é recolhido pelo padre irlandês (“padre (...) Dillon”: 8) e apaixonou-se pela sua cuidadora Kathleen, a exotizada jovem chinesa que o acompanha até ao momento da partida, que se dá após um romântico e solitário passeio pela Praia Grande: “To leave Macao – He bowed to stubborn fate;/But when he told poor Kathleen he must sail,/To paint her grief what language can avail?”. (34) Relativamente aos romances interétnicos e ao forçoso regresso do homem europeu a casa, estabelece-se um interessante diálogo intertextual entre obras de língua inglesa e portuguesa sobre Macau, nomeadamente no que diz também respeito à paisagem antropológica, natural e arquitectónica, espaço de relações amorosas entre oficiais europeus e mulheres chinesas que, na maioria das vezes, são abandonadas. Kathleen fora abandonada pelos pais e o padre Dillon salvara a bebé, resgatando as suas vida e alma, como ela confessa ao mercador. O tutor teme o sofrimento da jovem e tenta protegê-la do visitante, que, como todos os outros, acabaria por partir de Macau, sendo, portanto, o abandono descrito no poema idêntico ao que as mulheres chinesas têm como certo em romances como *City of Broken Promises*. Na literatura portuguesa também

5. Consultem-se, por exemplo, as chapas do procurador do Senado para o mandarim da Casa Branca, em 1816 e 1822, publicadas por Ping e Zhiliang ed. (vol. 5, doc. 148; vol. 6, doc. 40).

encontramos paralelismos intertextuais com o poema anónimo, nomeadamente em relação à vivência do género feminino, metaforizado na cabaia envergada pela mulher nativa, face à sociedade patriarcal. Para além do conto "A-Chan, A Tancareira" (1950), de Henrique de Senna Fernandes, (1997: 18-19) e do romance *Histórias de Macau* (1987), de Altino do Tojal, (1998: 7) nos quais os oficiais e funcionários públicos portugueses abandonam mulheres chinesas ao regressar à Europa, na antologia publicada, em 1956, por Deolinda Conceição, *Cheong-Sam: A Cabaia*, (1995, 13-21, 23-26, 27-29, 31-35, 43-49, 55-57) o conto "Cheong Sam" representa o homicídio de uma mulher pelo marido que deseja defender a honra, mesmo quando a violação sexual da primeira resulta do abandono por parte dele. No conto "Calvário de Lin Fong" um europeu que prometeu levar a amante chinesa para a Europa abandona-a grávida, quando lhe fez vislumbrar uma vida melhor, e "A Esmola" ganha forma e sentido a partir de temas como a miscigenação, a vida cultural dupla e o casamento interétnico em Macau. Já "Arroz e Lágrimas" ficcionaliza a miséria da mulher oriental, enquanto "O Romance de Sam-Lei" é um conto de formação que traça o percurso de uma jovem sínica pela sua relação amorosa e a segurança conseguida através do matrimónio. Nos contos "Aquele Mulher" e "Os Sapatinhos Bordados de Anui" marcam presença temas como a adopção, a miséria feminina, a venda de filhas e a valorização do filho varão, também presentes em *The Chinese Maid*.

Kathleen é apresentada como detentora de uma beleza ímpar adornada por vestes chinesas e pés pequenos, (9-10) que o narrador compara aos das "Western dames", antes de se referir ao aprisionamento das mulheres chinesas através dos pés enfaixados e de concluir, dramaticamente através de uma interjeição depreciativa que assenta em estereótipos físicos: "Oh, monstrous land! My patience nearly fails,/With thy crook'd, bandaged feet, and ape-like tails". (10) A atenção do narrador "racista" (Shaw: 66) e do protagonista detém-se sobretudo na "fair one", (11) o elemento feminino exotizado, e essa estratégia serve o propósito de criticar a crueldade que parece marcar essa sociedade, sendo os rabichos dos chineses também ridicularizados, numa curta digressão, antes de estes serem descritos como altamente conservadores e resistentes à mudança, sobretudo à conversão religiosa por parte de missionários jesuítas. (16) Macau é

também descrita como centro de missão europeia no Oriente, e o padre Dillon é apresentado como honesto, afável e fluente em cantonense, (17-19) imagem que se afasta da caracterização negativa de religiosos católicos na literatura protestante britânica. O próprio narrador chega a dirigir-se ao leitor para reforçar e validar essa caracterização positiva: “I know to some the thought will be distressing: – /An Irish Jesuit *good*? Be quiet, fool!/My one exception only proves your rule.” (20) Aliás, como já afirmámos, a Macau lusa é descrita como um espaço católico logo no início do poema e é várias vezes apresentada como centro missionário de conversão de chineses ao catolicismo. (16, 21) É nesse contexto religioso que o jesuíta Dillon viajara para Macau e posteriormente acolhera Kathleen, possibilitando-lhe uma educação europeia, na segurança do seu lar, onde a jovem também aprendera história da China, referência que dá lugar a uma longa digressão sobre cultura, história e medicina tradicional chinesas, (28-33) terminando o poema com uma breve nota cômica (e comparação intercultural) em torno do papel (que não é, afinal, feito) de arroz chinês que Kathleen usa para escrever a Edmund: “I’m afraid-/I hoped to see the works of Byron, Babbage,/Et cet’ra, – printed upon greens, or – cabbage”. (41)

Já a jovem chinesa descreve os britânicos como “fair haired race”, (11) com quem ela há muito desejava interagir, revelando a sedução que Edmund exercera à partida sobre ela. O jovem estranha o nome irlandês da sua cuidadora chinesa e várias afirmações do narrador denunciam a relação entre nomes próprios, língua, religião e identidade nacional e estrangeira, (13-16, 20-21, 27) sobretudo no que diz respeito à identidade irlandesa (e religiosa) do padre Dillon, o Outro católico, e, portanto, o “definitional other”⁶ face à identidade britânica (“Britishness”). O jesuíta, que planeava casar Kathleen com um chinês cristão, e a ama portuguesa da jovem avisam-na da possibilidade de o inglês protestante a magoar ao regressar a casa, mas o casal apaixonou-se, como não poderia deixar de ser, e o narrador reflecte longamente sobre a rivalidade entre católicos e protestantes (15-16) e descreve os passeios e o vestuário do padre jesuíta que se passeia

6. Sobre o papel do anticatolicismo na formação da identidade nacional inglesa, vejam-se Colley (1992) 309-329, Marotti (1999), Marotti (2005), Shell (2006), Shell (2007), Corens (2011) 441-459 e Álvarez-Recio (2011).

pela “Praya Grande [or] Lusitanian beach”, (21) convocando assim a toponímia da urbe, nomeadamente a estrada marginal que era percorrida e habitada sobretudo por estrangeiros em Macau, (34) por entre “hills, mid rocks and billows” (21) que caracterizam o espaço da acção, onde, de acordo com o narrador, não existiam placas com nomes das ruas. Na última noite em que Edmund está em Macau, o casal despede-se a passear também na Praia Grande (34):

They pass the verdant sward that spreads before
 The handsome flight of steps, which you ascend
 To San Francisco’s church – close to the shore.
 They hear soft music with the zephyrs blend:
 While Portugal’s gay colonists were seen
 Dancing all joyous on the moon-lit green.
 (...)
 The walls were hills – the sea and purple islands, –
 With the fair silent town’s moon-glitt’ring piles. (34)

A descrição e a enumeração de diversos elementos dos espaços natural e arquitectónico, bem como a paisagem acústica ou sonora e a felicidade de foliões portugueses acentuam a solidão do casal momentos antes da separação. São ainda, mais uma vez, apresentados chineses (estereotipados) de rabicho a fumar junto a rochedos, bem como os montes de Macau e as fortalezas – o fortim de São Pedro (1622), a fortaleza de São Francisco (c.1623), a fortaleza de Nossa Senhora do Bom Parto (c.1622) e a fortaleza de São Tiago da Barra (c.1622) – construídas, sobretudo após o ataque holandês de 1622, no litoral para defender o porto: “’Tis formidable when seen/By night”. (35) O destaque conferido a estas construções militares não será de admirar se atentarmos na profissão do autor-soldado do poema. A sedução e o romance temporários entre o britânico e a jovem chinesa, abandonada pelos seus progenitores chineses e educada pelo padre católico, também ele uma figura patriarcal europeia, funcionam metonimicamente como metáfora para a relação imaginária (de protecção e de educação) entre os agentes coloniais europeus e os chineses que se ‘europeizassem’, ecoando intertextualmente a famosa expressão “white man’s burden”, que Rudyard Kipling viria a cunhar, em 1899, no seu poema “The White Man’s Burden: The United States and the Philippine Islands”.

O poema de que nos ocupámos torna-se, assim, também uma ferramenta literária e cultural que concorre para a construção da narrativa imperial através de símbolos culturais sínicos estereotipados, como o rabicho dos homens chineses, os pés enfaixados de algumas mulheres e as diversas paisagens (sobretudo militares) de Macau, entreposto comercial, religioso, cultural e militar português que os britânicos utilizam como o seu lar na China desde 1700 e que, portanto, se assume como o espaço de acção mais realista para o enredo amoroso e político de *The Chinese Maid*, publicado anonimamente, em Londres, no ano em que termina a Guerra do Ópio.

Obras Citadas

- Anónimo. *The Fair Chinese Maid; Tale of Macao, in Rhyme, by an Officer in China*. Londres: Joseph Thomas, 1842.
- Àlvarez-Recio, L. *Fighting the Anti-Christ: A Cultural History of Anti-Catholicism in Tudor England*. Brighton: Sussex Academic Press, 2011.
- The Athenaeum: Journal of English and Foreign Literature, Science, and the Fine Arts* 784, 5-11-1842; 793, 07-01-1843.
- Bingham, John Elliot. *Narrative of the Expedition to China: From the Commencement of the War to its Termination in 1842; With Sketches of the Manners and Customs of that Singular and Hitherto almost Unknown Country*. Londres: Hnery Colburn, 1843.
- Camões, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Ed. Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 1992.
- Colley, L. "Britishness and Otherness: An Argument": *Journal of British Studies* 31 (1992): 309-329.
- Conceição, Deolinda da. *Cheong-Sam: A Cabaia*. Macau: Instituto Cultural de Macau-Instituto Português do Oriente, 1995.
- Corens, L. "Catholic Nuns and English Identities. English Protestant Travellers on the English Convents in the Low Countries, 1660-1730." *Recusant History* 30:3 (2011): 441-459.
- Cruz, Gaspar da. "Cousas da China e do Reino de Ormuz". *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*. Ed. Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. 51-181.
- Dias, Alfredo Gomes. *Macau e a I Guerra do Ópio*. Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1993.
- Doolittle, Justus. *Social Life of the Chinese with Some Account of Their Religious, Governmental, Educational, and Business Customs and Opinions. With Special but not Exclusive Reference to Fuhchau* 2. Nova Iorque: Harper & Brothers, 1865.

- Eastman, Lloyd E. *Family, Fields and Ancestors: Constancy and Change in China's Social and Economic History-1550-1949*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- Fernandes, Henrique de Senna. *Nam Van: Contos de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997.
- Forman, Ross, G. *China and the Victorian Imagination: Empires Entwined*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Hanes, W. Travis e Frank Sanello. *The Opium Wars*. Naperville: Sourcebook, 2002.
- Kerr, Douglas e Julia Kuehn. "Introduction." *A Century of Travels in China: Critical Essays on Travel Writing from the 1840s to the 1940s*. Ed. Douglas Kerr e Julia Kuehn. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2007. 1-11.
- Kinsman, Rebecca C. "The Daily Life of Mrs. Nathaniel Kinsman in China." *The Essex Institute Historical Collection LXXXVII* (Outubro 1951): 388-409.
- Leask, Nigel. *British Romantic Writers and the East: Anxieties of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- . "Wandering Through Eblis': Absorption and Containment in Romantic Exoticism". *Romanticism and Colonialism: Writing and Empire, 1780-1830*. Ed. Tim Fulford e Peter J. Kitson. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 165-88.
- Literary Gazette and Journal of the Belles Lettres, Arts, Sciences* 1346, 05-11-1842.
- Low, Harriett. *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster (1829-1834)*. Ed. Nan P. Hodges e Arthur W. Hummel. Woodinville: The History Bank, 2002.
- Machado, Carlos Jacinto. *A China e os Chineses*. Macau: Editora Padre José da Silva Lucas, 1926.
- Marotti, A. F. (ed.) *Catholicism and Anti-Catholicism in Early Modern English Texts*. Houndmills: Macmillan, 1999.
- Marotti, A. F. *Religious Ideology and Cultural Fantasy: Catholic and Anti-Catholic Discourses in Early Modern England*. South Bend: University of Notre Dame, 2005.
- Ping, Jin Guo e Wu Zhiliang (ed.) *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749-1847)*. Macau: Fundação Macau, 2000.
- Puga, Rogério Miguel. *A World of Euphemism: Representações de Macau na Obra de Austin Coates: City of Broken Promises enquanto Romance Histórico e Bildungsroman Feminino*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- . *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-Portuguesas em Macau (1635-1793)*. Lisboa: CHAM/Centro Cultural e Científico de Macau, 2009.
- Shaw, Damian. "The Fair Chinese Maid; A Tale of Macao. Or, the First English Poetry of Hong Kong?" *New Zealand Journal of Asian Studies* 16:1 (Junho 2014): 61-74.
- Shell, A. *Catholicism, Controversy and the English Literary Imagination, 1558-1660*.

- Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- . *Oral Culture and Catholicism in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Silva, Maria Teresa Lopes da. *Transição de Macau para a Modernidade 1841-1853: Ferreira do Amaral e a Construção da Soberania Portuguesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 2002.
- The Spectator* 748, 29-10-1842.
- Tiffany, Osmond. *The Canton Chinese*. Boston: James Monroe, 1849.
- Tojal, Altino do. *Histórias de Macau*. Porto: Campo das Letras, 1998.
- Wagner, Tamara, S. "Sketching China and the Self-Portrait of a Post-Romantic Traveler." *A Century of Travels in China: Critical Essays on Travel Writing*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2007. 13-26.
- Watts, Ian E. "Bi-Racial Identity, Bi-Racial Status: Two Chinese Orphans Raised by the Canossian Sisters in Macao". *Review of Culture* 31 (Abril-Junho de 199): 71-88.

Lord Holland's Portuguese Library

John Clarke

Emeritus Professor,
The University of Buckingham

José Baptista de Sousa

CETAPS

See what D. J.-M. de Sousa says in this regard in his edition of *Os Lusíadas*, when he mentions a Friar Josepe Índio, the owner as he then was of Lord Holland's celebrated copy.¹ (Garrett: 205)

Lord Holland's initial response to Portugal was one of disdain, a reaction that may be attributed to exposure to a widely held Spanish prejudice rather than to any personal antipathy. Yet, with the passing years, Holland's attitude changed into one of 'love' and 'affection', to quote his own words in a speech to the House of Lords in July 1828 (*The Times*, July 17, 1828: 6).² Indeed, while Holland may not qualify as a 'Lusophile', he was certainly a friend of Portugal, even if this long lasting relationship is someti-

-
1. "Veja o que a este respeito diz o Sr. D. J.-M de Souza na sua edição dos Lus.[íadas] quando falla de um Fray Josep Indio, proprietario, que foi, do famoso exemplar de lord Holland." (Our translation).
 2. Henry Richard Vassall-Fox (1773-1840), 3rd Baron of Holland of Holland and Holland of Foxley, English Whig politician, statesman and hispanist. He was the grandson son of Henry Fox, 1st Lord Holland, and his wife Lady Caroline Lennox, the eldest daughter of Charles Lennox, 2nd Duke of Richmond, a grandson of Charles II. Holland was the nephew of Charles James Fox, the famous Whig politician, who was responsible for his education. In 1797, Holland married Elizabeth Vassall (1771-1845), whose marriage to Sir Godfrey Webster had just been dissolved. Elizabeth was the daughter of Richard Vassall (1732-1795), who had extensive estates in Jamaica, by Mary Clarke (1747-1835), known as Lady Affleck after her second marriage to Sir Gilbert Affleck (1740-1808), 2nd Baronet, of Dalham Hall.

mes difficult to trace. Apart from John of Gaunt or George Canning, there is probably no other example in the long history of relations between the two countries of an English politician who devoted himself to Portugal as Holland did. The impressive collection of Portuguese books and manuscripts that Holland collected throughout his long and rewarding life is probably one of the strongest evidence of such affection. The Portuguese section at the Holland House Library, was often consulted by several celebrated authors like Robert Southey (1774-1843), John Adamson (1787-1855), *Morgado* de Mateus³ and perhaps even Almeida Garrett (1799-1854), the reputed founder of Portuguese Romanticism. This article is a contribution to the study of Lord Holland's Portuguese Library, from the perspective of the history of books and libraries, and also investigates the importance of this Library to the study and diffusion of the Portuguese culture and literature in England in the first half of the nineteenth century.

It was probably the Spanish poet Manuel José Quintana y Lorenzo (1772-1857) who introduced Lord Holland to Portuguese literature during his visit to Madrid in 1803. Quintana's admission in a letter to Holland on 7 February 1805 that he could not read "(...) any of their books, except for Camões's works (...)", suggests that Holland had at least some acquaintance with the master of the Portuguese Renaissance literature (Quintana to Holland, Madrid, 7 Feb. 1805', *apud* Alonso: 317).⁴ Sometime earlier, probably also in 1803, Lady Holland requested Sir Henry Chamberlain (1773-1829), British Consul at Lisbon, to obtain copies of correspondence thought to be preserved at the Torre do Tombo (National Archives) (British Library, Holland House Papers, MSS Add. 51632, Papers Relative to Portugal: H. Chamberlain to Lady Holland, f. 3^r, 29 Nov. 1803).⁵

-
3. D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1758-1825), 5th *Morgado* de Mateus, Portuguese diplomatist and editor, the son of D. Luís António de Sousa Botelho Mourão (1722-1798), Governor of São Paulo, by his wife, D. Leonor Ana Luísa José de Portugal (1722-c.1806). José Maria was Minister at Stockholm, Copenhagen, Paris and St Petersburg. He married twice: firstly, in 1783, to D. Maria Teresa Soares de Noronha (1760-1785), daughter of D. José de Noronha and D. Mariana Isabel das Montanhas Ribeiro Soares, who bore him one son, D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1785-1855), 1st Conde de Vila Real; the second, on 17 October 1802, to Adélaïde Marie Emilie Filleul, who became known as Madame de Sousa (1761-1836).
 4. "Yo no puedo leer libro ninguno suyo, sino las obras de Camoens." (Our translation).
 5. Sir Henry Chamberlain (1773-1829), Consul General and Chargé d'Affaires at Lisbon and Rio de Janeiro.

This request – possibly on Dr John Allen’s behalf – corresponds to the Hollands’ first reported interest in things Portuguese.⁶ As Chamberlain’s answer to Lady Holland is dated 29 November 1803 together with the fact that the request would have required Chamberlain to make enquiries about the location of these documents, suggests that Lady Holland’s letter preceded the reply perhaps by some months.

Lord Holland’s first recorded interest in Portuguese books also dates to 1803, when he wrote from Madrid to Chamberlain, asking for a copy of Diogo Machado’s *Bibliotheca Lusitana*, a catalogue of Portuguese authors accompanied by biographical notices.⁷ Chamberlain replied on 24 November 1803, explaining that he had sent a copy through M. Couëssin, a French traveller about to leave for Madrid. (BL, HHP, MSS Add. 51632, Papers Relative to Portugal: H. Chamberlain to Lord Holland, ff. 1^r-[1^v], 24 Nov. 1803) During his visit to Portugal in 1804-1805, while confined to his home for almost a month by poor weather and Lady Holland’s illness, Holland found it difficult to keep himself amused. (BL, HHP, MSS Add. 51737, Lord Holland to Caroline Fox, f. 165^r, 16 Jan. 1805) He read a lot, notably Robert Southey’s translation of *Amadis of Gaul*, a romance of chivalry usually attributed to the Portuguese troubadour Joham de Lobeira (1261-1325), though sometimes to Vasco de Lobeira (†1403), knighted after the famous Battle of Aljubarrota (1385). Spanish scholars claim the author is unknown.⁸ “What an odd man that Southey is (...)”, Holland wrote to his sister on 10 January, “(...) full of genius imagination & most wonderfully diligent.” (BL, HHP, MSS Add. 51737, Lord Holland to Caroline Fox, f. 163^v, 10 Jan. 1805)

Lord Holland’s interest in Portuguese books is also suggested

6. John Allen (1771-1843), Scottish physician, historian and political essayist, graduated in medicine in 1791 at the University of Edinburgh. He accompanied the Hollands to the Peninsula in 1802 in the quality of private physician and secretary, a position he held for the rest of his life.

7. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica, e Chronologia*. 4 vols. (Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759).

8. Southey’s translation was made from the Spanish Garcí Rodríguez de Montalvo, editor of the first printed version, *Los quatro libros del Virtuoso caballero Amadís de Gaula* (Zaragoza: Coci, 1508), who claimed to have edited the text from old manuscripts (Southey, “Preface” to *Amadis of Gaul*: 123-24). The translation was made from a later edition, as the only known copy of the first edition, preserved at the British Library, was discovered at Ferrara in 1872 by the bibliophile and book collector Edwin Tross.

by the frequent presence at Holland House of Richard Heber (1773-1833), MP for Oxford University and a famous bibliophile who owned an extensive Portuguese library. Heber was in a dinner at Kensington on 6 December 1821, also attended by D. José de Sousa Botelho, the future Conde de Vila Real,⁹ Lady Affleck (Lady Holland's mother), Mr Adair,¹⁰ Mr and Mrs Smith and Mr Charles Ellis. (BL, HHP, MSS Add. 51953, Dinner Books: 1819-1825, f. 75^r, 6 Dec. 1821) Lady Holland said of Heber: "His memory is quite remarkable, and his ready application of verses and stories smart and brisk", (Vassall, *apud* Ilchester, *Chronicles*: 31) while Henry Edward Fox, later fourth Lord Holland,¹¹ who set by his side in a dinner on 27 January 1823, wrote in his journal:

He is good-natured and has acquired a good deal with all his book-collecting and reading, but is rather in the Oxford style of humbug, which is so very odious. I rather like him. He is very much given to drinking and eating, which his friends!!! say has deadened his understanding. (154)

The importance of Heber's Portuguese collection is acknowledged in John Adamson's preface to his *Memoirs of the Life and Writings of Luís de Camoens*: "(...) the name of his friend Mr Gooden, and that of Mr Heber, to whose stores of Portuguese literature he has had free access." (1: xii) Heber's fabulous library was sold after his death in several auctions in 1834-1835, while an impressive catalogue was printed in 12 parts (3 volumes) as *Bibliotheca Heberiana*. During his exile in Britain between 1828 and 1831, Almeida Garrett often visited the libraries of the British Museum, Heber and Gooden, whose

9. D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1785-1855), 1st Conde de Vila Real and 6th *Morgado* de Mateus, Portuguese diplomat and statesman, the son of D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1758-1825), 5th *Morgado* de Mateus, by his first wife, D. Maria Teresa Soares de Noronha (1760-1785). He married in 1811 D. Teresa Frederica Cristina de Sousa e Holstein (1786-1841), the Duque de Palmela's sister.

10. Sir Robert Adair (1763-1855), British diplomat and politician, son of Robert Adair, surgeon to George III.

11. Henry Edward Fox (1802-1859), afterwards 4th Lord Holland, the son of Henry Richard Vassall-Fox and his wife Elizabeth Vassall. He was born at Holland House on 7 March 1802 and died at Naples on 8 December 1859. Henry Edward married on 9 May 1833 Mary Augusta Coventry (1812-1889), daughter of George William Coventry, 8th Earl of Coventry, by Lady Mary Beauclerk. The couple had no issue and the barony became extinct.

Portuguese collections proved useful when composing ballads such as *Adozinda*, a verse romance inspired by Walter Scott's minstrelsy. (Sousa: 118)¹² It is also possible that Garrett, like so many other middle-class Italian or Spanish *émigrés*, may have occasionally visited Holland House while attaché to the Portuguese Legation in London (1829-1831), but we could not hitherto find any clear evidence to support this conclusion.

Like his father, Stephen Fox,¹³ Henry Richard Fox was an avid book collector, although, as Lord Ilchester observed in a typewritten "Note on the Holland House Library" preserved at the British Library, "(...) Lord Holland could not afford rarities, except at low prices", especially after the "(...) diminution in Lady Holland's income from the West Indies as a result of the Abolition of the Slave Trade." (BL, Hodgson Papers, MSS Add. 54721, Miscellaneous Papers Relating to Holland House, by Lord Ilchester: Note on the Holland House Library, f. 1^r.)¹⁴ Because of gambling debts Stephen Fox left at his death on 16 December 1774, his widow was forced to lease Holland House and move with her children to Amptill Park, Bedfordshire, while an auction was held by Christie towards the end of 1775 to sell all furniture and books. (Sousa and Clarke: 129) The surviving *A Catalogue of the Noble, Select and Elegant Library, of the Rt. Hon. Stephen Lord Holland*, suggests that, unlike his son who became a devoted bibliophile, Stephen Fox was rather a compulsive buyer, apparently without any criteria. In the course of his life, the third Lord Holland collected an impressive library, including several rare

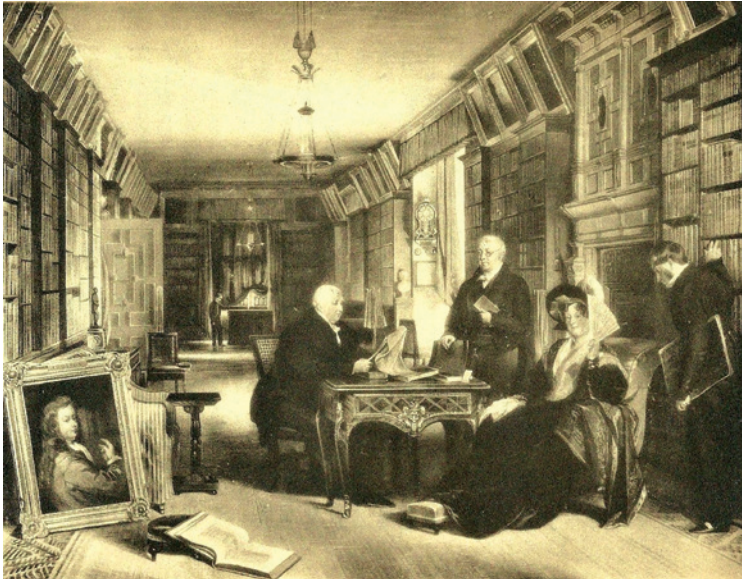
-
12. James Gooden (1773-1851), British merchant in the Portuguese and Brazilian trade with literary and antiquary tastes. Gooden's impressive collection of Portuguese books and manuscripts was consulted by Robert Southey, John Adamson and Almeida Garrett. In the preface to his *History of Brazil*, Southey thanks Gooden for lending him a life of João de Almeida and other manuscripts. (2: [i]) John Adamson, who must have met Gooden at Oporto, makes a similar acknowledgement in his *Bibliotheca Lusitana*, thanking Gooden, together with the King's Librarian, Heber and Southey, for assisting him with his studies on Portuguese literature. (iii) Sir Francis Sacheverell Darwin (1786-1859), who visited Portugal in 1808 on his way to Spain, mentions "(...) a Mr Gooden, a very polite merchant", with whom he "dined every day". A few days later, at Lisbon, Darwin reencountered Gooden, who had sailed round from Oporto. (8, 13)
 13. Stephen Fox (1745-1774), 2nd Baron Holland of Holland and Holland of Foxley, Peer, the eldest son of Henry Fox (1705-1774), 1st Baron Holland of Foxley, and his wife Lady Georgiana Carolina Fox, née Lennox (1723-1774), 1st Baroness Holland of Holland. Stephen, or "Ste" as he was known in intimacy, married in 1766 Lady Mary Fitzpatrick (1746/7-1778).
 14. Ilchester's typewritten text on the Holland House Library with MS corrections, possibly for inclusion in the auction catalogue.

books and manuscripts. When Faulkner published his *History and Antiquities of Kensington* in 1820, Holland's Library, which had been assembled since its owner moved to Kensington in 1797, contained an estimated 15,000 volumes. According to Faulkner:

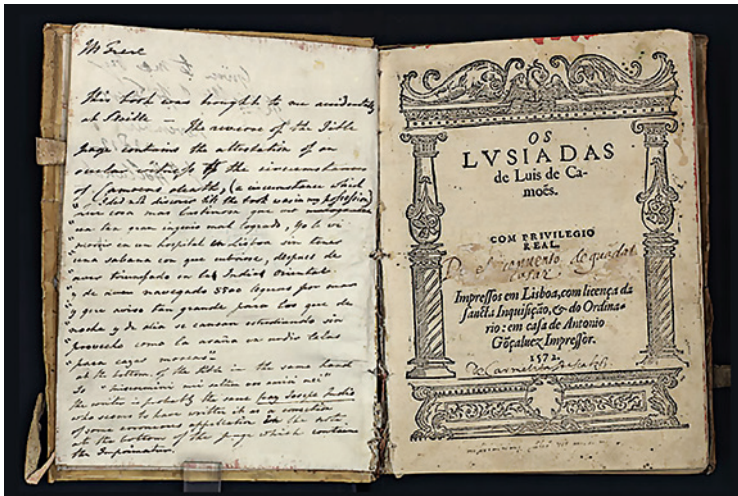
Its value does not consist in the extreme variety, or extraordinary splendour of the editions, nor are the bindings so sumptuous as in many modern libraries. But on the other hand, it is not deficient in specimens of each kind, and having been collected recently, it contains few works but such as are useful for perusal or reference. The series of French and English History and Memoirs is said to be very complete, and there are few private libraries in England which contain so good and so large a selection of Spanish and Italian authors, particularly Spanish law books. (153)

The Library, whose main section occupied the whole western wing, also contained an extensive collection of Portuguese books and manuscripts, which Southey consulted while writing on the literature and history of the Peninsula (Sanders 2:174) and John Adamson his *Memoirs of the Life and Writings of Luís de Camoens*, as he admitted in the preface: "(...) to Lord Holland, for his attention that his Lordship would allow the author to inspect the extremely rare and curious copy of the first edition of the *Lusiad* at Holland House (...)". (1:xii) The importance of Holland's collection of Portuguese and Spanish books and manuscripts is also stressed in an article in *Scribner's Monthly*, while comparing it – as well as that preserved at the British Museum – to the splendid collection bequeathed by the American Hispanist George Ticknor (1791-1871) to the Boston Public Library. (150)

Among the rarities owned by Lord Holland were several Spanish manuscripts dating from 1542 to 1610 as well as books, folios, tracts and pamphlets valued at £3000, miscellaneous and foreign books estimated at £5000 and several engravings from the *Morgado* de Mateus' edition of *Os Lusíadas* by Luís de Camões (Paris, 1817), valued at £1000. (BL, Hodgson Papers, MSS Add. 54721, Miscellaneous Papers Relating to Holland House, by Lord Ilchester: Lists of books saved from the Holland House Library after the bombings and fire



The family picture: the library of Holland House / C. R. Leslie, featuring Henry Richard Fox, Dr John Allen, Lady Elizabeth Vassall and Edgar Dogget, "Holland House and its Owners", *The Graphic*, 12 October 1889.



Title page of *Os Lusíadas* (1572), copy formerly owned by Lord Holland

(4), ff. 1^r-6^r)¹⁵

Another rarity was the copy of *Deliciae lusitano hispanica*,¹⁶ by the Portuguese André de Resende,¹⁷ presented to Holland by Archbishop Francisco do Cenáculo on 8 July 1809, when the Hollands stopped at Évora on their way from Seville to Lisbon.¹⁸ In his own words, “the Archbishop made me a present of a book on the antiquities & ancient divisions of Lusitania – by Resendius – & Renatius Vasconcellus – Cologne 1613”. (BL, HHP, MSS Add. 51861, Lord Holland’s travel journals: 1809, f. 8^v, July 9)

Perhaps the most valuable book was the above mentioned *editio princeps* of *Os Lusíadas* (1572), offered to Holland by John Hookham Frere in 1812.¹⁹ The book was unique in that on the reverse of the title page there was a manuscript account of Camões’ life by Friar Joseph Indio, a Brazilian Indian converted to Christianity and taken to Portugal in Pedro Álvares Cabral’s fleet, who allegedly had assisted the poet in his last days and to whom Camões had given his own

15. It consists in a folder with several lists of books sold at Hodgson & Co., of 115 Chancery Lane, or either kept by Lord Ilchester, with some written notes by the later.

16. *Deliciae lusitano hispanica. in quibus continentur de magnitudine Hispanici Imperij Relatio... Ab Andrea Resendio Collectae* (Coloniae Agrippinae apud Gerhardum Greuenbruch, 1613), of which there is a copy in the Biblioteca Nacional (RES. 715 P.).

17. André de Resende (1498-1573), Portuguese humanist and antiquary described as the founder of Portuguese archaeology, son of Pêro Vaz de Resende and of Ângela Leonor de Góis. Orphaned at an early age, Resende entered the Dominican Order aged ten. He attended the Spanish Universities of Alcalá de Henares and Salamanca, obtaining a doctorate from the latter. By 1533 he had abandoned the Dominican habit to embrace academic life, teaching at the Universities of Paris, Lisbon and Coimbra, and publishing a number of works, mostly on archaeology. Died in Évora, 1573, and buried in the cloister of the Convent of São Domingos.

18. D. Francisco Manuel do Cenáculo (1724-1814), Archbishop of Évora, a Franciscan friar of humble origin and a protégé of Pombal, son of José Martins, a locksmith, by Antónia Maria. Cenáculo was Preceptor to the Infant D. José (1761-1788), first son of the Infanta D. Maria, later Queen Maria I. Following Pombal’s disgrace in 1777, Cenáculo was forced to resign his public posts and returned to Beja to resume the bishopric, dedicating himself to public education and to archaeological activities. In 1802, twenty-five years after Pombal’s dismissal, Cenáculo was appointed Archbishop of Évora, where he created a Museum and a Public Library. He was also responsible for the organisation of the Library of the Convent of Jesus in Lisbon – now the main collection of the Academy of Sciences – and also gave some of his own books to the Royal Public Library of Lisbon, now the National Library.

19. John Hookham Frere (1769-1846), English diplomat, son of the archaeologist John Frere (1740-1807), of Roydon Hall, Norfolk, by his wife Jane Hookham. Extraordinary Envoy and Minister Plenipotentiary to Lisbon in 1800, Frere was transferred to Madrid in 1802 and there he remained until 1804. At the outbreak of the Peninsular War, Frere returned to Spain as Extraordinary Envoy and Minister Plenipotentiary, a position held from October 1808 to 31 July 1809. He was then recalled to England to answer for responsibility for the British defeat at Coruña (16 January 1809) and was replaced by Richard Wesley (1760-1842), Marquess of Wellesley. (Bindoff, Smith, and Webster: 89, 142)

copy.²⁰ This information was confirmed by the *Morgado* de Mateus, who in his 1817 edition of *Os Lusíadas* noted that Holland had kindly lent him his copy. (vi, lxiii, xxiii) Mateus explained that Indio had taken the book to the Carmelite Convent of Guadalajara in Spain. Frere probably acquired the book in Seville, during the course of one of his diplomatic missions.

Marie Liechtenstein,²¹ the adopted daughter of the fourth Lord Holland, gives a full description of the Holland's copy of *Os Lusíadas*:

Os Lvsíadas de Luis de Camões. Com privilegio real. Impressos em Lisboa, com licença de santa Inquisição, et de Ordinario: em casa de Antonio Gõçaluez, Impressor, 1572; small 4to. On the title-page: "De el convento de Guadalcazara de Carmelita descalzos". On the reverse there is a MS. memorandum by Fray Joseph Indio, which is embodied in the following note by John Hockham Frere on the reverse of the fly-leaf: –

"This book was brought to me accidentally at Seville. The reverse of the title-page contains the attestation of an ocular witness to the circumstances of Camoens' death (a circumstance which I did not discover till the book was in my possession): – Que cosa mas lastimosa que ver un tan gran ingenio mal logrado yo lo vi morir en un hospital en Lisboa sin tener una savana con que cubrirse, despues de aver triunfado en la India Oriental y de aver navegado 5500 leguas por mar y que aviso tan grande para los que de noche y de dia se causan estudiando sin provecho como lo avañia en

20. According to a tradition, Luís de Camões died in misery in 1580, either in a house at the Calçada de Sant'Ana or in the Hospital of Sant'Ana, and buried at the Cemetery of the Convent of Sant'Ana, in the top of the Calçada de Sant'Ana, partially destroyed during the great Lisbon earthquake in 1755. However, it is more likely that he was buried at the pauper cemetery at the Calçada de Sant'Ana in front of the building now occupied by INATEL Foundation, and where it remained until 1833, when the new cemeteries of Prazeres and Alto de São João in the outskirts of Lisbon were extended. (Ribeiro: 141-48; *Archivo Pitoresco* 4:22 (1861): 175-76; *Gazeta de Lisboa*, 1833, 11 Jun.: 735; *Chronica Constitucional de Lisboa* 1822, 23 Out. and 28 Nov.: 412, 600)

21. Marie Henriette Adélaïde von Liechtenstein, *née* Fox (1850-1878), the adopted daughter of Henry Edward Fox (1802-1859), 4th Lord Holland, and his wife Lady Mary Augusta Coventry (1812-1889). Marie had been presented to them in 1851 by Dr Séguin, a family friend, who claimed he had discovered her in Paris. Marie was baptized at the Church of St Augustine as Marie Henriette Adélaïde, the daughter of Victoire Magny of Soissons, though her paternity was never revealed. The adoption raised suspicions, especially in Lady Holland, that Marie could be Holland's illegitimate child by his servant, a theory strengthened by the fact that relations between Marie and her adoptive mother were far from cordial. Marie Fox married Prince Louis von Liechtenstein at Holland House on 27 June 1872.

ordrir telas para coger moscas²² – At the bottom of the title, in the same hand, is: – Miseremini mei saltem vos amici mei. The writer is probably the same Fray Joseph Indio, who seems to have written it as a correction of some erroneous appellation in the note at the bottom of the page, which contains the Imprimeur. – J. H. Frere.”

On the right of the fly-leaf: – “Given to me by Rt. Hon. J. H. Frere, November 1812. V.^{ll} Holland.” (177-78).

When Ilchester published *The Home of the Hollands* in 1937, he stated that *Os Lusíadas* was still in the Holland House Library. (255) This was the last mention of the book for many years and some feared that it had been destroyed in the bombing of 28 September 1940. Although part of Library of Holland House survived the fire that followed the German attack, according to Ilchester’s “Note on the Holland House Library”, of “(..) the many volumes which reposed on its shelves for more than one hundred years, half were destroyed or so badly damaged by fire and water, as to render their preservation a matter of grave doubt.” (BL, Hodgson Papers, MSS Add. 54721, Miscellaneous Papers Relating to Holland House, by Lord Ilchester: Note on the Holland House Library, f. 1^r.) Ilchester also observed:

The hydrants, brought into action within a few minutes, were useless as there was no water. Fire engines were at premium, and by the time a main in Notting Hill had been tapped, the fire had spread to the roof of the Library, though it proved possible to save the South end of the long room. But water is just as destructive as fire, and the heavy rain which felled down on the roofless Library, left a mass of books hopelessly soaked and sodden, before any arrangement for removal was possible. (*ibidem*)

At the outbreak of the Second World War, Ilchester may have removed *Os Lusíadas* from Holland House and taken it to Melbury, as he did with the collection of manuscripts forming the Holland House Papers, pictures, ceramics and several pieces of furniture.

22. There is a translation of Joseph Indio’s text by Isaac Disraeli: “What a lamentable thing to see so great a genius so ill rewarded! I saw him die in an hospital in Lisbon, without having a sheet or shroud, *una saúana*, to cover him, after having triumphed in the East Indies, and sailed 5500 leagues! What good advice for those who weary themselves night and day in study without profit!”. (1:30)

(Hudson: 125; Keppel xii) It is not known whether this is what happened or whether the copy was rescued from the flames and included in the lot of books sold in an auction held in July 1947 at Hodgson & Co. – which brought Ilchester the sum of £5,280. Yet Holland's copy of *Os Lusíadas* survived and in 1966, it was acquired by Harry Ransom Humanities Research Center, University of Texas, Austin, where it is now preserved. But although the book went to Texas in the 1960s, it was only on 4 March 1970 that the purchase was officially concluded, through Lew David Feldman, a bookseller from El Dieff House, N.Y. Richard Oram, Associate Director and Hobby Foundation Librarian at Harry Ransom Center, with whom I had some correspondence recently, assured me that although he had been on the trail of the Feldman archive for years, he could not find any information about the history of the book prior to its acquisition by the University of Texas. Doubts continue as to the veracity of Joseph Indio's account of Camões.

Works Cited

I) Manuscripts

- BL, HHP, MSS Add. 51632, Papers Relative to Portugal: H. Chamberlain to Lord Holland, ff. 1^r-[1^v] (24 Nov. 1803).
 BL, HHP, MSS Add. 51737, Lord Holland to Caroline Fox, f. 163^v (10 Jan. 1805).
 BL, HHP, MSS Add. 51861, Lord Holland's Travel Journals: 1809, f. 8^v (9 July 1809).
 BL, HHP, MSS Add. 51953, Dinner Books: 1819-1825, f. 75^r (6 Dec. 1821).
 BL, HODG, MSS Add. 54721, Miscellaneous Papers Relating to Holland House, by Lord Ilchester: Lists of books saved from the Holland House Library after the bombings and fire (4), ff. 1^r-6^r.
 BL, HODG, MSS Add. 54721, Miscellaneous Papers Relating to Holland House / Lord Ilchester: Note on the Holland House Library, f. 1^r.

II) Printed Sources

- Anonymous. "The Boston Public Library." *Scribner's Monthly: an Illustrated Magazine for the People* 3:2 (Dec. 1871): 150-156.

- . "Casa Onde Consta que Morou e Falleceu Camões." *Arquivo Pitoresco: Semanario Illustrado* 4:22 (1861), 175-76.
- Adamson, John. "Preface" to *Memoirs of the Life and Writings of Luís de Camoens*. 2 vols. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, 1820.
- . *Bibliotheca Lusitana: or Catalogue of Books and Tracts Relative to the History, Literature, and Poetry, of Portugal*. Newcastle on Tyne: Printed by T. and J. Hodgson, 1836.
- Alonso, Manuel Moreno. "Principios políticos y razones personales para la reforma del estado en España (1805-1840): (De la correspondencia inédita de M. J. Quintana con Lord Holland)." *Revista de Estudios Políticos* 70 (Oct.-Dic. 1990): 289-338.
- Bindoff, S. T., E. F. Malcolm Smith, and Webster C. K. (eds.) *British Diplomatic Representatives 1789-1852*. London: The Royal Historical Society, 1934.
- Chronica Constitucional de Lisboa*, 1833, 23 Out. and 28 Nov.: 412, 600.
- Clarke, John and José Baptista de Sousa. "A 'Portuguese Garden' in Kensington." *Journal of Anglo-Portuguese Studies*, 25 (2016): 123-145.
- Darwin, Francis Sacheverell. *Travels in Spain and the East, 1808-1810*. Cambridge: University Press, 1927.
- Disraeli, Isaac. *The Works of Disraeli*. New Edition. 3 vols. London: Routledge, Warnes and Routledge, 1859.
- Faulkner, Thomas. *History and Antiquities of Kensington*. London: Printed for T. Egerton, 1820.
- Garrett, João Baptista de Almeida. *Notes to the Fourth Edition of Camões*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1854.
- Gazeta de Lisboa*, 1833, 11 Jun.: 735.
- Holland, Henry Edward Fox, Fourth Baron of. *The Journal of Henry Edward Fox (afterwards fourth and last Lord Holland) 1818-1830*. London: Thornton Butterworth, 1823.
- Holland, Henry Richard Vassall-Fox, Third Baron of. "Speech in the House of Lords on Foreign Affairs". *The Times*, July 17, 1828: 6.
- Hudson, Derek. *Holland House in Kensington*. London: Peter Davies, 1967.
- Ilchester, Giles Stephen Holland Fox-Strangways, 6th Earl of. *Chronicles of Holland House 1820-1900*. New York: E. P. Dutton, 1938.
- . *The Home of the Hollands*. New York: E. P. Dutton, 1937.
- Keppel, Sonia. *The Sovereign Lady: a Life of Elizabeth Vassall, Third Lady Holland, With Her Family*. London: Hamish Hamilton, 1974.
- Liechtenstein, Marie, Princess, *Holland House*. 2 vols. London: Macmillan and Co., 1874.
- Mateus, José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Morgado de. "Advertencia" to *Os Lusíadas, Poema Epico de Luis de Camões, Nova Edição Correcta, e Dada á Luz, Conforme á de 1817, in-4.º, por Dom Joze Maria de Souza-Botelho, Morgado de Matteus, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Paris: Officina Typographica de Firmino Didot, 1819, [i]-xlv.
- Ribeiro, Victor. "O Cemiterio dos Pobres ou de Santa Anna (1566-1834)."

ESTUDOS / ESSAYS

- Arquivo Historico Portuguez*, 1907: 141-48.
- Sanders, Lloyd. *The Holland House Circle*. London: Methuen & Co., 1908: 223.
- Sousa, José Baptista de. *Almeida Garrett (1799-1854) the Founder of Portuguese Romanticism: a Study in Anglo-Portuguese Cultural Interaction*. Lewiston: Edwin Mellen, 2011.
- Southey, Robert. "Preface". *Amadis of Gaul*. 4 vols. London: Printed by N. Biggs... for T. N. Longman and O. Rees, 1803, 1: [i]-xxxvi.
- . "Preface" to *History of Brazil*. 3 vols. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1810-1819, 2: [i-iv]).

Portugal e o Museu de South Kensington: A “Prodigiosa Galeria”

Paulo de Oliveira Ramos
Universidade Aberta / Instituto
de História da Arte,
FCSH/UNL

Introdução

Alguns dos autores dos escritos reunidos neste artigo, entre os quais se encontram cientistas reconhecidos, professores distintos e escritores de grande mérito, foram verdadeiros viajantes em frequentes deslocações pela Europa, relativamente facilitadas, a partir de meados dos anos 1860, pelas ligações ferroviárias – com as locomotivas, disse um deles, “perpassando umas pelas outras com a rapidez de relâmpagos e soltando silvos estridentes”. (Guimarães, 1869: 265) – nomeadamente para assistirem às exposições internacionais que, após a *Great Exhibition* de Londres de 1851 começaram a realizar-se com relativa frequência.

Do que viram redigiram obras de diversos géneros – livros de viagens, textos programáticos, obra panfletária, estudos artísticos e históricos. Neles, os seus autores, como adiante ficará claro, apreciaram entendidamente os desafios e os méritos do museu de South Kensington e sobre isso escreveram coisas como esta: “o grande estabelecimento de Londres (...) provocou a mais fecunda, e a mais gloriosa reforma que a historia regista no domínio do ensino artistico-industrial”; (Vasconcelos, 1889: 8) e também isto: “o museu de Kensington é o unico da sua especie pela riqueza e pelas raridades de arte, de archeologia, de joias, de armas, de moveis, de moedas, e

de productos, que encerra" (Benalcanfôr, 1874: 19) e, ainda, como em *O Instituto* se estampou há mais de cento e cinquenta longos anos "Aquelle Museu (...) em harmonia com o fim da instituição a que pertence, tende a ser uma exposição permanente de tudo a que a arte e industria humana vae produzindo". (Sousa, 1862: 31)

Se preciso fosse sumariar a posição destes intellectuais portuguezes sobre o museu de South Kensington, nada melhor do que dar a palavra ao escritor Ramalho Ortigão que em 1887 o designou, muito acertadamente, como a "prodigiosa galeria". (Ortigão, 1887: 121)

1. Razões da Criação do Museu de South Kensington

Passagens de uma interessante raridade bibliográfica intitulada *Descrição da Exposição Universal em Londres*, que se apresentou como um guia para os visitantes de língua portuguesa da que foi, em 1851, a primeira exposição universal, mostram, claramente, as razões que levariam à criação do museu de South Kensington.

Lê-se nesse livrinho a propósito das Manufacturas de Seda da Secção Britânica presentes na *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*:

(...) é este um dos productos, em que a bem reconhecida reputação dos nossos vizinhos, os francezes, nos expõe a um exame muito mais severo. (...) esta exposição deve ter uma tendencia fatal; e que deve mostrar-nos inevitavelmente a pobreza das nossas producções, especialmente do ponto de vista artístico. (*Descrição...*, 1851: 39)

E, mais à frente, sobre as obras de Escultura da mesma Secção Britânica:

Do que já dissemos n'outra occasião a respeito desta secção, e do que hoje podemos dizer, depreheende-se que nos não enganámos na opinião que emitimos acerca das nossas obras de esculptura, que foram mandadas ao palacio de cristal. Não lhes póde ser favoravel a comparação que se faça com as obras do mesmo genero de outras nações. Pelo contrario, o ultimo e cuidadoso exame que fizemos, confirmou as nossas conclusões pouco

satisfactorias, e convence-nos que a causa da nossa inferioridade está mais profundamente arraigada do que geralmente imaginam os artistas e os seus admiradores. (*Descrição...*, 1851: 44-45)

Atentemos, agora, no primeiro testemunho luso que recolhemos. Devido a Jacinto António de Sousa, Professor de Física da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e director do seu Observatório Meteorológico entre 1865 e 1880, o excerto que se segue faz parte de um interessante *Relatorio da Visita aos Estabelecimentos Scientificos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew*, publicado em separata por aquela universidade em 1862.¹

O Museu de South-Kensington é um estabelecimento moderno, destinado principalmente á educação artistica das classes industriaes. Foi a exposição universal de 1851 que lhe deu origem. A falta de elegancia e bom gôsto que notou o público, nos artefactos inglezes comparados com os do continente, ainda que inferiores áquelles a muitos outros respeitos... (Sousa, 1862: 29-30)

Dez anos passados, Francisco da Fonseca Benevides, Professor de Física e de Hidrografia no Instituto Industrial de Lisboa, afirmou:

Dos modernos estabelecimentos scientificos e industriaes um dos mais notaveis é o museu de Kensington (Science and art department), em Londres, fundado em 1851 (...).

Foi principalmente depois da exposição universal de Londres de 1851, que em Inglaterra se desenvolveu extraordinariamente o ensino industrial; tendo a exposição mostrado que um dos elementos da prosperidade da industria em França era a habilidade e os gosto dos seus industriaes nas artes de desenho, a sua rival não hesitou em fundar escolas industriaes, e principalmente de desenho, por todo o Reino Unido, e as ultteriores exposições bem mostraram os progressos realizados com o desenvolvimento do ensino industrial em Inglaterra. (Benevides, 1872 *apud* Custódio, 1991: 33-34)

1. Publicado originalmente em *O Instituto*.

Nos anos seguintes, o Marquês de Sousa Holstein, vice-inspector da Academia Real das Belas-Artes de Lisboa, de novo Francisco da Fonseca Benevides mas também Joaquim de Vasconcelos confirmaram com diferentes palavras as mesmas ideias. Escreveu o primeiro, em 1875, nas suas *Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço de Monumentos Historicos e da Archeologia*:

São de sobejo conhecidos os esforços e sacrificios feitos pela Inglaterra ha mais de vinte annos para ministrar aos seus operários conhecimentos do desenho, desde que em 1851 se tornou patente a sua inferioridade n'este ponto em relação á França. (Holstein, 1875: 13)

Em 1879, o historiador, crítico de arte e museólogo Joaquim de Vasconcelos, de quem se disse ser “homem de segura illustração, estudiosíssimo, energico e notavelmente laborioso, tendo dedicado toda a sua vida publica ao derramamento da instrucção”,² lembrou que

(...) em 1851, tinha lugar a exposição internacional de Londres; a Inglaterra recebeu n'esse concurso mais de uma lição amarga; a sua influencia política, o seu poder monetário, não a salvaram de um revez; a sua potencia industrial, no domínio da machina, serviu apenas para expor a todas as vistas a sua impotencia na applicação dos processos que dão á obra o cunho do génio do homem (...).

Os relatorios dos commissários régios da Exposição de 1851, tinham exposto, com toda a franqueza, a situação das classes industriaes e a sua insufficientissima educação. (Vasconcelos, 1879: 1-3)

Francisco da Fonseca Benevides, mais tarde, escreveu num *Relatorio Sobre Alguns Estabelecimentos de Instrucção e Escolas de Desenho Industrial em Italia, Allemanha e França e na Exposição de Turim de 1884*:³

2. *Maria da Fonte*, 6 de abril de 1886: 168 (citado por Leandro, 2014: 25).

3. *Esposizione Generale Italiana*, Torino 1884.

Em 1851 verificou-se em Londres a primeira exposição universal. A Gran-Bretanha, que tão brilhante papel ali representou nas galerias das machinas e outras industrias, patenteou por outro lado extraordinária fraqueza no ramo das artes dependentes do desenho. Era então a França que, neste ponto, ocupava o primeiro lugar. Os relatórios dos comissários ingleses da exposição com toda a franqueza pozeram a publico a inferioridade do seu paiz n'este assumpto. Um grito de alarme, por vezes exagerado, se repercutiu pelas diversas regiões da Gran Bretanha. (Benevides, 1884: 5)

Ramalho Ortigão ao publicar *John Bull. Depoimento de uma Testemunha Acerca de Alguns Aspectos da Vida e da Civilização Ingleza* dedicou todo o capítulo VI ao museu de South Kensington, ou seja, quarenta e quatro páginas na sua primeira edição de 1887. Esse texto – sem dúvida o mais longo dos agora recolhidos sobre o museu de South Kensington – é uma peça de grande interesse. Lá se lê:

Por ocasião da exposição universal celebrada em Londres no anno de 1851, evidenciou-se que as industrias inglezas de character artistico estavam longe de poder competir não só com as da França, mas com as da Itália, da Suissa, da Belgica. A critica ingleza foi a primeira a reconhecer o revez e a investigar as causas da inferioridade da Inglaterra entre as nações artisticas. Este problema commoveu tão profundamente a opinião publica como se se tratasse duma amputação na integridade do sólo ou nas franquias da Magna Charta.

Apontou-se geralmente como causa principal da esterilidade inventiva dos industriaes inglezes a deficiencia da educação publica nas artes do desenho. (Ortigão, 1887: 114)

Em 1851, ainda no ano da exposição universal, Ramalho garante que estavam lançadas as bases para a reorganização do ensino artístico em Inglaterra. Evocou, assim, essa nova situação:

1.º Creação de escolas elementares de desenho para o fim de completar a educação nacional com a instrução artistica indispensável a todo o cidadão inglez.

2.º Habilitação dum vasto corpo profissional para a regencia das escolas d'arte applicada, e immediata fundação d'estas em numero proporcionado ás necessidades do paiz.

3.º Educação geral das faculdades artisticas da Inglaterra por meio de museus publicos em que cada um possa de dia e de noite comparar productos, e formar o discernimento e o gosto.

Em junho do anno seguinte (1852) inaugurava-se em Westminster com a mais pomposa solemnidade a primeira escóla elementar de desenho.

Em 1853 achava-se estabelecido o museu de Kensington, seminário central, foco pedagogico de que irradia toda a educação elementar artistica da Grã-Bretanha. (Ortigão, 1887: 115-117)

Avelino da Silva Guimarães, escritor e jornalista, escreveria na *Revista de Guimarães* em 1892:

Em 1851 houve a grande exposição universal de Londres, a que a França concorreu: os inglezes empallideceram de face ao grande progresso industrial das nações continentais, especialmente da França. Refeitos do seu assombro, os inglezes procuraram com o máximo ardor no alargamento de variadissimas instituições de instrucção o unico meio de reconquistarem a sua posição eminente na industria europeia.(Guimarães, 1892: 28-29)

Oliveira Martins foi o autor de *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)*, obra publicada em livro em 1893 para “dar uma impressão sintética do estado actual de uma das três, ou quatro, grandes nações do mundo”. (Martins, 1893: 7) Aí, depois de nos dar conta de ter percorrido “as salas infinitas” (Martins, 1893: 84) do British Museum, referiu-se ao museu de South Kensington:

Não podendo attingir os altos cumes do pensamento e da arte, os inglezes, porém, com a sua, incomparavel riqueza, com a sua seriedade veneravel, com a energia decidida que põem em tudo quanto querem, reconhecendo a que abysmos deploraveis o gosto descera na primeira metade do seculo, decidiram-se a renovar as formas estheticas da construcção, da mobilia, do vestuario, dos utensilios. Nasceu d'este movimento o museu de *South Kensington*, incomparável collecção de tudo quanto a arte industrial em todo o mundo, em todos os tempos, tem produzido notavel, ou característico. (Martins, 1893: 88-89)

2. Os Espaços, as Coleções e Algo Sobre os Públicos

Em 1869, Ricardo Guimarães, um “admirável narrador de viagens”,⁴ declarou no seu livro *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Pariz e Londres* sobre as obras que vira erguer na capital de Inglaterra e do Reino Unido:

Não contente com as maravilhas do palacio de crystal, a inciativa dos cidadãos, pouco antes da minha chegada a Londres, acabava de lançar os fundamentos d’um edificio monstruoso, que se ha-de chamar o muzeu de South-Kensington.

A construcção do novo colosso e stá orçada aproximadamente em dois mil e quinhentos contos de reis, quantia que oito dias bastaram para realizar entre os subscriptores!

É uma espécie de camaleão o immenso edificio pelos fins múltiplos a que ha-de ser dedicado. Um dia ha-de dizer-se: “vou ao theatro de South-Kensington”; dir-se-ha outro dia: “vou vêro muzeu das artes e sciencias”; ainda outro se poderá dizer: “vou visitar o muzeu do Principe Alberto”. (Guimarães, 1869: 268-269)

Cinco anos passados, o mesmo autor, agora assinando com o seu título de Viscondede Benalcanfôr, pronunciou-se sobre a construção de South Kensington colocando-se enfaticamente do lado da iniciativa privada.⁵

Kensington, edificado á custa de uns poucos de milhares de libras esterlinas, é mais uma prova d’aquella iniciativa particular tão enérgica como fecunda, que faz da Inglaterra uma nação perfeitamente excepcional em tudo o que respeita ás relações do poder com os cidadãos. (Benalcanfôr, 1874: 21)

-
4. Prefácio de Pinheiro Chagas (Benalcanfôr, 1876: X). Curiosa a definição que o próprio visconde dá de viajante: “Mas o que é o viajante, senão um beduíno vagabundo, cuja tenda se crava hoje em Madrid, amanhã em Pariz, no dia seguinte em Londres, e no outro sabe Deus aonde?”. (Benalcanfôr, 1876: 248)
 5. Este autor teve igual postura sobre a construção do metro de Londres: “A iniciativa particular emprehendeu a viação subterranea de Londres, levou-a a cabo, e já medita rasgar novo caminho de ferro, que em alguns pontos terá de cruzar por baixo do actual! E a todos estes trabalhos o governo inglez foi e é completamente estranho pela ausência de quaesquer privilégios, ou subsidios!”. (Benalcanfôr, 1874: 265)

Vamos neste momento entrar no domínio em que três dos nossos autores mostraram mais minúcia e que na história de um museu interessa acima de todos: o das colecções em si. Podemos ter uma ideia da riqueza do museu de South Kensington baseando-nos em Fialho de Almeida que a quantificaria na sua obra *Os Gatos* publicada em folhetins a partir de Agosto de 1889:

Para se imaginar o que esse *South-Kensington* seja, bastará dizer que elle contem para mais de trinta milhões d'objectos d'arte, authenticos e ineditos, de todas as epochas, generos, paizes e destinos; e um numero ainda maior de livros, estampas e manuscriptos, catalogados com methodo; e outros tantos milhões de modelos d'arte industrial. (Almeida, 1889: 51)

Consideremos agora o texto de Jacinto António de Sousa, escrito em 1862, que nos elucida com bastante detalhe sobre as distintas colecções do museu:

Percorrendo os differentes salões d'aquelle importante estabelecimento, encontra-se um museu d'architectura contendo modelos d'edificios antigos e modernos, e das suas differentes partes – solhos, muralhas, tectos, abobadas, ornatos de marmore, de ferro, de madeira, pinturas muraes, vidros pintados, etc.; modelos de mobília, vasos, armações, mesas, leitos, etc.; espelhos, porcellanas, baixella de prata, rendas, tecidos da India e da China. São também notaveis as collecções de gravuras de madeira e em metal, desenhos, estampas, etc., classificadas pela ordem chronologica e destinadas a mostrar os progressos da arte.

Em um grande salão de tecto de crystal, denominado museu de educação, estão expostos muitos milhares d'objectos relativos á pedagogia e ao ensino das sciencias, como são livros, planos d'aulas, desenhos de aparelhos chimicos e physicos, cartas geográficas e geológicas, telescopios, aparelhos photographicos, collecções mineralogicas, preparações anatomicas, etc. Os objectos d'esta repartição estão classificados segundo as sciencias a que pertencem, e cada um tem o seu grupo. Foi alli que vi uns modelos de formas crystallinas feitos de lâminas de vidro e com fios interiores, mostrando os eixos, etc., para facilitar o estudo da crystallographia.

O salão das patentes encerra centenares de volumes, onde se mencionam todas as patentes concedidas, desde 1617 até o presente, e muitos modelos destinados a mostrar os progressos de todas as invenções importantes.

Alli se vê o modelo da máchina inventada por Symington em 1588, e os de todas as máquinas de vapor applicadas á navegação até ao das rodas do *Leviathan*.

Uma galeria muito curiosa é a que se denomina museu economico dividido em oito secções, onde se mostram differentes alimentos animaes e vegetaes, preparações culinarias, etc.; côres e objectos d'onde se extrahem; subatancias córneas, objectos fabricados com ellas, assim como os modelos dos instrumentos com que se preparam; substâncias gordas e oleosas, e preparados, como sabões, velas; pennas e suas applicações; lans de toda a especie e suas applicações.

Duas galerias e muitas salas são consagradas ás bellas artes e á exposição da esculptura e da pintura ingleza. Todos os artistas e constructores são convidados a expor alli os seus productos durante um certo tempo, e o público que frequenta o estabelecimento, pôde julgar dos progressos das várias industrias fabris e das bellas artes. Por isso alli estão expostos muitos instrumentos de Physica e de Chimica, varios preparados, etc., com os seus preços e a indicação do productor. (Sousa, 1862: 30-33)

O Visconde de Benalcanfôr, apesar de ter escrito que a “lei da concisão e de brevidade, que assemelha os meus folhetins de viagem a wagoens-expressos, quando correm pela via ferrea com a máxima rapidez, sem se deterem em nenhuma estação”, (Benalcanfôr, 1874: 13) dedicou ao museu de South Kensington dois capítulos no seu livro *Vienna e a Exposição*. Aí dissertou sobre as colecções do museu:

Não é facil imaginar a vastidão do edificio de Kensington, nem a variedade prodigiosa das riquezas archeologicas, que nelle se acham reunidas. Cerca-nos o mundo inteiro, como no palacio de crystal, com as diferentes floras e faunas que o povoam.

Não ha epocha remota da sociedade humana, embora nos tempos da rudeza mais elementar, que ali se não ache representada ou reproduzida, quer nos instrumentos e nos utensilios com que se lavrava a terra, quer nas armas toscas e guerreiras com que as raças primitivas, ainda na infancia do mundo, preludiavam já as agressões e as guerras, que atravez dos séculos teem sido como que o fundo permanente e ensanguentado do grande quadro, em que se estampam os vultos das gerações e das sociedades. (Benalcanfôr, 1874: 14)

E mais adiante:

É curioso vêr como a rainha d'Inglaterra e os nomes mais conhecidos da aristocracia e da classe media oferecem emprestadas as melhores raridades de arqueologia ou da arte, as joias mais preciosas, os vasos e as amphoras do mais aprimorado lavor, os esmaltes e as filigranas mais finas, sómente para que sejam verdadeiramente opulentas e dignas da grandeza da Inglaterra as galerias d'aquelle museu tão vasto, como unico no seu genero. Vasos, armas, móveis, desde os imaginosos e emmaranhados lavores da renascença até ás formas luxuosas mas elegantes do reinado de Luiz XV; a India inglesa com as collecções de typos e de vestuarios dos seus muitos milhões de habitantes, e com as amostras da industria e das producções do solo do seu fertilíssimo continente; os adornos de todas as ephocas, desde o annel rudimentar dos tempos mais afastados até ao broche dos nossos dias; quanto a arqueologia, a architectura, a numismatica, as bellas-artes, e a historia da guerra e do trabalho podem despertar na nossa memoria de homens instruídos, tudo se acha alli colligido, por grupos e por epochas, em exemplares abundantíssimos, para comprar cada um dos quaes seria preciso possuir os haveres de um milionario.

Subindo ás galerias superiores, encontramos novas riquezas de arte e verdadeiras preciosidades, que nos espantam pela sua profusão.

Não se vêem senão joias sem conto de todos os tempos e de todos os estylos, brilhantes de todos os tamanhos, pérolas de todas as grandezas.(...) Lançando os olhos por todo aquelle imenso bazar, onde aparecem as grevas e coxótes das armaduras da idade média, a bota hungara forrada de peles que parece querer dançar aquellas mazurcas ou varsovianas que estiveram na moda no tempo de Kossuth, e o sapato china e japonez com a ponta revirada como a prôa de uma gondola de Veneza, reparei que não havia exemplares de sapatos ingleses, É que são tamanhos que não cabem no museu. (Benalcanfôr, 1874: 15-17)

Encerremos o tema das colecções do museu de South Kensington com Ramalho Ortigão e excertos da sua pormenorizada descrição:

Este monumental estabelecimento comprehende:

1.º Um museu das artes decorativas abrangendo uma preciosa collecção de cerca de 30:000 objectos de arte antiga e de arte moderna desde a idade média até os nossos dias.

2.º Uma vasta galeria de pintura — *National Gallery of British Art*.

3.º Uma bibliotheca especial de livros d'arte, composta de 50 mil volumes, 18 mil desenhos, cerca de 50 mil gravuras e 60 mil photographias.

4.º Uma escola d'artes em que se formam professores e se ensina o desenho, a pintura e a modelagem. (...)

Na collecção de Kensington encontram-se gabinetes francezes da grande época de Versailles e de Trianon; o boudoir completo da marquezia de Serilly, dama de honor de Maria Antoinette, — bronzes de Gouthiere, pinturas de Natoire e de Fragonard, chaminé de Clodion; o grande medalhão com o retrato do rei Renato de Anjou feito por Luca della Robbia para a Loggia dei Pazzi, com mais quarenta ou cincoenta peças do mesmo artista; o bronze Martelli e o Christo no tumulo, de Donatello; o altar-mór da colegiada de Santa Clara em Florença, por Del Tasso; um tabernáculo da igreja de S. Thiago em Fiesole, por Andrea Ferrucci; os famosos desenhos de Raphael feitos por encomenda de Leão X para serem reproduzidos em tapetes d'Arras. (...)

Os monumentos que ainda não foi possível adquirir, figuram em reproduções primorosas, como a da columna de Trajano com as 2:500 figuras dos seus baixos-relevos, representando os episodios da guerra contra os dácios; um canto do claustro de S. João dos Reis em Toledo; a porta da Gloria de S. João de Compostella; uma parte do côro de S. Miguel em Hildesheim, etc.. (Ortigão, 1887: 115-120)

Num passo mais adiante, este autor – que viria a ser presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e do seu sucessor no Conselho dos Monumentos Nacionais – enunciou a sua admiração pela vastidão das colecções do museu de South Kensington com inegável pertinência:

Teria de encher cem ou duzentas paginas para dar, ainda que pela enumeração mais breve e mais sêcca, uma idéa das preciosidades que se encontram nas diversas secções d'esta prodigiosa galeria. (Ortigão, 1887: 120-121)

Por seu lado, o Visconde de Benalcanfôr lembrou os jovens estudantes de pintura que frequentavam o museu:

Ha dias consagrados ao estudo da pintura, em que a entrada no edificio é mais cara do que nos outros.

Vêm-se sentadas então muitas meninas, e também outras que já o não são, deante dos cavallêtes, absortas na cópia dos quadros e das aguarelas que ou reservam para si, ou destinam para a venda, a qual não pôde fazer-se senão de aguarelas e dos quadros especificados nos respectivos regulamentos.

Encontram-se tambem n'aquelle recinto escolas de ambos os sexos, aonde se professam muitos assuntos d'instrucção, e aonde se ensinam as bellas artes, a musica, e o canto. Abundam igualmente as bibliotecas especiaes, em que se acham todos os livros e tratados indispensáveis para a instrucção da infancia e adultos. (Benalcanfôr, 1874: 19-20)

3. Museu Ambulante

Não será de estranhar que cinco dos autores lusos aqui reunidos se tenham referido em sete textos diferentes a uma novidade que encontraram no museu de South Kensington: o *travelling museum*. Na verdade, terá sido em 1850 que "a travelling collection of works of art was established at the Central School of Design at Somerset House, and lent in rotation to the provincial schools".⁶ Herdeiro da *Central School of Design*, o museu de South Kensington haveria de desenvolver apreciavelmente aquela admirável iniciativa. E assim

Ministrada a posse d'esse precioso instrumento, não houve recanto da Inglaterra a que não fossem levadas por meio de um museu ambulante as obras d'arte mais escrupulosamente escolhidas para determinar a educação da vista e a formação do gosto. (Ortigão, 1887: 129)

6. V&A, *Museum Circulation Department: its history and scope* (v.1950.024) citado em James, 1998: XXV. Ver, ainda, Osborn, 1953: 11.

O Marquês de Sousa Holstein, em Março de 1868, lembrou que:

(...) organizam-se presentemente em Inglaterra aquellas collecções de objectos emprestados, *loan collections*,⁷ em que podem ser admirados e estudados importantes objectos de propriedade particular, que sem esta circumstancia nunca poderiam ser vistos; a elle [J. C. Robinson], conjuntamente com outros, se devem tambem os museus circulantes, compostos de objectos pertencentes ao museu de Kensington, e por este emprestados para serem sucessivamente expostos nas principaes cidades. (Holstein, 1868: 23)

Este mesmo autor referir-se-ia, agora nas *Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço de Monumentos Historicos e da Archeologia*, a este aspecto particular:

Existe na Inglaterra um costume que seria fácil de aqui [Portugal] introduzir: é a formação de certos museus provisórios a que chamam *circulantes* por serem sucessivamente expostos em diferentes pontos do paiz. (...) Para este fim o museu central de Kensington formou estas collecções dos duplicados que possuía, e tra-las em constantes digressões pelas províncias, dando assim aos operários que não podem vir a Londres ensejo de conhecerem e estudarem o que por outra forma nunca poderiam ver. (Holstein, 1875: 40)

Em 1879, Joaquim de Vasconcelos disse que “o Museu ambulante (*travelling museum*) em visita pelas províncias,⁸ e formado dos melhores objectos da collecção central, foi visitado por 735:856 pessoas,

-
7. Também Ramalho se refere às *loan collections*: “ (...) ha as colecções de emprestimo, *loan collection*, cedidas pelos respectivos proprietarios para serem expostas ao publico temporariamente. Assim tanto em Kensington como na sua succursal de BethnalGreen, teem sucessivamente figurado todas ou quasi todas as grandes galerias particulares da Inglaterra”. (Ortigão, 1887: 123-124)
8. O *Third Report of the Department of Science and Art* referia que o *Circulating Museum* tinha já circulado por “Birmingham, Nottingham, Macclesfield, and Norwich, and has been visited by a large number of persons, amounting to 55,701, of whom 44,949 have paid for admission”. (*Third Report...*, 1856: XIV)

correndo 41 cidades em 16 mezes". (Vasconcelos, 1879: 8)⁹ No ano seguinte, Ramalho Ortigão, em texto publicado no jornal *Diário da Manhã* (27 de Janeiro de 1880), retomou o assunto num artigo apropriadamente intitulado "A Reforma do Ensino do Desenho":

O museu ambulante (*travelling museum*) formado dos melhores objectos da colecção central, percorre quarenta e uma cidades da provincia em dezasseis meses. É visitado por 735.856 pessoas. Cobra uma receita de 20.000 libras. Na digressão do museu de terra em terra não se quebrou objecto algum. (Ramalho, 1880: 6)¹⁰

Fialho de Almeida, falando das colecções do museu, afirmou "que tudo isto faz anualmente a viagem dos grandes centros manufactureiros e estudiosos d'Inglaterra, em series combinadas, que um empregado do museu acompanha, com ordem de prelecionar sobre o destino dos objectos que passeia". (Almeida, 1889: 51-52) Noutro momento lembrou as "viagens circulatorias, como as que o *Kensington* promove atravez as regiões officinaes da Gran-Bretanha" (Almeida, 1889: 68) enquanto Oliveira Martins mencionou também esses "museus" na sua obra já citada:

Ao *South Kensington*, ás suas escolas de desenho, aos seus museus ambulantes, se deve o renascimento da arte industrial em um povo destituído de arte propriamente dita. Deve-se-lhe o rejuvenescimento das fórmias e motivos nacionaes, e a exploração estylisada dos typos estrangeiros com que se alimentam todas as industrias artisticas de um modo verdadeiramente admirável. (Martins, 1893: 89)

-
9. J. de Vasconcelos deu conta ainda de outro aspecto interessante, as exposições nocturnas, tornadas possíveis graças à iluminação a gás: "Começando em 1857 a exposição *nocturna* dos thesouros de Kensington, houve logo no primeiro ano desde 1 de janeiro até 12 de maio 439:997 visitantes; de dia havia 21 horas úteis na semana; á noute apenas 6 horas, sendo comtudo a frequência nocturna 5 vezes maior na proporção das horas". (Vasconcelos, 1879: 8)
10. Noutro passo do mesmo artigo o autor informa ainda que "a frequência da biblioteca do Museu de Kensington é em 1853 de 4.425 pessoas; em 1864 o número dos visitantes tinha subido a 10.635".

4. Influência na Europa

Para os nossos autores é nítido o sucesso do museu de South Kensington. O Marquês de Sousa Holstein, em 1868, no prefácio a um estudo de J. C. Robinson¹¹ sobre a antiga escola portuguesa de pintura,¹² concluiu:

Aos esforços de mr. Robinson se deve, em grande parte, a realização do pensamento do príncipe Alberto, a criação do importantíssimo estabelecimento de Kensington, que reúne museus de bellas-artes e artes industriais com escolas, cursos, premios, concursos, etc.

A este estabelecimento deve a Inglaterra a preeminencia, que ultimamente tem manifestado nas artes de desenho, a elle deve ter quasi excedido a França nas duas ultimas exposições universais, a ponto que este ultimo paiz pensa já em fundar uma instituição semelhante á que floresce em Inglaterra. (Holstein, 1868: 22)

Dos vários autores que estudámos foi, sem dúvida, Ramalho Ortigão o que dedicou mais linhas à influência do museu de South Kensington na Europa do seu tempo, e que explanou no seu *John Bull*:

O Museu de South Kensington é pela sua historia uma das mais características instituições da Inglaterra, e é pela sua influencia a mais importante escola d'arte que hoje existe no mundo, e sobre a qual se moldaram os grandes institutos modernos de Viena, de Berlim e de outras cidades da Europa. É portanto indispensável dar uma vista de olhos a *Kensington-Museum*. (Ortigão, 1887: 113)

11. J. C. Robinson (1824–1913) foi, para alguns, “the most renowned curator of the South Kensington Museum in the 19th century” como se pode ler em <http://www.vam.ac.uk/content/articles/0-9/100-facts-about-the-v-and-a/>. Membro da Academia de Belas Artes de Lisboa, a ele se deve, por exemplo, a edição do *Catalogue of the Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art* (London, Chapman & Hall, 1881) realizada no *South Kensington Museum* entre 10 de Janeiro e o fim do mês de maio de 1881.

12. O texto de J. C. Robinson nasceu de uma viagem a Portugal realizada em Outubro de 1865 e foi publicado originalmente em *The Fine Arts Quarterly Review* existindo em separata em língua inglesa: *The Early Portuguese School of Painting, With Notes on the Pictures at Viseu and Coimbra Traditionally Ascribed to Gran Vasco, Extracted from the Fine Arts Quarterly Review*, London, 1866. Deste trabalho e do seu autor disse D. Fernando II: “I have always found Mr. Robinson possessed of the highest Art knowledge, and I full agree with him in his account of our early Portuguese Painters, in his interesting pamphlet on the subject”. (*Letter of Application...*, 1869: 9)

Noutra passagem do mesmo artigo, o autor referir-se-ia ao exemplo de Viena que inaugurou uma série de museus similares pela Europa:

Os resultados da instituição de Kensington, manifestos em todas as exposições universaes subsequentes á de 1851 foram de tal modo eloquentes que todos os paizes da Europa se apressaram a tomar analogas medidas para o desenvolvimento da sua industria.

O museu de Vienna,¹³ fundado em 1863, tornou-se um modelo tão importante como o museu de Londres. Toda a gente conhece os progressos que tem feito nos últimos annos as artes industriaes na Austria. O *artigo de Vienna* compete em todos os mercados com o *artigo de Paris* e em alguns d'elles o tem submettido e ultrapassado. Quando no parlamento austriaco uma voz da opposição se levantou para fazer cercear o orçamento do museu de Vienna, o governo demonstrou que eram os progressos da industria, provenientes da generalisação do conhecimento do desenho, que tinham restituído ao império os milhões de florins desfalcados pelo *krach* financeiro de 1873. (Ortigão, 1887: 152-153)

Joaquim de Vasconcelos, por seu lado, lembrou que a

Austria começara a imitar em 1863 o exemplo de Inglaterra, fundando em Vienna uma instituição análoga á de Kensington, a qual provou, em 1873, para a Austria o que a de 1862 provára para a Inglaterra (...). A fundação do *Museu austriaco para a Arte e Industria* em 1863 foi o signal para a fundação de estabelecimentos analogos na Allemanha, em Munich, em Dresden, em Leipzig, em Berlim, em Stuttgart, em Carlsruhe e em uma dúzia de outras cidades alemãs. (Vasconcelos, 1879: 9)

Se Fialho de Almeida referiu que “museus análogos foram estabelecidos, em Moscou, Vienna d’Austria, Berlim e S. Petersburgo, ha muito tempo”, (Almeida, 1889: 52) Joaquim de Vasconcelos estamparia algumas palavras lapidares em 1889 quando escreveu que o museu de South Kensington “serviu de modelo a toda a Europa”. (Vasconcelos, 1889: 8)

13. Trata-se do *Österreichischen Museums für Kunst und Industrie* (comumente referido como *Österreichisches Museum*), actual MAK, em Viena.

5. Portugal e o Museu de South Kensington

José Silvestre Ribeiro afirmou na sua inestimável *Historia dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal*, que o museu de South Kensington era “um estabelecimento, que é ao mesmo tempo uma escola de desenho, e um museu”. (Ribeiro, 1873: 62) Na verdade, a generalidade das situações relacionando o museu de South Kensington e Portugal no período em causa passaram pelas questões do ensino do desenho e da organização do museu. E o duplo modelo de South Kensington sempre visto, como escreveu também Silvestre Ribeiro, como uma “proveitosa lição, exemplo salutar”. (Ribeiro, 1873: 61)

Da perspectiva do ensino do desenho diria Joaquim de Vasconcelos:

No que diz respeito á organização do *ensino* [em Portugal] pelos modelos estrangeiros, isto é: pelo modelo de *South-Kensington* cabe á iniciativa litteraria ao snr. Silvestre Ribeiro, o qual em 1873 expunha em resumo (...) as ideias de Mr. d’Henriet sobre a escola inglesa. (Vasconcelos, 1879: XIII)¹⁴

Como o país e os seus governantes tardaram na implantação, razão, tinha, pois, Sousa Holstein para exclamar em 1875 que “Portugal é talvez o único paiz da Europa que não tenha por ora prestado a devida attenção a este tão importante ramo de ensino”. (Holstein, 1875: 43) Descrente, Joaquim de Vasconcelos escreveria três anos mais tarde:

Sabemos *vagamente* que existe o museu de Kensington, e que se ensina alli a *arte aplicada á industria*, isto é: uma cousa que ninguém nunca viu ensinar em academias, uma cousa que, não obstante, revolucionou profundamente o velho mundo, alterando sensivelmente as condições economicas de grandes estados europeus¹⁵ e que está preparada uma revolução ainda maior no novo mundo. (Vasconcelos, 1878: VIII-X)

14. As ideias de Ch. d’Henriet encontram-se expressas no artigo “L’enseignement populaire des arts du dessin en Angleterre et en France”. *Revue des deux mondes*, Setembro de 1868: 193-212.

15. Refere a Inglaterra, a França e a Áustria.

Ainda a propósito do desejado progresso do ensino artístico e industrial em Portugal, uma década mais tarde seria a vez de Ramalho Ortigão lamentar:

Em Portugal, onde a dotação das academias de Bellas-Artes de Lisboa e do Porto custa ao Estado menos alguns contos de reis do que o subsidio ao theatro de S. Carlos, os methodos modernos do ensino artistico iniciado pela Inglaterra com a fundação do museu de Londres são conhecidos em todas as suas particularidades pelos excellentes estudos do snr. Joaquim de Vasconcellos, compendiados, emquanto a esta materia, na sua obra intitulada *A reforma do ensino de Bellas- Artes*. Nas regiões officiaes, onde parece que ainda ninguem leu o livro do snr. Joaquim de Vasconcellos, publicado ha oito annos, a profunda reforma pedagogica por que passou na Europa a educação artistica e industrial depois da instituição de South-Kensington não exerceu influencia alguma. A ignorancia e a inercia do governo tem-nos conservado tão alheios ao moderno movimento escolar como se habitassemos a Cafraria. (Ortigão, 1887: 154-155)

No que ao exemplo de museu dizia respeito, Joaquim de Vasconcelos viu no Museu Portuense o “gérmen, a proposta para um *South-Kensington Museum* portuense, um anno apenas depois da fundação do grande estabelecimento de Londres (1851-52)”. (Vasconcelos, 1889: 8)¹⁶ Mas, apesar deste aparente pioneirismo, demorou a sua concretização. Duas décadas passadas, na proposta de lei n.º 65-A de 17 de Março de 1876 apresentada ao Parlamento português e que visava assentar as bases das providências que o Governo julgava necessárias para se organizar o “ensino oficial das artes” (*Diario...*, 1879: 688) ou, por outras palavras, “a educação artistica dos nossos operarios”, (*Diario...*, 1879: 688) o legislador, depois de reconhecer que “tudo temos a crear”, (*Diario...*, 1879: 688) mencionou como exemplo a seguir o “admirável museu de Kensington”. (*Diario...*, 1879: 688) Posteriormente, no *Regulamento Geral das Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial*, de 6 de Maio de 1884, (*Diario...*, 1884: 127 e seguintes) assinado por António Augusto de Aguiar,

16. O Museu Portuense foi estabelecido no Porto em 1852 sendo o “seu fim (...) tornar-se um estabelecimento verdadeiramente civilizador: seu objeto será por tanto encyclopedico”. (José Silvestre Ribeiro *apud* Ramos, 1993: 34)

Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, determinava que as escolas industriais “combinadamente com os museus industriaes e commerciaes” (*Diario...*, 1884: 127) “têm por fim lançar os primeiros lineamentos de uma instituição análoga (...) ao museu inglez de South Kensington”. (*Diario...*, 1884: 127) No Capítulo V, Art. 33.º, § único falava-se mesmo do museu ambulante que, como se viu, tanto fascinou os nossos autores:

D’estas collecções se destacará o *museu ambulante*, que á similhaça do que sucede em Inglaterra, percorrerá as escolas industriaes, as cadeiras ou escolas de desenho, suffraganeas do museu, bem como as localidades e centros industriaes que parecer oportuno. (*Diario...*, 1884: 130)

Para terminar, três curtos excertos de outros tantos escritores, já anteriormente citados, mas cujos conteúdos contrastam, em gradação diversa, diga-se, com o tom encomiástico das referências ao museu de South Kensington que ficaram para trás. São eles Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins.

Em Agosto de 1889, no primeiro fascículo de *Os Gatos*, Fialho de Almeida, panfletário por temperamento, senhor de uma crítica impiedosa aos seus contemporâneos,¹⁷ escreveu:

Ha setenta anos [sic] que o *South-Kensington-Museum*, de Londres, secretamente mantém entre nós agentes seus, com ordem de vindimarem o paiz de todos os objectos d’arte que appareçam. E esses homens, que de Portugal teem carregado para aquella especie de formidável ministerio d’artes e sciencias, pelo menos um decimo das preciosidades que elle encerra, esses

17. Assim aconteceu também com os patrimonialistas portugueses de Oitocentos. Fialho escreveu no mesmo número um de *Os Gatos*:

O governo de certo tem commissarios esportulados para a fiscalisação dos edificios que lhe pertencem. Que diabo faz a chamada *Commissão dos Monumentos*? A chamada *Academia das Bellas-Artes*? A *Sociedade promotora das ditas*? A dos *Archeologos*? A dos *Architectos*? E a mirabolante *Commissãoardística da Camara Municipal*? (...)
Naturalmente os das Bellas-Artes fazem costas, em quanto os dos Monumentos fazem habilidades; e os da Archeologia fazem escovinhas, emquanto os da Camara Municipal fazem concursos de pintura historica. Sucia de mostrengos, acephalos e inermes, cuja indifferença criminosa infunde uma tristissima ideia da austeridade civica, individual ou collectiva, dos funcionarios do nosso paiz!. (Almeida, 1889: 64-65)

homens conhecem, como profissionais, ponto por ponto a historia das peças que ainda restam, pertencentes ao Estado ou pertencentes a particulares, o seu valor, os seus detalhes, as suas imperfeições, as suas magnificencias, os seus estragos; e implacavelmente, como famintos lobos, eil-os espiam as necessidades de dinheiro dos proprietarios, até chegar o dia em que a venda forçada lhes lance nas mãos algumas d'aquellas joias, divinas e puras, que elles enamoram.

De roda aos agentes do *South-Kensington* ponham-se os espertalhões que vem explorar por conta dos grandes bazares da Europa... francezes que compram para os judeus milionarios de Paris... americanos enviados de Nova-York e S. Francisco, por conta dos vendedores de cortumes, enriquecidos, e dos negociantes de toicinho monomaniacos de *bibelotage*... (Almeida, 1889: 16-17)

Ramalho Ortigão, por seu lado, lamentar-se-ia dos “mercadores” do museu de South Kensington:

Com mercadores d'este pulso é difficil competir. De modo que o museu de Londres tem adquirido em poucos annos a maior parte de quantas preciosidades artisticas se teem posto em praça no mundo. Diz-se, e com razão, que se um cataclysmo destruísse hoje todos os museus do continente europeu, só pelas collecções proprias ou de emprestimo no South Kensington se poderia reconstituir toda a historia da arte antiga e moderna. (Ortigão, 1887: 118)

Oliveira Martins, mais moderado ainda, lembraria uma sua visita ao museu de South Kensington:

Vi lá uma collecção dos artefactos provinciaes portuguezes tão completa, como a não ha de certo em Portugal, em nenhum dos museus industriaes de Lisboa, ou do Porto. (Martins, 1893: 89)

Conclusão

Através do estudo dos textos que recolhemos, da admirável prosa de Ramalho Ortigão aos relatórios assertivos de Joaquim de Vasconcelos, da pormenorizada descrição das collecções de Ricardo

Guimarães à diatribe de Fialho de Almeida, percebe-se que os autores portugueses em causa demonstraram grande interesse pelos alvos do museu de South Kensington.

Assim, pelo que fica dito nas páginas anteriores, podemos concluir que essa admiração assentou em quatro vectores fundamentais: em primeiro lugar, na expedita decisão que levou à sua criação em consequência do malogro de algumas indústrias britânicas na Exposição Universal de Londres de 1851; em segundo lugar, na sua dupla dimensão de escola e museu; em terceiro, na variedade e riqueza das suas colecções bem como no carácter de certas actividades tal foi o caso do museu ambulante e, finalmente, por ter servido como modelo para outros países da Europa, entre os quais Portugal.

Obras Citadas

- Almeida, Fialho de. *Os Gatos. Publicação Mensal d'Inquerito á Vida Portuguesa*. Porto: Casa Editora Alcino Aranha & C^a, n.º 1, Agosto de 1889.
- Benalcanfôr, Visconde de. *Vienna e a Exposição*. Lisboa: Lallemand Frères 1874.
- *De Lisboa ao Cairo. Scenas de Viagem*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1876.
- Benevides, Francisco da Fonseca. *Catalogo Descritivo do Museu Tecnológico do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, Máquinas a Vapor e Máquinas de Gaz*. Lisboa: Typ. de Castro e Irmão, 1872.
- *Relatorio sobre Alguns Estabelecimentos de Instrução e Escolas de Desenho Industrial em Italia, Allemanha e França na Exposição de Turim de 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.
- Cabral, A. B. da Costa. *Apontamentos Historicos. I*, Lisboa: Typographia de Silva, 1844.
- Custódio, Jorge et al. *Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projectos*. Lisboa: APAI, 1991.
- Descripção da Exposição Universal em Londres*. Lisboa: Typ. Da Empreza da Lei, 1851.
- Diario da Camara dos Senhores Deputados*, 1879-1884.
- Guimarães, Avelino da Silva. "Subsidios para a Historia das Industrias Vimaranenses". *Revista de Guimarães*, 9 (1) Jan.-Mar., 1892.
- Guimarães, Ricardo. *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Pariz e Londres*. Porto: Viuva Moré – Editora, 1869.
- Holstein, Marquês de Sousa. *Observações Sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço de Monumentos Historicos e da Archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

- "Prefácio". *A Antiga Escola Portuguesa de Pintura. Estudo Sobre os Quadros Atribuídos a Grão Vasco por J. C. Robinson*. Lisboa: Sociedade Promotora das Bellas Artes, 1868.
- James, Elizabeth (comp.) *The Victoria and Albert Museum; a Bibliography and Exhibition Chronology, 1852-1996*. London: Routledge, 1998.
- Kriegel, Lara. *Grand Designs: Labor, Empire, and the Museum in Victorian Culture*. Durham/London: Duke University Press, 2007.
- Leandro, Sandra. *Joaquim de Vasconcelos: Historiador, Crítico de Arte e Museólogo. Uma Ópera*. Lisboa: INCM, 2014.
- Letter of Application of J. C. Robinson for the Office of Slade Professor of Art in the University of Oxford, and Testimonials in his Favour*. London: Whittingham and Wilkins, at the Chiswick Press, 1869.
- Martins, Oliveira. *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira – Editor, 1893.
- Ortigão, Ramalho, John Bull. *Depoimento de uma Testemunha Acerca de Alguns Aspectos da Vida e da Civilização Inglesa*. Porto: Luga & Genelioux, 1887.
- "A Reforma do Ensino do Desenho". *Diário da Manhã*, 27 de Janeiro de 1880.
- Osborn, Elodie Courter. *Manual of Travelling Exhibitions*. Paris: UNESCO, 1953.
- Ramos, Paulo Oliveira. "Breve História do Museu em Portugal". *Iniciação à Museologia*. Org. Maria Beatriz Rocha-Trindade. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.
- Ribeiro, José Silvestre. *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artísticos de Portugal*. Tomo III. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1873.
- Sousa, Jacinto António de. *Relatorio da Visita aos Estabelecimentos Scientificos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.
- Third Report of the Department of Science and Art*. London: George E. Ryre and William Spottiswoode, 1856.
- Vasconcelos, Joaquim de. *A Reforma do Ensino de Bellas-Artes II*. Porto: Imprensa Litterario-Commercial, 1878.
- *A Reforma do Ensino das Bellas-Artes III: Reforma do Ensino do Desenho Seguida de um Plano Geral de Organização das Escolas e Collecções do Ensino Artístico com os Respectivos Orçamentos*. Porto: Imprensa Internacional, 1879.
- *O Museu Municipal do Porto. O Seu Estado Presente e o Seu Futuro. Relatorio Apresentado ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Snr. Luiz Ignacio Woodhouse Presidente da Comissão Encarregada de Estudar a Reorganização do Museu pela Sub-Comissão, Encarregada das Secções de Bellas-Artes, Archeologia e Numismatica*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1889.

Um Poema Inglês de Fernando Pessoa/Alexander Search¹

Maria Leonor Machado de Sousa
Professora Emérita/Universidade
Nova de Lisboa/CETAPS

Uma primeira abordagem generalista de Fernando Pessoa leva forçosamente à definição da sua obra apresentada por vários heterónimos – a par dos quais devemos incluir a sua actividade ortónima –, como aquilo que ele próprio definiu como “um drama em gente, em vez de em actos”. (Simões: 251-266) As personagens desse drama eram os vários heterónimos, todos eles com uma ficha biográfica bem definida e, no que se refere àqueles que o acompanharam até ao fim da vida, bem delineados quanto às características da obra que assinaram.

Já na fase inicial da sua actividade poética, a partir talvez de 1903, Pessoa estava obcecado pela criação de personagens que eram um desdobramento de si próprio, dos seus interesses e da sua maneira de escrever, de criar uma obra. Atendendo ao modo como decorreu a sua formação, não é de estranhar que as primeiras personagens fossem sobretudo inglesas e, dada a idade em que começou essa criação, tivessem uma existência efémera, que viria praticamente a perder importância face à obra de maturidade.

Todavia, é importante analisar a obra anterior, tanto pelo modo como foi definida como pela forma como evoluiu. Das criações inglesas, a mais importante é com certeza Alexander Search, que, num

1. Este texto foi apresentado no II Congresso de Estudos Anglo-Portugueses realizado em 2011.

pequeno caderno que Pessoa intitulou *The Transformation Book, or Book of Tasks*, foi definido como tendo nascido em 13 de Junho de 1888, em Lisboa (os mesmo dados do próprio Pessoa), com a seguinte tarefa: "all not the province of the other three". Os "outros três", também apresentados no mesmo caderno, são Pantaleão, Jean Seul e Charles James Search, revelando assim já a dispersão do poeta, entre um português, um francês e um inglês. Nesta confraria, Pessoa incluiu ainda David Merrick e Charles Robert Anon, cuja assinatura em algumas obras veio a ser substituída pela de Alexander Search, tal como a deste viera substituir a de David Merrick.

Ainda quanto a Alexander Search – é de notar o significado do apelido "Search", "busca", "procura", que explica a variedade de experiências a que se entregou – há que referir uma outra personagem, já citada, seu irmão mais velho dois anos, a quem caberiam traduções e prefácios, pois não era criador como Alexander. Para a análise destes primeiros heterónimos, remeto para o capítulo 1.8 de Teresa Rita Lopes em *Pessoa por Conhecer*, volume I, de 1990. Cingir-me-ei apenas a alguns dados de Alexander Search, que chegou a ter cartões-de-visita com a morada da avó de Pessoa e que teve direito a dois epitáfios, um dos quais apenas uma quadra:

There lies a poet who was mad and young
The two things that may go together,
And to the songs he sang
They were found in winter weather.

O segundo, mais longo, diz-nos mais alguma coisa a respeito desta personagem:

Here lieth A[lexander] S[earch]
Whom God and man left in the lurch
And nature mocked with pain and woe
He believed not in state or church
Nor in God, woman, man or love
Nor earth below, nor heav'n above.
(...)

A data referida para a sua morte, 1908, foi desmentida por ele próprio, pois aparecem ainda com a sua assinatura textos de 1910 e 1916. Mas a sua influência terá acompanhado a obra de Pessoa. Segundo Eduardo Lourenço, “a permanência temática do tempo e da morte contém em germe ou já em versão não retocável (...) o essencial de Pessoa definitivo.” Indo mais longe, Luísa Freire, que faz esta citação no *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, diz ainda “em Alexander Search, e de uma maneira geral em toda a poesia inglesa de Pessoa, vemos que o mistério atravessa a maioria das composições e está presente em qualquer tema, sobrepondo-se ao real e ao concreto, pois”, segundo ele próprio, “tudo contém mais do que aparenta”.

É desta perspectiva, que considero derivada da sua formação inglesa e da influência que nele teve Edgar Poe, que tenho encarado a produção de Alexander Search, na qual incluo o poema anónimo que passo a analisar.

De entre os textos que foram atribuídos a Alexander Search, mesmo quando não estão assinados, destacam-se “Fragments of a poem called *The Old Castle*”, texto passado a limpo nas habituais folhas quadriculadas e nunca mais referido, não estando sequer incluído naqueles que foram rejeitados. Há que explicar que a parte que foi passada a limpo, pelo que aparentemente se pode considerar acabada, é formada por quinze conjuntos de versos aos quais não podemos chamar estrofes, porque alguns desses conjuntos são tão longos que seria impossível considerá-los como tal. Estão numerados em romano, de I a XV, ocupam 18 páginas contínuas e são datados um a um, no final, (de 1904, excepto o XII, que é de 1904-1905).² Alguns acrescentam o mês (Dezembro o X e o XV, Junho o XIII, Outubro o XIV).

Quanto aos fragmentos que dizem ainda respeito a *The Old Castle*, são muito curtos, com excepção do sexto. No que se refere à parte passada a limpo numa sequência, isso leva-nos a pensar, numa primeira reacção, que estamos perante um poema, um todo. Mas a verdade é que o discurso acaba por se revelar, talvez não fragmentário, mas pelo menos quadripartido.

2. O número XII ocupa dois terços da página 11 e as páginas 12-14.

Antes de entrar pelo caminho de análise, tão difícil que isso deve justificar o facto de este texto nunca ter sido estudado, há que contextualizá-lo na formação e evolução de Fernando Pessoa. Como é habitual e compreensível, pela data e pelo facto de, com essa data, estar escrito em inglês, encontramos nele repercussões iniludíveis da cultura e literatura inglesas que terão sido a base da sua formação académica em Durban. Elas incluem referências que um leitor português, pelo menos na época, dificilmente compreenderia. A primeira será Boadicea, a lendária rainha guerreira das Ilhas Britânicas que ainda hoje poucos conhecerão. Temos depois a exaltação de um guerreiro cuja fama, na luta contra os mouros, chegaria à “longínqua Albion”, geográfica e culturalmente bem longe do contexto histórico que reunia Espanha e Alcácer-Quibir. A seguir, no conjunto XII, aparece Milton a par de Homero. Não é possível ainda dissociar da cultura inglesa a escolha, para o cenário da história que forma a segunda parte do texto, de um castelo em Espanha,³ do qual declaradamente nos vai falar:

I shall sing of one long-shattered castle
I once beheld in beauteous Spanish land (III)

ou, mais pormenorizadamente:

I can better sing
Of one small matter, of an ancient castle
I once beheld in better Spain, which crowned
A steep, long hill, amid the foliage thick
Adorning, lording the subjected vale. (IV)

Dois dos fragmentos isolados (53^v-15) regressam a este cenário onírico, a respeito do qual o poeta contara a história em causa, uma das “wondrous tales/fantastic breathing for a fairy land”. Diz então

3. Em inglês, “castles in Spain” corresponde à nossa expressão “castelos no ar”, o que ajuda a classificar o tipo de história ligada a este castelo.

Oh let us visit the old castle there
The old & void castle on the hill
Which seems more old that memory ever
(...)

Todavia, aqui já o poeta se situa “in the warm sunlight of the Lusian land”, onde segue (54^r-29)

Up the steep hill by a secluded road,
A footpath leading from the world away
(...)

Dois dos últimos fragmentos isolados (79-47^r e 144S-1^v) retomam este tema, partindo de oito versos que se repetem:

I thither dragged my wandering steps. Uprose
Abrupt and sudden a tremendous frame
Of shades that darkened to unvisioned night –
Layer on layer blackning, like the clouds
Vultures [mothers] of thunder that far-fetching stain
An evening’s radiance.

Ainda sublinhando a base britânica da cultura de Fernando Pessoa, há que referir, na sua correcta linguagem inglesa, a utilização do termo *numbers* com o significado de *versos*, que o *Oxford English Dictionary* regista com data de 1588. Creio que o que ficou para trás e a análise do conjunto global que tratarei como “poema”, mas entre aspas, demonstram claramente que o heterónimo Alexander Search não é apenas um nome mas antes uma personagem que conheceu e absorveu bem a língua e a cultura que no universo pessoano lhe pertencem.

Concentrando-nos agora no que chamei “poema”, disse já que nos aparece intrinsecamente quadripartido. Talvez este conjunto passado a limpo, com a única emenda de uma palavra riscada de modo a torná-la ilegível e substituída por *flow* (*the river’s gentle flow*), fosse pensado para ser incluído numa obra de maior fôlego, talvez inimaginável para nós, tendo em vista que o autor era um rapaz de dezasseis anos. Tal como está, teremos que o considerar imaturo, sobretudo

por reunir ideias provenientes das suas leituras, sem uma conexão lógica. O título, que aponta para a segunda parte, que poderia ser destacada e apresentada mais solidamente como um todo, remete para uma época que no período de Alexander Search o atraiu, uma época antiga que neste caso seria a imaginária Idade Média dos românticos e que, em outros, sobretudo os fragmentos do que poderiam vir a ser contos de terror em prosa, já não eram claramente medievais, mas de uma época intemporal, que pelo menos não era a sua.

O título do “poema” tem a ver apenas com os conjuntos III a VI. A razão pela qual o poeta o escolheu é um dos exemplos da introdução incoerente ou pelo menos bizarra de um novo tema.

O início do poema

Man, strange embodiment of Nature, proud
Ephemeral creation, can I look
Untouched upon thee, calm can I survey
Thy joys and pains, thy struggle through this world
And last long closing of thine eyes in death

remete-nos imediatamente para o poeta inglês cuja influência é aqui mais marcante, Pope, que inicia a segunda secção da Epístola I do seu *Essay on Man* com uma apóstrofe:

Presumptuous Man! the reason wouldst thou find,
Why form'd so weak, so little, and so blind?

que leva à seguinte conclusão:

Then say not Man's imperfect, Heav'n in fault;
Say rather, man's as perfect as he ought:
His knowledge measur'd to his state and place;
His time a moment, and a point his space.

A seguir aos versos iniciais, Search proclama-se o tipo wordsworthiano de poeta, capaz de pensar e sentir de modo particularmente sensível à Natureza – “And not to look in vain at all that is”. Chora de enlevo, alegria e gratidão, e pensa, como Pope, que “o Homem seria o assunto mais próprio para a sua obra”.

No segundo conjunto, Search insiste na estranheza do poeta perante a inconsciência humana da sua grandeza real:

Has not thy mind enslaved all earth again?
Rulest thou not all beasts, thyself a beast?

O poeta gostaria de cantar o Homem como lhe é devido, com “força épica”, mas desiste porque acha que “o sublime não é próprio de uma alma moderna.”

No conjunto III refere heróis épicos – gregos, troianos, francos, godos e a Boadicea bretã – para reconhecer que são assunto forte demais para ele, o que o leva a preferir, segundo as suas palavras, “a worthless tale in worthless numbers”, ou seja, a história do castelo que dá título ao seu poema. Nos conjuntos IV e V repete a descrição do castelo, outrora imponente, quando “the strong Iberian/Lay not beneath the yoke of years”, mas agora “a miserable vestige of a ruin”. A propósito dele, recorda uma história que lhe contou um velho, uma história conhecida em todo o país, perpetuada de pais para filhos.

O tema é o amor entre Dolores (“ah, that name, that sad, strange name!”) e um primo. Sozinhos no mundo, passeavam conversando sobre os seus sonhos, a guerra e o amor, “he tall and proud of mien, / She tender leaning on his shoulder’s breath”. Ele ansiava por fama, pelas proezas de antanho que aquelas ruínas tinham testemunhado. Também ela desejava que a fama do seu cavaleiro se estendesse pelo mundo, cujo limite eram “the distant shores of Albion”.

Um dia soube-se que o vizinho rei português se preparava para ir atacar o “mouro odiado”. O cavaleiro despediu-se de Dolores e foi alistar-se no exército “which young Sebastian led in joy”. Consumada a tragédia da planície árabe (Alcácer-Quibir), não houve mais notícias: nem o seu cadáver foi encontrado, nem se sabia que ele se tivesse escondido algures. A donzela ia sentar-se todos os dias no lugar onde costumavam descansar, calada, enlouquecendo lentamente e olhando a estrada onde qualquer ruído despertava uma triste esperança. Quando dormia, também os seus sonhos eram tristes. Finalmente, ao morrer, dos seus olhos caíram as duas únicas lágrimas que alguma vez chorou. Ao baixar o caixão à terra, vindo da longa estrada aproximou-se um velho, em passos inseguros, o cavaleiro chegava finalmente!

Estamos em presença de uma história de balada, um género também tipicamente britânico, que a literatura erudita recuperara da poesia tradicional, quer reproduzindo os textos antigos, quer compondo novos poemas. Neste caso, a métrica é moderna, sem rima, e nisso se afasta do habitual, pois o Pré-Romantismo e o Romantismo cultivaram geralmente a forma estrófica e rimada, numa tentativa de manter o esquema popular.

Encontramos aqui os principais ingredientes do género: um castelo arruinado, que os namorados percorriam ao luar até à meia-noite, a guerra distante que os ia separar, uma história de tristeza, loucura e morte. Este caso enquadra-se realmente no tema mais glosado do Romantismo: o regresso do herói, tardio e que geralmente trazia desgraça. De entre as várias produções românticas que dele encontramos em Portugal, o mais importante é a que Garrett⁴ apresentou no grande drama da nossa literatura, *Frei Luís de Sousa*, que Fernando Pessoa talvez não conhecesse na época de Alexander Search, passada em Durban estudando de preferência a cultura britânica. Todavia, também aí encontrava este tipo de história. Só que aqui, numa atitude diferente da que entretanto tomava quando escrevia prosa, fugiu ao dramatismo exagerado da loucura violenta das exclamações de Maria ao morrer, mantendo um cenário suave e triste, num ambiente de loucura silenciosa que acompanha a heroína até à morte, a que a ironia do Destino não permitiu sequer que fosse de algum modo aliviada por um último encontro de amor.

Terminada esta história, pareceria que o objectivo do poeta estava alcançado, mas segue-se uma outra, que podemos imaginar estar ainda ligada ao castelo, embora isso não esteja expresso. E a transição de uma história para outra é feita de modo muito estranho, que só poderia ser entendido se entre as duas houvesse mais qualquer coisa. Na verdade, não há explicação para que a seguir à história trágica de Dolores se diga “This was the happy joyous throng”. A verdade é que nada do que foi acabado de contar implica multidões, ou alegria. O que o poeta vai contar agora é a história de “alguém de quem ele

4. O próprio Garrett apresentara já uma situação semelhante na obra que se considera a iniciadora do Romantismo português, o poema *Camões*, publicado em Paris em 1825. Ao regressar a Lisboa, vindo da Índia, o poeta vê passar o cortejo fúnebre daquela que foi geralmente considerada a grande paixão de Camões, Catarina de Ataíde, a musa Natércia da sua poesia lírica.

não falou” e que era muito diferente: aleijado e meio louco, era um homem de quem todos troçavam, e incapaz de manejar as armas. Todavia era bom, e as aves não fugiam dele, antes deixavam que as acariciasse. Solitário, vagueava pelos campos, apreciava as ervas e as flores, escutava os sons que atravessavam o silêncio da noite. Mas um dia, como num relâmpago, abriu-se-lhe o espírito. Transformou-o, mas não lhe deu a felicidade. Então resolve partir, despedindo-se assim da sua terra:

I go from thee,
My native land in pain, as one that leans
Dim-eyed and chill upon the vessel's poop,
Leaning and watching with an unknown dread
The rushing waters and receding shore. (X)

Breve os seus feitos foram conhecidos, mas bem depressa sentiu chegar o fim, que lhe custa aceitar mas é pretexto para longas considerações sobre a vida humana, a glória que ergue o homem só para o deixar cair de mais alto e sobre a morte, que deseja mas receia. Não quer o céu, a menos que pudesse ficar no meio dos ventos. Custa-lhe a ideia de perder a vida, os seus prazeres, o seu “espírito sem limites”. Se tudo na terra é “pó e nada”, para que serviu a fama de um Milton ou um Homero? Admira a Natureza que engloba tudo, desde um insecto até à “tremenda voz do mar revolto”, que se lhe revela completamente:

Day, morn and eve and night can speak to me;
All tell me secrets and all are conjoint
In being the expression of great Nature's voice (XIII)

Até que um dia viu em tudo a presença de uma Coisa que não morre, um Ser que existe em tudo. Então chorou de alegria e já não pode ter maior felicidade.

O “poema” termina em paz, com o conjunto XV:

What is a flower?
To thee a thing that buds and blooms and dies,
Emblem perhaps of human things; to me
An atom colour-known of life etern.

Quanto aos conjuntos soltos, pelo menos dois apontam para desenvolvimentos de que nada sabemos. Um deles (79-47^r) trata de um bravo Alonso, cujos feitos eram conhecidos de todos, outro (79-47^v) do “grande Belario”, referido numa frase inacabada.

Este “poema”, ou melhor, esta série de fragmentos que, no que se refere aos que foram passados a limpo, poderiam ter sido divididos em unidades temáticas, não é uma obra-prima, mas inclui trechos de boa qualidade poética, que não desmerecem a realidade de serem obra do grande poeta que foi Fernando Pessoa, mesmo quando incluídos no documento (48B-119^r) que inclui, segundo o autor, “poems written in childhood, or in boyhood – that is up to my sixteenth year – June 1904”, alguns dos quais foram inicialmente atribuídos ao ortónimo e só mais tarde apresentados como escritos por Alexander Search.

Obras Citadas

- Dionísio, João (ed.) *Poemas de Alexander Search*. Edição crítica de Fernando Pessoa – Série Maior, vol. V, t. III. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1999.
- Freire, Luísa (ed. e trad.) *Poesia de Alexander Search*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.
- Lind, G. R. *Estudos sobre Fernando Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- Lopes, Teresa Rita. *Pessoa por Conhecer: I Roteiro para uma Expedição, II Textos para um Novo Mapa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- Simões, João Gaspar. *Vida e Obra de Fernando Pessoa*. Lisboa: Livraria Bertrand, 3.^a ed., 1973.

Alexander Search Alexander Search Alexander Search
Alexander Search
Alexander Search
Alexander Search
Alexander Search

“Sou Inglesa! Sou Inglesa!”: Memórias de uma Menina Anglo-Portuguesa (1907-1930)

Miguel Alarcão
FCSH-UNL/CETAPS

Às Prof. Doutoras M^a da Conceição Castel-Branco (FCSH-UNL)
e M^a do Rosário Lupi Bello (Universidade Aberta)

A propósito da chamada “literatura de viagens”,¹ começaremos por recordar as palavras de Carl Thompson:

(...) to begin any journey or (...) simply to set foot beyond one’s front door, is (...) to encounter difference and otherness. All journeys are (...) a confrontation with, or (...) a negotiation of, what is sometimes called **alterity** [em negrito no original]. (...) all travel requires us to negotiate a complex and sometimes unsettling interplay between alterity *and* identity, difference *and* similarity.(9)

Palco e registo textuais de cruzamentos de olhares, de interações reversíveis entre o Eu e o Outro e dos consequentes sentimentos de identificação e/ou estranhamento cultural, no mais lato sentido do termo, a literatura de viagens permite, pela sua complexa plasticidade, (*Ibidem*: 11-12 e 26)² a conjugação de um memorialismo mais ou menos intimista com

-
1. A designação “Travel Literature” coexiste hoje em dia com a de “Travel Writing”, o que faz com que qualquer obra ou estudo crítico(a) em língua inglesa pudesse receber o sugestivo título de “Reading Travel Writing”...
 2. Como lembra ainda Thompson, citando Jonathan Raban, “travel writing is a notoriously raffish open house where different genres are likely to end up in the same bed.” (*Ibidem*: 11)

informações documentais relevantes para o estudo das mentalidades e dos quotidianos e *grosso modo* a história social. Encarados de forma abrangente e aberta, tais textos (que, convirá recordá-lo, implicam deslocações ou itinerâncias, mas também permanências de duração variável) poderão ideal e eventualmente conduzir a reavaliações e revisões de auto-imagens, isto é, não só à descoberta da(s) identidade(s) do(s) Outro(s), mas também – e porque não? – da(s) alteridade(s) do Eu. É o caso de *Growing up English. Memories of Portugal 1907-1930*, de D. J. Baylis (nascida Bucknall), com prefácio de Peter Mollet, que apresenta esta obra como “(...) a remarkably vivid and well written observation of the times expressed with humour and not little ‘carinho’. In all they make excellent reading especially for those (...) interested in the recent past.” (Baylis: 2)

Como é sabido, no quadro das relações comerciais anglo-portuguesas desde os séculos XVII-XVIII sobressai o Vinho do Porto, não obstante o impulso inaugural dado, por exemplo, pelos irmãos Stephens à indústria vidreira da Marinha Grande. (Sousa: 6-21) Outras haverá, porém, igualmente dignas de registo como a da cortiça, hoje em dia trabalhada e comercializada em inúmeros artefactos como um produto estratégico e um ícone “bandeira” do nosso país; ora é justamente a cortiça o sector de actividade dos Bucknall em Inglaterra desde o século XVIII. Na década de 1870, vindo de Barcelona, William Bucknall estabelece-se em Portugal, começando aí a aventura anglo-portuguesa de uma família “(...) wedded to cork” (Baylis: 28)³ e cuja paixão é por demais evidente, conforme ressalta do seguinte passo:

3. Ao analisarmos os contratos de arrendamento de cortiça, deparamo-nos com diversas cláusulas que procuram, por um lado, regular o descortiçamento e, por outro, proteger a árvore. É, por exemplo, o caso do contrato celebrado, em 1894, na então vila de Ponte de Sor, entre Francisco Vaz Monteiro e a firma britânica Henry Bucknall & Sons, onde se impede o “(...) descortiçamento além do meio das pernadas (...)”, obrigando-se à limpeza dos “(...) chaparros na distância de oito metros quadrados uns dos outros (...)”, a que “(...) os operários que hajam de empregar na tirada da cortiça serão sempre homens conhecedores do serviço, que não danifiquem o arvoredo, arrancando-lhe e ferindo-lhe o entrecasco junto com a cortiça (...)” e estabelecendo-se ainda “(...) que os arrendatários poderão fazer a extracção da cortiça das referidas propriedades [a partir] do dia vinte e cinco de maio (...)” (Arquivo Distrital de Portalegre, Cartório Notarial de Ponte de Sor, Livro 49, fl. 21 a 25, CNPSR06/001/0049, *apud* Faísca, *Criando uma Desvantagem*: 426)

Cork (...) had cast a spell over my family. They loved it, revered it, were entranced by it. My father [Harold Bucknall, William's grandson] would handle a piece of cork like a connoisseur judging a work of art. He turned it over and over in his fingers, enjoying its warmth and its velvety texture. He smelt it. He examined its grain for flaws, registering all the details by which he would finally place it in its correct grading. For him, every piece of cork was an historical object carrying a life story that went back to the acorn of its parent tree. This life story fascinated him and the part of his work which he most enjoyed were his visits to the cork forests of the *Alentejo* [*sic*].

(...) as a young man a great deal of his time was spent travelling the forests prospecting for cork, as the Company's properties could not supply all their needs. (*Ibidem*: 28)

À boa maneira do empreendedorismo oitocentista inglês, Harold Bucknall viria a proceder a melhoramentos técnicos e infra-estruturais e a experimentações de vária ordem, nem todas, porém, coroadas de êxito, como é o caso do pitoresco episódio que passamos a relatar:

One of his failures was his attempt to improve the local breed of pig, which was hardy but stubbornly emaciated. He believed that, crossed with an English breed, the resulting strain might be as hardy as the Portuguese and as fat as the British; and he imported for this purpose a Berkshire White [*sic*] boar. Unfortunately things didn't turn out as he had hoped: the crossbreeds inherited the delicate constitution of their overbred sire and remained as obstinately gaunt as ever. Moreover, the people were resentful of this particular experiment. The boar required, in order to keep it in health, a luxurious sty on the English model, drained and ventilated and weatherproof – a regular '*palacio*' [*sic*], as the peasants jealously complained. Besides this, he had to be fed on the cereals which were their own diet. Human food thrown to a beast – '*mal impregado!*' [*sic*]. They loathed the pampered animal and it may have been sabotage that brought his life to an early end. (*Ibidem*: 33)

William Bucknall, o patriarca fundador, era, pois, bisavô de Joyce Baylis, que, no capítulo VII, entre outras referências a diferentes sectores de produção agrícola e pecuária, expõe, em traços largos, o processo de extracção da cortiça no Alto Alentejo, região descrita com

assinalável sensibilidade pela autora (*Ibidem*: 30-32 *passim*) e onde a H. B. and S. Ltd. Cork Growers and Manufacturers possuía algumas propriedades,⁴ além de escritórios em Lisboa e em Londres. Mas o sector mobilizava igualmente outras famílias inglesas estabelecidas em Portugal como os Rankin, os Robinson (sobretudo em Portalegre e mais conhecidos graças às actividades patrocinadas ou promovidas pela Fundação homónima)⁵ e, finalmente, os Reynolds,⁶ detentores de propriedades nas zonas de Évora e Estremoz e unidos aos Bucknall através do casamento de George Reynolds com Anita, irmã de Joyce. O negócio corticeiro oitocentista, envolvendo estas famílias britânicas, além de outras portuguesas e catalãs, tem sido objecto de estudo por parte do Dr. Carlos Manuel Faísca,⁷ que, em artigos publicados individualmente ou em conjunto com outros investigadores, se refere aos Bucknall por diversas vezes:

(...) son los Bucknall los auténticos dominadores del negocio en estos años [1853-1874], tanto en la faceta industrial, a través de sus establecimientos en Portugal y en Jerez de los Caballeros, como en la comercial y forestal, a través del entramado de representantes y apoderados que barían casi toda la geografía corchera extremeña. (...) Por qué los Bucknall abandonan el negocio corchero en Extremadura sigue siendo un enigma. (Moruno *et alii*: 16-17; outras referências em 11 e 20)

-
4. A maior, e provavelmente a principal, seria a “Polvo Rosas”. (*Ibidem*: 33)
 5. Sobre esta fundação pública de direito privado, com origem na fábrica sediada em Portalegre desde meados do século XIX, cf. o respectivo *website* (<http://www.fundacaorobinson.pt>), do qual consta a lista de publicações. Para a nossa esfera de investigação interessam-nos sobretudo os números 4 (*Famílias Inglesas e a Economia de Portugal/British Families and the Portuguese Economy*, 2009) e 23 (*Conflitos Sociais em Portugal no Tempo dos Robinson/Social Conflicts in Portugal during the Robinson Period*, 2012). Ambos os volumes foram-nos gentilmente oferecidos pela Fundação Robinson, pelo que agradecemos às Dr.ªs Célia Gonçalves Tavares (Área de História, Educação e Mediação Cultural) e Alexandra Carrilho Barata (Administradora Delegada) toda a ajuda dispensada. É também devida uma palavra de vivo agradecimento ao Prof. Doutor António Camões Gouveia (FCSH-UNL), antigo programador cultural da Fundação Robinson e que actuou, a nosso pedido, como o *primum mobile* de todos estes contactos.
 6. Apresentados na obra como “Roberts”, talvez por razões de reserva ou protecção de identidade, conforme sugere Peter Mollet. (Baylis: 2)
 7. Técnico Superior do Município de Ponte de Sor, doutorando do ICS/UL e da Universidad de Extremadura e bolseiro do projecto de investigação *Agriculture in Portugal: Food, Development and Sustainability (1870-2010)*, financiado pela FCT (PTDC/HIS/122589/2010), sob coordenação científica da Doutora Dulce Freire. Agradecemos igualmente ao Dr. Carlos Faísca os esclarecimentos prestados.

Pese embora a pessoalidade do testemunho, Joyce Baylis avança uma explicação plausível:

During the seventies, the family transferred its activities to Portugal, which from then on became its permanent centre. There was a good reason for the change. After Spain, with its huge distances and difficulties of transport, work in this small compact country must have seemed child's play to its newcomers. Here the cork forests were almost entirely contained in the central province of the *Alemtejo* with easy access to the navigable Tagus and thereby to Lisbon's splendid harbour, port of call for all shipping to all parts of the world. Moreover, the climate, influenced by the Atlantic, is less extreme than Spain's, less subject to prolonged drought, and the cork it produces is of excellent quality. The *Alemtejo* province, where the cork oak abounds, must have struck eyes accustomed to the harsh landscapes of Spain as positively luxuriant with its plentiful streams, olive groves and broad plains of wheat.

In 1890 the family business was registered as a Limited Liability Company, with offices in London and Lisbon and houses at *Abrantes*, *Nisa*, and other towns in the north of the *Alemtejo*. By this time it owned cork forests of its own and a factory had been built on the south side of the Tagus opposite Lisbon (...). (19)⁸

Mas retomemos informações de Carlos Faísca *et alii*:

Mais tarde [após 1838], deu-se a entrada no setor industrial corticeiro extremenho de outros atores, muitos deles de origem britânica, que, simultaneamente, desenvolveram intensas atividades corticeiras em Portugal e, dentro deste, no Alto Alentejo. (...) são os casos da sociedade *Henry Bucknall & Sons*, proprietária de uma fábrica de preparação de cortiça em Ponte de Sor (...) e compradora de cortiça norte-alentejana (...).

Outro grupo que previsivelmente poderia atuar no mercado portalegrense seria composto pelas corticeiras com origem inglesa, à época bastante ativas em Portugal, sendo de destacar a *Henry Buknall [sic] & Sons*, a *William Rankin & Sons* e a sociedade comercial e industrial constituída em torno

8. A mudança dos investimentos na Catalunha por Portugal é também corroborada por M. M. Pinto Júnior. (*Apud* Flores: 44, n.122)

de *Thomas Reynolds* e seus descendentes, para além da inevitável corticeira portalegrense *Robinson*. (...)

A ação dos Bucknall é esmagadora, já que por si só esta sociedade representa aproximadamente 18% de toda a cortiça transacionada neste período [1830-1900]. De facto, esta firma dominou este mercado entre os anos 1850 e 1870 (...). (Faísca e Moruno: n.p.)

De regresso ao relato em apreço, o intervalo periodológico definido nas *Memories...*, abarcando desde os anos finais da Monarquia ao estabelecimento do Estado Novo, justifica a emissão de alguns juízos genéricos, quer sobre a Primeira República, reiteradamente apresentada como um período de profunda instabilidade política, económico-financeira, social, laboral e militar, (Baylis: 14, 34, 58 e 60)⁹ quer sobre o regime nascido do pronunciamento militar de 1926, sendo de destacar, pelo contrário, o louvor da governação protagonizada por Oliveira Salazar. (*Ibidem*: 96-97) No final dessa década, o despontar de realidades “neoliberais” ainda tão características do nosso próprio tempo como as da reestruturação e competitividade, para já não falar da emergente concorrência industrial e comercial norte-americana, (*Ibidem*: 60 e 95) terão, segundo a autora, ditado o final da actividade empresarial da família no nosso país e o regresso definitivo a Inglaterra, após visitas regulares e alguns períodos de residência temporária além-Mancha. No decurso de uma experiência (aliás, não totalmente feliz) de internamento num colégio inglês, (*Ibidem*: 63) a naturalidade portuguesa de Joyce terá, pelo seu presumível ‘exotismo’, despertado a curiosidade dos seus colegas:

“Were you really born in Spain?”

“No, in Portugal.”

“Same thing isn’t it?”

“No.”

9. Este quadro é corroborado por Alexandre Flores: “Desde o final da Primeira Guerra Mundial que as condições de vida na família corticeira pioram de dia para dia e, assim, as associações e a Federação Nacional Corticeira intensificam a luta sindical” (141), mencionando ainda a greve geral entre 24 de Abril e 2 de Maio de 1919. Cf. também o projecto que apresentamos nesta mesma Revista. (Alarcão, 2017: 185-208)

"Are you Portuguese then?"

"No, of course not. I'm as English as you are." "(*Sou Inglesa, sou Inglesa!*)"

"I don't see how you can be. Fancy being Portuguese! Can you speak Portuguese?"

"A bit."

"Say something."

"*Raes te parte o diablo!*" [sic]

The unfamiliar sounds always raised a giggle.

"It does sound funny. I believe you're making it up." (*Ibidem*: 62-63)

Ao apresentar-se, e à sua família, como "(...) foreigners in our native city", (*Ibidem*: 7) instaurando assim uma clivagem identitária entre naturalidade e nacionalidade, a autora evoca aquela que diz ser a sua mais antiga memória:

The first words I have a clear recollection of speaking are "*Sou Inglesa!*" Our young nurse, Joaquina, had been teasing us: it always amused her to stir up our patriotic ardours. We had been born in Lisbon and therefore, she insisted, we could not possibly be English; we were proper little *Lisbonenses*, as Portuguese as she was. I remember flying at her in a fury:

"*Sou Inglesa! Sou Inglesa!*" I bellowed. (*Ibidem*: 3)

Este bilinguismo funcional e socialmente demarcado, constituindo o português – apresentado na página 5 como "(...) our kitchen dialect (...)” – a *lingua franca* de comunicação de Joyce e Anita Bucknall com o pessoal doméstico, é muito curioso; a própria autora aludirá, de resto, a esta bipolarização *upstairs/downstairs*, complementando-a com um apontamento sobre literacia:

In the kitchen or with Joaquina in the nurse, my sister and I chattered in Portuguese, listened to tales of werewolves and witches and learnt that chickens ran about after their heads were cut off. In the drawing-room with my parents English was our language, Peter Rabbit replaced the werewolves, we sang nursery-rhymes at the piano and were expected to behave like 'nice little English girls'. And we knew it was to the drawing-room that we really belonged. (*Ibidem*: 3)

In Estoril we lived, as children, very quiet and uneventful lives. For ourselves, as for the servants and country folk, imagination was a necessary

compensation for tedium, and its creation (...) satisfied a fundamental need. In their beliefs and festivals we were close to the simple people amongst whom we lived; in many ways closer to them than to our parents, who had advanced so far from our primitive level. But little by little, as we grew older, the intimacy lessened. We entered the world of literacy which estranged us by a false sophistication from minds whose ideas had not come to them from books. (*Ibidem*: 49)

Ao longo do relato, multiplicam-se os exemplos de alguma hibridiz identitário-cultural, se bem que a componente inglesa, inculcada e estimulada pelos pais, predomine claramente, evidenciando não raro sentimentos, convicções e posturas de superioridade civilizacional. (Cf., por exemplo, 3-4 e 74) No entanto, a sua homóloga portuguesa acha-se também presente, gerando ambivalências (*Ibidem*: 17) – e não serão elas próprias, afinal, manifestações ou sinais de uma dupla pertença? –, devendo destacar-se, paralela e cumulativamente, o facto de a autora se reconhecer como receptora de imagens idealizadas de Inglaterra (*Ibidem*: 4)¹⁰ e de códigos, padrões, valores e princípios educacionais, comportamentais e ético-morais cristalizados por um vitorianismo ainda próximo, independentemente de se tratar de crianças ou de adultos como o seu pai, Harold Bucknall, acossado por um conflito de culturas e mentalidades numa época de transição (*Ibidem*: 96):¹¹

They [the family members] liked to think of themselves as plain, hard-headed business men and were proud of springing from the solid merchant class which had built up British trade, turned the world into their market and colonized continents.

In Portugal, however, there were difficulties which the Colonies did not present. Here they were not the ruling power but merely foreigners, subject to all sorts of tiresome local laws, unable to ride over local customs,

10. Pouco tempo antes de uma estada mais demorada em Inglaterra, entre 1916 e 1918, a autora acrescenta: "This was an Arcadian realm into which I continued to incorporate all my childish dreams of beauty and happiness, towards which I developed a passionate loyalty which was soon to be reinforced by the patriotic ardours of the Great War." (*Ibidem*: 55)

11. O conservadorismo humanitarista de Harold Bucknall transparece de uma outra evocação feita por Joyce Baylis. (*Ibidem*: 60)

forced to play the native business games of intrigue and bribery which they so deeply despised and played so ineptly. They were without authority and this irked them. Punctual, methodical, hard-working, honest and reliable, they longed to impose their uprightness, their punctuality, their methods upon the natives, sincerely believing that by forcing these standards upon the casual, easy going Portuguese they would be conferring a blessing. Always they found themselves frustrated. Though British and therefore the appointed rulers of the world, they were impotent against this small, decadent, but still sovereign state. Against their most fundamental convictions of what was proper they had to accept the alien yoke or else throw in their hands. (*Ibidem*: 28)

Como seria de esperar, as relações de convívio familiar, profissional e social dos Bucknall estendem-se, de forma algo “endogâmica”, a outros membros da colónia inglesa em momentos oficiais ou particulares como bailes, recepções, regatas e chás, alguns dos quais patrocinados pelos serviços diplomáticos, pelo Royal British Club, etc. Contudo, interessam-nos mais as interações dos Bucknall com os portugueses, nomeadamente os empregados e serviços da família, seja na região da Grande Lisboa (na Rua de Buenos Aires, à Lapa, zona tradicionalmente muito procurada pelos viajantes ingleses, e mais tarde no Estoril, para onde a família se mudou quando Joyce tinha sete anos), seja na Estremadura e no Alentejo – espaço por excelência do tempo suspenso! –, onde os Bucknall e famílias dos seus círculos pessoal e social possuíam propriedades como as quintas de

“Polvo Rosas”,¹² “Val d’Água”,¹³ “Esteiro Furado”,¹⁴ “Salgadas”,¹⁵ “Po[u]ca Farinha”,¹⁶ etc. Dessas interações e (con)vivências, na capital e na província, ficam-nos instantâneos de grande autenticidade como a recomendação feita pela ama, Miss Turpin, no sentido da não resposta das duas meninas inglesas às provocações das crianças que gritam, à sua passagem, “Rosbif[e]! Rosbif[e] com batatas!” (*Ibidem*: 7); a ida de Joyce com um tio e um primo ao dentista, na Avenida da Liberdade, em plena troca de tiros, interrompida apenas pela/para a passagem do táxi, devidamente identificado e protegido pela *Union Jack*; (*Ibidem*: 59)¹⁷ as compras na Baixa e os lanches na pastelaria Marques, ao Chiado; (*Ibidem*:13) ou a antiga tradição, respaldada pela gastronomia e doçaria alentejanas (*Ibidem*: 42-43) e tão contrária aos cânones estéticos actualmente dominantes, de que “gordura é formosura”. (*Ibidem*: 93)

Como exemplos da indesmentível qualidade poético-literária de algumas passagens de *Memories of Portugal* seleccionámos duas descrições, a primeira das quais evocando a profunda dolência das tardes alentejanas:

-
12. A maior e mais importante, embora não localizada, além de uma vaga indicação de que ficaria após Ponte de Sor. Segundo Flores, no Alentejo os Bucknall possuíam propriedades em Amieira, Vale de Água (ver nota seguinte) e Polvorosa, além de fábricas em Sines e Odemira. (49, n.152 e 53, n.168)
 13. A quinta favorita de Joyce, (40) embora igualmente por localizar na obra. Tratar-se-á de Vale de Água, entre Ponte de Sor e Bemposta, já no concelho de Avis, ou Vale de Água, a sul de Ferreira do Alentejo?
 14. Esta propriedade, também conhecida como Quinta (ou Casa) dos Ingleses, situa-se em Sarilhos Pequenos, próximo da Moita, existindo informação disponível em *sites*, *páginas* e *blogs* como <http://ruinarte.blogspot.pt/2010/05/quinta-do-esteiro-furado-ou-quinta-dos.html> (Premiado com o 1º lugar no concurso de *blogs* em 2012), <http://aultimapedra.blogspot.pt/2013/04/normal-0-21-false-false-false-pt-x-none.html> ou <http://marcolinofernandes.blogs.sapo.pt/5842.html>. A condição tristemente ruínosa da quinta transparece do vídeo disponibilizado em <https://www.youtube.com/watch?v=235Ax-mTKhU>. Segundo a autora, era pertença de Lee, primo direito de Harold Bucknall, e da sua mulher Ellie, e a arquitetura interior e as vivências familiares e sociais procuravam reproduzir ou recriar, tanto quanto possível, as de uma verdadeira mansão inglesa.
 15. Situada próximo do Barreiro e pertencente à família Reynolds (identificada na obra como “Roberts”. (*Supra* nota 6) Na obra resultante da sua Tese de Doutoramento, Ana Nunes de Almeida refere a venda aos Reynolds da Quinta (do)Braancamp em 1885. (77) Cf. também *ibidem*: 82.
 16. Igualmente pertencente aos Reynolds, mas não localizada.
 17. Alexandre Flores transcreve o registo de outro curioso episódio:

Diariamente às 10 horas, Sir Cunicon Deans Rankin, acompanhado por Mr. William Tait, proprietário e gerente, chega à Rankin vindo de automóvel do embarcadouro de Cacilhas, no qual desembarca (...) vindo da sua residência em Lisboa. À boa maneira ‘colonialista’ inglesa, a administração da Rankin velava sempre pela anglofilia da sua fábrica em Portugal. Todos os dias a bandeira inglesa é hasteada, apenas a inglesa, festejando-se os principais acontecimentos ingleses, por exemplo, o jubileu da rainha Vitória. (80)

To recall *Val D'Agua* [sic] is to recall its many waters. But it is especially the despised fountain of the cattle trough that comes most vividly to my memory. During the afternoon siesta [sic] when everyone, men and animals alike, went to sleep and even we British forgot our rules and drowsed on our beds through the hot hours, the world fell silent except for its sound. In the quietness, its small splashing seemed little by little to grow louder and after a while you began to hear in it notes that were like the chiming of bells. This watery carillon rang out at times so distinctly that my hypnotized ear would confuse it with the goat bells whose tink-tonk was carried on stray puffs of wind from the hillsides where the flock was pasturing. (*Ibidem*: 40)

E a segunda dedicada ao Jardim da Estrela, objecto de frequentes passeios das duas inglesinhas durante o seu período de residência na Lapa:

(...) beyond it [Estrela Square], enclosed behind railings and entered through iron gates, lay a different country, the country of the *Estrela* [sic] Gardens. Once past its frontier and you were suddenly in a land of cool shade where the distances were green and sunshine reached the ground only in freckles of brightness. The gardens were not too big, but to children they seemed infinite since their far boundaries were concealed. Every perspective was mysterious, vanishing into an obscurity of foliage, an interlacement of branches and leaves and broken light.

Visited in later years, the *Estrela* [sic] Gardens look prosaic enough: broad gravelled paths between the trees, formal flower beds, railed grass plots, a couple of small ponds – little enough to stimulate imagination. But for children accustomed to the hard light of naked streets, the dimness and the veiled distances were full of enchantment. Unfamiliar shadows turned the gardens into a forest, ponds into vast lakes; while the black swans which floated between reeded islands had the strangeness of mythological birds inhabiting an insubstantial world of their own. (*Ibidem*: 8)

Disseminados ao longo de todo o relato, tornando impraticáveis referências ou transcrições individuais, multiplicam-se as evocações pitorescas de uma Lisboa fervilhante e buliçosa; de eléctricos, carroças e cardumes de barcos no Tejo; de criadas, modistas, mercearias e varinas; de cheiros a lodo e latrinas, rio e sardinha assada;

de sons como os pregões populares, entoados por todo o tipo de vendedores ambulantes; uma Lisboa ainda marcada por hábitos culturais tão recorrentemente denunciados na literatura de viagens (pós-)setecentista como o catanço, o “Água vai!”, a pobreza e a mendicância ou os maus tratos dados aos animais. Não faltam também apontamentos sobre os hábitos balneares, a educação das mulheres ou os rituais de namoro e casamento, além da captação de traços alegadamente característicos dos portugueses, como a resignação, o conformismo e a lamentação mais ou menos estéreis e inconsequentes. (*Ibidem*: 36 e 93)

Concluiremos esta apresentação de *Memories of Portugal* com duas transcrições simetricamente panorâmicas de uma Lisboa desdobrando-se “em câmara lenta”, à chegada e à partida, de uma forma quase “fílmica”:

I returned to Portugal for most of my holidays. Absorbed though I was by school life, yet I looked forward with intense excitement to the three days' sea voyage with its culmination in the familiar approach to Lisbon. On the last morning of the voyage I was always on deck watching for the Cintra Hills to raise their blue ridge above the plain and for the bold outline of *Cabo Rocca* [*sic*] jutting steeply westward. Past *Cabo Rocca* [*sic*] was the stretch of low rocky coast where traces of wrecked ships were familiar landmarks and each lighthouse was known to me by name. Even in the calmest weather, surf frilled this coast, and a rough sea would throw up towers of spray that (...) appeared to stand for long minutes in the air before collapsing.

(...) At *Cascaes* [*sic*] point we slowed down to pick up the pilot. Here on clear days the Tagus estuary stretched in a wide arc ahead, from *Cabo Espichel* faint on the southern horizon round to the pine covered Estoril hills close by on the left. On the crest of one of those hills a red roof was just visible above the tree tops – the roof of our house. The beach below was our beach, the railway skirting the shore our railway – I knew all its stations by heart: *Cae Agua* [*sic*], *Carcavellos* [*sic*], *Cruz Quebrada* and the rest, they all had associations for me.

Soon now we were crossing the bar, marked by its island lighthouse and the broken water of its shallows. On the right bare brown hills closed in upon the river; on the left the *Belem*[*sic*] Tower, *Jeronimos* [*sic*], the wharves, and the whole steep city, white and yellow and blue, crowding over

its hills to the water front, all greeted me as a compatriot. My will and imagination were wholly set upon England, but in spite of myself this was still home. (*Ibidem*: 63-64)

(...) when I went on board the '*Alcantara*' [sic] in 1930, I was unaware that Portugal was never again going to be my home. It seemed a trip like any other and the leave-takings no more final than those of my school days, whose incessant voyagings had turned the journey into an extension of Colony life. When I waved goodbye to the friends who had come to see me off, it was without suspecting that I had, in fact, paid my last visit to *Salgadas*, which I could see across the river, and to *Esteiro Furado*, invisible amongst the far way flats beyond. And so I suffered no farewell pangs as I leant over the rail to watch the well known procedures of departure.

The ship drew out from the wharf into the yellow tide of the Tagus. A widening band of water separated us from the quayside, leaving behind the gesticulating Portuguese figures, the still-shouting dockhands, the thin dog scratching for fleas, the smell of fish and the dust. At once the land noises – the human uproar and the clatter of traffic – faded. Behind the docks the yellow trams, reduced to miniatures, speeded soundlessly along the shore road. Suspended on its hills across the water, Lisbon took on its delusive pictorial aspect, innocent and gay. Now the city began to flow away, setting its landmarks wheeling and curtsying in a slow dance of perspectives. The colonnades of 'Black Horse Square' closed up like a fan; high above, the dome of the *Estrella* [sic] Church sank behind a swinging skyline; for a few moments the old British Club, scene of my first dance, presented its shuttered façade before turning its shoulder in retreat; *Belem* [sic] Tower sailed out from the shore ahead as though to bar our passage and then it too, with all its coralline encrustations, fell back into the past. Beyond the coast veered away, carrying off into the distance its small bays and promontories, its toy forts and white beaches, its chain of seaside villages threaded closely together on the *Cascaes* line. The open sea lay ahead. (*Ibidem*: 97-98)

Obras Citadas

I) Primárias

Baylis (nascida Bucknall), D. J.. *Growing up English. Memories of Portugal 1907-1930*. [Lisboa]: The British Historical Society of Portugal, [1997].

II) Secundária/Varia

Alarcão, Miguel. “*And here’s to you, Mr. Robinson’*: Para uma História do Sector Corticeiro Anglo-Português”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*. Dir. Gabriela Gândara Terenas. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, n° 26 (2017): 185-208.

Almeida, Ana Nunes de. *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1993 (Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada ao ISCTE, 1990).

Canaveira, Manuel Filipe e David Evans (org.) *Regicídio e República. Opiniões Britânicas e Norte-Americanas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2010.

Faísca, Carlos Manuel. “Criando uma Desvantagem? A Regulação Contratual das Práticas Suberícolas em Espanha e Portugal (1852-1914)”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, XLVI (2015). 413-431. URI: <http://hdl.handle.net/10316.2/38200>.

--- e Francisco Parejo Moruno. “Tão perto, mas tão longe? A Exploração Florestal e Comercial de Cortiça no Alto Alentejo e na Extremadura (1830-1890)”. Comunicação apresentada no II Congresso Anual de História Contemporânea, Universidade de Évora, 16-18 de Maio de 2013.

---, Francisco Manuel Parejo Moruno e José Francisco Rangel Preciado. “Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: El corcho extremeño entrecatalanes e [sic; y] ingleses”. *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXIX, N.º1 (2012). 461-490.

Flores, Alexandre M. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*. Dissertação de Mestrado, inédita, em História Regional e Local, sob a orientação do Professor Doutor António Ventura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

Sousa, Maria Leonor Machado de. “Os Stephens da Marinha Grande”. *Famílias Inglesas e a Economia de Portugal/British Families and the Portuguese Economy*. AAVV. Portalegre: Fundação Robinson, “Publicações da Fundação Robinson”, n° 4, 2009. 6-21.

Thompson, Carl. *Travel Writing*. London/New York: Routledge, “The New Critical Idiom”, 2011.

Ventura, António. *Conflitos Sociais em Portugal no Tempo dos Robinson/Social Conflicts in Portugal during the Robinson Period*. Portalegre: Fundação Robinson, "Publicações da Fundação Robinson", nº 23, 2012.

III) Electrónica

Fernandes, Marcolino (ed.) "Esteiro Furado: a Quinta, o Palacete, as Salinas e o Cais". 10.11.2013.<http://marcolinofernandes.blogs.sapo.pt/5842.html>. Acedido em 05.09.2016.

Gil, Fernanda (ed.) "Quinta do Esteiro Furado". Acedido em 25.02.2014. <https://www.youtube.com/watch?v=235Ax-mTKhU>. Acedido em 05.09.2016.

Silva, Gastão de Brito e (ed.) "A Quinta do Esteiro Furado ou Quinta dos Ingleses – Sarilhos Pequenos". *Ruinarte. História Mal Acabada, Arquitectura Desleixada, Cultura Mal Amada, Património Incompreendido, Paisagem sem Sentido*. 26.05.2010.<http://ruinarte.blogspot.pt/2010/05/quinta-do-esteiro-furado-ou-quinta-dos.html>. Acedido em 05.09.2016.

"A última pedra". Publicado em 17.05.2013.<http://aultimapedra.blogspot.pt/2013/04/normal-0-21-false-false-false-pt-x-none.html>. Acedido em 05.09.2016.

O Movimento Sufragista Britânico na Imprensa Portuguesa (1908-1919)¹

João Paulo Ferreira

Mestrando em Ensino de Inglês
e de Língua Estrangeira no 3º
Ciclo do Ensino Básico

Introdução

O presente estudo pretende analisar os ecos do movimento sufragista britânico na imprensa feminina portuguesa, entre 1908 e 1919, sendo, desde já, de destacar a escassez de informação relativa a este assunto, exceptuando, porventura, o artigo da autoria de Isabel Lousada, “Vozes e Ecos de Sufragistas Britânicas em Portugal”, publicado em 2015 no número 8 da revista *Gaudium Sciendi*.² As balizas temporais definidas relacionam-se, por um lado, com o facto de 1908 ter sido o ano em que as actividades da WSPU (Women’s Social and Political Union) se radicalizaram, tendo Emmeline Pankhurst (1858-1928) sido presa nesse ano pela primeira vez, e, por outro, com a circunstância de o ano 1919 ter sido o da

1. Este artigo resultou, em parte, de um trabalho de investigação levado a cabo no seminário de mestrado “Cruzamentos Culturais Luso-Britânicos” leccionado pela Prof.^a Doutora Gabriela Gândara Terenas.

2. Neste texto, a autora destacou a opinião de intelectuais e políticos portugueses sobre as sufragistas nas duas primeiras décadas do século XX. Como seria expectável, os políticos e a intelectualidade do sexo masculino insurgiram-se contra a atitude das sufragistas britânicas e ridicularizaram a sua acção, sendo, por vezes, destacada a fealdade e a masculinidade que, na sua opinião, caracterizavam estas feministas militantes. Além disso, neste trabalho assumiu um papel relevante a atitude das feministas portuguesas em relação ao sufrágio, pois aquelas, por seu turno, refutaram os argumentos usados pelos políticos republicanos para lhes vedar o direito ao voto. A importância deste estudo reside sobretudo na análise das imagens que as feministas portuguesas tinham das sufragistas britânicas.

Conferência de Paz de Paris. Esta delimitação permite ainda analisar a atitude da NUWSS (National Union of Women's Suffrage Societies) em relação a outros países europeus no início do pós-guerra.

Para a elaboração deste estudo, procedeu-se à pesquisa de artigos nos periódicos femininos (ou jornais com secções femininas) portuguesas desde os finais da Monarquia até ao fim da Primeira Guerra Mundial. Depois de consultados vários números de diferentes periódicos, seleccionaram-se artigos da secção "Jornal da Mulher" de *O Mundo* (de 1908 e 1909) e alguns números de *A Mulher e a Criança*, *A Madrugada* e *Alma Feminina*. Para além disso, examinou-se diversa bibliografia passiva com o intuito de contextualizar a luta das mulheres pelo sufrágio no Reino Unido e, assim, conseguir analisar os artigos que constituem o *corpus* deste estudo, de acordo com conceitos teóricos fundamentais para a análise das imagens do Outro, como Imagologia e Recepção. Além disso, como o presente artigo se encontra directamente relacionado com a Imprensa e inclui dois textos traduzidos de uma revista estrangeira, também se pesquisou sobre as especificidades dos textos da imprensa periódica e sobre a influência de um texto traduzido (mediante a teoria dos polissistemas) num dado sistema cultural.

Deve notar-se que, ao longo do presente artigo, se estabeleceu uma distinção entre sufragista e *suffragette*, sendo que o primeiro termo designa qualquer indivíduo que tenha defendido o sufrágio feminino e o segundo as sufragistas cujos métodos implicaram a violação do *status quo*.

1. Imprensa, Imagem, Recepção e Tradução

Dado que o presente artigo se prende com a análise das imagens das sufragistas inglesas na imprensa periódica portuguesa, torna-se imperioso começar por explicar, de maneira sintética, algumas características específicas dos *media* e da imprensa em geral, bem como as especificidades dos jornais ou revistas, cujos artigos foram seleccionados para constituir o *corpus* deste trabalho.

A Escola de Frankfurt³ foi pioneira nos estudos dos *media*. Apesar de a sua criação datar dos anos vinte do século XX, em parte devido à ascensão do nazismo nos anos trinta na Alemanha, muitos dos seus intelectuais tiveram de se refugiar noutros países, tornando-se os seus escritos verdadeiramente influentes nos *Cultural Studies*, sobretudo a partir dos anos sessenta. Para este grupo de intelectuais, a imprensa insere-se na cultura de massas, sendo, portanto, o objectivo primordial dos *media* o sucesso comercial.

Segundo Fred Inglis, (1994:18-43) a teoria dos *media* encontra-se profundamente relacionada com a teoria política. De facto, a imprensa periódica apresenta-se, não raro, associada a ideologias político-económicas e sociais. A maioria dos jornais e revistas do período em apreço neste trabalho não escondiam a sua posição ideológica, encontrando-se ligada a partidos políticos poderosos, com a excepção, no caso português, do *Diário de Notícias*, que se afirmava como um jornal de cariz predominantemente informativo. Não obstante a posição de neutralidade assumida por alguns periódicos, na verdade, nenhum artigo jornalístico consegue ser completamente isento, até porque a própria decisão do director e/ou do jornalista de focar um assunto em detrimento de outro, pode ser considerada como tendenciosa.

O tipo de imprensa aqui em análise tem um cariz político-social vincado, dirigindo-se, portanto, a leitores com características específicas, ou seja, que se identificam com a ideologia patente nos artigos do periódico. Como é expectável, a maioria dos artigos examinados no ponto 4.2. deste estudo destinavam-se a mulheres com algum nível de instrução.

Grande parte dos textos da imprensa político-partidária tem um carácter propagandístico. Segundo Douglas Walton, (2008: 91-126) a propaganda é um discurso argumentativo que tem um valor intrínseco. Embora, na actualidade, a propaganda tenha uma conotação maioritariamente negativa (devido, principalmente, ao facto de na Alemanha Nazi ter havido um Ministério da Propaganda⁴), há tex-

3. Criada nos anos vinte na Alemanha, os seus principais membros foram Horkheimer (1895-1973), Habermas (1929-) e Adorno (1903-1969). Apesar da multiplicidade de vozes existentes nesta "escola", a ideologia predominante foi a marxista.

4. O Ministro foi Goebbels (1897-1945), de 1933 a 1945.

tos propagandísticos com fins que podem ser considerados positivos, como, no caso em apreço, a defesa dos direitos económicos, laborais e políticos da mulher. A propaganda tem um cariz comunicativo, ou seja, dirige-se a um público-alvo que pretende influenciar de modo a que aquele pense e aja de acordo com o que o texto defende. Este tipo de discurso não é necessariamente lógico nem racional. Deste modo, tem quase sempre um carácter tendencioso, apresentando uma única perspectiva sobre um determinado acontecimento e apelando, essencialmente, aos sentimentos de uma plateia. Apesar de estar subjacente à propaganda uma estrutura erística ou polémica, o texto propagandístico raramente expõe o outro lado da questão. E, se o faz, apresenta-o sempre como adversário ou como inimigo, reduzindo-se o discurso, muitas vezes, a uma oposição entre um “nós” (com conotações positivas) e um “eles” (com conotações negativas).

Os argumentos utilizados pela propaganda não são necessariamente verdadeiros ou falsos, devendo ser classificados como dialecticamente relevantes caso contribuam para atingir os fins que uma determinada organização e/ou autor almejam. Aliás, a propaganda costuma ser elaborada por grupos de interesses (*lobbies*). Os artigos jornalísticos adiante analisados são, na sua maioria, provenientes de órgãos informativos de agremiações feministas.

O texto jornalístico (principalmente no âmbito intercultural em que este trabalho se insere, os Estudos Anglo-Portugueses) apresenta uma imagem sobre uma outra realidade cultural. Em muitos casos, no discurso sobre o Outro encontram-se patentes imagens estereotipadas, ou seja, demasiado generalizadas e/ou simplificadas de uma determinada realidade, de modo a que sejam acessíveis a um certo público e o influenciem. Deste modo, o método de análise aqui adoptado é o proposto pela Imagologia, que consiste na análise e desconstrução de imagens que um determinado grupo social (ou cultural) elaborou em relação a outro. Como se verificará ao longo do trabalho, nalguns casos, a escrita sobre o Outro (seja positiva, neutra ou negativa) revela muito sobre o Eu (a sua ideologia, as suas ansiedades ou os seus objectivos sociais). Embora as imagens

estereotipadas tendam a perdurar no tempo, os imagotipos⁵ são mutáveis, ou seja, variam no espaço e no tempo, podendo também ser característicos de uma determinada cultura.

Segundo Álvaro Manuel Machado e Daniel Henri-Pageaux, (2001:48-66) as três formas mais comuns de se construir imagens sobre o Outro são a mania, a fobia e a filia. A primeira assenta na crença de que a realidade cultural estrangeira é superior à nacional. A esta opõe-se a fobia, em que uma realidade cultural diferente é considerada inferior. Finalmente, a filia pressupõe um diálogo intercultural em que tanto a cultura nacional como a estrangeira são representadas de uma forma positiva. A fronteira entre mania e filia é, por vezes, bastante ténue. Neste trabalho, verificar-se-á que as imagens do Outro (das sufragistas inglesas) patentes nos artigos analisados são, maioritariamente, manias ou filias.

O conceito de representação (fulcral nos estudos artísticos e humanísticos contemporâneos) encontra-se associado ao de imagem, sendo esta, por sua vez, uma representação sobre uma realidade cultural, em princípio, diferente da nossa. Qualquer representação da realidade (seja através de um texto jornalístico, um romance ou uma obra de arte) tem um determinado propósito que varia de acordo com as necessidades, ideias e interesses pré-concebidos do seu autor e do público-alvo. A análise de representações da realidade, não implica uma classificação do tipo verdadeiro ou falso, mas antes verosímil ou inverosímil. Christopher Prendergast (2000: 1-6) ilustrou o processo de representação através de um triângulo. No vértice superior, identificou o sujeito (o indivíduo que elabora a representação) e nos outros dois a forma de mediação utilizada (uma tela, um papel, linguagem escrita) e o objecto representado (neste caso, a acção das sufragistas inglesas desde o início do período eduardiano (1901) até ao final da Primeira Guerra Mundial (1918)). O sujeito que elabora as representações (tal como o propagandista⁶) pretende, em muitos casos, intervir na sociedade, podendo dizer-se o mesmo dos analistas culturais que as desconstroem. Tendo em conta este ponto de vista, para compreender as imagens das sufragistas inglesas na

5. Trata-se de um conceito mais recente, no âmbito da Imagologia. Contrariamente ao estereótipo, um imagotipo tanto pode ter uma conotação negativa como positiva.

6. A propaganda também é uma forma de representação da realidade.

imprensa portuguesa, torna-se imperioso conhecer o perfil ideológico dos autores dos artigos em questão, bem como as características dos periódicos em que se inserem, tarefa levada a cabo, sinteticamente, no ponto 4.1.

A recepção⁷ cultural afigura-se essencial no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, dado que permite compreender o contexto onde se levou a cabo a interpretação de uma realidade cultural estrangeira. A Teoria da Recepção confere um papel primordial ao leitor (com as suas crenças e valores) enquanto intérprete de um texto, considerando Hans Robert Jauss (e sobretudo Wolfgang Iser) que é o leitor quem confere verdadeiramente significado a um texto.⁸

Através do conceito “horizonte de expectativas”, Jauss defendeu que o escritor elabora um determinado texto com o objectivo de corresponder às expectativas de um certo público. Este conceito é aplicável à imprensa periódica e, concretamente, à feminina pelo facto do(a) autor(a) dos textos feministas pretender não só influenciar a opinião das suas leitoras, mas também ir ao encontro das suas expectativas. Além disso, Iser, através da *reader's response criticism* afirmou que, à medida que lê, o leitor “responde ao texto”, confrontando-se com as suas expectativas (que são mutáveis) e completando-o. Deste modo, não deve considerar-se a leitura um acto passivo.

A recepção de uma obra encontra-se relacionada com a imagologia, na medida em que se torna indissociável da imagem que a cultura de chegada tem da cultura de partida. Neste contexto, deve recordar-se que uma tradução, por exemplo, nunca é uma reprodução completamente fiel da mensagem veiculada pelo texto de partida. No entanto, constitui uma forma de mediação cultural muito relevante, nomeadamente no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses. No período histórico analisado neste trabalho, o francês continuava a ser a língua de comunicação mais importante entre os europeus. Deste modo, verifica-se, não raro, na imprensa uma dupla mediação, dado que alguns dos artigos escolhidos pelos jornalistas portugueses, sobre assuntos relacionados com a política e a cultura britânicas,

7. A Estética da Recepção foi elaborada, primeiramente, por Hans Robert Jauss (1921-1997) e, depois, desenvolvida por Wolfgang Iser (1926-2007).

8. Cf. Holub, 1984: 53-96.

eram traduções francesas de artigos ou volumes escritos originalmente em inglês, que, por sua vez, eram traduzidas para português.

Relacionada com os Estudos de Cultura e, sobretudo, com os Estudos de Tradução, encontra-se a Teoria dos Polissistemas, adaptada, nos finais dos anos setenta, por Itamar Even-Zohar (1939-). De acordo com Even-Zohar, cada realidade cultural pode ser considerada um sistema ou um polissistema dinâmico, defendendo-se, deste modo, a existência de influências mútuas entre as diferentes culturas. Um sistema pode ser periférico ou central. E um texto traduzido pode também ocupar um lugar periférico ou central dentro de um dado polissistema. Os textos traduzidos oriundos de uma cultura considerada central (como, por exemplo, a francesa ou a inglesa, no início do século XX) tendem a ocupar igualmente um lugar central num dado sistema de chegada, sobretudo se este for considerado periférico (como, por exemplo, o português, na mesma época). Por outro lado, os textos traduzidos oriundos de uma cultura considerada inferior tendem a ocupar um lugar periférico num dado sistema de chegada, sobretudo se este for considerado central. Segundo Itamar Even-Zohar, (1990: 45-51)⁹ as traduções podem constituir um sistema bastante activo dentro de um polissistema, ou seja, podem influenciar o seu centro, modificando algumas das suas características. Este papel central que as traduções podem assumir intensifica-se quando uma cultura e/ou literatura é “jovem” ou detém uma posição periférica num macro-polissistema (por exemplo, a cultura europeia). A cultura portuguesa constitui um exemplo do segundo caso. No entanto, o volume de traduções de textos provenientes de uma determinada cultura também se encontra dependente do horizonte de expectativas de um público leitor, ou seja, dos seus gostos e dos sentimentos que nutre (num dado momento histórico-social) em relação ao sistema de partida (mania, filia ou fobia).

Para Even-Zohar, quando a literatura traduzida assume um papel central num dado polissistema, “the chances that the translation will be close to the original in terms of adequacy (...) are greater than otherwise.” (50) Embora alguns dos artigos traduzidos de revistas inglesas, analisados adiante neste estudo, ocupassem um papel

9. Cf. <www.jstor.org/stable/1772668>.

relativamente central na revista portuguesa *Alma Feminina*, não é possível afirmar se se aproximam ou não do original, porque não foi possível ter acesso aos textos de partida. No entanto, devido ao facto de o inglês não ser uma língua muito conhecida em Portugal, nesta altura, é provável que a tradução difira ligeiramente do texto de partida. Além disso, dado que algumas traduções foram realizadas a partir de outras traduções (do inglês para o francês) torna-se extremamente provável que difiram consideravelmente do texto original.

2. O Movimento Sufragista na Grã-Bretanha (1903-1918)

Embora a campanha activa pela defesa do direito de voto das mulheres e de outras causas associadas aos seus direitos (como a protecção face à violência doméstica e a defesa dos direitos relativamente à posse de propriedades que culminou no Married Women's Property Act de 1883) tenha começado no período vitoriano tardio,¹⁰ foi no período eduardiano (1901-1914¹¹) que esta campanha se tornou mais violenta. Nesta época, destacaram-se três organizações feministas com métodos reivindicativos diferentes: a National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS) cujos membros advogavam a defesa do direito ao sufrágio feminino através de uma via pacífica e de respeito pela lei (por exemplo, tentavam influenciar MPs ou alguns órgãos dos *media* a apoiarem o direito das mulheres ao voto), a Women's Social and Political Union (WSPU) cujas dirigentes, Emmeline e Christabel Pankhurst (1880-1958), defendiam que só métodos de militância violenta poderiam fazer com que a mulher fosse ouvida numa sociedade que ainda considerava que o seu papel principal era o de mãe e esposa, e, por último, a Women's Freedom League (WFL), cujas associadas (apesar de muitas vezes terem infringido a lei) raramente utilizaram métodos violentos como a destruição de propriedade pública e privada para defenderem as suas

10. Convencionado pela maioria dos historiadores como compreendendo-se desde meados dos anos setenta do século XIX a 1901, ano da morte da Rainha Victoria.

11. Embora Edward VII tenha morrido em 1910, a maioria dos historiadores consideram que até à Primeira Guerra Mundial não se dão rupturas suficientemente significativas na sociedade britânica para se considerar que se está a entrar um novo período.

causas. Este ponto focar-se-á, principalmente, na WSPU porque foi a agremiação feminista mais polémica desta altura. No entanto, não se deixará de fazer referência às outras duas organizações, quando necessário.

Devido ao facto de a WSPU ter estado sujeita a uma chefia autocrática durante grande parte da sua existência, para contextualizar a criação desta agremiação, torna-se impossível não destacar a família Pankhurst. Durante os anos noventa do século XIX, Richard Pankhurst (1835/6?-1898) e a sua mulher, Emmeline, aderiram ao recém-criado Independent Labour Party (ILP) pelo facto de professarem ideais socialistas. Com a morte do seu marido, em 1898, e as consequentes dificuldades financeiras que a família atravessou, Emmeline aceitou um trabalho como funcionária de uma instituição pública, hoje em dia equivalente ao Registo Civil. Segundo June Purvis, (2000: 110) o facto de, no exercício desta função, ter estado em contacto com muitas mulheres da classe trabalhadora (que vinham registar o nascimento ou o óbito dos seus filhos), sobrecarregadas com famílias numerosas, motivou a sua subsequente defesa incansável do direito da mulher ao voto, de modo que pudesse influir na criação de leis que protegessem mais as mulheres, económica e socialmente.

A partir desta altura, Emmeline tentou convencer todos os sócios do ILP a apoiarem uma moção que defendesse o sufrágio feminino nos termos em que estava atribuído aos homens. Todavia, certos membros do Partido, como Philip Snowden (1864-1937), opunham-se a esta medida, dado que acreditavam que o sufrágio com base num mínimo de valor patrimonial causaria um aumento de votos no Partido Conservador ou no Liberal. Em 1903, Emmeline ficou incomodada com a notícia de que o salão de conferências (*meeting hall*), construído em memória do seu marido, seria utilizado por uma secção do Partido que apenas admitia homens. Deste modo, considerando que o ILP não estava a representar convenientemente os direitos das mulheres, fundou, no mesmo ano, com a sua filha Christabel, o WSPU. No entanto, até 1907, esta organização manteve ligações com o ILP. Ainda que contrastasse bastante, desde a sua fundação, com o *modus operandi* da NUWSS, só a partir de 1908 as filiadas nesta agremiação passaram a desencadear actos violentos contra instituições governamentais e propriedade privada.

De início, as acções da WSPU, na sua generalidade, podem ser classificadas como uma desobediência civil pacífica. Por exemplo, em Janeiro de 1906, várias *suffragettes* perturbaram um encontro político-partidário em que Winston Churchill (membro do Partido Liberal desde 1904) estava presente, por acreditarem que a posição do Partido em relação ao sufrágio feminino era extremamente ambígua. Não obstante, no ano anterior, Christabel Pankhurst, ao interromper um encontro do Partido Liberal, perguntando, incessantemente, se o Partido daria o voto às mulheres, caso fosse eleito, e ao ser violentamente expulsa, decidiu cuspir num agente da polícia de modo a ser detida e a ganhar notoriedade. Pelo facto de se ter recusado a pagar uma multa, foi condenada a uma semana e três dias de prisão.

Em 1906, os liberais venceram as eleições. O Primeiro-ministro, Henry Campbell-Bannerman,¹² dirigiu-se às sufragistas da seguinte maneira: “You have made before the country a conclusive and irresistible case”. (*Apud* Hattersley, 2004: 209) No entanto, explicou-lhes que não iria legislar no sentido de conceder às mulheres o direito de voto. Em 1907, sob a chefia de Arthur Henderson (1863-1935), o ILP rejeitou uma moção cujo objectivo era apoiar o direito das mulheres ao voto. Devido a este facto e ao de muitos membros do ILP considerarem que tanto Emmeline como Christabel estavam a prejudicar a imagem do Partido com as suas acções, ambas abandonaram os trabalhistas nesse ano.

Em 1907, deu-se uma fractura no WSPU, sendo que a maioria das dissidentes¹³ criaram, no mesmo ano, a WFL. Esta cisão deveu-se, principalmente, ao controlo autocrático que Emmeline e a sua filha mais velha exerciam na agremiação, bem como ao facto de terem obrigado as associadas a assinarem uma declaração em como não apoiariam doravante candidatos de partidos que não fossem ao encontro dos objectivos da WSPU.

A WFL ficaria ligada ao socialismo e ao ILP. Para além do direito ao voto, a organização também defendeu tenazmente os direitos dos operários fabris, dos grevistas e os direitos jurídico- económicos da

12. Henry Campbell-Bannerman (1836-1908) foi Primeiro-ministro britânico (Liberal) de Dezembro de 1905 a Abril de 1908.

13. A mais proeminente foi Teresa Billington-Greig (1877-1964).

mulher. Neste contexto, a sua dirigente defendeu que, dado nenhuma mulher ter direito ao voto, as filiadas no Partido deveriam deixar de pagar impostos, caso o desejassem. Em 1909, duas *suffragettes* que faziam parte desta agremiação, Alison Neilans (1884-1942) e Margaret Chapin (1858-1924), puseram uma substância semelhante à tinta numa urna de eleições e, conseqüentemente, foram presas. Não obstante, como afirma Hilary Frances:

It was important (...) for the WFL to distance itself from the extremities of WSPU agitation. It needed to maintain the publicity value and shock tactics of militancy without provoking further anti-suffrage backlashes or counter-productive sentiments from the public. (2000: 188)

A partir de 1908, as acções da WSPU tornaram-se vez se cada mais extremas. Nesse ano, Emmeline Pankhurst foi presa pela primeira vez e condenada a seis semanas de prisão pelo facto de ter conduzido uma delegação de mulheres ao Parlamento, pretendendo, desta forma, perturbar os trabalhos e fazer com que as suas reivindicações fossem ouvidas. Para além disso, ainda nesse ano, uma mudança política dificultou mais as aspirações das sufragistas: o novo Primeiro-ministro, Henry Asquith,¹⁴ opunha-se, indubitavelmente, ao sufrágio feminino. Durante o seu governo, as acções das *suffragettes* radicalizam-se, passando a partir montras elegantes e a cortar cabos de telégrafo, entre outras. Em 30 de Junho de 1908, revoltadas com a brutalidade com que a polícia reprimia as suas manifestações, Mary Leigh (1885-1978) e Edith New (1877-1951) atiraram pedras à residência oficial do Primeiro-ministro, sendo condenadas a dois meses de prisão.

Em 5 de Julho de 1909, Marion Wallace Dunlop (1864-1942), uma *suffragette* detida, decidiu começar uma greve de fome de modo a que a sua causa ganhasse notoriedade. Muitas *suffragettes* presas seguiram-lhe o exemplo, mas, a partir de Setembro desse ano, o Governo deu instruções expressas aos responsáveis pelos estabelecimentos prisionais para que quem fizesse greve de fome, fosse

14. Herbert Henry Asquith (1852-1928) foi Primeiro-ministro britânico (Liberal) de Abril de 1908 a Dezembro de 1916.

alimentado à força. Tal foi o caso de Mary Leigh que, em 17 de Setembro, tinha sido detida por atirar azulejos à polícia que se encontrava a proteger o Primeiro-ministro que, por sua vez, estava a discursar num comício ao ar livre em Bingley.¹⁵ Segundo June Purvis, (1995: 113)¹⁶ a alimentação forçada era feita através de um tubo inserido nas narinas ou na garganta, onde se punha leite e, por vezes, ovos. Em 18 de Novembro de 1910, deu-se o que ficou conhecido como “Black Friday” quando a polícia reprimiu com extrema violência uma manifestação de sufragistas em Trafalgar Square: “women were thrown from one policeman to another who punched them with fists, striking the women in their faces, breasts and shoulders.” (Purvis, 1995: 122)

Em 1910 e 1911, numa tentativa de apaziguar os ânimos das *suffragettes*, vários MPs elaboraram um *Conciliation Bill*. Este projecto de lei permitia que as mulheres com uma propriedade avaliada em, pelo menos, dez libras ou que fossem chefes de família tivessem direito ao voto. Lloyd George¹⁷ tinha algumas reservas relativamente a este projecto de lei, dado que permitia que mulheres com tendências eleitorais mais conservadoras tivessem direito ao voto. Devido ao facto de o Governo ter decidido dar prioridade a outro projecto de lei (o *Manhood Suffrage Bill*) que tornaria o sufrágio masculino universal (embora, hipoteticamente, pudesse ser emendado para estender o voto a algumas mulheres), em 1912, a atitude das *suffragettes* exacerbou-se, sendo cada vez mais comum partirem montras de lojas, bem como incendiarem propriedades privadas. Em 2 de Abril de 1913, Emmeline Pankhurst foi condenada a três anos de trabalhos forçados (na prisão) por incitar ao vandalismo de propriedade pública e privada. Durante vários meses, devido ao facto de fazer greve de fome, era libertada da prisão temporariamente de modo a ganhar forças e voltar a ser aprisionada. As libertações foram feitas ao abrigo do *Temporary Discharge for Ill-health Act* (vulgarmente conhecido por “Cat and Mouse Act”). A dirigente da WSPU foi uma das muito poucas *suffragettes* que não foram alimentadas coercivamente. Pensa-se

15. Trata-se de uma vila localizada perto de Bradford, no Yorkshire.

16. Cf. <[dx.doi.org/10.1080/09612029500200073](https://doi.org/10.1080/09612029500200073)>

17. David Lloyd George (1863-1945) foi Primeiro-ministro britânico (Liberal) de Dezembro de 1916 a Outubro de 1922.

que tanto a classe social como a influência de Emmeline tiveram um papel preponderante nesta decisão do Governo.

No período entre 1913 e o início da Primeira Guerra Mundial, os confrontos entre as *suffragettes* e a polícia/governo aumentaram. No entanto, com o despoletar da Grande Guerra, as *suffragettes* foram libertadas da prisão e a WSPU, bem como as outras agremiações sufragistas suspenderam, temporariamente, as suas actividades de reivindicação do sufrágio feminino.

Durante a Grande Guerra, a maioria das sufragistas inglesas tornaram-se beligerantes¹⁸ (com destaque para Millicent Garrett Fawcett¹⁹), tentando com que homens jovens se voluntariassem para combater na frente de batalha. Para além disso, muitas voluntariaram-se como enfermeiras e outras ajudaram agregados familiares cujo chefe de família tinha ido para a Grande Guerra. Todavia, a editora da revista *Jus Suffragii*, Mary Sheepshanks, assumiu uma posição anti-militarista e, para além de organizar envios de mantimentos, roupa e dinheiro para os refugiados belgas nos Países Baixos, também apoiou mulheres alemãs, retidas na Grã-Bretanha, na obtenção de dinheiro e passaportes para viajarem para a Alemanha ou para os Estados Unidos. (Oldfield, 2003: 119-134)²⁰

Com a promulgação do *Representation of the People Act* de 1918, no reinado de George V, o sufrágio universal masculino ficou garantido. Para além disso, as mulheres com mais de trinta anos, que possuíssem alguns bens imobiliários ou tivessem formação universitária, passaram a poder votar. De facto, com o papel vital que as mulheres exerceram no mundo do trabalho (inclusive na indústria de armamento) durante a Primeira Guerra Mundial, tornou-se impossível não alargar o direito de voto.

18. A maioria das sufragistas beligerantes pertencia à WSPU. A NUWSS estava bastante dividida em relação a este assunto.

19. Sufragista inglesa cuja acção de defesa dos direitos das mulheres foi mais activa durante o período vitoriano tardio e as duas primeiras décadas do século XX, Millicent Garrett Fawcett (1847-1929) foi presidente da NUWSS entre 1890 e 1919.

20. Cf. <<http://dx.doi.org/10.1080/13664530300200350>>

3. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) foi criada a partir de finais de 1908. Os seus principais impulsionadores foram Magalhães Lima (1850-1928), Bernardino Machado (1851-1944), António José de Almeida (1866-1929) e Ana de Castro Osório (1872-1935).

Ao contrário das sufragistas britânicas, para a maioria das associadas desta agremiação, a prioridade não era a obtenção do sufrágio feminino. Além disso, mesmo quando nem todas as suas aspirações foram logradas pelos políticos republicanos (por oposição ou desinteresse), as feministas portuguesas não desencadearam protestos contra partidos políticos. Este facto encontra-se relacionado com a estreita ligação existente entre a LRMP e o Partido Republicano Português (a partir de 1911-12, com a fragmentação do Partido, os Democráticos, chefiados por Afonso Costa, (1871-1937)).

Um dos principais objectivos da Liga era a implantação da República, dado que as suas sócias consideravam a Monarquia um regime decadente. Para além disso, a sua estreita relação com a Igreja Católica fazia com que a mulher fosse manipulada pelo Clero. Como afirma João Esteves, “a criação da Liga (...) resultou também do facto de ser corrente entre os meios republicanos o considerar-se que um dos baluartes da Monarquia era o sexo feminino, utilizado e manobrado quotidianamente pelos padres e freiras.” (1991: 63) Deste modo, a Liga apoiou a dissolução das ordens religiosas e a expulsão dos jesuítas do país, causada pela Lei de Separação do Estado da Igreja de 1911. Apesar da posição inicial de algum ecumenismo, Maria Veleda (1871-1955)²¹ fez com que as posições desta agremiação relativamente à religião recrudescessem.

Após a implantação da República, as feministas deram primazia à educação da mulher, à aprovação da lei do divórcio e à revisão do Código Civil (de inspiração Napoleónica) que, até então, subjugava

21. Maria Veleda fazia parte do “Grupo das Treze”, de cariz anticlerical e anti-religioso. O seu principal objectivo era combater as superstições e a ignorância que, segundo a LRMP, afectavam a mulher portuguesa. O grupo foi constituído em 1911 e terminou a sua actividade em 1913. As associadas reuniam-se no dia 13 de cada mês, mas a sua influência na sociedade portuguesa coeva foi extremamente limitada.

a mulher à autoridade do marido. Em Dezembro de 1910, o artigo que impunha à mulher prestar obediência ao marido (art. 1185º) e o que proibia a mulher de publicar sem a autorização do respectivo cônjuge (art. 1187º) foram revogados. Por outro lado, embora a aprovação da lei do divórcio²² fosse advogada tanto na imprensa republicana como na feminista e tivesse “suscitado forte entusiasmo e apoio entre muitas mulheres, como é patente na correspondência enviada para a secção ‘Jornal da Mulher’ do jornal *O Mundo*, essa aparente receptividade não teve correspondência na recolha de assinaturas femininas.” (Esteves, 1991: 87)

Ainda que todas as associadas achassem que a mulher portuguesa deveria ter uma formação escolar substancialmente melhor, a opinião dividia-se em relação ao objectivo dessa educação. A maioria defendia que a educação deveria prepará-la para desempenhar melhor as tarefas que iria desenvolver na esfera privada, principalmente no ensino de valores laicos e patrióticos aos seus filhos. No entanto, muitas feministas portuguesas consideravam que a mulher deveria obter a independência ou autonomia financeira, trabalhando fora de casa. Neste sentido, apesar de o seu sucesso ter sido bastante limitado, a Liga organizou para as suas sócias um Curso Elementar de Comércio.

A protecção da criança era outro aspecto de acção da Liga. Embora tivesse uma actividade bastante restrita, devido à falta de apoio financeiro dos governos republicanos, a Obra Maternal foi criada com o fim de apoiar as crianças e as jovens abandonadas pelos pais de modo a que não recorressem ao roubo ou à prostituição para sobreviver. Em 1916, esta organização foi integrada na Cruzada das Mulheres Portuguesas que, por sua vez, apoiou filhas de soldados que tinham sido mobilizados para combater na Grande Guerra.

As figuras que se destacaram na luta pelo direito da mulher ao voto foram Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911). Ambas defenderam um sufrágio restrito (para as mulheres que pagassem impostos e tivessem algum grau de escolaridade), porque tinham a consciência de que a maioria das mulheres portuguesas, fortemente influenciadas pelo Clero, eram bastante conservadoras e, por esse motivo, o seu voto não era conveniente para os

22. Seria instituída como lei em 3 de Novembro de 1910.

republicanos. Maria Veleda, inicialmente anti-sufragista, considerava que caso reivindicasse o direito de voto, pedi-lo-ia para todas as mulheres. Este foi um reflexo das suas ideologias socialistas, sendo uma admiradora de Afonso Costa. Os políticos republicanos jamais concederam qualquer tipo de direito ao voto às mulheres. No entanto, Carolina Beatriz Ângelo conseguiu votar nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1911, devido a uma lei eleitoral (a de 5 de Abril de 1911) ambígua. De qualquer forma, teve de recorrer aos tribunais porque o Ministro do Interior tinha-lhe recusado o exercício desse direito.

Aquando da Primeira Guerra Mundial, uma percentagem significativa das feministas portuguesas (com destaque para Ana de Castro Osório e Maria Veleda) tornaram-se belicistas. Além disso, a LRMP conseguiu reunir enfermeiras, “sempre que a República precisou delas”, nomeadamente aquando da entrada de Portugal na Guerra. (Esteves, 1991: 83). Daqui se conclui que esta agremiação esteve disposta a apoiar a causa belicista, acerrimamente defendida pelo Partido Democrático.

Uma outra organização que desempenhou um papel preponderante na defesa dos direitos da mulher neste tempo foi o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP). A sua posição era mais pacifista e internacionalista, estando integrada no *International Council of Women* (ICW). Segundo João Esteves, “com o definhamento da LRMP (...), em 1918, o feminismo sufragista ficou representado pelo CNMP, ‘que inscrevia entre as suas prioridades a reivindicação do voto feminino’”. (2011: 31)

Em suma, as divisões entre as feministas portuguesas em relação ao direito ao voto, ao papel da mulher no mundo laboral e à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial causaram sectarismos que contribuíram para que o feminismo tivesse muito menos influência em Portugal do que em outros países europeus.

4. Ecos do Movimento Britânico no Periodismo Português

4.1. Os Jornais e as Revistas

Para que se perceba a ideologia subjacente aos artigos que serão analisados no ponto 4.2., importa traçar, muito sinteticamente, um perfil dos jornais e das revistas que foram consultados para seleccionar os artigos em apreço. Infelizmente, devido ao facto de muitos dos artigos consultados serem anónimos, não foi possível aludir à biografia da maioria dos seus autores.

Tanto *A Mulher e a Criança* (revista) como *A Madrugada* (jornal) eram órgãos da LRMP, sendo a sua periodicidade mensal.

A Mulher e a Criança foi publicada entre Abril de 1909 e Maio de 1911, sob a direcção de Ana de Castro Osório e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (1864-1939). Como afirma João Esteves,

Subjacente à orientação da revista, estava uma função pedagógica entrecruzando-se, por isso, nela, temas tão diversos como a educação e a criança: estímulos à leitura, através da publicação de contos infantis (...) informações gerais de utilidade para o elemento feminino, como técnicas de enfermagem (...); a todos estes somavam-se ainda artigos de opinião, que focavam desde o divórcio e o sufrágio até à questão religiosa, e textos laudatórios de algumas figuras republicanas. (1991: 154)

Além disso, as acções dos movimentos feministas no estrangeiro eram mencionadas na secção “Noticiário”.

Ana de Castro Osório foi das feministas mais radicais de Portugal. Tal como mencionado anteriormente, foi das mais activas na defesa do direito ao voto e do exercício de uma profissão, tendo sido sempre uma voz activa na esfera pública. Castro Osório entrou para a Maçonaria em 1907, sendo de destacar que esta organização (no caso português, de influência francesa) desempenhou um papel indirecto na implantação da República, nomeadamente através das suas ligações à Carbonária.

Com o fim da publicação de *A Mulher e a Criança*, surgiu, no seu lugar, *A Madrugada*, que se publicou de Agosto de 1911 a Agosto de 1918. O fim da sua publicação reflecte a aproximação do termo da LRMP, organização que desapareceria no ano seguinte. Apesar de a

sua directora ser Maria Veleda, Ana de Castro Osório colaborou várias vezes neste jornal. A directora identificava-se com o tipo de valores defendidos por Castro Osório, embora com matizes diferentes. Veleda era mais anti-religiosa e igualitária (face às classes sociais) do que Osório, e ligeiramente mais republicana do que feminista. A *Madrugada* seguiu uma linha semelhante à da revista que a antecedeu, com a excepção de se focar, em vários números, no recém-criado “Grupo das Treze”. A secção “Ecos do Estrangeiro” evidenciava a acção das sufragistas noutros países.

Ana de Castro Osório colaborou esporadicamente em “Jornal da Mulher”, uma importante secção de *O Mundo*.²³ Iniciada em 25 de Junho de 1906, esta secção publicou contos infantis de Castro Osório e defendeu, de uma maneira extremamente activa, a legalização do divórcio. Apesar de conferir alguma importância à reivindicação dos direitos da mulher no estrangeiro e, principalmente, em Portugal, destacavam-se conselhos úteis para a mulher daquele tempo (por exemplo, os conselhos de Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945) sobre a educação dos filhos), receitas de culinária e considerações sobre moda.

Embora só se tenham analisado os números desta secção desde o início de Janeiro de 1908 a Dezembro de 1910, verificou-se que, a partir de Maio de 1910, as crónicas de moda assumiam um papel de destaque. Enquanto, em 1908 e 1909, esta secção se publicava, pelo menos, quatro vezes por semana, na segunda metade de 1910, as publicações tornaram-se mais raras (desaparecendo a partir de 1 de Junho de 1910 e só voltando a ser impressa em 3 de Julho de 1910). Esta secção estava mais dirigida à mulher republicana da classe média do que propriamente a uma verdadeira feminista ou sufragista, embora contivesse artigos extremamente interessantes sobre os direitos da mulher.

Finalmente, importa mencionar *Alma Feminina*, um boletim publicado mensalmente. O primeiro número data de 1917 e o último de 1946. Órgão oficial do CNMP, a *Alma Feminina* foi dirigido por Maria Clara Correia Alves (1869-1948). O boletim dispunha de uma

23. Tratava-se de um jornal diário, que existiu entre 1900 e 1927, de tendência republicana radical e anticlerical (mais tarde, associado ao Partido Democrático). Entre 28 de Abril de 1907 e 18 de Novembro de 1915, o seu proprietário foi António França Borges (1871-1915).

secção denominada “Notícias do Estrangeiro” que continha traduções de revistas estrangeiras.

Uma revista de particular interesse para este trabalho é a *Jus Suffragii*, periódico mensal da International Woman Suffrage Alliance (IWSA).²⁴ A revista focava-se, principalmente, em questões relacionadas com o sufrágio e com as condições de vida das mulheres e das crianças. A sua directora, Mary Sheepshanks, durante a Primeira Guerra Mundial, manteve uma posição neutral e publicou notícias tanto de países da Tríplice Aliança como dos Aliados. Como refere Sybil Oldfield, “not only did she insist on maintaining an editorial stance untainted by national or partisan bias, she even apologised to ‘the enemy’ for not including enough coverage about them.” (Oldfield: 121) A sua posição contrasta com a de Millicent Fawcett, que, por sua vez, acreditava que a IWSA devia restringir-se à defesa do sufrágio feminino. Esta sufragista, além de nacionalista, temia que, caso a sociedade britânica percepcionasse a maioria das sufragistas como pacifistas, a obtenção do alargamento do sufrágio à mulher tornar-se-ia mais difícil.

Em *Alma Feminina*, encontram-se artigos quer da versão inglesa do *Jus Suffragii* quer da versão em francês (publicada em Genebra, Suíça).

4.2. Imagens das Sufragistas na Imprensa Lusa

Num artigo intitulado “Sufragistas e Mártires”, de 18 de Novembro de 1908, o(a) jornalista classificou Christabel Pankhurst como uma das mais “apaixonadas sufragistas britânicas”. (Anónimo, 1908: 5) Christabel estava a ser julgada por ter encabeçado uma ruidosa deputação de mulheres que se dirigia para o Parlamento. O(a) articulista considerou que aquela tinha agido “com muita razão”. (1908: 5) Para além disso, referiu que a polícia agira de forma desumana e cruel para com as manifestantes e, por isso, chamaram operários “tritutados pela miséria” para as ajudar. Deste modo, toda a polícia londrina teve que ser mobilizada. Para apelar aos sentimentos do

24. Agremiação feminista e internacionalista, a IWSA foi fundada em 1904 como reacção ao facto de o ICW não defender activamente o sufrágio feminino, no início do século XX.

público, o(a) articulista usou uma hipérbole: “Todo o quartier que vae de Trafalgar Square a Westminster apresentou, durante alguns dias, o aspecto de um campo de batalha.” (1908: 5)

Em tribunal, Christabel defendeu-se a si própria e, ao interrogar Lloyd George enquanto testemunha fez com que este admitisse que “o facto de incitar o povo ao tumulto e de o levar contra o parlamento não constituía, no fundo, uma violação da lei.” (1908: 5) Para além disso, o(a) articulista considerou que os periódicos britânicos (incluindo os liberais) eram egoístas pelo facto de condenarem o comportamento das *suffragettes*. A maioria dos periódicos britânicos considerava a WSPU uma força desestabilizadora que estava a provocar a hostilidade da maior parte dos cidadãos em relação à luta das mulheres, em geral, e face ao direito de voto, em particular.

O(a) autor(a) rematava o artigo tecendo elogios a Christabel, apelidando-a de “martir duma causa santa”, (1908: 5) porque ao terem-lhe dado a escolher entre a prisão e o pagamento de uma multa, ela escolhera a primeira opção. Neste artigo, encontra-se patente uma atitude de filia em relação a Christabel e às *suffragettes* britânicas no geral. Como Portugal não foi referido no artigo, não se pode afirmar que se trate de um sentimento de mania em relação às sufragistas. Apesar de este texto conter algumas características propagandísticas (como o uso de linguagem emotiva e de argumentação tendenciosa, bem como a defesa de que o meio justifica os fins), não deve considerar-se como tal, porque não levou as leitoras portuguesas a agir em conformidade.

O artigo de 17 de Julho de 1909, intitulado “As Sufragistas Inglesas” ia de encontro ao anterior, ou seja, espelhava uma representação de mulheres que pretendia entrar no Parlamento, tendo sido violentamente reprimida pela polícia. O(a) jornalista considerava que “é, a demais de uma brutalidade, uma cobardia.” (Anónimo, 1909a: 5) Afigura-se interessante a comparação da situação dos países da Península Ibérica com a da Grã-Bretanha:

Compreender-se-ia um tal facto até em qualquer dos países da Península, onde a liberdade de manifestação traz sempre uma corda na garganta; mas no país que, ainda há pouco tempo, permitiu esta coisa horrenda para o seu sectarismo religioso, qual foi a exibição publica de uma procissão catolica (...) que permite sempre e em toda a parte a manifestação

de opiniões individuais e coletivas mais opostas, não se compreende uma tal medida repressiva. (Anónimo, 1909a: 5)

O(a) autor(a) atribuiu a repressão das sufragistas à obsessão que Asquith tinha por elas (“não as póde ver nem pintadas”). (Anónimo, 1909a: 5) Embora considerasse a polícia britânica cobarde e extremamente violenta (ao contrário do que seria de esperar num país democrático), o(a) articulista acreditava que a acção da polícia contribuiria para criar mais simpatizantes com a causa das sufragistas, transformado o Primeiro-ministro e a polícia em tiranos, e as sufragistas em heroínas.

Para além disso, afirmava que “na Inglaterra não há ideias superfluas”, (Anónimo, 1909a: 5) por outras palavras, se bastantes pessoas militavam por uma causa, é porque se tratava de uma causa justa. E terminava o artigo com um sentimento de mania em relação à Inglaterra e às *suffragettes* e de fobia em relação a Portugal, uma “terra de escravas, que não tem outro direito que o de ser *obedientes servas*.” (Anónimo, 1909a: 5)

Num artigo de 9 de Outubro de 1909, intitulado “As Sufragistas de Londres e as Mulheres Portuguesas”, comparavam-se estes dois tipos de mulheres. O(a) autor(a) considerava natural que as *suffragettes* pretendessem assaltar a casa do Primeiro-ministro devido ao facto de este se recusar a falar com elas, evitando-as. Para além disso, na sua opinião, as mulheres portuguesas eram indiferentes e inertes, tendo muito que aprender com as *suffragettes*. Para ilustrar essa apatia, mencionava a indiferença em que caíra a campanha de reivindicação da legalização do divórcio. O(a) jornalista concluía afirmando que “no dia em que as mulheres portuguesas tiverem absoluta consciencia do seu dever, terão vencido em toda a linha.” (Anónimo, 1909b: 5) Este artigo continha algumas características comuns à propaganda, tais como a utilização de palavras emotivas (“intrepidas criaturas”) para se referir às *suffragettes* e palavras pejorativas (para se referir às mulheres portuguesas). O discurso encontra-se construído em forma de diálogo travado entre um emissor e um conjunto de receptoras (as portuguesas) em que, por vezes, o(a) próprio(a) autor(a) do texto se inclui (“nosso estacionamento”), apelando à acção das mulheres portuguesas e à mudança da sua atitude de passividade. Em suma, neste artigo encontra-se patente uma atitude de mania em relação às *suffragettes*.

Num artigo de *A Mulher e a Criança*, de Outubro de 1909, o(a) autor(a) considerava que as feministas portuguesas e britânicas faziam parte de uma mesma comunidade, dado que a elas se referia como irmãs, nomeadamente no título: “Algumas das Nossas Irmãs de Inglaterra”. Em vez de lamentar a sua pena a trabalhos forçados, considerou que “a sua condenação hade trazer o triunfo da sua causa, que é a de nós todas.” (Anónimo, 1909c: 12) Para além disso, considerava o feminismo um movimento universal de luta pelos direitos humanos, em que não se faziam distinções racistas nem de classe social, o que, nesta altura, se distanciava bastante da verdade. No entanto, não se pode afirmar que a representação da realidade seja falsa, já que uma representação jamais poderá corresponder totalmente à essência do objecto representado. O diálogo intercultural estabelecido no texto revela-se interessante, dado que se comparam os latinos com sociedades mais “modernizadas” (os Estados Unidos e a Inglaterra, implicitamente), afirmando-se que a reivindicação de direitos que, aos olhos dos povos latinos, podiam parecer extravagâncias, noutras sociedades é algo absolutamente natural. Nessa afirmação, encontrava-se subjacente uma certa ideia de inferioridade cultural do Eu (Portugal) e de alguma mania face a Outro (os Estados Unidos e a Inglaterra).

Em Julho de 1910, em *A Mulher e a Criança*, Ana de Castro Osório refutou um artigo publicado em *O Dia*²⁵ sobre o conservadorismo inerente às mulheres, nomeadamente às sufragistas inglesas. O(a) autor(a) do texto de *O Dia*, intitulado “Cá e lá – as Mulheres e os Partidos Avançados”, afirmava que as mulheres estavam sempre do lado dos partidos retrógrados e “isto verifica-se em Portugal como na Inglaterra ou na França, hontem como hoje.” (*Apud* Osório, 1910: 1) O(a) articulista de *O Dia* exemplificava com o facto de as *suffragettes* combaterem o “governo progressivo de Asquith”, considerando que ao lutar pelos seus direitos, as mulheres votariam, paradoxalmente, num partido que representava “a intolerancia, immovivel, inacessivel, do passado”. (*Apud* Osório, 1910: 2) Todavia, o apoio ou a oposição de cada partido ao sufrágio feminino não devia ser simplificado

25. Periódico que existiu de 1887 a 1927. A sua tendência política era monárquica progressista até 1905. Desse ano até 1911 acompanhou a dissidência de José Maria de Alpoim (1858-1916), tornando-se, durante esses seis anos, de tendência republicana.

desta maneira. Por exemplo, Asquith achava que as mulheres não deviam de ter direito ao voto, instituindo a política de alimentação forçada das *suffragettes* que fizessem greve de fome na prisão. A argumentação do(a) articulista era semelhante à que a maioria dos republicanos utilizaram para negar à mulher portuguesa o direito ao voto, embora o nível de alfabetização das mulheres inglesas e portuguesas fosse, naquele período, incomparável.

Ana de Castro Osório, por sua vez, num artigo intitulado “Resposta ao ‘Dia’”, respondeu justamente com exemplos de grupos de mulheres que, ao longo da História, se haviam insurgido contra o poder, em busca de libertação, considerando que “ella [a mulher] é uma eterna revoltada” e “se a mulher não está sempre ao lado dos partidos avançados é porque ali mesmo há muito quem despreze a sua cooperação sincera.” (Osório, 1910: 2)

Num artigo de 31 de Dezembro de 1911, publicado em *A Madrugada* sob o título “As Célebres ‘Suffragettes Inglesas...’”, contrastavam-se as atitudes de Asquith e de Lloyd George relativamente aos pedidos das *suffragettes*. Enquanto o primeiro se recusara a apresentar no Parlamento um projecto de lei que permitisse o sufrágio feminino, o segundo “assegura a possibilidade d’inclusão na reforma eleitoral d’uma clausula de sufrágio para as mulheres.” (Anónimo, 1911: 2) A apresentação, por parte de Asquith, do *Manhood Suffrage Bill*, de modo a dificultar a aprovação do *Conciliation Bill*, provocou a ira de sufragistas que, tentando entrar no Parlamento e sendo impedidas pela polícia, partiram vidraças do edifício. Na sequência deste acontecimento, duzentas e vinte e três pessoas de ambos os sexos foram detidas. Neste extenso artigo, também se referiu que Lloyd George teve de interromper o seu discurso vinte vezes pelo facto de membros da *Men’s Political Union*²⁶ o terem interrompido sucessivamente. O(a) autor(a) deste texto mostrou-se relativamente neutro nas considerações tecidas acerca dos actos das(os) sufragistas, embora considerasse a interrupção do discurso de Lloyd George um momento de verdadeira comicidade.

26. Tratava-se de uma organização exclusivamente masculina que defendia o sufrágio feminino nas mesmas condições em que tinha sido atribuído aos homens.

O artigo publicado em 30 de Junho de 1912 em *A Madrugada*, intitulado “Um Julgamento Memorável”, comentava a sentença que tanto a Sra. Pankhurst como o Sr.²⁷ e a Sra. Pethick-Lawrence²⁸ haviam recebido por, alegadamente, terem chefiado (e incentivado à violência) a deputação que partira vidraças no Parlamento inglês, acontecimento relatado no artigo anterior. O(a) articulista afirmava que o próprio júri chamara “a atenção do juiz para a nobreza de intenções em que se baseia a agitação, e recomendar-lhe extrema brandura (...) na decisão a tomar.” (Anónimo, 1912: 2) No entanto, a sentença foi de nove meses de prisão. O(a) autor(a) deste artigo pretendeu evidenciar a injustiça do caso e despertar sentimentos de revolta no leitor ao compará-lo com opositores do *Home Rule*²⁹ que proferiram discursos inflamados, incitando “á revolta armada (...) [e] importando espingardas na Irlanda para esse fim.” (Anónimo, 1912: 2) O(a) jornalista pretendia transmitir ao leitor que até o sistema judicial inglês era tendencioso no respeitante a diferenças de género. Finalmente, foram referidos vários periódicos, bem como grupos de pessoas que desejavam que as *suffragettes* fossem transferidas para uma divisão da prisão com melhores condições, que a sua sentença fosse comutada ou, inclusive, que fossem libertadas.

Na edição de Abril de 1918 do boletim *Alma Feminina* foi publicada uma tradução de um texto da revista *Jus Suffragii* escrito por Millicent Garrett Fawcett e intitulado “A Vitória das Mulheres Inglesas”. Neste artigo, explicava-se como a Câmara dos Lordes aprovara a lei que tornava o sufrágio masculino universal, permitindo o voto a mulheres com um grau de instrução superior e com mais de trinta anos. A autora salientava a alegria das sufragistas que contrastava com “a colera e a consternação dos anti-sufragistas que estavam ao lado de Lord Curzon.³⁰ Procuraram impedir ou pelo menos fazer retardar a emancipação das mulheres submetendo-a a um duplo referendum o das mulheres emancipadas e o dos homens.” (1918: 43)

27. Político Trabalhista, Frederick Pethick-Lawrence (1871-1961) envolveu-se na causa da defesa do sufrágio feminino, colaborando com a WSPU.

28. Activista pela defesa dos direitos das mulheres, Emmeline Pethick-Lawrence (1867-1954) foi membro da WSPU, embora tivesse sido expulsa em 1912, pelo facto de discordar dos métodos violentos utilizados pela família Pankhurst.

29. A *Home Rule* só viria a ser aprovada em 1920. No ano seguinte, a Irlanda tornou-se independente.

30. Tratava-se de George Curzon (1859-1925), membro da Women’s National Anti-Suffrage League.

O Governador da Austrália (país onde as mulheres podiam votar para o Parlamento desde 1902), *Lord Denman*, afirmou que “nunca ouviu censurar as mulheres de terem votado com imprudencia ou animo leve.” (*Apud Fawcett*, 1918: 43)

Num artigo de Maio de 1919, intitulado “Atitude da União Nacional das Sociedades do Sufrágio na Conferencia da Paz em Paris”, mais uma vez traduzido da revista *Jus Suffragii* para ser publicado em *Alma Feminina*, encontravam-se patentes as exigências enviadas pelas NUWSS à Conferência de Paz de Paris. A primeira prendia-se com o facto de aquela associação querer ser convocada independentemente da IWSA, a qual assumiu uma posição mais neutral e internacionalista em relação à Guerra. A segunda exigência prendia-se com o facto de as atitudes das agremiações sufragistas dos países aliados não poderem ser discutidas conjuntamente com países que haviam constituído a Tríplice Aliança. Na terceira instância, afirmava-se que a NUWSS se limitaria “a fazer progredir a causa do sufragio.” (Anónimo, 1919: 54)

A partir deste artigo, pode inferir-se que a NUWSS não estava minimamente interessada na defesa dos direitos económicos das mulheres dos países que haviam perdido a Guerra, atitude que coincidia com o pensamento de Millicent Garrett Fawcett, que deixaria de ser presidente da organização nesse ano (1919), e contrastava com a da editora da revista *Jus Suffragii* e da de outros cidadãos britânicos.

Conclusão

Com este artigo, pretendeu-se demonstrar que, ainda que as feministas portuguesas não defendessem métodos de acção como manifestações de rua para obter direitos semelhantes aos dos homens, em textos publicados sobretudo em “*Jornal da Mulher*”, pretendeu-se despertar a mulher portuguesa e consciencializá-la dos seus direitos, através da comparação das suas circunstâncias com as das sufragistas britânicas, as quais, em parte, foram encaradas como um modelo a seguir. No entanto, o facto de muitas associadas da LRMP serem mais republicanas do que propriamente feministas (como Maria Velleda), bem como o conservadorismo da sociedade a par dos receios republicanos relativamente à manipulação ideológica das mulheres

pela Igreja Católica, impossibilitaram que a mulher portuguesa pudesse ter o direito ao voto.

Embora, por um lado, se encontre implícita, na maioria dos artigos analisados, uma atitude de mania ou de filia face ao sistema político britânico, por outro lado, tornou-se evidente o modo repressivo como o Governo, a polícia e o próprio sistema judicial tratavam as *suffragettes*.

Para além disso, também se pretendeu salientar que, apesar de ter havido bastantes divisões ideológicas (tanto no caso português como no britânico), as feministas portuguesas tinham a sensação de pertencerem a uma comunidade vasta que lutava pelos seus direitos fundamentais.

No futuro, seria importante aprofundar este assunto, pesquisando, por exemplo, imagens das sufragistas britânicas na imprensa monárquica portuguesa contemporânea ou em periódicos ligados aos Partidos Unionista e/ou Evolucionista.

Obras Citadas

I) Fontes Primárias

- Anónimo. "Sufragistas e Mártires". *O Mundo*, 1908, 18/11: 5.
- . "As Sufragistas Inglesas". *O Mundo*, 1909a 17/07: 5.
- . "As Sufragistas de Londres e as Mulheres Portuguesas". *O Mundo*, 1909b, 9/10: 5
- . "Algumas das nossas Irmãs de Inglaterra...". *A Mulher e a Criança*, 1909c, [?]/10:12.
- . "As Célebres 'Suffragettes Inglesas...'". *A Madrugada*, 1911, 31/12: 2.
- . "Um Julgamento Memorável". *A Madrugada*, 1912, 30/06: 2.
- . "Atitude da União Nacional das Sociedades do Sufrágio na Conferência da Paz em Paris". *Alma Feminina*, 1919, [?]/5: 54
- Fawcett, Millicent Garrett. "A Vitória das Mulheres Inglesas" *Alma Feminina*, 1918, [?]/04: 42-43
- Osório, Ana de Castro. "Resposta ao 'Dia'". *A Mulher e a Criança*, 1910, [?]/07: 1-3

II) Fontes Secundárias

- Esteves, João Gomes. "Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1ª República". *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Coord. Zília Osório de Castro et al. Lisboa: Edições Colibri, 2011. 19-46.
- . *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma Organização Política e Feminista: 1909-1919*. Lisboa: Organizações Não-Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991: 25-160.
- Even-Zohar, Itamar. "The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem". *Poetics Today*: vol. 11, no.1, 1990. 45-51. <www.jstor.org/stable/1772668> Acedido em 02-12-2016.
- Frances, Hilary. "'Dare to be Free!': the Women's Freedom League and its Legacy". *Votes for Women*. Ed. June Purvis e Sandra Stanley Holton. London: Routledge, 2000. 181-202.
- Hattersley, Roy. *The Edwardians*. London: Abacus, 2004. 197-221.
- Holub, Robert. *Reception Theory. A Critical Introduction*. London: Methuen, 1984.
- Inglis, Fred. *Media Theory. An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1994.
- Lousada, Isabel. "Vozes e Ecos de Sufragistas Britânicas em Portugal". *Gaudium Sciendi*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2015, nº8. 122-143.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. 2ª edição. Lisboa: Edições 70, 2001.
- Oldfield, Sybil. "Mary Sheepshanks Edits an Internationalist Suffrage Monthly in Wartime. *Jus Suffragii*. 1914-18". *Women's History Review*, vol. 12, no.1, 2003. 119-134. <<http://dx.doi.org/10.1080/13664530300200350>> Acedido em 30-11-2016.
- Prendergast, Christopher. *The Triangle of Representation*. New York: Columbia University Press, 2000.
- Purvis, June. "Emmeline Pankhurst (1858-1928) and Votes for Women". *Votes for Women*. Ed. Sandra Stanley Holton e June Purvis. London: Routledge, 2000. 109-134.
- . "The Prison Experiences of the Suffragettes in Edwardian Britain". *Women's History Review*, vol.4, no.1, 1995. 103-33. <dx.doi.org/10.1080/09612029500200073> Acedido em 14-11-2016.
- Walton, Douglas. "Propaganda". *Modernism, Media and Propaganda. British Narrative From 1900 to 1945*. Princeton: Princeton University Press, 2008. 91-126.

“And here’s to you, Mr. Robinson”: Para uma História do Sector Corticeiro Anglo-Português

Miguel Alarcão
FCSH-UNL/CETAPS

Ao Professor Doutor Carlos Ceia (FCSH-UNL)

Em artigo publicado neste mesmo exemplar,¹ tivemos oportunidade de aflorar a temática do envolvimento e dos investimentos ingleses na exploração e exportação da cortiça, já muito significativos no Portugal de finais do século XIX. Entre outros depoimentos e avaliações avançados por historiadores e sociólogos² destacamos o seguinte passo:

As empresas exportadoras – na sua maioria de origem inglesa, com estabelecimentos fabris no nosso país – dominavam o mercado corticeiro, impunham preços, açambarcavam as compras da matéria-prima, laboravam principalmente a fase de preparação da prancha (cortiça destinada à exportação em bruto) e exportavam-na para as fábricas de transformação dos seus países. Destas empresas estrangeiras, pontificou a sociedade

1. *Supra*: 141-155.

2. Em obra coordenada por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, pode ler-se: “(...) era ela [a Grã-Bretanha] também que absorvia a parte mais importante da cortiça, quer em bruto, quer transformada em rolhas”; (174) “Em 1890, a Grã-Bretanha absorvia (...) 38% do total da cortiça exportada de Portugal e 60% das exportações de cortiça manufacturada (...). (*Ibidem*, n.62) E A seguir aos vinhos era a cortiça o principal produto de exportação: cerca de 80% (...) saía do País em bruto ou em prancha, para ir alimentar as indústrias dos países desenvolvidos da Europa do Norte (...), que oneravam com pesados direitos a entrada da cortiça portuguesa manufacturada.” (*Ibidem* 176-177) A preponderância britânica no sector da exploração e comercialização da cortiça é igualmente apontada por Flores 60ss.

inglesa Bucknall, com unidades fabris instaladas em vários concelhos, uma das quais a laborar na Margueira (Almada), que, na década de 1870, chegou a dirigir os preços da cortiça e a controlar o mercado da prancha. (Flores: 179-180)

Cabe aqui recordar, a este propósito, que a criação de uma Câmara de Comércio e Indústria para o sector, acompanhada por um projecto de redacção dos respectivos estatutos, fora já defendida num lúcido texto publicado em 1904³ e do qual mantemos, por inteligível, a ortografia da época:

(...) n'um paiz pequeno como Portugal e que teem 300:000 hectares do seu território occupado por florestas de sobreiros, deve attender-se, com urgente e decidido cuidado, ao fomento d'uma das suas mais importantes producções. Na realidade a única fórma de defender esta riqueza da expoliação estrangeira, é o desenvolvimento da industria nacional; pois á medida que rareiam os licitantes internos, os agentes externos facilmente se entendem para pactuarem o preço da materia prima, prejudicando em primeiro logar o productor; lesando o Estado pela diminuição consideravel das entradas do ouro; e vexando a soberania do povo, por arrebatarem o trabalho de muitos milhares de portuguezes (...). (Noronha: 6)

(...) paizes ha tão felizes que apesar de não possuírem materia prima, fabricam não sómente para o próprio consumo, mas o que é mais vexatorio, para sortirem o mundo inteiro de um artigo de primeira necessidade, que póde e deve ser uma fonte importantissima da nossa riqueza. (*Ibidem*: 12)

Ora, não deixando de mencionar, no artigo supracitado, outras famílias britânicas como os Reynolds, os Rankin e os Robinson,⁴ centrámo-nos precisamente nos Bucknall, visto tomarmos como fonte primária a obra de Joyce Bucknall Baylis, *Memories of Portugal, 1907-*

3. Segundo António Ventura, "(...) para além da (...) tentativa gorada de 1893, a imprensa refere diligências, em 1904, para a fundação de uma associação corticeira, que chegou a ter estatutos aprovados e sede própria; mas a partir do ano seguinte cessam quaisquer alusões a tal respeito. Em Dezembro de 1910, (...) fundou-se a Associação de Classe dos Corticeiros, (...) que (...) se filiou na federação nacional respectiva." (18)

4. "(...) the three Rs (...)", como lhes chamou Peter Mollet. (Baylis:2)

1930. Como seria de esperar, dado o intervalo cronológico em causa, a autora profere vários comentários e juízos sobre a 1ª República (1910-1926), alguns dos quais retranscrevemos por comodidade:

After the assassination of the King and Crown Prince in 1908, and the flight of King Manuel to England two years later, a Republic was established which lasted until 1926. During those sixteen years, (...) Portugal touched the lowest point in its history. Government was anarchical, the law a farce, bribery universal in every department of life. There were forty-four changes of Cabinet, twenty-three 'revolutions' and perpetual smouldering unrest. (Baylis:14)

These were the years following the setting up of the Republic in 1910 when the country was sinking deeper and deeper into chaos, and when riots and strikes were part of daily life. (*Ibidem*: 34)

A fazer fé em Joyce Baylis, este panorama terá perdurado ao longo de, pelo menos, toda essa década:

British prestige at the end of the war was still high, whereas in Portugal there was chronic political and economic chaos. The country's successive 'revolutions' and the incompetence of its governments had become an international joke. Corruption in all departments of public life was the rule, bribery the only means of getting anything done. All classes of the people were entirely demoralised and had sunk into cynical despair. I myself once heard a serious discussion between Portuguese business men on the possibility of Great Britain being invited to take over the administration of the country.

Even the revolutions which broke out once a year were dispirited affairs. Everyone knew that whichever faction seized power would be as inefficient and corrupt as the last, and as short lived. Each succeeding administration knew it too, and its members hastened to fill their pockets while the good time lasted. (*Ibidem*: 58)

Paralelamente, a autora alude aos problemas de consciência ideológica, social e humanitária que a delicada situação portuguesa terá criado ao seu pai, Harold Bucknall:

The country's conflicts caused conflicts in himself. He was conservative by nature and education, an upholder of tradition, with an ingrained respect for authority and an ingrained hatred of anything that savoured of socialism or 'mob rule'. At the same time he could not but sympathize with the sullen workmen of the factory, driven to express their miseries by strikes and sabotage and threats of assassination. He was plagued by a scrupulous sense of justice and saw himself as unfairly privileged in face of these unfortunates. Like many Englishmen abroad, he received his salary in sterling, whereas the Company's workmen were paid in *Escudos*; so that when the Portuguese currency collapsed in disastrous inflation he was unaffected while the employees suffered a catastrophe. (*Ibidem*: 60)

Evocando, por último, a filosofia e política salariais da *Henry Bucknall & Sons*:

The Company had never gone in for high salaries: on the contrary, it was their unvarying policy to pay just as little as they could. On the other hand, they were generous to their employees in illness, misfortune and all age, and by recognizing these human needs they retained the loyalty of their servants. To sack a man because in the course of nature he had passed the peak of efficiency seemed to my father inhuman. (*Ibidem*: 95)

Tendo em conta todas estas transcrições e não sendo, obviamente, nosso propósito abordar aqui as origens de ideias, publicações, organizações e actividades conotadas com os movimentos republicano, socialista⁵ e sindical no nosso país,⁶ poderemos *grosso modo* situá-los no terço final do século XIX, i.e., cerca de meio século antes da época evocada por Joyce Baylis. Dito isto, não só o quadro de turbulência sócio-laboral pintado pela escritora inglesa é plenamente corroborado por historiadores e sociólogos da craveira de A. H. de

5. Cf. referência de Baylis ao Barreiro como "(...) a hot-bed of Communism", (86) se bem que o Partido Comunista Português só tenha sido fundado em 1921. Sobre o sector corticeiro no Barreiro, veja-se Almeida, sobretudo 75-125.

6. Trata-se de matérias sobre as quais, aliás, existe bibliografia abundante e especializada, tornando impossível e desnecessárias referências individuais de obras e autores, para além dos citados.

Oliveira Marques,⁷ Manuel Villaverde Cabral⁸ e Harold Livermore,⁹ entre outros,¹⁰ como, mais de um século volvido sobre os problemas focados, a sua actualidade é ainda hoje visível, independentemente de posições e ângulos de análise político-ideológicos.

Paralelamente, como lembra Alexandre Flores, “com o advento das ideias socialistas, republicanas e anarquistas, surge em Almada, em 1899, o primeiro projecto jornalístico na imprensa operária corticeira da época: *O Corticeiro*, que tem como principal objectivo a defesa dos interesses dos trabalhadores ligados à indústria corticeira e à união da sua classe.” (72)¹¹

-
7. “Nos primeiros dez anos do século XX, ainda durante a Monarquia, as greves atingiram já números alarmantes. O Governo provisório decretou desde logo (Dezembro de 1910) o direito à greve, mas já quando os trabalhadores haviam iniciado um movimento grevista sem precedentes. Nos dois últimos meses desse ano, e em 1911, foram mais de 70 as greves registadas no País. Incluíam trabalhadores de todos os tipos, tanto operários como empregados de companhias comerciais e de transportes, ferroviários, telefonistas, pedreiros, empregados da Carris, estivadores, operários corticeiros, padeiros, sapateiros, caixeiros, etc. Numerosas foram de trabalhadores rurais. Quanto a motivos, cerca de metade dos casos de greve respeitava a salários, sendo os demais de solidariedade com outras greves, horário de trabalho, etc.” (II: 211)
 8. “Se o movimento grevista ganha em amplitude em finais de 1910, atingindo o seu ponto culminante em 1911, e se beneficiou sem dúvida das hesitações normais da nova conjuntura política, a verdade é que não fez mais do que acompanhar (...) o ciclo de lutas operárias em curso à escala internacional, desde a Inglaterra, onde também o ano de 1911 foi aquele que registou maior número de dias de trabalho perdidos por greve antes da Guerra, até à Rússia (...)” (232)
A reacção patronal verificar-se-ia, segundo o investigador, a partir de 1911. (*Ibidem* 238-239)
 9. “The Republicans had legalized the right to strike, and early in 1912 the workers of Lisbon began to avail themselves of the weapon. There were also disturbances at Évora, where the governor used troops to occupy the premises of the labour organizations.” (322)
 10. No verbete “Greves e Movimentos Grevistas”, redigido por Alice Samara e Ana Paula Pires para o dicionário coordenado por Maria Fernanda Rollo, pode ler-se: “(...) nos primeiros meses de 1911 já quase todas as corporações operárias de Lisboa tinham organizado greves. O movimento estendeu-se rapidamente a todo o país, contabilizando-se, no final de 1911, um total de 42 greves envolvendo 25.670 grevistas (...)” (189). De acordo com o quadro imediatamente a seguir, estes números dão sequência agravada aos de 1910 (36 greves/11000 grevistas) e sobretudo 1909 (13/1650). Segundo um outro historiador, “do fim de 1910 a 1911, registaram-se 247 greves. Ao contrário das greves de 1904-1905 (...), estas não eram ‘defensivas’. Na sua maioria, os operários exigiam melhores salários e menos horas de trabalho.” (Ramos: 448)
 11. Deste periódico, estabelecido na Cova da Piedade, vieram a lume 34 números, entre 22 de Outubro de 1899 e 10 de Junho de 1900, existindo versões microfilmadas na Biblioteca Nacional de Portugal (Cotas: J. 784//1 M e F. P. 2). Sobre *O Corticeiro*, cujo director (Manuel Fevereiro) havia sido despedido pela empresa Bucknall em Novembro de 1891 (Flores 73, n.49 e 151-152), cf. *Ibidem*: 72-75.

“We’d like to know a little bit about you for our files”

Em Março de 2010, quando realizávamos investigação no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a antologia organizada por Manuel Filipe Canaveira e David Evans (2010), deparámos, por mero acaso, com alguns documentos relativos a episódios de 1911 e relevantes para qualquer eventual estudo da (des)concertação social entre o patronato inglês e os assalariados portugueses (representantes, respectivamente, dos mundos do “capital” e do “trabalho”) no Portugal recém-saído da Revolução de 5 de Outubro. Esses documentos encontravam-se à data arquivados na Caixa 443 (1911-13), Direcção Política 1911, Legação de Inglaterra (3º P, Aº 3, Mº 13) e são eles que, apesar da sua não muito grande legibilidade, transcrevemos em anexo e passamos a apresentar, mantendo de novo a grafia da época.

Anexo I (Docs. nº 88-89):

Exposição datada de 18.03.1911, enviada a *Sir Francis Hyde Villiers* (1852-1925), Ministro Plenipotenciário acreditado em Lisboa entre 1906 e 1911, e assinada por representantes dos Bucknall, mas também dos Rankin¹² e dos Symington,¹³ estes últimos proprietários da Quinta do Almarás, em Cacilhas, (Flores: 48) e ainda hoje envolvidos na produção de vinhos do Douro. A origem e razão de ser deste documento é o diferendo entre a Associação dos Fabricantes

12. Sobre a greve na fábrica Rankin & Sons (Setembro-Outubro de 1892), cf. Flores: 107-120.

13. Sobre as greves na fábrica Symington & C^a (Janeiro de 1903 e Fevereiro-Março de 1909), cf. *Ibidem*: 120-124.

de Cortiça e a Associação dos Corticeiros de Almada¹⁴ no tocante a aumentos salariais, à redução do número de horas de trabalho¹⁵ e à regulação dos tipos de cortiça para exportação.

Os principais motivos de interesse desta carta são, a nosso ver, a posição fortemente corporativa do patronato corticeiro inglês, afirmando que o comportamento dos trabalhadores "(...) gravely menaces the interests of the British firms and all engaged in the Cork industry"; a referência feita a concessões já feitas (ou conquistas obtidas, consoante os pontos de vista...); a imputação da conflitualidade laboral a agitadores que estariam alegadamente a manipular os assalariados, 'orquestrando', por assim dizer, a contestação e a luta;¹⁶ e, finalmente, a solicitação a Villiers, enquanto representante do Estado britânico, de "(...) whatever action you think best to see that the rights and property of British firms are assured due protection in the event of any troubles arising."

-
14. A dissertação de mestrado apresentada por Alexandre Flores reúne importantes dados e informações sobre a indústria corticeira na zona de Almada, particularmente na Parte III, intitulada "Operariado Corticeiro: Da Contestação às Lutas da Classe" (68-148; cf. também os apêndices documentais, 186ss). Segundo o autor, "o estabelecimento de grandes empresas corticeiras de origem estrangeira, a partir da década de 60 do século XIX, transformou esta região ribeirinha num dois principais centros industriais e urbanos da área de Lisboa e do país." (6) "A partir da década de 70 (...) a produção industrial de Almada cresce a um bom ritmo, tornando-se o sector mais dinâmico na economia do concelho. (...) Intensifica-se a concentração fabril e a mecanização do trabalho, em especial na indústria corticeira." (*Ibidem*: 29) O quadro nº 2, "Unidades Industriais em Almada, com caldeiras a vapor registadas nas décadas de 80 e 90 (séc. XIX)", menciona a Companhia Londres & Lisboa, sita no Caramujo (actual freguesia da Cova da Piedade) em 1888. Igualmente em 1888, a Henrique Bucknall & Filhos (Margueira, Cacilhas) e em 1888 e 1896 a William Rankin & Sons (Outeiro do Alfeite, Cova da Piedade). (*Ibidem*: 30) Algumas páginas adiante, Alexandre Flores alude de novo à *London & Lisbon Cork Wood Company, Ltd.*, c.1863-64, datando a sua legalização de 1867-68 (*Ibidem*: 42 e n.115) e de 1867, pelo menos, a dos Bucknall, (*Ibidem*: 43) já a empresa corticeira mais importante do concelho de Almada nos finais do século XIX. (*Ibidem*: 47, n.140)
15. "(...) the present hours of work in the Almada district are not excessive (The effective hours of work in the principal factories average less than 9 hours throughout the year)". Alexandre Flores recorda, todavia, que "desde 1890, Portugal figura entre as nações na organização da manifestação anual em favor das oito horas de trabalho, acompanhando desta forma o movimento internacional do 1º de Maio." (48)
16. "(...) this is only another step in a series of demands to be forced on the workmen by a few violent agitators (...)"

Anexo II (Docs. nº 90-91):

Tradução, igualmente datada de 18.03.1911, do item anterior para português.

Anexo III (Docs. nº 44-45):

Carta em papel timbrado, classificada como “Urgent”, datada de 07.07.1911 e enviada por Hugh Gaisford, da Legação Britânica, a Sir Francis Hyde Villiers. Em anotação autógrafa marginal, pode ler-se: “Telegramma ao Govr. Civil de Portalegre 7-7-911”. Nesta carta são referidas diversas manifestações de hostilidade contra o empresário portalegrense Mr. Robinson,¹⁷ geradoras de sentimentos de insegurança por parte do próprio e da sua família. Em virtude aparentemente das suas simpatias monárquicas, Mr. Robinson é acusado de conspiração, de possuir armas e albergar padres em sua casa, num reflexo da mentalidade anticlerical característica da época e de boa parte da legislação então produzida.

-
17. “(...) whose family has been established in this country for sixty years, is a very well known Englishman not only in Portalegre but also in Government circles here. His local position is one of very great importance, he being owner of cork and cloth factories and a large employer of labour; he is also highly respected in the community which has for years benefited by the presence of the family in its midst.” Salvaguardas as diferenças, esta apresentação que se faz do empresário um antepassado homólogo do seu vizinho campomaiorense, o Comendador Rui Nabeiro... Reportando-se aos finais do século XIX, escreve António Ventura:

Desse universo industrial portalegrense em crise, a única excepção era a fábrica de cortiça do inglês George Robinson, fundada em meados do século XIX, e que assumiu, no último quartel de oitocentos, o papel de principal entidade empregadora. José Frederico Laranjo afirmava no Parlamento (...) que o desempenho em Portalegre só não atingiu proporções dramáticas graças à Fábrica Robinson, que absorveu grande parte da mão-de-obra na preparação da cortiça. (9)

Por último, Alexandre Flores, no trabalho supracitado (38), data de 1848 a fundação da fábrica pertencente a George Wheelhouse Robinson (1857-1932), que pensamos ter sido filho do fundador, George William Robinson (1813-1895). Vários artigos publicados por Moruno, Faísca e Rangel referem-se igualmente a “(...) George Robinson, industrial inglês que décadas atrás había iniciado la fabricación corchera en Portalegre (Portugal), muy cerca de San Vicente de Alcántara. El moderno establecimiento de los Robinson en Portugal llegaría a contar con cerca de 2000 empleados a finales del siglo XIX.” (Moruno *et alii*, *Conflitos Sociais* n.p.) e “O exemplo mais conhecido e, de certa forma, o *ex-libris* da indústria corticeira norte-alentejana, é a fábrica fundada na cidade de Portalegre por *George Robinson*, que já laborava em 1848, mas cujo estabelecimento é anterior a esta data, sendo da responsabilidade de *Thomas Reynolds*, a quem *George Robinson* a adquiriu”. (Faísca e Moruno, *Tão Perto* n.p.)

Na “Relação Cronológica dos Conflitos Sociais em Portalegre entre 1893 e 1920”, António Ventura menciona a greve e o *lock-out* protagonizados pelos operários corticeiros da Fábrica Robinson entre 25 e 27 de Julho de 1911. (32) Paralelamente, cumpre acrescentar que a esmagadora maioria dos documentos constantes da antologia coligida pelo Professor (Docs. nº 4-15 e 17-29 in *ibidem*: 35-56) dizem justamente respeito a ocorrências vividas na Fábrica Robinson nesse mesmo ano.

Anexo IV (Doc. nº 46):

Ofício de Bernardino Machado (1851-1944),¹⁸ datado igualmente de 07.07.1911 e enviado no dia seguinte a Hugh Gaisford, encarregado dos negócios britânicos em Portugal (*Chargé d’Affaires*). Em anotação autógrafa marginal, pode ler-se: “Ao Encarregado de negócios d’Inglaterra H. Gaisford. Expedido em 8/7/1911”. Neste documento, redigido em francês e com assinatura autógrafa, Bernardino Machado informa ter já contactado e informado o Governador Civil de Portalegre sobre as ocorrências mencionadas em II.

Anexo V (Docs. nº 175-176):

Nova carta de Hugh Gaisford a *Sir* Francis Villiers, datada de 30.11 [sic; 08].1911 e na qual se relata uma greve no sector da cortiça e um incêndio provocado numa propriedade identificada simplesmente

18. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório (05.10.1910-03.09.1911) e futuro Presidente da República por duas vezes (1915-17 e 1925-26); suceder-lhe-ia no cargo, entre 04.09.1911 e 12.11.1911, João Pinheiro Chagas (1863-1925).

como “Vilarinho”,¹⁹ por “(...) professional agitators”. Estes acontecimentos, geradores de apreensão por parte dos industriais estrangeiros, ocorrem numa altura em que o regime republicano português não havia sido ainda oficialmente reconhecido pelas autoridades britânicas²⁰ e, por isso mesmo, bastante sensível...Reportando-se a esse ‘Verão quente’ de 1911, Alexandre Flores recorda que “as fábricas dos industriais ingleses estão sob vigilância policial (...)” e “por outro lado, os industriais do concelho teimaram em manter as suas fábricas fechadas a pretexto de que não havia condições de segurança para a laboração.” (*Ibidem*: 135)

É muito curiosa a observação marginal autógrafa (mas de assinatura infelizmente ilegível...), datada de 05.09.1911, segundo a qual “ninguém pode exigir que a autoridade se responsabilize pelas consequências de atentados nem sempre evitáveis. Parece-me contudo que convirá transmitir esta correspond^a ao Ministerio do Interior, p^a que a vigilância seja tal que não dê rasão de queixa aos industriaies estrangeiros”.

“Portugal loves you more than you would know”

Para além do sector corticeiro e de todas as questões a ele adstri-tas, os documentos apresentados justificariam, a nosso ver, a realização de estudos e investigações mais vastos sobre todo o universo empresarial e laboral anglo-português entre, por exemplo, o Regicídio (1908) e a eclosão da 1^a Grande Guerra (1914), senão mesmo do Ultimato de 1890 ao pronunciamento militar de 1926. Na verdade,

19. Trata-se decerto da Vilarinho & Sobrinho, com fábricas em Silves (Flores: 42 e 45) e no Caramujo. (*Ibidem*: 124) Sobre esta importante greve, que decorreu entre Novembro de 1909 a Novembro de 1911, escreve Alexandre Flores:

A ‘comissão dos trabalhadores’ desempregados contacta vários industriais do concelho para que admittissem os companheiros sem trabalho. Depois de repetidos pedidos, parece que alguns patrões se dispunham a receber os operários despedidos. Por exemplo, o industrial inglês Bucknall estava na disposição de aceitar cerca de setenta operários. (...) Mas (...) o que se sabe é que foi dado o dito por não dito, o que desesperou os interessados na questão. (*Ibidem*: 131-132)

20. Na verdade, sê-lo-ia apenas em 11.09.1911 (Alarcão, *Nova República* 76 e 79, n.4), escassos dias após as ocorrências relatadas neste documento.

a drástica mudança de regime operada em 1910 – também o ano da morte de Edward VII e, de algum modo, da “era vitoriana” – poderá ter tido efeitos e implicações ainda pouco conhecidos nos investimentos e na presença britânicos num Portugal “refundado”,²¹ com todos os sinais, afloramentos e manifestações patrióticos – político-ideológicos, retóricos, artísticos... – que frequentemente acompanham tais refundações, mas, ao mesmo tempo, apostado em manter a velha aliança e não hostilizar a “pérfida Albion” de tão recente memória.

Durante a nossa estada na Universidade de Birmingham (1986-87 a 1988-89), tivemos oportunidade de conhecer um sobrinho do empresário Américo Amorim, licenciando em *Business Administration*. Dos contactos então mantidos, recordamos ainda, passados trinta anos, o nome de duas das empresas que integravam o grupo da Corticeira Amorim: a Champcork e a Ipcork. O recurso à palavra inglesa *cork*, nomeando uma das nossas principais exportações à escala mundial, bem como a existência e vitalidade da Fundação Robinson,²² compõem, a nosso ver, uma homenagem simbólica a todos aqueles empresários (semi)estrangeiros que, sem a ‘âncora’, a ‘bússola’ ou o ‘farol’ de quaisquer Vistos Gold, conseguiram, ao ‘leme’ da ‘nau’ corticeira, ‘navegar’ e ‘remar contra os ventos e marés’, nem sempre ‘bonançosos’, da nossa agitada 1ª República.

-
21. Adaptação do título dado por Rui Ramos ao volume redigido para a obra dirigida por José Mattoso.
22. Sobre esta fundação pública de direito privado, com origem na fábrica sediada em Portalegre desde meados do século XIX, cf. o respectivo *website* (<http://www.fundacaorobinson.pt>), do qual consta a lista de publicações. Para a nossa esfera de investigação interessam-nos sobretudo os nos. 4 (*Famílias Inglesas e a Economia de Portugal/British Families and the Portuguese Economy*, 2009) e 23 (*Conflitos Sociais em Portugal no Tempo dos Robinson/Social Conflicts in Portugal during the Robinson Period*, 2012). Ambos os volumes foram-nos gentilmente oferecidos pela Fundação Robinson, pelo que agradecemos às Dr^{as} Célia Gonçalves Tavares (Área de História, Educação e Mediação Cultural) e Alexandra Carrilho Barata (Administradora Delegada) toda a ajuda dispensada. É também devida uma palavra de vivo agradecimento ao Prof. Doutor António Camões Gouveia (FCSH-UNL), antigo programador cultural da Fundação Robinson e que actuou, a nosso pedido, como o *primum mobile* de todos estes contactos.

Copy

Lisbon

March 18 1911

Sir,

We beg to call the attention of Your Excellency to the situation that has been created by the action of the "Associação dos Cortiçeiros" of Almada, which gravely menaces the interests of the British firms and all engaged in the Cork industry.

Since the revolution various demands have been made by the workmen with the result that:-

Firstly important concessions in wages have been granted by the Masters and

Secondly a decree demanded by the men prohibiting the export of certain classes of cork was reluctantly agreed to owing to the great pressure brought to bear on the manufacturers by the Government although it caused them serious financial losses.

Now further demands for a reduction in hours have been made which it is felt should be resisted:-

Firstly because the present hours of work in the Almada district are not excessive (the effective hours of work in the principal factories average less than 9 hours throughout the year)

Secondly because it is felt that this is only another step in a series of demands to be forced on the workmen by a few violent agitators and which it is openly admitted will take the form of 1. Abolition of piece work, 2. still further reductions in hours of work, 3. further increases of pay and 4. a far more drastic decree regulating the export

87

export of cork which would affect the vital interests of the manufacturers.

Owing to these considerations it was decided at a meeting of the "Associação dos Fabricantes" held last week to refuse the present demands, as the time had arrived when further concessions must be resisted. This decision was communicated to the men and brought forth a letter from their Association couched in threatening terms (a copy is appended) insisting on the granting of their demands up to the 22nd instant.

This letter will be considered at a further meeting of the Masters' Association next Monday when the definite attitude to be adopted by them will be decided upon.

In the meantime we think it advisable to lay the matter as far as it has gone before Your Excellency with a view to Your Excellency taking whatever action you think best to see that the rights and property of British firms are assured due protection in the event of any troubles arising.

We will keep Your Excellency advised of any further developments.

We have the honour to be Your Excellency's Obedient Servants

(signed) Henry Bucknall & Sons
Rankin and Sons
Symington and Co

His Excellency

The Honble Sir P.H.Villiers

H.B.M. Minister at Lisbon

801/10

Cópia - traducção
Lisboa, 18 de março de 1911 - Lisboa.

Por favor licença para chamar a atenção de V. Ex.^a para a situação criada pelo procedimento da "Associação dos Corticeiros" de Almada, que ameaça gravemente os interesses das firmas inglesas e capitais comprometidos na indústria da cortiça.

Desde a revolução, varias pretensões têm sido expostas pelos operarios, com os seguintes resultados:

Primeiro foram-lhe concedidas importantes reduções importantes aos seus salarios.

Segundo, tendo sido pedida uma lei, prohibindo a exportação de certas especies de cortiça, foi concedida ainda que com reluctancia, devido ao grande encargo que trouxe a sua implementação pelo Governo aos ^{fabricantes} ~~exportadores~~, causando-lhes uns prejuizos financeiros.

Agora ainda outros pedidos foram feitos de reduções de horas de trabalho a que é ^{melhor} ~~preferido~~ pensar e não ceder:

Principalmente porque as actuaes horas de trabalho na zona de Almada são ^{as} ~~as~~ excessivas (as horas effectivas de trabalho nas principais in-

destinadas a um fim de anno de 7 horas (em media diaria);

Segundo porque isto nos e mais que outros factos para na serie de pretensões, a que são levados os operarios por uns violentos agitadores, e que concedidas abstractamente, se tornariam em ausencia de 1.º abolição de empieitados; 2.º novas reduções de horas de trabalho; 3.º augmento de salarios; 4.º a immediata promulgacao d'um decreto regulando a exportação da estirpe e que affectaria os interesses vitais ~~mas~~ ^{da fabrica} ~~da fabrica~~.

Em vista destas considerações foi decidido n'uma reunião da Associação dos Fabricantes, que teve lugar na semana passada, nos acceder a estas pretensões pois que ja e de remeter a novas concessões. Esta decisao foi communicada aos operarios e provocou uma carta da sua Associação em termos ameaçadores, insistindo pela realisacao das suas pretensões até ao dia 21 do corrente.

Esta carta deve ser apreciada em nova reunião da Associação dos Fabricantes, na proxima semana feita, definindo-se a attitude a tomar f.º com os operarios. Entretanto, nós pensamos que era conveniente, ter o Colleague a V. G.º a fim de ver qual o

59

Telegrama ao Governador de Portalegre 1-7-1911

U R G E N T.

British Legation, Lisbon.

July 7, 1911

My dear Minister:-

Last night I received the visit of Mr Robinson of Portalegre who came to inform me of the unsatisfactory situation at that town. Mr Robinson, whose family has been established in this country for sixty years, is a very well known Englishman not only at Portalegre but also in Government circles here. His local position is one of very great importance, he being owner of cork and cloth factories and a large employer of labour; he is also highly respected in the community which has for years benefited by the presence of the family in its midst.

Mr Robinson has lately found himself the object of an undisguised hostility on the part of the population including his own men who have always been loyal to him. He is accused of conspiring, of concealing arms, of harbouring priests, and, on account of having been born in Portugal, of not being really a British subject; he has not actually
been

been molested but he fears trouble and as the ladies of his family are with him he is in some anxiety. He has been threatened with having his premises searched for arms and it was on this question that he particularly asked my advice. Mr Robinson far from being reluctant to have his house searched would welcome it in order that the false rumours which have been spread may be refuted once and for all. I have told him that I could not advise him to let unauthorized persons enter his premises but that I could not see any objection to the Civil authorities doing so.

Mr Robinson does not attempt to conceal the fact that he is a monarchist - the vast majority of Englishmen are - but that is a very different thing from conspiring against a foreign Republic still less is it a reason for rendering his life and that of his family uncomfortable if not worse.

In the circumstances I beg Your Excellency to communicate with the competent Department of State in order that the subject of this complaint may be removed. I venture to recommend that the local authorities be directed

to

to make an enquiry on the spot and that they show clearly and publicly that Mr Robinson is neither a clerical nor a conspirator and that they be informed that should any untoward event occur, they will be held responsible.

I should like to be able to inform Mr Robinson, who is returning to Portalegre tonight, that his case has been considered and that my representations on his behalf have been effective.

Believe me, my dear Minister,

Very faithfully yours

Hugh Cairns

125

951
1-9-20

LISBON.

20th November 1911.

agent

My dear Minister,

*Ninguém pode
exigir que a
autoridade
se responsabilize
se pelas con-
sequências de
atentados que
sempre existiram.*

*Desde que
Comissão ham-
burguesa esta
Comissão do
Ministerio do
Industria, p.º q.º
a vigilância ef-
fectiva não se
faz de gerencia
dos industriaes
estrangeiros
5-9-11.
P.º q.º*

On Friday last I had the honour to speak to you in regard to the situation arising out of the cork strike and more especially the fire at Villarinho's. I informed you that the owners of the British factories were uneasy and that I had advised them not to recommence operations until they were satisfied that the persons implicated were prosecuted and adequately punished and that the professional agitators who are at the bottom of the trouble were removed from the district.

Yesterday the Associação dos Fabricantes de Cortiça sent a communication to the Civil Governor copy of which is enclosed and subsequently received an answer, copy of which is also enclosed. I think you will agree that the latter is highly unsatisfactory, it shows that the situation is not properly understood and it tries to make out that the demands of the Associação are illegal.

This

This is not, to my mind, the moment for the authorities to show such weakness and I cannot refrain from expressing the apprehension that unless strong measures are promptly adopted the consequences will be very unpleasant.

On page 7 of today's Seculo you will find an account of the doings of the complotio d'Almada; if such language is tolerated by the Government it is useless to think of an amicable solution of the conflict.

My object in writing to Your Excellency is to express my own anxiety in regard to the situation as it affects my compatriots, and to request you to take the matter into your promptest consideration.

I take this opportunity to inform you that the British owners will in no case take into their service the men dismissed from Villarinho's.

Believe me, my dear Minister,
Yours very truly
Hugh Gaisford

Cd. le correspondant de
rapport d'exploration
H. J. J. J.

46
Lisbonne le 7-7-11

reproduit
sur 8/4/1911

Monsieur le chef d'affaires

J'ai reçu votre lettre d'au-
jourd'hui au sujet de Mr
Robinson. Je me suis ex-
pressé d'appeler l'atten-
tion du Gouverneur Civil
de Portalese sur la
situation que vous
m'expliquez, et j'espère

~~que les mesures~~
~~soient prises~~ ^{immédiates}
que les mesures ^{immédiates} ~~soient~~ ~~prises~~
~~soient~~ ~~prises~~ ~~immédiates
prises à toute ^{urgence} ~~urgence~~
effort. ^{tr.} ~~tr. ~~tr.
A/B. B. B.~~~~~~

Obras Citadas

- AAVV. *Famílias Inglesas e a Economia de Portugal/British Families and the Portuguese Economy*. Portalegre: Fundação Robinson, "Publicações da Fundação Robinson", nº 4, 2009.
- Alarcão, Miguel. "A Nova República". Introdução, tradução e notas do artigo anónimo "The New Republic", publicado em *The Times* em 15.11.1910. *Regicídio e República. Opiniões Britânicas e Norte-Americanas*. Org. Manuel Filipe Canaveira e David Evans. Casal de Cambra: Caleidoscópico_Edição e Artes Gráficas, SA, 2010. 75-84.
- . "Sou Inglesa! Sou Inglesa!": Memórias de uma Menina Anglo-Portuguesa (1907-1930) ". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*. Dir. Gabriela Gândara Terenas. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, nº 26 (2017). 141-155.
- Almeida, Ana Nunes de. *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1993 (Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada ao ISCTE, 1990).
- Baylis (nascida Bucknall), D. J. *Growing up English. Memories of Portugal 1907-1930*. [Lisboa]: The British Historical Society of Portugal, [1997].
- Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1940*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, col. "Métodos", nº 25, 1988.
- Canaveira, Manuel Filipe e David Evans (org.) *Regicídio e República. Opiniões Britânicas e Norte-Americanas*. Casal de Cambra: Caleidoscópico_Edição e Artes Gráficas, SA, 2010.
- Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- . *O Corticeiro: Semanário Operário: Órgão da Indústria Corticeira e do Proletariado em Geral*. Dir. e red. Manuel Fevereiro; Adm. José Custódio Gomes. Almada: José Thomaz Lopes, nos. 1-34 (22.10.1999 – 10.06.1900).
- Faísca, Carlos Manuel e Francisco Parejo Moruno. "Tão Perto, mas tão Longe? A Exploração Florestal e Comercial de Cortiça no Alto Alentejo e na Extremadura (1830-1890)". Comunicação apresentada no II Congresso Anual de História Contemporânea, Universidade de Évora, 16-18 de Maio de 2013.
- Ferreira, David. *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 1, partes 1 e 2 (1910-1915). Lisboa: Livros Horizonte, Lda., col. "Horizonte", nº 22 e 23, 1973.
- Flores, Alexandre M. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*. Dissertação de Mestrado, inédita, em História Regional e Local sob a orientação do Professor Doutor António Ventura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.
- Livermore, Harold V. *A New History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

- Marques, A. H. de Oliveira. *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., col. "Imprensa Universitária", nº 21, 1981.
- . *História de Portugal desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Senhor Pinheiro de Azevedo. Manual para Uso de Estudantes e Outros Curiosos por Assuntos do Passado Pátrio*. 2ª ed. Lisboa: Palas Editores, vol. II, 1976 (1974).
- Moruno, Francisco Manuel Parejo, Carlos Manuel Faísca e José Francisco Rangel Preciado. "Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: El corcho extremeño entrecatalanes e [sic; y] ingleses". *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXIX, N.º1 (2012). 461-490.
- Noronha, D. Manoel de. *Memoria para a Fundação da Camara de Commercio e Industria Corticeira*. Lisboa: Typographia Universal, 1904.
- Ramos, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, "História de Portugal". (Dir. José Matoso), vol. VI, 1994.
- Samara, Alice e Ana Paula Pires. "Greves e Movimentos Grevistas". *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, vol. II ("F-M"). 189-198.
- Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal. Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- Ventura, António. *Conflitos Sociais em Portugal no Tempo dos Robinson/Social Conflicts in Portugal during the Robinson Period*. Portalegre: Fundação Robinson, "Publicações da Fundação Robinson", nº 23, 2012.
- Vincent-Smith, John. *As Relações Políticas Luso-Britânicas – 1910-1916*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., col. "Horizonte", nº 30, 1975.

“The Alliance is not our whole Foreign Policy”: Salazar’s Speeches and Notes about the Anglo-Portuguese Alliance and the Attitude of the Portuguese Government towards Britain during the Spanish Civil War (September 1936-July 1937)

António Manuel Bernardo Lopes
Universidade do Algarve/CETAPS

Introduction

In an attempt to stem the escalation of the Spanish Civil War to other countries, France and Britain proposed, shortly after the *pronunciamiento* on 17-18 July 1936, the signing of a non-intervention agreement with other nations, including Germany, Italy, Portugal, and the Soviet Union, all of which had definite stakes in the outcome of the conflict. The signatories should renounce the traffic of materiel and the recruitment of volunteers. Nevertheless, the terms of the Agreement spelled the international isolation of the Republic, while turning a blind eye to the flow of war material and troops from Italy and Germany to the nationalist faction from the very outset, and later to Soviet support to the Republican cause. (Thomas, 1961: 226) As early as 25 July Count Ciano, the Italian Minister of Foreign Affairs, received Antonio Goicoechea and Pedro Sainz Rodriguez and on that very same day Mussolini would agree to sending airplanes to Morocco. The next day, Hitler gave his assent to support the insurgents and the first German men and materiel arrived in Cádiz on 5 August. The Soviets would only intervene by the end of October 1936. Compared with these countries, Portugal’s involvement was markedly more discreet, but by no means less critical.

As Hugh Thomas sums up:

It was through Portugal that the greater part of German aid was first sent. The part of that country in the Spanish Civil War was simple. Less clerical than the Portuguese corporative *regime*, the Spanish Nationalists stood for almost the same things as “gracious Salazar” as the South African poet Roy Campbell called him. The military aid which Salazar could give the Nationalists was small. But he gave them many other things as valuable: a place in which to plot; a refuge; a means of communicating between their two zones at the start of the Civil War. Nicolás Franco, the general’s eldest brother, with Gil Robles, was permitted to establish his headquarters for the purchase of arms at Lisbon. The Republican Ambassador in that capital, Sánchez Albornoz, swiftly became a prisoner in his own Embassy. Salazar remarked on August 1 that he proposed to help the rebels “with all available means” – including the intervention of the Portuguese army, if this should be necessary. As a result, Spanish Republicans who escaped into Portuguese territory were usually handed over to the Nationalists. The Portuguese Press served the Nationalists from the start. On August 20, the German Minister at Lisbon reported that war material brought from Germany in the steamships *Wigbert* and *Kamerun* had been despatched onwards to Spain most smoothly. Salazar, he said, had removed “all difficulties (...) by his personal initiative and handling of details.” (Thomas, 1961: 231)

Taking into account this picture of Portugal’s role in the war and the circumstances in which Salazar tried to stay ahead of the game, this study serves two objectives. The first one is to understand the ways in which Salazar assessed the role of Britain in the Non-Intervention Committee (NIC) from September 1936 to July 1937, notably through his *Notes and Speeches*, originally published in Coimbra in 1937. The second objective, still based on the same documents, is to examine how he depicted the Anglo-Portuguese relations and the Alliance in the first year of the Spanish Civil War. It should be noted that this period marks the transition from a position of professed neutrality and impartiality (though only in appearance) to a position where he openly champions the nationalist cause in Spain as the only way to stop the progress of communism in Europe. The tipping point was the attempt on his life on 4 July 1937. There he

claims that he does not fear the hatred that his critics in Britain bare him and that Portugal, though still cherishing the Alliance, must be able to steer its own course and live up to its political principles, even if that meant opposing the British public opinion.

The period until July 1937 was also a critical time for the Non-Intervention Committee (NIC). From May 1937 on it witnessed some important changes, with the withdrawal of Italy and Germany, and with the arrival of Neville Chamberlain in Downing Street to replace Stanley Baldwin as Prime Minister of the National Government. Both Chamberlain and Anthony Eden, the Foreign Secretary, were more interested in a victory of the fascist forces. Chamberlain, a stern advocate of Britain's appeasement policy, abstained from antagonising Mussolini. Eden apparently had no qualms about telling Yvon Delbos, the French Foreign Minister, that he hoped to see the Nationalists win the war – although Hugh Thomas rushes to defend Eden, arguing that it had been “a hasty aside by Eden”, given the fact that all evidence pointed to Eden's perplexity as to whom he should champion. (Thomas, 1961: 467)

The collection of António de Oliveira Salazar's *Speeches and Political Notes* from 1928 to 1966 was recently republished. (Salazar, 2016) The texts under analysis had been first published in 1937, as part of the second volume (Salazar, 1937), but it did not include two notes, namely nos. XXIV (on the participation of foreign volunteers) and XXV (on an inquiry into the bombing of Guernica), now made public for the first time.

From the start of the conflict, Portugal, despite its claims of impartiality and fair treatment of the warring forces, knew all too well whose side it should support. It accepted the Non-Intervention Agreement on 13 August 1936 – hardly a week since France had unilaterally declared its policy of non-intervention –, but did not haste to join the NIC, which only happened in its third meeting, on 28 September.¹

The skilfully embroidered academic language that characterises Salazar's discourse barely hides, behind his wordy formulations, where his political sympathies lay. This blend of scholarship and ideology was aptly labelled by the Spanish philosopher Miguel de

1. The first meeting was held on 9 September and the second on 14.

Unamuno. In an article written in 1935 for the *Ahora* newspaper, the then Dean of the University of Salamanca made reference to Salazar's regime as a "Fascismo de Cátedra" ("Academic Fascism",² which was a combination of the political role of three elites: the academic; the military; and the clerical). (Torgal, 2009a: 295; 2009b: 8)

On closer examination, as one reads his notes and speeches, one is going to find a continuous reversal of roles, blatant contradictions, the manipulation of arguments to distort the truth and claims refuted by factual evidence gathered by foreign correspondents on the ground. He invokes history, tradition, and the character of the Portuguese people to stake his claims to how values such as humanity, peace, sense of justice and defence of civilization actually shape the policies of his Government towards the civil war next door. In his *Portugal Now* (1937), Ralph Fox had denounced this duplicity through the metaphorical appropriation of Eça de Queirós's own words inscribed on the pedestal of his monument, and which he translated in the following way: "over the hard and naked truth he flung a delicate veil of fantasy". (Fox, 1937: 21) To which he added: "It is a perfect symbol of modern Portugal, and the ironist of history has decreed that the corporative state's propaganda chief should also be called Eça de Queiros".³

Salazar had reasons to be exasperated by the opinions aired in Britain against his regime. Reports on the unloading of war material in Lisbon intended for the insurgents came out in British and French newspapers even before Portugal's note of adhesion was published. Pressure on the part of the labour movement was put on the National Government as early as 26 August 1936. A deputation led by Walter Citrine (the TUC General Secretary) and Arthur Greenwood

2. Translation by Luís de Reis Torgal, "Salazar and the Portuguese 'New State' – Images and Interpretations". *Annual of Social History*, 2 (2009): 8. All the remaining translations from Portuguese into English were made by me.

3. Little did Fox know that António Eça de Queirós was in fact the son of the novelist. He had joined the national-syndicalist movement in June 1933 and was entrusted with the supervision of the nationalist students' movement "Acção Escolar de Vanguarda." He was also the chief editor of the *Jornal do Comércio e das Colónias*, on whose pages he defended the role of the Propaganda Agency and the need to "educate, create, strengthen and spread the colonial sentiment in the Portuguese spirit and soul". (Queirós, 1933. My translation) He was later appointed sub-director of the Secretariat for National Propaganda (1943) and President of the Board of the Emissora Nacional de Radiodifusão (1951-1959). See also Garcia, 2011: 134, 137 and Kuin, 1993: 560-1.

(deputy leader of the Labour Party) met with Eden and Lord Halifax on 26 August. As they stated, “unless Portugal could be got to come into the agreement at once and put it into strict force, the whole object of the non-supply of arms policy would be defeated.” However, during that meeting it became apparent that the Government had already set its policy regarding Salazar, a policy that was to remain consistent, despite some attrition, until the end of the conflict. The Foreign Secretary stressed “the unique and difficult position in which Portugal is placed, both geographically and politically *vis-à-vis* the present troubles in Spain”, before reassuring his interlocutors that “everything is being done and has been done to exert pressure from here on the Portuguese Government with a view to bringing them into the proposed agreement”. (*Apud* Stone, 1994: 21) Despite this early assurance of the British Government, Portugal remained intransigent, and until the end of the conflict always sought to undercut the fragile power of the NIC in relation to schemes of international supervision, as Salazar would always oppose foreign control on national soil.

XVIII. Note of the Portuguese Government dated 11 December 1936 (Anglo-French Non-Intervention Project and Mediation in the War in Spain)⁴

In the Memorandum of 5 December 1936, Britain and France invite Germany, Italy, Russia and Portugal:

- To declare their decision to renounce to any direct or indirect action leading to foreign intervention in the war in Spain.
- To adopt measures to inspect all materiel headed for Spain.
- To play a part in the mediation led by Britain and France in the attempt to “allow Spain to express the national will”, or “to allow the whole of the country to express its national will”.

4. Cf. Salazar, 2016: 277-81.

Salazar acknowledges that the document is moved by the "most generous intentions": peace, the saving of western civilization and humankind. However, he claims that Portugal is in a privileged position to understand the essence of "the Spanish question" and to draw its own conclusions about the true nature of the Spanish revolutionary movement. Portugal must be able to reconcile the general interests of peace and humanity with its own vital interests, but he immediately argues that the latter cannot be sacrificed, cost whatever it may, for risk of endangering its own existence.

Salazar is well aware that, in practical and political terms, the Non-Intervention Agreement cannot be implemented. He admits that the facts preceding the Agreement had already dictated its own failure. He considers that it was the statements of political leaders in some countries favouring one of the parts that led, "by natural opposition of ideologies", other countries to side with the other part.

Yet, he believes that the Portuguese Government has sought, with utmost correction, to live up to its international commitments and has gone further than many other Governments by abstaining from indirect action. Lisbon, he claims, will not hesitate to pass legislation to enforce the Agreement. This comes with a caveat, though: such legislation is to be based on that of other countries.

In this first note, Salazar voices a critical, if not pessimistic, assessment of the NIC. He claims he will instruct the representative of the Portuguese Government there to express the following objections. On the one hand, the NIC is struggling to cope with the challenges of its mission and that it fails to lend credence to its own attempts to secure peace in the eyes of public opinion; therefore, the NIC should publicly acknowledge such inefficiency. On the other, the NIC, within its remit, should look into immediate measures to carry out an effective inspection, as originally agreed; however, such measures can only be implemented and enforced by individual Governments. And yet, Governments are deprived of freedom of action in this matter due to domestic political pressures and the mounting attacks on the international order deriving from the manipulation of the masses on the part of some Governments. This fosters fake impartiality and gravely impairs justice.

When it comes to the inspection of arms trafficking, Salazar argues that Portugal does not manufacture weapons and that, given

the threat of international communism, cannot afford to furnish them to a third party. Regardless what the NIC may agree on this matter, Portugal must remain in full control of the inspection process: only its national laws are valid for the purpose, not a set of rules imposed from outside. Still, Portugal will not shy away from the moral obligation to seek to alleviate the painful conditions in Spain, and to attempt mediation between the conflicting parties, as called for by the British and French Governments. Salazar stresses that Portuguese history and tradition have shown its commitment to the principle of humanity, as demonstrated by the inexistence of death penalty in its Penal Code. However, it will not confuse this humanitarian commitment with feebleness and lack of moral conviction to act against those who are willing to inflict pain on an entire people. The inability to perceive this has led to a misleading perception of the Spanish conflict, which, in turn, dooms to failure any plans that may be devised to address the problem.

The priority, he claims, is to ease the pain of the Spanish population, regardless of their political alignment. And for that Portugal has provided humanitarian aid across the border, but since the nationalist forces are in control of all the territory adjacent to the border, it is only natural that such aid is handed over to the nationalist authorities.

The Portuguese Government does not recognise the Government of Valencia, but it has "not yet" recognised the Government of Burgos either (which means it will soon).

Salazar also claims that the Portuguese Government recognises the need for food and medicine to be supplied to the civilian population, the right of asylum to be granted to those who applying for it, the prisoners to be treated with humanity and in accordance with the law, and assistance to be provided to non-combatants. Above all, to protect the vanquished, help in the reconstruction of Spain and guarantee that the victorious Government is unanimously acclaimed as that of all Spaniards.

Mediation, however commendable, is based, so Salazar claims, on false premises: that the Spanish plight boils down to an armed conflict between two political parties; that all they are trying to do is seize power; and that it is possible to reach an agreement by means of a general election. He, nevertheless, believes that what is at stake in Spain is something far more dramatic and troubling, namely a "clash

between two civilizations or the clash between civilization and barbarism". Mediation is therefore doomed to failure. And here another contradiction in regards to his professed impartiality and desire for peace: it is preferable to let one of the contending parties win and form "a strong but generous Government", than to let the conflict go on scourging the country with serious implications for western civilization. More important than war, he claims, is peace, but that peace comes with a price, and the price is to chastise those who advocate terror to push their ideological and political agenda. It goes without saying that he is not referring to Franco and his generals.

XIX. Note of the Portuguese Government dated 2 January 1937 (Recruitment of Volunteers for the War in Spain)⁵

This note is a reaction to the memorandum sent by the British Government on 28 December 1936, which declared that the most urgent problem to tackle in the Spanish war was the volunteers. In a memorandum sent to the British and French Governments on 21 August 1936, Portugal had already made it clear that it would walk out of the Agreement if, in any of the signatory countries, the recruitment of volunteers to the war front or public subscriptions for military purposes ever took place. Salazar feels he holds the moral high ground, for he claims that such a thing does not happen in his country, all the more so because, traditionally, the Portuguese usually abstain from taking part in the political struggles of the neighbouring country. Salazar is convinced that the number of Portuguese fighting in the Spanish Civil War is negligible, and even those can hardly be considered true patriots, as most are communists who fled the country before the war broke and have been conspiring "against Portugal" before joining the ranks of the republican militias. Salazar, nevertheless, seeks to locate the clash of ideologies as something occurring predominantly outside Portugal's borders. This clash has made the fight in Spain "inevitable" and has caused the disruption

5. *Idem*: 283-4.

of the international order. If no measures are taken to isolate it, so he argues, other countries can be dragged into the conflict. Consequently, the Portuguese Government sees no impediment to the imposition of legal restrictions to the recruitment of volunteers, although they realize that this is alone will not suffice, for fear it may give way to other forms of support. Again, Salazar pretends to uphold the principle of impartiality: countries should avoid backing one part or the other so that neither can benefit from conditions that are more advantageous. However, he knows that this concern of his can be easily belied, and that is why he spares no words in his attacks on the NIC for not fulfilling its duty to fend off unsubstantiated accusations made against some of the signatories. And what is worse is that two of the countries, Britain and France – though he does not name them –, stirred up by the press, should feel emboldened to recommend measures to the other countries that have not even been heard, in total disregard of the aims and functions of the NIC. According to Salazar, this undermines the credibility and purpose of the committee. Defending this or that course of action towards the Spanish conflict, in spite of the best of intentions, is regarded as a threat to the confidence the countries should place in the NIC. One cannot expect the NIC to serve the cause of Non-Intervention and to observe its deliberations while the political leaders of some of the signatories to express their views about the way in which Spain and all the other countries should conduct themselves. Still, Portugal is willing to honour the spirit of the original agreement and to pass legislation against the recruitment of volunteers in its territory, provided the other countries also agree to do it. However, the Portuguese Government will not give the first step: the Portuguese Bill will be based on that of the other countries.

**XX. Note of the Portuguese Government dated 12 January 1937
(English Proposal concerning the Volunteers for the War in Spain)⁶**

This very same position would be reiterated ten days later, after Portugal received a memorandum from His Majesty's Government on 11 January. Salazar acknowledges the gravity of the situation in Spain, as mentioned in the document, and claims that, in terms of adopting restrictive measures to prevent the enlisting of volunteers, the country will not hesitate to follow suit, as the Portuguese Constitution allows the Government to promulgate such laws without further delay. For that to happen, however, Salazar sets two conditions: that all countries agree on a common date of entry into force of that measure; and that the restrictions are to be applied not only to the nationals of each country, but also to all non-national residents or foreigners in transit to Spain. This reply, Salazar insists, does not mean that by seeking to address the issue of the volunteers, as requested by the British Government, other direct or indirect forms of interference in the conflict are now less important in the eyes of the Portuguese Government. As for the inspection measures, Salazar sees no reason to worry, as the British memorandum reminds its addressees that it should be up to each signatory to fulfil the commitments that had been previously undertaken, and in this respect Portugal has nothing to add. It would take four more months before the Non-Intervention Committee scheme to patrol ports and frontiers came into effect on 19 April.

6. *Idem*: 285-6.

XXIV. Note of the Portuguese Government dated 20 May 1937 (The Withdrawal of the Foreign Volunteers)⁷

In reply to the memo drafted by Charles Wingfield, the British ambassador, dated 18 May, in which the Portuguese Government is requested to join other countries in an appeal for cessation of hostilities so that the withdrawal of volunteers from Spain can be effected, Salazar seizes the opportunity to, once again, criticise the NIC and the diplomatic initiatives of the British Government. He sees this move as gravely affecting the prestige of the very committee that was set up with the sole purpose of preventing foreign interference in the Spanish matters, as its members are being outmanoeuvred by political sleights of hand meant to dodge the more difficult task of reaching a unanimous course of action within that international body. On the other hand, Salazar cannot understand how such moratorium could be executed without a carefully thought-out plan to be duly discussed and approved by the Governments and conflicting parties concerned. Salazar, however, voices his suspicion not only of the way in which the NIC is being side-lined and its members prevented from negotiating their political stances, but also of the opportunity of the British proposal, as rumours were already circulating that one of the parties was preparing a major offensive. The adoption of the proposal advanced by the British Government, Salazar argues, would clearly influence the outcome of the war, as it would dictate the military superiority of one of the belligerents.⁸ This alone would ruin all efforts of impartiality, which Salazar deems necessary for the success of any collective initiative acceptable in the eyes of the conflicting parties. In the light of these considerations, therefore, Salazar rejects the British advances laid down in Wingfield's memo.

7. *Idem*: 297-8.

8. In fact, the Republican Offensive against Huesca would start a few weeks later, on 12 June, only to be cancelled shortly afterwards, when the nationalist troops captured Bilbao.

XXV. Note of the Portuguese Government dated 21 May 1937 (Inquiry into the Destruction of Guernica)⁹

On 26 April, Guernica was carpet-bombed for over three hours, levelling most of its buildings and resulting in a massive number of civilian casualties. Operation Rügen, as it was codenamed, sparked an outcry across the world but Salazar saw no reason why “the Guernica case” should be singled out, when other acts of destruction carried out across the country have not drawn similar international condemnation. Salazar does not seem as concerned about the object of the humanitarian appeals as he is about highlighting the spirit of impartiality as the inspiration behind those appeals. Otherwise, such appeals, so Salazar argues, would merely serve the purpose of reprimanding one of the belligerents. This is all the more suspicious as these humanitarian outcries, so he argues, are only distinctively heard in the press when the military operations of this one particular belligerent result in decisive gains on the ground. Therefore, Salazar does not simply disregard the content of the appeals: he actually claims that humanitarian causes can be made to serve political goals – and when that happens, it desecrates that spirit of impartiality. In fact, Salazar finds it difficult to account for such a sudden interest in Guernica to the point of there being people calling for an international inquiry, all the more so because the town is located in a war zone with a large number of military operations going on there. This alone, he argues, suffices to make Franco refuse to grant permission to such an inquiry, and by doing so, he would meet the expectations of the Basque Government, which would use his refusal to fuel negative speculations about the intentions of the Nationalist forces.

Salazar argues that the attempt to push for an international inquiry is inconsistent with the policy of non-intervention, alleging that since the powers are not taking part in the conflict, they should not be allowed to play the part of judges. What he does not do, however, is to explain how this argument of his conforms to the principles of impartiality and justice. This line of reasoning, taken to

9. *Idem*: 299-300.

its logical conclusion, makes non-intervention and impartiality co-terminous not only with moral indifference, but also with political omission. Salazar concludes that the initiative of the Basques should, therefore, be discarded and that, if an international inquiry is to be conducted, then it should be into all the situations where suffering is inflicted on the civilian population. However, he quashes the plans for the inquiry as he reminds the signatories of the Non-Intervention Agreement that they lack the legal basis to set it up.

XXVII. Address of Salazar at the National Assembly on 6 July 1937 (Portugal, the English Alliance and the Spanish War)¹⁰

The speech delivered at Hall of the Lost Steps of the National Assembly on 6 July 1937, immediately after the attempt on his life (4 July, 1937), where he thanked the officers who succeeded in thwarting it, was focused on the weight the Alliance had in the definition of the Portuguese foreign policy. Whereas in the previous notes Salazar tried to uphold the (albeit ill disguised) principle of absolute neutrality, here he unabashedly lashed out against those who, in Britain and France, raised their voices against the regime's support to the Nationalist forces. By this time, Germany and Italy had already withdrawn from the NIC (on 30 May) and the role of the NIC was greatly curtailed.

In his speech, Salazar seeks to understand the causes that led to attempt, as it does not match the picture that he himself paints of the country. He does not go to great lengths to deny the "fascist" label that has been attached to dictatorship, but draws the line in relation to other countries: Portugal's regime is as "mild as the country's manners, modest like the nation itself, and that values the Portuguese and their work". (2016: 303) Bound together by the higher aspiration of national aggrandisement, so he states, the Portuguese people do not get involved in political agitation nor do they let themselves be torn apart by the hatred of the masses or of class divisions. In other words, nationalism not only suppresses class divisions and keeps the country

10. *Idem*: 303-8.

free of tensions, but also gives people a sense of common purpose and strengthens their belief in the existence of a single, unified social body. Thus, the causes of the attempt on his life, he concludes, cannot be domestic, but international. In his eyes, the systems of ideas – “systems of crimes”, as he calls them – circulating out there are somehow exogenous to the national temperament, and have been born out of the mental and moral distress that currently plagues Europe.

He does not go as far as claiming that such distress has been caused by one single “supreme leader” in a distant empire, trying to pull the strings of world order and bent on the destruction of western civilization. What exists, instead, is a tacit understanding among the “elements” committed to creating disorder; an understanding that renders their actions more effective, as opposed to the lack of coordination of the advocates of order. These elements are all inspired and united by both a “common sentiment” and a “common intelligence”. Therefore, whatever happens inside the national borders is a reflection of supranational ideological or political interests. Here Salazar acts out another role reversal: the insurgents are not fighting against a legitimate Government, they are fighting off the threat to civilization.

This supranational threat prompts Salazar to reflect on how the Anglo-Portuguese Alliance has borne upon Portugal’s foreign policy and its position on the European stage. He starts by claiming that it is necessary to clear any doubts and misunderstandings there may be about the Alliance. Despite the criticisms voiced in UK, Salazar knows that England would never be a champion of communism and that he knows he can trust Britain to prevent Portugal from being absorbed into an Iberian Federation of Soviet Republics.

Salazar provides an overview of the evolution of Portuguese policy since the Revolution of 1926 and explains how the myths of economic, financial and political national decadence were dispelled in a period of ten years, to conclude that Portugal is now stronger than ever before. He acknowledges that it has since long been up to the British to come up with the arguments to defend the Alliance. The first author he chooses is an eloquent example of the way he cautiously reminds Britain that it depends as much from Portugal, as Portugal depends from Britain. Salazar quotes Lord Palmerston, who, in a letter addressed to J. Russell on 9 August 1847, reminded his interlocutor that Lisbon occupied a key strategic position of paramount importance for the

protection of the British naval interests in the Mediterranean. Without Portugal, in the case of a conflict with France and Spain, all ports from Calais to Marseille would be hostile. The actual letter reads:

Those advantages are many, great and obvious: commercial, military and naval, and if we were to lose them, some of them would not be mere loss, but would become formidable weapons of attack against us in the hands of a hostile power. For instance, the naval position of the Tagus ought never to be in the hands of any power (...) which might become hostile to England, and it is only by maintaining Portugal in its separate existence, and in its intimate and protected state of alliance with England, that we can be sure of having the Tagus as a friendly instead of its being a hostile naval station. Only fancy for a moment Portugal forming part of Spain, and Spain led away by France into war with England, and what would be our naval condition with all the ports from Calais to Marseilles hostile to us (...) and with nothing between us and Malta but Gibraltar. (...) If on the contrary the Tagus were at our command, we should occupy an intermediate position greatly impeding the naval movements of France and Spain. (*Apud Bourne, 1970: 276*)

The then Foreign Secretary knew how vital it was to secure Portugal's independence from powers like France or Spain by means of a close alliance that would enable Britain to keep the two major continental powers in check, but Salazar concedes that circumstances have changed for a period of almost a century. France and Spain no longer pose a threat to Britain, and it enjoys peaceful relations with the United States. However, while other powers have gained greater substantial commercial and military weight, the British Empire has expanded. The trading routes across the South Atlantic, the Mediterranean and around the Cape have to be kept free. In this speech, Salazar reminds his British allies of Portugal's strategic location, including that of its Atlantic Islands and of the overseas colonies, and of how their geography lies at the convergence of the major seaways.

This means that the Portuguese and the British still share common interests. And this commonality of interests, so Salazar claims, puts them on equal footing. This emphasis on the interdependence between the two countries undercuts ideas that may exist of superiority or subservience in the bilateral relations. Therefore, if it is true

that the British intervened to help Portugal secure its independence in the past, it is no less true that the Portuguese fought alongside the British in crucial moments of their history. Salazar quotes Lord Nelson's recognition of the valour of the Portuguese navy, namely during the Siege of Malta in 1797 against the French Republic, in a letter to the Marquis of Malta, dated 24 October of that year. Later on, in the preparation of the Waterloo campaign, Lord Wellington, reminding himself of the Battle of Buçaco, longed for the presence of Portuguese troops alongside his men.

In periods of national decadence, this interdependence has been forgotten, but Salazar acknowledges it is not Britain's fault. In fact, it is Britain that has reminded Portugal of the need to remain strong and independent, and not to rely entirely on the Alliance. He goes on to quote the then Secretary of State for Foreign Affairs and Home Secretary, Lord Hawkesbury, who, in January 1802, reminded the Portuguese minister in London that it is only natural that the Prince Regent, considering the political circumstances in Europe, should look after his own army and have it commanded by a trustworthy general; that being the case, then Britain could consider providing military assistance. Otherwise, it would be unwise and irresponsible for the British to ship twenty-thousand men or less to a country whose army lacked organisation. One year later, in a memorandum dated 7 June 1803, the British secretary insisted on that same argument, stating that Portugal could not afford to rely entirely on foreign assistance and that the security of the state should depend on its own efforts. This idea plays into Salazar arguments. If Britain recognises that it has a political interest in the valorisation of Portugal's armed forces, in the reconstitution of its Navy and in the organisation and rearming of its Army, Portugal cannot play down its own importance, and play Britain's underdog:

Como nós, ela pretenderá amizade sincera, aliança fiel, colaboração necessária em termos de úteis, não um trambolho incómodo a confessar-se pelo mundo incapaz de lutar ou viver. (...) [Britain] wants, as much as we do, sincere friendship, a faithful alliance, necessary collaboration on useful terms, and not some sort of irksome stumbling block that goes around confessing to the world her inability to fight or live. (Salazar, 2016: 307)

Or, to put it differently, although the Anglo-Portuguese Alliance is highly valued, Portugal cannot afford to be dependent on Britain's good will. Quite the contrary: it must show its ability to define its own course of action and prove it, and oppose, if necessary, those who, in Britain, unable as they are to perceive the true nature of the Spanish conflict and of the risks that haunt the Iberian Peninsula, rush to judge the Portuguese Government. That is the reason why Salazar dismisses the importance of those criticisms, which he benignly sees as evidence of the frankness that exists between the two countries – a frankness that only helps to consolidate the Alliance and that should not be confused with disloyalty.

He concludes by stating: "the Alliance is not our whole foreign policy and it is not up to England to defend, before or even against us, all our interests". On the other hand, he feels compelled to clarify that, in relation to the Spanish case, unlike what some people say, Portugal is not against the British policy on this question, but at the same time the two countries do not necessarily have to be on the same page. Britain may see the non-intervention policy as way to allow the Spaniards to settle their own affairs internally, without external influence. For Portugal, this is much more than just a matter of principle or conviction. It is rather born out of necessity, and it is here, and in the methods to accomplish this purpose, where the paths of both countries sometimes diverge.

The public opinion in Britain and France not only fails to understand the grave risks that Portugal is facing, but is misinformed about the "true Spanish problem and the nature of the events that unfold there". (Salazar, 2016: 308) People elsewhere may play down the communist threat, but in Portugal "we see it and feel it" and if communism gains a foothold in Spain, the Spanish people will no longer be able to decide their own future and choose their own regime. Salazar's twisted argument is grounded on the idea that nationalism and self-determination are two sides of the same coin. Nations are threatened by the intervention of the (Communist and Socialist) Internationals, which impose their own agendas on the will of the peoples – failing to mention, of course, the violence inflicted by nations upon other nations (as is also the case of colonialism).

It is at this point of the speech that Salazar makes the case for Spanish nationalism: non-intervention cannot play against Franco's

forces, as they are the one true effective barrier against the advance of what he calls "Iberian communism". (308) Hence, the hatred borne to Salazar and his regime – a feeling he does not fear and believes to be fully justified. His argument comes full circle: as stated in the beginning of the speech, his intention was to unearth the causes of the attempt on his life. There was, however, another equally important intention, which was to signal Britain that the Portuguese regime came out stronger from the events of 4 July and that His Majesty's Government could go on relying on the Portuguese to keep their part of the bargain. Despite the criticisms voiced in the international press, the Anglo-Portuguese Alliance was to remain the focal point of the bilateral relations of both countries. And he rounds off his address with a positive note on Portugal's willingness to collaborate with Britain by making reference to the gratitude that the British Government expressed for the invitation to appoint observers to follow the inspection of the Portuguese-Spanish border. This is not to be seen as a concession to Britain, but as a commitment to the transparency that should govern the relations between both countries. The last word in his speech, an explicit reply to the perpetrators of the attempt, sounds ominous: "continuamos" [which could be translated into "we endure" or "persist"].

This aura of invincibility and missionary zeal had been captured by Fox when he visited the country back in 1936 before he joined the International Brigades. His views would differ significantly from those of his fellow-countrymen of the National Government. The words he uses are virtually the same used by Salazar, but with a heavy dose of irony:

Nothing if not up-to-date, Portugal has its national saviour. This gentleman, like his colleagues Franco, Mussolini and Hitler, is also ambitious to save civilization and understands clearly that the shortest, and therefore most merciful, road to salvation of civilization is through its destruction. (...) Dr Salazar has been more fortunate than his fellow-dictators in that he has had an almost universally good press in other countries. *The Times* considers him "one of the greatest finance ministers of modern times" and Dr Salazar himself is understood to consider this rather an understatement". (Fox, 1937: 45)

Conclusion

Reading Salazar's notes and speeches substantiates Fox's assessment. The Portuguese dictator was aware of the nature of the difficulties the regime was facing with a country steep in a fratricide war just across the border. Salazar did not believe in the virtues of democracy. The social and political instability that characterised the First Republic in Portugal and the Second Republic in Spain had given him enough reasons to question the viability and sustainability of democratic regimes in the Iberian Peninsula. Franco, on the contrary, embodied the adamant spirit of the Spanish people trying to fight off the hordes of communists bent on the destruction of civilization (that is, Salazar's very special brand of "civilization") and the abandonment of the traditional values upon which rests the identity of the nations.¹¹ On the other hand, Salazar also knew how far he could go in his steering of the regime's relations with the British Government. In military and economic terms, Britain had the upper hand, but Portugal's strategic location, which had allowed the Anglo-Portuguese Alliance to survive for so many centuries, was key to Britain's hegemonic aspirations. Sacrificing that in favour of an unstable democracy tainted by left idealism would not certainly be in Albion's best interest. As his address at the National Assembly shows, Salazar felt it important to remind the British Ally of the relation of mutual dependency that existed between the two nations.

Works Cited

- Bourne, Kenneth. *The Foreign Policy of Victorian England, 1850-1902*. Oxford: The Clarendon Press, 1970.
- Fox, Ralph. *Portugal Now*. London: Lawrence and Wishart, 1937.
- Garcia, José Luís Lima. *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo*. Doctoral Thesis. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

11. Franco, too, thought highly of Salazar. In an interview for *Le Figaro* on 13 January 1958, he claimed: "the most accomplished, respectable statesman, of all he had known, I will tell you, it is Salazar. Here you have an extraordinary character, for his intelligence, his political sense, his humanity. His only defect is maybe his modesty." (*Apud* Preston, 1998: 61) (My translation).

- Kuin, Simon. "A Mocidade Portuguesa nos Anos 30: Anteprojectos e Instalação de uma Organização Paramilitar da Juventude". *Análise Social*, 28 (122), 1993: 555-588.
- Nogueira, Franco. *Salazar, III: As Grandes Crises (1936-1945)*. Porto: Civilização, 1983.
- Oliveira, César de. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987.
- Preston, Paul. *Las Tres Españas del 36*. Barcelona: Plaza & Janés, 1998.
- Queirós, António de Eça de. "Propaganda e Cultura Colonial". *Jornal do Comércio e das Colónias*, 9 October 1933.
- Salazar, António Oliveira. *Discursos e Notas Políticas 1928 a 1966. Obra Completa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.
- . *Discursos e Notas Políticas II – 1935 a 1937*. Coimbra: Coimbra Editora, 1937.
- Stone, Glynn A. *The Oldest Ally: Britain and the Portuguese Connection, 1926-1941*. Woodbridge: Boydell Press, 1994.
- . "Britain, Non-Intervention and the Spanish Civil War". *European Studies Review*, No. 9 (1979): 139-145.
- . "The Official British Attitude to the Anglo-Portuguese Alliance, 1910-1945". *Journal of Contemporary History*, No. 10 (1975): 729-746.
- Thomas, Hugh. *The Spanish Civil War*. London: Eyre & Spottiswoode, 1961.
- Torgal, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009a.
- . "Salazar and the Portuguese 'New State' – Images and Interpretations". *Annual of Social History*, 2 (2009b): 7-18.

“We Missed Caparica”: a Experiência Educativa do Estrangeiro em *The Young Traveller in Portugal* (1955)¹

Maria Zulmira Castanheira
FCSH-UNL/CETAPS

Em 1947, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se começou a assistir a um enorme desenvolvimento da prática turística, a editora londrina Phoenix House lançou uma colecção ilustrada com o título “The Young Traveller Series”. Ao primeiro volume, dedicado à África do Sul, seguir-se-iam outros quarenta, destinados à faixa etária dos doze aos dezasseis anos. Bem recebidos por pais e professores, passaram a integrar as listas das leituras aprovadas e recomendadas por muitas instituições, nomeadamente a Library Association, a School Library Association e a National Book League. O objectivo era descrever a vida de vários países, expondo os jovens leitores à diversidade do mundo e à diferença linguística e cultural. Os testemunhos que encontramos hoje na Internet de pessoas que recordam o muito que apreciaram na infância ou adolescência tais obras, e o quanto elas os motivaram para o acto de viajar, dão-nos alguma ideia da influência que a colecção exerceu.

1. O presente artigo é uma versão bastante modificada e expandida da comunicação que apresentei na Conferência Internacional *Youth in/and Literature & Society*, 9-11 Julho 2014, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Trata-se de um estudo realizado no âmbito do grupo de investigação “Anglo-Portuguese Studies” do CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, projecto UID/ELT/04097/2013), unidade de investigação avaliada e financiada pela FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal.

Em cada volume, dois jovens passam um determinado período de tempo num país estrangeiro, umas vezes com familiares, outras vezes na companhia de outras pessoas; o facto de se tratar de um rapaz e de uma rapariga potenciava o interesse do público, na medida em que os livros poderiam agradar a leitores de ambos os sexos. Fugindo às convenções mais áridas do livro de viagens (nomeadamente a profusão de informação objectiva, prática, utilitária), a colecção adoptou um método atraente e eficaz de apresentar o Outro ao público infantil e juvenil, publicando narrativas plenas de acção protagonizadas por crianças e jovens que passavam pela experiência de entrar em contacto com as mais diversas regiões do globo. Em 1954, em virtude do fascínio da época pelas viagens espaciais, a colecção abriu-se excepcionalmente ao mundo extraterrestre, tendo então sido publicado o volume *The Young Traveller in Space*, do conhecido autor de ficção científica Arthur C. Clarke (1917-2008).

No ano seguinte, 1955, quando tinham já sido dados à estampa volumes sobre mais de vinte países diferentes, de todos os continentes, foi publicado um dedicado a Portugal: *The Young Traveller in Portugal*, da jornalista Honor Wyatt (1910-1998).² Nos Agradecimentos ("Acknowledgments"), a autora afirma: "This is a book of fiction based on fact. Any resemblance of the characters to actual persons is most understandable." (Wyatt: 10) Estas palavras tornam explícito o quanto a escrita de viagem – que nas últimas décadas tem despertado grande interesse e conquistado o respeito da academia e da crítica – se move num terreno instável, entre a verdade e a ficção, e combina as dimensões subjectiva e objectiva: "travel writing enjoys an intermediary status between subjective inquiry and objective documentation". (Holland e Huggan: 11) Género frequentemente sob suspeita, por se desconfiar da veracidade do narrador, nomeadamente quando este se afasta muito do que é conhecido/familiar, são por isso muitos os autores de livros de viagens que têm a preocupação de

2. Honor Wyatt foi uma jornalista que trabalhou para a BBC e depois como *freelancer*. O seu filho mais velho, Julian (Adrian, na obra em análise), é fruto do seu primeiro casamento com o também jornalista Gordon Glover, e os mais novos, Prudence e Robert, que em *The Young Traveller in Portugal* recebem os nomes fictícios de Patience e William, do seu segundo casamento com George Ellidge, psicólogo industrial, falecido em 1969.

reivindicar para os seus testemunhos um estatuto de autenticidade;³ e o de Honor Wyatt não foge a essa prática, quando afirma, a páginas 61, que só registará aquilo que realmente aconteceu. As fotografias que acompanham o texto, outra forma de registo, concorrem para a credibilidade do relatado, comprovando a prática de documentação visual que crescentemente se foi registando na escrita de viagem após o advento daquela tecnologia da imagem.⁴

Na verdade, a narrativa tem um forte cunho autobiográfico, na medida em que se apresenta como fruto de uma viagem ao Portugal do Estado Novo realizada em 1953 pela autora na companhia do marido (George Ellidge, no texto referido pelas iniciais G.H.), um casal de ideias liberais, e dois filhos, que na obra recebem os nomes de William, de doze anos, e Patience, de quinze (os nomes verdadeiros dos filhos, Robert⁵ e Prudence,⁶ são referidos na dedicatória do livro: “For those excellent young travellers Prudence and Robert”), viagem essa feita com o propósito concreto de Honor Wyatt escrever um livro sobre Portugal.

Apesar do fim utilitário em vista (desconhecemos as circunstâncias em que foi feita a encomenda da obra), não deixa de ser uma viagem por prazer realizada por uma família que se desloca de um centro cultural, a Inglaterra, para uma periferia da Europa, Portugal, a qual se torna alvo de observação e também de comparação.

3. Adopto aqui a definição de livro de viagens proposta por Jan Borm: “any narrative characterized by a non-fiction dominant that relates (almost always) in the first person a journey or journeys that the reader supposes to have taken place in reality while assuming or presupposing that author, narrator and principal character are but one or identical.” (Borm: 17)

A definição de livro de viagens proposta por Paul Fussell ajuda também a perceber a especificidade do género: “Travel books are a sub-species of memoir in which the autobiographical narrative arises from the speaker’s encounter with distant or unfamiliar data, and in which the narrative – unlike that in a novel or a romance – claims literal validity by constant reference to actuality.” (Fussell: 203)

4. À semelhança das narrativas de viagem escritas na mesma época, as fotografias incluídas na obra de Honor Wyatt documentam o mundo rural (trajes regionais, tarefas agrícolas como as ceifas ou as vindimas, carros de bois), vistas urbanas panorâmicas (Estoril e Baixa Pombalina) ou pormenores de espaços urbanos considerados pitorescos (as ruas estreitas de Évora, Lisboa e Porto, com a roupa estendida às janelas e varandas), manifestações religiosas (romarias, procissões), atrações turísticas (Torre de Belém, túmulos de D. Pedro I e D. Inês de Castro, em Alcobaça, a biblioteca da Universidade de Coimbra, construções arquitetónicas ilustrativas do estilo manuelino...), paisagens costeiras (aldeia piscatória da Nazaré) e figuras típicas do povo, como os vendedores ambulantes de melões e louça de barro e os campinos.

5. Trata-se do músico Robert Wyatt, nascido em 1945, fundador da banda rock *Soft Machine*.

6. Prudence, mais tarde Prudence Anderton, nasceu em 1939.

Os protagonistas evidenciam entusiasmo pela constante novidade e diferença com que se deparam, revelando especial interesse pela *autenticidade* que encontram no mundo rural português – e que deixa deprender, da parte da narradora, uma certa nostalgia por um modo de vida pré-industrial que entretanto se perdera na sociedade de que é oriunda (ainda que tal nostalgia não conduza à expressão de uma vontade de conversão a esse mesmo modo de vida).

As férias em família, uma prática que se acentuou no pós-Segunda Guerra Mundial, estão aqui bem ilustradas, constituindo esse, aliás, um dos traços característicos dos viajantes britânicos que visitaram Portugal nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, como concluiu Valentino José Carvalho do Vale Alves:

De facto, nos anos 50 e 60, o turista britânico que visitava Portugal pode, grosso modo, ser catalogado como um indivíduo de meia-idade, de classe média ou média-alta, culto e que viajava em família. Os seus interesses passavam por conhecer Portugal como um todo, não privilegiando grandemente regiões específicas, à excepção, talvez, de Lisboa; fruir da riqueza patrimonial arquitetónica e artística, deliciar-se com o atraso do país e com a natureza afável e ingénua do povo. Portugal era um velho aliado e, simultaneamente, um desconhecido e atractivo destino pautado pela sua natureza paradisíaca. (Alves: 115)

A circunstância de a própria escrita estar na origem da viagem, à semelhança do que sucede com outros viajantes britânicos, é recordada ao longo da obra através de referências frequentes aos apontamentos tirados, quer pela própria autora-narradora, quer pelos seus dois filhos, tendo em mente a tarefa que os move. Apesar de o eu-narrador ser a mãe, o relato é, em larga medida, sobre o que William e Patience viram, o que pensaram e como reagiram, procurando, assim, cativar mais directamente o público-alvo infanto-juvenil a que o livro se destina. Para tal concorre a estratégia narrativa adoptada pela autora de inserir no seu texto excertos de cartas escritas pelos filhos ao irmão Adrian (na realidade, Julian⁷), que havia ficado em

7. Trata-se do actor de teatro, televisão e cinema Julian Glover, nascido em 1935, que participou em êxitos como *Star Wars: Episode V – The Empire Strikes Back*, *Indiana Jones and the Last Crusade*, *Harry Potter and the Chamber of Secrets* e, mais recentemente, na série televisiva *Game of Thrones*.

Inglaterra, ou extractos do diário da filha, dando-lhes pois voz e introduzindo o seu discurso jovial, na primeira pessoa, em que descrevem pelas suas próprias palavras, por vezes com alguma incorreção gramatical, os lugares por onde passaram e os episódios que viveram. Os jovens a quem a obra se dirige são, deste modo, sensibilizados para o interesse em registar por escrito as impressões recolhidas aquando do contacto com uma realidade distinta da de origem.

Esta é apenas uma das vertentes instrutivas de uma viagem que desde o início se assume como educativa, o que a inscreve numa longa tradição. Efectivamente, não só a aquisição de conhecimentos e o alargamento de horizontes estão desde sempre associados ao acto de viajar, como a escrita de viagem, género vocacionado para a tematização e problematização da diferença cultural, integra na sua variada tipologia a viagem de formação, a qual inclui, no seu historial, o ritual ideológico do *Grand Tour*, marcado por aquilo a que Charles Batten (1978) chamou “pleasurable instruction.” Tal prática de uma viagem pela Europa continental, destinada a completar a educação dos filhos das famílias das classes superiores, realizada normalmente após a conclusão dos estudos universitários em Oxford ou Cambridge, viria a perder força ao longo de Oitocentos, à medida que um novo paradigma da viagem, o do turismo de massas, se começava a impor. A viagem de Honor Wyatt a Portugal, na companhia da sua família, tem lugar num século em que o acto de viajar deixara de ser elitista, um privilégio apenas ao alcance de alguns, e, graças ao progresso tecnológico e económico, se democratizara e banalizara. Consequentemente, a prática da viagem sofreu profundas alterações, passando a incluir novos hábitos sociais, nomeadamente o campismo.

Em *The Young Traveller in Portugal* temos precisamente o exemplo de uma família inglesa que vem até Portugal fazer umas férias de vários meses com um orçamento limitado⁸ – o que contrasta com o tipo de viajante britânico de elevada condição económica, como as autoras de *The Selective Traveller in Portugal* (1949) de que falaremos adiante, que no Verão de 1947 se deslocam em carro alugado, com

8. “The point is’, G. H. explained, ‘that we shall really have to camp because it will be so much cheaper. My wife is writing a book about Portugal and we intend to travel from North to South. That will take at least five weeks’.

 (Wyatt: 12)

chauffeur, e pernoitam em hotéis e pousadas –, optando pelo campismo e apresentando-o como uma experiência divertida e simultaneamente instrutiva,⁹ que os portugueses, sobretudo os jovens, também já começavam a viver, como puderam ficar a saber assim que chegaram ao Porto, vindos de Londres:

‘You are going camping?’

‘Yes, once we get into the country’, G.H. told him. ‘Will people think it rather strange, do you think?’

‘Oh no! Ten years ago perhaps, but not now. Quite many people in Portugal do the camping, though more young people than adults. However, everybody will understand. After all, you are English.’

‘You mean, after all we are crazy?’ I suggested.

‘Madam, I did not say that!’ (Wyatt: 12)

Este breve diálogo, que introduz já a questão, que voltará a ser referida, das imagens estereotipadas que as nações têm umas das outras, e que podem concorrer para a falta de entendimento entre os povos – neste caso a autora alude à tão apregoada excentricidade inglesa –, apresenta o campismo como uma opção económica para viagens em família, ainda que não esteja isenta de riscos, como por exemplo o inesperado aparecimento de animais perigosos (um lobo, uma cobra). (Wyatt: 65-66, 116)¹⁰ Tais episódios, porém, são apresentados na obra como aventuras excitantes e memoráveis, que não retiram qualquer entusiasmo aos viajantes. No texto da badana da sobrecapa de *The Young Traveller in Portugal*, onde se faz publicidade a Portugal e se procura motivar os jovens a visitá-lo, pode ler-se: “A camping holiday is fun at any time, but how much more so when it is spent abroad! William and Patience felt they really knew the friendly Portuguese after several months of camping on beaches, on moun-

-
9. Matthew de Abaitua sublinha o carácter educativo do campismo e fornece uma contextualização histórica desta prática, cujas origens faz remontar à Roma Antiga: “The educational role of camping goes all the way back to the Campus Martius of Rome, the martial field where soldiers trained and games were held, and continues today in the ‘campus’ grounds of universities.” (Abaitua: 17)
 10. Numa outra obra de Honor Wyatt, a que farei referência no final do artigo, a autora alerta para a facto de não ser aconselhável que os jovens façam campismo no estrangeiro sem acompanhamento de adultos: “It is extremely unwise for young people to camp on their own in foreign countries.” (Wyatt, 1961: 124)

tain sides, in cottages and tiny chalets all over Portugal.” Habitados a outros confortos, a simplicidade da vida ao ar livre – comer com as mãos, lavar a loiça no mar, enterrar o lixo na areia – leva os jovens protagonistas a interrogar-se sobre o supérfluo da civilização: “The children wondered, with sorrow, why civilization ever went to the trouble of inventing table-linen and cutlery.” (Wyatt: 138) Michel Butor, no seu conhecido ensaio “Travel and Writing”, ao traçar uma tipologia da viagem, atribui à viagem de férias e, nomeadamente, à experiência do campismo, uma dimensão *teatral*, na medida em que constitui um temporário “faz-de-conta”: “(...) travel can become theater. We mimic another trip, change houses for a while, settle elsewhere briefly, seek a new region to live, play at emigrating, at wandering; thus, we go camping and return to a tent or the open, starry skies; for a short time we have no fixed residence.” (Butor: 76) Para os próprios adultos acampar possuía também uma vertente lúdica, ao permitir a fuga à rotina e à pressão do quotidiano cidadão.¹¹ Além disso, a proximidade que este tipo de férias impunha tinha o potencial de promover a união entre os membros da família – não há quaisquer tensões entre os jovens protagonistas de *The Young Traveler in Portugal* e seus pais, reinando a harmonia e a boa disposição –, um aspecto realçado por Orvar Löfgren no capítulo intitulado “On the Move” da sua obra *On Holiday: A History of Vacationing*: “Learning to be a tourist, experiencing exotic places and strange foods often occurred within the framework of ‘the family vacation’ and the family car. This mode of traveling became an instruction in how to be a family. The close living, the common project of vacationing developed new forms of togetherness”. (Löfgren: 63)

Publicado num período em que a escrita de viagem se tornava cada vez menos didáctica e cada vez mais subjectiva e impressionista – libertada já dos constrangimentos das viagens de tempos idos, feitas por pura necessidade e marcadas por provações de natureza vária,

11. For adults, camping offers not a break from work but a different type of work. Simple minor tasks, such as pitching a tent or setting the campfire, which have instant and tangible rewards, take precedence over the complex, abstract or deskilled work of town and city. Beneath this seemingly innocuous recreational pursuit lies a drawing apart from the mediated, passive, mortgaged, stressed lot of contemporary life. To its believers, camping is freedom; to its detractors, it represents a perverse nostalgia for the prison of nature that mankind spent millenia trying to escape. (Abaitua: 18)

para se tornar crescentemente uma prática voluntária e de lazer –, *The Young Traveller in Portugal* apresenta, contudo, um forte didactismo, dados os propósitos da colecção em que se insere. Ao longo do percurso efectuado em terras portuguesas, viajando de Norte para Sul “along the road of history”, (Wyatt: 76) os pais vão dando aos filhos lições sobre a História de Portugal (lugares, edifícios, personagens como D. Pedro e D. Inês de Castro, o Infante D. Henrique, etc.), explicam o modo de fabrico de determinados produtos (por exemplo, o vinho do Porto) (Wyatt: 25-29) ou o funcionamento de certos mecanismos (como uma nora), (Wyatt: 57) e procuram proporcionar-lhes a possibilidade de ver fábricas (de conservas, de cortiça), (Wyatt: 113, 120) assistir a uma romaria, visitar o santuário de Fátima e monumentos como os mosteiros de Alcobaça e da Batalha (os quais, contudo, não são descritos em pormenor, pois as referências a estas construções surgem como tendo sido reproduzidas das páginas do diário de Patience e não seria de esperar de uma jovem o mesmo tipo de descrição que um adulto faria), tendo em vista a sua formação. Mas, significativamente, não foram ver uma tourada, pois tal experiência não é considerada educativa: “ ‘When shall we go to a bullfight?’ William wanted to know. He was told ‘not at all’. For two reasons. One: children are not allowed. Two: neither Patience nor William would enjoy seeing the bull baited, even though the bull is not killed in Portugal, as it is in Spain.” (Wyatt: 66) Repetem-se ao longo do texto expressões como “for the sake of your education”, (Wyatt: 15) “very educational”, (Wyatt: 71) “for educational reasons”, (Wyatt: 112) expressões estas que condensam as traves-mestras da construção do discurso que compõe *The Young Traveller in Portugal*. Apesar do estilo leve e de algum humor, a obra revela uma preocupação: a de que a literatura dirigida a crianças seja séria, do ponto de vista da correcção e rigor da informação, e promova a reflexão e o sentido crítico.

A viagem, neste quadro mental, é encarada como uma forma particularmente rica e proveitosa de aprendizagem, que não deve ser desperdiçada. Quando, inesperadamente, encontram na estância turística de luxo do Estoril – “one of the most famous and expensive holiday resorts in Europe” (Wyatt: 99) – os Smith, a família que mora a seu lado em Londres, duas formas de conceber as férias no estrangeiro são mostradas às crianças. Por um lado, o turismo do sol e praia, sem quaisquer interesses de ordem intelectual, que os Smith procuram,

e, por outro, a experiência da viagem ao estrangeiro como forma de enriquecimento cultural que os seus pais defendem e promovem:

But I think you know [says Mr. Smith], William and Patience, that people like us who come to Estoril for a holiday are not so much coming to Portugal, to a foreign country, as to a beautiful place with plenty of sunshine and lots of sea. We know it's quite artificial really, that it was built simple as a commercial proposition, that it has no history, no traditions, no real daily life, no mellowness. And frankly we couldn't care less! (Wyatt: 108)

G.H. and I had to admit that, artificial as Estoril was, it had a certain appeal. The Smiths said yes, they liked it. It was, after all, very beautiful and the weather was reliable. We agreed. Although this kind of holiday was not, quite frankly, our cup of tea, we felt there was no reason to be snobbish about it. (Wyatt: 107)

É igualmente por essa razão de busca do autêntico que procuram incutir nos filhos, que o itinerário escolhido não corresponde ao recomendado nos guias de viagem que leram previamente. Recorde-se que ler obras acerca dos lugares a visitar constituía há muito uma prática comum, criando expectativas, opiniões, pré-conceitos. No caso dos viajantes que viriam posteriormente a escrever o seu próprio relato, tal hábito de documentação prévia está, não raro, reflectido na obra, sendo frequentes, ao longo da história da escrita de viagem, os casos de intertextualidade, de apropriação mais ou menos óbvia de ideias e de formulações alheias, ou mesmo de plágio

descarado.¹² Tal como Susan Lowndes Marques (1907-1993)¹³ e Ann Bridge (1889-1974),¹⁴ as autoras de uma outra obra sobre Portugal escrita igualmente por encomenda que fora publicada seis anos antes e alcançara grande sucesso, *The Selective Traveller in Portugal* (1949),¹⁵ também Honor Wyatt preferiu fugir ao previsível, optando por visitar locais pouco conhecidos, fora dos *beaten tracks*.¹⁶ Aliás,

-
12. Um exemplo é precisamente *The Selective Traveller in Portugal* (1949). Segundo Ana Vicente, o livro de Susan Lowndes Marques e Ann Bridge foi objecto de plágio em 1956, por parte do Major Osmund Hornby Warne, autor de *Portugal* (Geneva/Paris/New York/Karlsruhe: Nagel, 1956). O caso resolveu-se em tribunal a favor das autoras. Curiosamente, em Portugal o plágio mereceu a atenção do Secretariado Nacional de Informação (SNI), que comprou quinhentos exemplares para distribuição gratuita, ao passo que o original de Lowndes e Bridge não foi objecto de qualquer interesse ou promoção.
 13. Susan Lowndes Marques, escritora e jornalista, filha da romancista Marie Belloc Lowndes (1868-1947), mudou-se para Portugal em virtude de ter contraído matrimónio, em 1938, com o também jornalista Luiz Artur de Oliveira Marques (1898-1976), director do jornal *The Anglo-Portuguese News*. Figura muito activa da comunidade britânica residente em Lisboa, publicou, para além da obra em parceria com Ann Bridge, outras sobre Portugal: *A Practical Guide to Fatima* (London: Burns Oates, 1950), *Travellers' Guide to Portugal* (Londres: Geographia, 1982), *Good Food from Spain and Portugal* (Londres: Frederick Muller, 1956) e *Portugal: A Traveller's Guide* (London: Thornton Cox, 1982). Já após a sua morte foi publicado *English Art in Portugal* (Lisboa: Inapa, 1994), que escreveu com Alice Berkeley.
 14. Ann Bridge é o pseudónimo da escritora Mary Ann Dolling O' Malley, casada com o diplomata Owen St. Clair O'Malley (1887-1974), que em 1945 foi nomeado Embaixador britânico em Portugal. Segundo Ana Vicente, foi o agente literário de Ann Bridge quem sugeriu que ela escrevesse um guia sobre Portugal: "Em 1947, a Embaixatriz foi contactada pelo seu agente literário. (...) Perguntavam se estava interessada em escrever um novo guia de Portugal, que incluiria não só os locais mais conhecidos, como também zonas raramente visitadas por estrangeiros. Ann Bridge aceitou o desafio com grande entusiasmo, mas pôs uma condição: o livro deveria ser escrito por ela e por uma jovem inglesa, casada com um português, que se chamava Susan Lowndes Marques. Esta até já iniciara um projecto semelhante e era a inglesa que melhor conhecia o país." (Vicente: 224)
 15. A obra foi publicada na colecção de livros de viagem "Windows on the World", que surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial, um título que também se poderia aplicar à colecção em que se integrou *The Young Traveller in Portugal*. Segundo Vicente, (226-227) apesar do sucesso obtido no mercado anglo-americano, e de ser um livro favorável a Portugal, não deu que falar no nosso país, nem mereceu a atenção do SNI (Secretariado Nacional de Informação), numa época em que o governo português estava empenhado em promover o turismo por ver nele uma importante actividade económica, geradora de receitas de vulto, e não apenas um veículo de propaganda do país. (cf. Barros: 51) A tradução portuguesa só apareceria em 2009, feita por Jorge Almeida e Pinho, com notas de Ana Vicente (1943-2015), filha de Susan Lowndes Marques, a quem se deve também um livro sobre a sua família: *Arcádia: Notícia de uma Família Anglo-Portuguesa*. (Algés: Gótica, 2006)
Logo no início da sua obra, Ann Bridge e Susan Lowndes são muito claras quanto ao objectivo de dar um retrato diferente do habitual no seu livro sobre Portugal: "And the aim and purpose of the present book is precisely to provide such an 'anthology' of the varied, unusual and beautiful things to be seen in Portugal." (Bridge and Lowndes: 1) Sobre *The Selective Traveller in Portugal*, ver: Vicente 2006, Pinho 2009, Alves 2011 e Pereira 2015.
 16. O itinerário percorrido por Honor Wyatt e família foi o seguinte: porto de Leixões, Porto, Braga, Chaves, Bragança, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Estoril, Cacilhas, Setúbal, Évora, Portimão, Lagos, Sagres, Trafaria, Lisboa e Fátima. A obra inclui, nas páginas 8 e 9, um mapa de Portugal onde surge assinalado o caminho percorrido, com a seguinte legenda: "The thick black line shows the route taken by Patience and William".

nos já mencionados “Acknowledgments” que abrem a obra, a autora reconhece explicitamente que a leitura de *The Selective Traveller in Portugal*, um livro focado em particular nas paisagens naturais e no património construído e artístico, privilegiando a vertente estética, foi preciosa (na obra o guia das duas britânicas residentes em Portugal é carinhosamente tratado por “Susan” (Wyatt: 44, 68, 105 e 116) e agradece a Susan Lowndes Marques, sua amiga pessoal, bem como ao marido desta, Luiz Marques (os dois dirigiram durante quase cinquenta anos o jornal inglês publicado em Portugal *Anglo-Portuguese News*, de que eram proprietários), a ajuda prestada aquando da redacção de *The Young Traveller in Portugal*. Não que lugares turísticos considerados obrigatórios tenham ficado por ver (como por exemplo, no caso de Lisboa, “one of the loveliest cities in Europe”, (Wyatt: 140) a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu dos Coches, o Castelo de S. Jorge), mas, por serem sobejamente falados e até já os conhecerem antecipadamente através de fotografias e postais,¹⁷ não merecem descrição demorada e sim apenas curtas referências. Aliás, a autora não fornece, normalmente, descrições pormenorizadas das paisagens e dos lugares por onde passam: o ritmo acelerado da viagem, sempre em deslocação de um sítio para outro e com pouco tempo, dita o ritmo da descrição e dá origem a apontamentos relativamente sucintos. É possível que descrições longas pudessem ser consideradas cansativas para o público-alvo, pois a narradora diz, a certa altura, que os próprios filhos, às tantas, já estavam “sick of looking at things”. (Wyatt: 87) Um exemplo flagrante de concisão diz respeito a Sintra, lugar venerado por forasteiros de origem britânica desde há muito e transformado em local de peregrinação romântica, o qual era normalmente objecto de arrebatadas descrições por parte dos viajantes estrangeiros. Neste caso são-lhe apenas dedicadas breves linhas, sem as habituais citações de *Childe Harold’s Pilgrimage*, de Lord Byron – nas palavras de Karen R. Lawrence, um exemplo eloquente do modo como “fictional travel impinges on actual travel” (Lawrence: 25) –, por a descrição ser feita

17. Eis um exemplo desse conhecimento prévio de *vistas* turísticas de Lisboa amplamente divulgadas, desse *déjà vu*, que ocorre quando se encontram na Trafaria, a que chamam o Estoril dos pobres: “We were watching one of the world’s famous pieces of stage-craft: sunset over Lisbon seen from the ‘Outra Banda’ of the Tagus.” (Wyatt: 134)

pelo jovem William, a quem escapa a magia do lugar e que afirma prosaicamente não terem subido até ao Palácio da Pena por... estar muito calor. (Wyatt: 122)

A Costa da Caparica, outro local considerado imperdível, foi também propositadamente evitado, por ser demasiado frequentado: "All the guide books we had ever read told us that no visitor to Portugal should miss Caparica (...) As G.H. said, it was all enough to make us avoid the place like the plague. (...) We told one another that *not* seeing Caparica lent a certain distinction to our travels." (Wyatt: 112-113) E houve até quem sugerisse à autora, à custa disso, um título para o livro que estava a preparar: "We Missed Caparica". (Wyatt: 113) Sublinhe-se esta vontade deliberada em percorrer um itinerário alternativo aos consagrados pelos guias turísticos que o próprio título da obra, *The Young Traveller in Portugal* (e também o da colecção em que está integrada, "The Young Traveller Series"), espelha, quando se opta pelo termo *traveller* e não *tourist* (o qual ia ganhando conotações negativas). De facto, o primeiro preserva o sentido de uma viagem que foge à crescente massificação e busca antes circuitos que correspondam a gostos e interesses individuais de cariz cultural. A jovem Patience tem consciência de que a viagem que faz em família foge aos padrões do turismo de massas quando, ao tirarem no Templo de Diana, em Évora, fotografias uns dos outros, comenta que se comportaram " 'Just like ordinary tourists!'" (Wyatt: 116)

Em vez da atitude distanciada, arrogante e até fóbica que marcou muitos forasteiros britânicos de visita a Portugal ao longo dos tempos, orgulhosamente convencidos da sua superioridade civilizacional, as personagens de *The Young Traveller in Portugal* interagem com os naturais das terras que atravessam, visitam as suas casas, entabulam conversa com pessoas das mais variadas classes sociais, incluindo figuras humildes que muitas vezes eram excluídas dos relatos do género, observam os seus costumes, apreciam a gastronomia (memorável) e o modo como é levada a sério pelos portugueses ("Food is not a thing to treat casually"), (Wyatt: 145) aprendem métodos culinários que irão aplicar quando regressarem a casa ("As I helped with the preparations I learned quite a lot of things that I have since applied to my cooking in England"), (Wyatt: 98) adoptam os hábitos das terras por onde passam ("As it was now about tea-time we ordered iced white wine – strange to remember we had once lived in a

world where one drank tea at tea-time"; (Wyatt: 133) "it was certainly interesting to realize that we too, just like the Portuguese, could make our things clean with cold water and sunshine", (Wyatt: 138) enfim, procuram contactar directamente com a realidade portuguesa quotidiana, demonstrando na sua leitura do Outro-português disponibilidade para aceitar a diferença, empatia e até verdadeiro apreço. O leitor infanto-juvenil de *The Young Traveller in Portugal* quase não encontra no livro preconceitos ou depreciativos juízos de valor em relação aos portugueses, seus costumes e crenças. Apenas os excessos de devoção e penitência presenciados em Fátima merecem uma nota de condenação.¹⁸ Porém, a Procissão das Velas é descrita como uma bela e comovente manifestação de fé:

The candlelight seemed the real faith of Fátima, shining with undeniable beauty, just as the reality of a person can shine beautifully through the eyes of a plain face. (...) to all of us, I think, it seemed that the friends we had made in Portugal were here, joining in this act of worship which was surely the fountain-head of the country's faith. (...) They were all there, their faces flickering in the light of faith, their voices raised in singing. We had all met again at the end of the pilgrimage. (Wyatt: 154)

Embora não a mencione na sua obra, Honor Wyatt poderá ter-se documentado mais sobre Fátima também através de uma outra publicação da sua amiga Susan Lowndes Marques, católica, que em 1950 deu à estampa *A Practical Guide to Fátima*, destinada aos peregrinos ingleses. É precisamente em Fátima que termina o périplo da família inglesa por terras portuguesas e a obra conclui com a nota espiritual acima transcrita. A comparação da viagem realizada pelos protagonistas a uma peregrinação remete o leitor para um tipo de viajante do passado medieval, também ele não movido por razões utilitárias: o peregrino. Curiosamente, vários autores têm estabelecido uma relação entre o moderno turista e o peregrino, como fazem Peter Hulme e Tim Youngs: "In many respects pilgrims were ancestors of modern tourists: a catering industry grew up to look

18. "Unused to such frank and unrestrained show of religious feeling Patience and I, threading our way through the kneeling figures and standing groups, stared about us in a kind of horror." (Wyatt: 151)

after them, they followed set routes, and the sites they visited were packaged for them." (Hulme and Youngs: 2)

A imagem essencial projectada em *The Young Traveller in Portugal* é a de um país rural, mas com alguma boa indústria, nomeadamente a de conservas de peixe, (Wyatt: 114) bonitas paisagens, bom clima, excelente comida, vinhos e cigarros baratos ("cheap wine and cigarettes and free sunshine"), (Wyatt: 97) e, sobretudo, com um povo extremamente simpático, hospitaleiro, gentil, bem-educado, (Wyatt: 13, 61) particularmente afectuoso em relação a crianças (Wyatt: 32, 74) e sempre pronto a ajudar os estrangeiros (cruzam-se por várias vezes com estudantes portugueses que falam inglês e se disponibilizam para os ajudar); como é dito na badana da sobrecapa, um país que o leitor ficará com vontade de conhecer: "At the end you will feel you know the Portuguese almost as well as William and Patience, and will be dying to spend your own next holiday in this friendly and exciting country."

Estamos, pois, em presença de uma imagem bastante positiva e até idílica do país como um todo que em muito serve a ideologia do Estado Novo, como observa Valentino José Carvalho do Vale Alves a propósito das narrativas de viagem de autoria britânica:

Apesar da natural predominância turística de determinadas localidades portuguesas, as narrativas turísticas destes livros de viagens escritos por autores britânicos reflectem a imagem de Portugal que foi construída, para consumo interno e externo, pelo Estado Novo e que, em parte, se perpetuou desde então. Esta imagem, que aponta para a existência de uma relação de complementaridade dicotomicamente diferenciadora e unificadora das diversas regiões nacionais, materializa-se nos itinerários de grande parte dos nossos viajantes que concebem Portugal como um país cujos diversos mosaicos culturais (transformados em objectos de consumo turístico) ganham consistência individual a partir da sua integração na composição total. Ou seja, a concepção imagética do Portugal turístico elaborada pelos ideólogos do regime salazarista, de onde se destaca António Ferro, assente numa estetização paisagista (e moral) do país, visando, simultaneamente, realçar as características individuais das diferentes partes e conferir-lhes sentido através da sua integração no todo, tornar-se-á perene. (Alves: 151)

Também Bridge e Lowndes apresentam no seu livro uma idealização bucólica de Portugal e uma crítica implícita à sociedade mundana e industrial – “Portugal is still, thank goodness, mainly an agricultural country” (Bridge and Lowndes, 1949: 22)¹⁹ –, ilustrando essa exotização da realidade portuguesa, o tipo de reacção que Alain Corbin considera um “contra-valor onírico da civilização técnica”. (Corbin: 105) Contudo, apesar de Honor Wyatt representar Portugal como um país acolhedor, pitoresco, exótico, com uma história rica, que vale a pena visitar, a autora não esconde alguns aspectos sombrios da sociedade portuguesa do Estado Novo e o conservadorismo e rigidez dos costumes, nomeadamente no que diz respeito à condição feminina, ainda que não se estenda em comentários. Repara que as mulheres não frequentam os cafés; (Wyatt: 29) que as das classes médias vivem na ociosidade, confinadas ao lar e à condição de esposas e mães, sem direito a exprimir a sua opinião, sem cultivarem interesses intelectuais, (Wyatt: 38) sem autonomia, ao passo que as das classes mais baixas da população trabalham arduamente; (Wyatt: 43) regista o episódio ocorrido na praia do Estoril em que a sua filha foi obrigada por um polícia a ir vestir um fato de banho, por não ser permitido o uso de biquíni, o que por certo permitiu aos potenciais jovens leitores perceber que num outro lugar pode ser vista como falta de pudor ou indecência uma prática que na sociedade de que são oriundos se vai vulgarizando e não causa escândalo; (Wyatt: 108) um outro, passado na praia da Nazaré, em que novamente a sua filha foi admoestada, desta vez por uma mulher do mar, por ter as pernas demasiado à mostra; (Wyatt: 94) constata que as mulheres são arredadas das conversas, provavelmente por se pensar que nada têm a dizer, (Wyatt: 70) o que elas próprias interiorizam; testemunha o modo distante como os rapazes se relacionam com as raparigas e o embaraço de um grupo de estudantes de Bragança quando Patience se lhes dirige directamente;²⁰ observa a falta de instrução das mulheres, como os seus temas de conversa se restringem a “clothes, babies,

19. Sobre esta dimensão do guia de Bridge e Lowndes, ver: Pereira, 2015.

20. She was a young woman and in Portugal one does not treat a young woman with familiarity, especially in the presence of her parents. Patience herself, of course, could hardly be expected to share in this decorum. (...) So she actually looked them in the face and spoke without being spoken to. The young men blushed. (Wyatt: 70)

the climate, and food”, (Wyatt: 37) remetendo-se ao silêncio quando inquiridas sobre assuntos de carácter cultural, como por exemplo quando a narradora pergunta à esposa portuguesa de um inglês residente no Porto acerca do estado do teatro em Portugal.²¹ A estes incidentes avulsos juntam-se outros, igualmente significativos, como o que envolve uma lista de filmes que os católicos poderiam ver, lista essa que encontraram afixada na porta de uma igreja, em Évora. A autora, que regista com agrado o asseio da cidade alentejana, anota o facto com ironia, comentando que a limpeza era também de ordem espiritual: “It was a very clean town all the same, glistening and freshened by water sprays. Spiritually clean too. In a church we saw a list of films that Catholics might safely see.” (Wyatt: 116)

Tratando-se de um livro para crianças e jovens, a componente política não é desenvolvida, mas não deixa de estar presente, bem como alguma crítica social (veja-se, por exemplo, a denúncia dos intermediários que se enchem de dinheiro à custa da exploração dos camponeses ingénuos, (Wyatt: 62) o que merece ser salientado. Através da narração de episódios ocorridos em certos lugares e da reprodução de conversas travadas com portugueses e ingleses com que se vão cruzando, e que veiculam opiniões sobre o regime vigente, a realidade portuguesa é apresentada sob mais do que um prisma e para lá das aparências. Salazar, por várias vezes mencionado, é definido como um “benign dictator” (Wyatt: 37) e descrito por um inglês residente no Porto como um homem reservado, excepcionalmente inteligente, gentil, católico devoto, com sentido de humor, que não fuma nem bebe, honesto, implacável na aplicação de medidas que considera necessárias, e misterioso, um homem que não se dá a conhecer. Quem conduz a conversa é o marido da narradora, que vai fazendo perguntas ao seu compatriota e obtém dele explicações sobre o modo como Salazar chegou ao poder, a ausência de uma real oposição em Portugal e a supressão de determinadas liberdades, mas também elogios à acção acertada de Salazar no que diz respeito à redução das

21. I wanted to know something about the theatre in Portugal. Were they any good playwrights or actors? The Senhora looked faintly worried and glanced at her husband. ‘Peter would know...’ And Peter, when asked, supplied the brief information that since it was forbidden to mention either sex or religion in Portuguese plays there was not what one could call a ‘living theatre in Portugal’. (Wyatt: 37-38)

despesas do Estado, ao equilíbrio orçamental, aos cortes no número de funcionários públicos, ao pagamento das dívidas, à captação de investimento estrangeiro e ao desenvolvimento de infra-estruturas (sistemas de irrigação, construção de estradas, pontes, igrejas, hospitais, escolas, casas, restauração de monumentos).²² Em Bragança, o já mencionado grupo de estudantes de liceu – a quem esclareceram algumas dúvidas sobre a cultura inglesa, pondo assim em evidência os benefícios mútuos do contacto intercultural²³ – explicou-lhes o sistema educativo português (que lhes pareceu ter algumas semelhanças com o inglês) e realçou o facto de nos últimos anos, com Salazar no poder, a alfabetização se ter desenvolvido muito entre as gerações mais novas, apesar de grande parte das crianças abandonarem os estudos por volta dos onze anos, o que surpreendeu William e Patience. (Wyatt: 71) Note-se que a informação veiculada acerca deste assunto inclui aspectos relacionados com a ideologia do Estado Novo, ainda que sem ser comentada: “Great stress is laid on giving the children ‘the right attitude towards life’ and a feeling of pride in their country. Not a pride in physical prowess but in the rightness of the Portuguese way of life. The children belong to the *Mocidade Portuguesa*, the Portuguese Youth Movement. This is compulsory.” (Wyatt: 71) Também o constante barulho de obras em que repararam por onde foram passando lhes transmitiu uma ideia de progresso, de um país “living and lively”, (Wyatt: 86) industrial e em renovação.

As críticas ao regime salazarista ouviram-nas da boca de dois portugueses que conheceram na Trafaria e que lhes falaram do descontentamento silencioso que se vivia em Portugal: “From them we gathered that there are those in Portugal with whom Salazar is not a favourite. Not that they actually said so in so many words.” (Wyatt: 136) Reconhecendo embora que Salazar era um bom católico, disseram-lhes que a religião não é tudo e que era preciso progresso industrial para modernizar Portugal. Duas visões então colidem: por um lado, o ponto de vista do português que gostaria de ver o seu país coberto de fábricas, e, por outro, o dos turistas ingleses que temem

22. Cf. Wyatt: 35-37.

23. “‘It is being very educational to meet you’, said one of the students gravely.” (Wyatt: 71)

essa transformação por tal significar o fim de uma realidade pitoresca que lhes agrada, precisamente por o povo viver da agricultura e da pesca, debaixo de um céu livre de poluição: “G.H. and I shuddered at a vision of this lovely smokeless country breaking out in a rash of factories. But we said nothing.” (Wyatt: 136)

Em outras narrativas de viagem anglófonas do século XX anteriores a *The Young Traveller in Portugal* encontramos esta mesma idealização do mundo rural pelo *olhar* estrangeiro, em tensão com o desejo de progresso dos portugueses, como é o caso do relato *Portugal for Two* (1931), do norte-americano Alexander Lawton Mackall (1888-1968). Também ele um jornalista, dá voz à oposição entre o seu cansaço em relação à mecanização e à vertigem da vida moderna, longe da natureza, que o leva a tanto apreciar o Portugal rústico, e o sonho dos portugueses de que o seu país se desenvolva industrialmente, pois o pitoresco, só por si, não representa prosperidade económica. Numa visão mais alargada, Mackall apercebe-se também, argutamente, da hipocrisia de muitos turistas que tecem elogios ao exótico e ao pitoresco das sociedades sub-desenvolvidas, convencidos, porém, da superioridade civilizacional da nação de que são originários.²⁴

Estas declarações, feitas enquanto quem as proferia olhava receosamente à sua volta, com medo de ser ouvido, deu-lhes a dimensão dos limites à liberdade de expressão impostos em Portugal: “ ‘But I must be careful what I say.’ He lowered his voice like a conspirator. ‘Criticism of the régime is not encouraged here. In England you are fortunate. You are free to say exactly what you like where you like.’ ” (Wyatt: 136) A questão não é, porém, mais desenvolvida, cabendo de seguida ao marido da narradora dar a conhecer aos portugueses que também em Inglaterra existem limitações às liberdades, mas em áreas totalmente diferentes: o facto de os bares fecharem cedo e de as crianças com idade inferior a dezasseis anos não poderem neles entrar, e o não terem a liberdade de planear umas férias ao sol em Inglaterra, sem correrem o risco de ter chuva todos os dias. (Wyatt: 137) Esta nota “humorística” (os termos de comparação são bastante desiguais, pois o que está em causa tem um significado, um valor, e consequências muito distintas) atenua

24. Cf. Castanheira, 2015.

o peso do diálogo com os portugueses descontentes em relação ao regime de Salazar, mas as crianças inglesas assistiram à conversa e, sendo naturais de um país em que se gozava de muito maior liberdade, terão aprendido que as mesmas não vigoram em todos os lugares e que por detrás da imagem de um Portugal aparentemente tranquilo que eles haviam testemunhado, crescia clandestinamente o clima de contestação social e política.

Todos estes diálogos que lhes permitiram recolher informação pró e contra o regime (como jornalista Honor Wyatt procura, ainda que de forma bastante contida, focar os dois lados da realidade visitada) só foram possíveis porque os forasteiros estudaram o idioma português nos meses anteriores à sua deslocação à Península Ibérica, conscientes de que tal conhecimento, ainda que rudimentar, seria uma chave para o estabelecimento de comunicação directa com o povo com que iriam contactar. Viajar entre culturas é também viajar entre línguas, e essa realidade tem sérias implicações na escrita de viagem, um género por natureza transcultural (e que pode ser entendido como uma forma de tradução e negociação em si mesma²⁵), como Michael Cronin salienta: “In a multilingual world, language and language difference is an inevitable feature of travel. How travelers deal with the fact of languages other than their own, or radically distinct varieties of their own language, has clear implications for their capacity to engage with or interpret the realities they encounter.” (16) A língua portuguesa, enquanto marca identitária do povo visitado, constitui um tópico que atravessa toda a obra, quer sob a forma de abundantes palavras e expressões portuguesas preservadas na sua forma original e destacadas em itálico, símbolo da diferença cultural e reveladoras de conceptualizações particulares que não estão disponíveis na língua materna dos viajantes ingleses, quer sob a forma de pedagógicas explicações do uso correcto do idioma português (por exemplo o emprego dos termos *obrigado* e *obrigada*, dependendo do género, questões

25. “In re-presenting other cultures and other natures, then, travel writers ‘translate’ one place into another, and in doing so constantly rub against the hubris that their own language-game contains the concepts necessary to represent another language-game”. (Duncan e Gregory: 4)

de pronúncia²⁶ e formas de tratamento: Wyatt 19, 24 e 31 e 85, respectivamente). Aos jovens leitores é ensinado que é necessário aprender minimamente a língua do país a visitar, o que requer uma preparação prévia, (Wyatt: 23) e que só viajando por um país se adquire um verdadeiro conhecimento da língua nele falada (“the fact is that however much you study a language you never really know what people say till you go to the country itself.”) (Wyatt: 31) O lado lúdico da descoberta e aprendizagem de uma nova língua, bem como do processo de tradução, também é salientado, através de episódios divertidos como os que se seguem:

G.H.’s *Caldeirada a Fragateira*, a kind of fish stew which included eel, skate, and squid with oil and garlic. *Caldeirada* – we discovered in our dictionary – means kettle-full, so that G.H. had in fact been eating a ‘kettle of fish’. Patience enjoyed this bit of translation very much and found several opportunities during the next few days for referring to every difficulty as a pretty *Caldeirada a Fragateira*. (Wyatt: 110)

I explained. ‘*Obrigado* means obliged. You’re not saying “I thank you” but “I’m obliged”. “Obliged” agrees with the subject, so in your case it takes the feminine ending “a”, not the masculine ending “o” which, by the way, is pronounced, “oo”. So William is *obrigado* and you are *obrigada*.’

Patience brightened. ‘What fun! Let’s do it in English too. William, you must always say “thank you” and I shall say “thank ya”.’

And this game entertained them till bed-time, which was early that night. (Wyatt: 19)

No final de *The Young Traveller in Portugal*, completando a função didática da obra, encontramos um índice (Wyatt: 155-158) e um glossário (Wyatt: 158-160) com as palavras e expressões portuguesas que ocorrem ao longo do relato, acompanhadas de transcrições fonéticas aproximadas, o qual pretende ser um auxiliar útil a

26. Como é recorrente nas narrativas de viagem de autoria britânica, a pronúncia portuguesa é considerada difícil: “The fact is that though Portuguese is an easy language on paper its pronunciation is so difficult for English people that even if our vocabulary and grammar are good we are always apt to pronounce an ‘O’ as an ‘OO’ instead of as ‘OO’ and an ‘A’ as ‘A’ instead of ‘Er’, and to make ‘S’ sound like ‘S’ instead of a mixture of a ‘J’ and ‘SH’.” (Wyatt: 24)

eventuais futuros viajantes em Portugal.²⁷

Um grande ensinamento que os protagonistas de *The Young Traveller in Portugal* e os leitores da obra puderam nela recolher: os estereótipos e os clichés acerca dos países e dos povos, enquanto convenções discursivas, são redutores e não obrigatoriamente verdadeiros, embora a carga mínima de informação que veiculam os tornem aptos à difusão massiva e à fácil fixação na consciência colectiva. Este aspecto da obra permite chamar a atenção para o facto de a escrita de viagem ser um género particularmente adequado aos estudos imagológicos, entendidos, na definição de Manfred Beller e Joep Leerssen, como “the critical analysis of national stereotypes in literature (and in other forms of cultural representation) (...) research in the field of our mental images of the Other and of ourselves”. (Beller e Leerssen: xiii) Na verdade, a imagologia – que ganhou especial vitalidade nos anos mais recentes graças, em grande medida, ao trabalho dos dois investigadores atrás citados –, ao debruçar-se sobre os processos de construção das representações caracteriológicas das nações e ao proceder à “desmontagem dos preconceitos na formação das representações literárias”, (Simões: 17-18) tem na escrita de viagem um fértil campo de investigação, como sublinha Alfred Meier: “travel writing must be seen as one of the main sources of national typologies”. (Meier: 449) O confronto entre o Eu que observa (no caso vertente a viajante-narradora, Honor Wyatt, e a sua família) e o Outro que é observado (Portugal, em *The Young Traveller in Portugal*), com a sua diferença e a estranheza que conseqüentemente causa, dá origem a um olhar comparatista (mais ou menos explícito) que gera auto e hetero-imagens discursivas, as quais se enquadram no domínio do que a Psicologia Social designa por *estereótipo* (de carga positiva ou negativa): “We use the term stereotype for any impression of groups held by anybody regardless of whether the accuracy of that belief is disputed. Stereotypes are impressions of groups held by people. The accuracy of those beliefs may be important in its own right, but it should play no part in the definition of stereotypes”. (McGarty, Yzerbyt e Spears: 5) No âmbito dos estudos de imagologia literária,

27. Eis alguns exemplos: Alemtejo (è-len-té'shōō); Bacalhau (ba-kêl-yow'ōō); Inez de Castro (i'nes de kas'trōō); Tras-os-Montes (trâz-ōōzh-mon'tezh); Boas noites (bō'esh noitsh); Fado (fâ'dōō); Inglesa (in-glā'zhè); Obrigado (ōō-brē-gá'dōō).

o estereótipo, com a sua condensação e simplificação de informação relativamente a um grupo, a uma nacionalidade, e enquanto expressão verbal de opiniões, juízos de valor e atitudes que as nações formam e evidenciam ao relacionarem-se entre si, reveste-se de grande importância para a compreensão do modo como as nações se percebem e representam mutuamente.²⁸ Tratando-se de uma forma literária de mediação cultural em que a representação do estrangeiro tem protagonismo, a narrativa de viagem é especialmente propensa a reflectir a tendência das nações para se atribuírem reciprocamente determinados características/atributos/traços de cariz generalizante, o que, como define Leerssen, constitui em rigor o objecto de estudo da imagologia:

A mayores, y a guisa de resumen, señalaré que la Imagología, es decir, el estudio de las imágenes mentales que subyacen a la representación narrativa y discursiva de las diferencias culturales y de las percepciones interculturales relativas al Otro, no se centra en *cualquier* forma de representación cultural, sino concretamente en aquellos casos que [a] recurren a caracterizaciones temperamentales y llevan implicadas supuestas psicologías colectivas, y [b] tienen como objeto pretendidos caracteres “nacionales”. Como consecuencia de ello, las representaciones de países y sociedades, o de ciudades y regiones, por el mero hecho de describir hechos sociales, geográficos o políticos, no constituyen necesariamente un objeto de estudio para el imagólogo, a menos que estén presentes eventuales elementos ligados a algún tipo de atribución caracterológica. (Leerssen: 138)

Importa também ter em conta, como salientam Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, que “o estereótipo levanta o problema de uma hierarquia de culturas: ele distingue o Eu do Outro e, quase sempre, valoriza o primeiro termo em detrimento do segundo.” (Machado e Pageaux: 52) Uma relação de forças desse tipo, em

28. Observe-se que, no campo da imagologia, o termo *estereótipo* é freqüentemente substituído pelo vocábulo *imagotipo*, uma vez que, nesta área, trabalha-se com um objeto – a imagem – que, mesmo podendo manter a sua essência inalterada, suas formas e expressões revestem-se normalmente de múltiplas nuances e apresentam-se através de tons cambiantes, ao passo que o *estereótipo* pressupõe uma estrutura e um significado inalteráveis. (Sousa: 26)
Sobre o conceito de *estereótipo* e o termo alternativo *imagotipo*, proposto por Manfred S. Fisher em 1987, ver também: Leerssen, 2007, Simões 2011 e Puga 2014.

que a cultura observada é vista pela cultura observadora como inferior, é frequente na escrita de viagem britânica sobre Portugal, mas não é essa a atitude que encontramos em *The Young Traveller in Portugal*. Se de facto, em muitas outras narrativas, está patente, de forma mais ou menos explícita, um sentimento de superioridade em relação à realidade portuguesa visitada – ao falar do Outro, o Eu projecta, necessariamente, uma certa imagem reveladora de Si Mesmo e do seu ponto de vista –, neste caso não estamos perante uma reacção de sobrançeria, de hostilidade, e sim de curiosidade, respeito e mesmo de aceitação da diferença, a vários níveis. Ainda que algumas críticas também sejam feitas, por vezes sob a capa da ironia (como sucede no já mencionado episódio relacionado com os filmes), pode dizer-se que a obra exprime, essencialmente, uma ideia de enamoramento por Portugal: ao partirem, este país passa a fazer parte do mapa dos afectos dos protagonistas, os quais levam consigo uma imagem positiva dos portugueses, atribuindo-lhes as já referidas qualidades de simpatia, hospitalidade, boa educação, solicitude, afectividade. Estamos longe aqui dos retratos absolutamente detractores dos portugueses difundidos por narrativas de viagem britânicas dos séculos anteriores, em que estes são pintados não raro como arrogantes, vaidosos, ciumentos, preguiçosos, ignorantes, desonestos, hipócritas, traiçoeiros, vingativos, católicos supersticiosos, de moral dissoluta, destituídos de hábitos de higiene, avessos à inovação, desconfiados em relação aos estrangeiros – traços estes que circularam longamente como uma imagem prototípica dos portugueses.

Procede-se também em *The Young Traveller in Portugal* a uma desconstrução de estereótipos. Nem sempre encontraram em Portugal o clima quente que esperavam, (Wyatt: 56) tal como em Londres nem sempre perdura o nevoeiro; (Wyatt: 145) tiveram oportunidade de explicar aos portugueses que o tão completo pequeno-almoço inglês não faz afinal parte da sua realidade quotidiana; (Wyatt: 70-71) sentiram frio quando se lavaram nas águas geladas de um rio, apesar de os britânicos serem tidos como resistentes a tudo (“Dash it all, we are British!”); (Wyatt: 56) revelaram-se sonhadores, quebrando assim a ideia-feita de que os ingleses não são românticos; (Wyatt: 30) e foram a prova viva, aos olhos dos portugueses, de que o cliché de que os viajantes vindos do outro lado da Mancha eram todos ricos e ficavam sempre em hotéis não correspondia totalmente à verdade:

One of the younger women, offering me a handful of shrimps (which I accepted) remarked that she was pleased to find that there were some 'ordinary' English people. 'In Lisbon', she explained, 'we think of the English as nice but rich people who stay in hotels. But you', she looked at my cotton dress, my sandalled, unstockinged feet, 'but you are just like us!'

It was the nicest thing that was said to us in Portugal. (Wyatt: 145)

O tópico da falta de dinheiro (pouco comum nas narrativas de viagem britânicas sobre Portugal) é aflorado por diversas vezes ao longo da obra (por exemplo nas páginas 112 e 116) e, como contra-imagem do inglês rico e opulento, temos a situação destes viajantes com poucos recursos financeiros:

The clerk listened and soon most of the staff was crowding round to hear how the English family was forced by direst poverty to camp on a beach. The English, who were considered so wealthy, who stayed so often at no less a hotel than the luxury Avenida Palace! Sleeping, in near-rags (our clothes were indeed in a shabby state as the glances of the clerks reminded us) on a beach at Trafaria! (Wyatt: 141)

Fica a sugestão de que é preciso constatar *in loco* como os povos vivem, e julgar com os próprios olhos as diferenças de que as identidades sociais e culturais se constroem, não confundindo os estereótipos com a realidade.

Robert Wyatt ("William") e Prudence Wyatt ("Patience") guardariam para sempre boas recordações da viagem feita a Portugal quando eram crianças. Sabemo-lo pela biografia autorizada do primeiro, publicada em 2014, onde se fazem ouvir as vozes de ambos. Prudence relembra o carácter aventureiro e o imprevisto da experiência então vivida, sem terem ao seu dispor carro próprio ou sequer uma tenda:

Honor researched the Portugal book in 1953, travelling on a shoestring

with eight-year-old Robert²⁹ and his older half-sister Prue. 'We travelled by bus a lot of the time,' remembers Prue, 'although sometimes we were lucky enough to get a lift in a truck or cart or something like that. We slept wherever, in blankets that my mother had stitched up – they were old army blankets of George's. We were just camping, but we had no tent. We'd sleep under the stars: in woods, in forests, wherever we could.' (O' Dair: 24)

Já Robert se revela bastante emotivo quando recorda esses tempos.³⁰ Reconhecendo hoje que Portugal, nessa época, era um país bastante pobre, não deixa de confessar que aos olhos da criança que então era tudo lhe pareceu maravilhoso: "Robert also remembers the trip with affection. 'I absolutely loved the place', he recalls. 'Dirt poor', I now realize, but magical to me at the time.'" (O' Dair: 24) E um seu amigo, mais adiante no livro, narra um curto episódio que sublinha a pobreza do Portugal visitado: "Wyatt is a worrier. When in Portugal with Honor and Prue, he had been so embarrassed at the poverty he witnessed that for a period he refused to wear any shoes." (O' Dair: 37)

Em *The Young Traveller in Portugal* a questão da pobreza não é muito aprofundada mas está presente, umas vezes de forma mais subentendida, outras mais evidente (por exemplo através das várias referências a mendigos), sobretudo quando são relatadas situações relacionadas com crianças que William e Patience testemunharam, o que por certo se prende com o facto de a obra se dirigir ao público infanto-juvenil e, como tal, privilegiar aspectos de valor educativo para os mais novos:

On the edge of the town [Braga] we found a big square of sweet rather dirty little houses whitewashed pink (if you know what I mean!) with white edges to the doors and windows. People were leaning out of the windows screaming to other people and there were a lot of dirty little children about. (The children do seem to be rather dirty and William says he feels horribly superior being clean...) (Wyatt: 46)

29. Na obra, o filho surge como um rapaz de doze anos, reduzindo-se assim a diferença de idade entre os irmãos e tornando mais verosímeis os comentários e observações do rapaz.

30. Tão duradouras foram as memórias desses dias felizes que o EP que Wyatt lançou em 1992, *A Short Break*, tem na capa uma foto sua em Portugal, tirada aquando da viagem feita em criança, em 1953.

E, no Alentejo: “We asked the children if they went to school. No. According to law all Portuguese children of school age should go to school, but, as G.H. said, they could hardly walk to Evora from here every day and presumably they were not rich enough to afford a taxi like us.” (Wyatt: 119) Por serem crianças, contudo, a pobreza e falta de meios não os impressiona tanto quanto aos adultos, como sublinha a narradora a propósito das poucas condições para acolher as multidões de peregrinos que acorriam ao santuário de Fátima: “Patiente and William, however, were not worried. Like young people the world over they amused themselves with small homely things among all this strangely impersonal flow of humanity, far removed, indeed, in place and experience from anything they had ever known before.” (Wyatt: 150)

São muitos os episódios em que William e Patiente se vêem diante de uma realidade que lhes possibilita fazer uma comparação entre as características, os costumes, os níveis de desenvolvimento do seu lugar de origem (a Inglaterra) e os do país visitado – vejam-se, a título ilustrativo, as comparações estabelecidas entre o clima em Portugal e em Inglaterra, (Wyatt: 85) a condição da mulher portuguesa e a inglesa, esta muito mais activa e culta e gozando de bem mais autonomia, (Wyatt: 38-39) os tratamentos dados às crianças, nomeadamente o facto de as portuguesas irem para a cama muito mais tarde e o hábito de lhes ser dado a beber vinho diluído em água desde tenra idade, (Wyatt: 32, 18) ou as diferenças a nível da execução das tarefas domésticas nas casas de classe média, em Portugal essencialmente a cargo de criadas que auferiam baixos salários (Wyatt: 33-34) –, com o conseqüente processo de auto-identificação enquanto ingleses através da diferenciação em relação aos portugueses. Além disso, ao percorrerem Portugal os jovens puderam perceber que se eles eram forasteiros observadores de uma sociedade para eles desconhecida, também eram observados com curiosidade e interesse pelos naturais do país: “Windows opened as we passed and heads appeared.” (Wyatt: 96)

Hoje, na era da globalização, a mobilidade de crianças e jovens é intensa e a sua experiência do estrangeiro muitíssimo frequente, mas à data da publicação de *The Young Traveller in Portugal* essa prática era um fenómeno recente, porquanto até ao século XX a viagem ao estrangeiro estivera praticamente reservada aos adultos. Isso

mesmo diz Honor Wyatt numa outra obra que viria a publicar em 1961, *Young People Abroad*, em que reúne um conjunto sistematizado de conselhos práticos e recomendações úteis para organizar viagens de jovens até aos vinte anos de idade ao estrangeiro.³¹

This is a situation which, fifty or so years ago, did not often occur in the lives of people under twenty, whether British or of any other nationality. True, there were, even then, a few moneyed parents all over Europe who contrived to send their daughters to be 'finished' in Switzerland; there were also some enterprising British families who occasionally chose to holiday in Belgium rather than Bournemouth; some pioneering French, German or Spanish families who spent the summer season in Devonshire rather than Brittany, the Black Forest or the Costa Brava. And there was a sprinkling of students with the initiative to make their way to foreign universities. But these were exceptions to the rule that reserved foreign travel for Adults Only.

There were, apart from expense, various reasons for this. For one thing it was felt that young people were incapable of 'appreciating' the experience of travel. (...) But even more important – to the English at least – were the appalling, though often imaginary hazards of travelling abroad. Hazards to which persons of tender years could not possibly be exposed. (...) more alarming even than foreign water and foreign food, were foreigners! Some of these, of course, were charming, but one could never be sure. After all, they had not had the inestimable advantages of an upbringing such as one had had in one's own country and quite a number of them, though this was hard to believe, did not speak a word of one's own language.

So (...) the young members of the family were left at home, in the safety of nursery and classroom, on a diet of stew and rice pudding. And other Europeans were, in the main, equally unadventurous.

Today the picture of foreign travel has changed, thanks in part to the two wars, those ill winds which have blown at least some good of understanding and friendship through the corridors of Europe. Most of us, both

31. Num breve texto que antecede o frontispício da obra, a editora promove a autora apresentando-a como uma pessoa com um bom conhecimento da matéria de que fala: "Honor Wyatt is the mother of three internationally minded children and since they were very young indeed she has found herself waving goodbye to them from platforms and quaysides as they set off to spend their holidays in other countries."

children and adults, travel much more than we used to. Indeed, travel has become such a thriving industry that it sometimes seems that almost all of us have been almost everywhere. (Wyatt, 1961: 9-10)

Esse manual, em que defende a importância da viagem a outros países para a educação dos jovens, constitui um interessante complemento à leitura do livro *The Young Traveller in Portugal*. Com o volume que integrou a coleção "The Young Traveller Series", a autora pretende ensinar às crianças e jovens como a viagem é uma experiência rica, formativa, transformadora, que proporciona não apenas conhecimento sobre o mundo exterior mas também sobre si próprio.³² Ao sair da zona de conforto da língua-mãe e ao expor-se à diferença cultural, o viajante sujeita-se a uma experiência que põe à prova a sua capacidade de adaptação e resistência, a sua coragem até, por vezes. Em *The Young Traveller in Portugal*, Patience e William nunca passam por situações de risco, mas sair da rotina do seu quotidiano inglês tem uma dimensão de aventura e de desafio pessoal que desde sempre esteve associada à viagem. Para além disso, é uma oportunidade para perceberem que a Europa não é um espaço homogêneo, antes pelo contrário, é feito de diferenças e especificidades – aquilo a que Glenn Hooper e Tim Youngs chamam "Europe and its various Others". (Hooper e Youngs: 1) Sobretudo, reforça-se a visão de que a experiência do estrangeiro pode, e deve, contribuir para promover a tolerância, a compreensão e a amizade entre os povos e fomentar o anti-etnocentrismo.

32. "Travel abroad or to places different than our own, affects identity, for we often define ourselves in reaction to others. Certainly with new experiences and meeting new people, our world vision changes, but we also tend to define ourselves against the other." (Roberson: xviii)

Obras Citadas

I) Fontes primárias

Wyatt, Honor. *The Young Traveller in Portugal*. London: Phoenix House Ltd, 1955.

II) Fontes secundárias

Abaitua, Matthew de. *The Art of Camping. The History and Practice of Sleeping Under the Stars*. London: Penguin Books, 2012.

Alves, Valentino José Carvalho do Vale. *O Olhar das Palavras do Turista Britânico: Representações de Portugal nos Livros de Viagens, 1950-2000*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra, 2011.

Barros, Vera Gouveia. *Turismo em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

Batten, Charles. *Pleasurable Instruction: Form and Convention in Eighteenth-Century Travel Literature*. Berkeley: University of California Press, 1978.

Beller, Manfred. "Stereotype." *Imagology. The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters: A Critical Survey*. Edited by Manfred Beller and Joep Leerssen. Amsterdam and New York: Rodopi, 2007. 429-434.

--- e Joep Leerssen (eds.) *Imagology. The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters: A Critical Survey*. Amsterdam and New York: Rodopi, 2007.

Borm, Jan. "Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology". *Perspectives on Travel Writing*. Edited by Glenn Hooper and Tim Youngs. Aldershot: Ashgate, 2004. 13-26.

Bridge, Ann e Susan Lowndes. *Duas Inglesas em Portugal. Uma Viagem pelo País nos Anos 40*. Tradução de Jorge Almeida e Pinho. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

---. *The Selective Traveller in Portugal*. London: Evans Brothers Limited, 1949.

Butor, Michel. "Travel and Writing". *Defining Travel: Diverse Visions*. Edited by Susan L. Roberson. Jackson, MS: University Press of Mississippi, 2001. 69-87.

Castanheira, Maria Zulmira. "Here-and-there-ing in Portugal in 1929: The Perspective of an American "impression-gatherer". *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*. Editors Irene Maria F. Blayer e Dulce Maria Scott. Vol. 4.2. Special Issue: *Neither Here nor There, Yet Both: The Luso-American Experience*. Guest Editors: Margarida Vale de Gato, Teresa Alves, Rui Azevedo, Teresa Cid, and Isabel O. Martins. Vol. 4.2. (2015): 312-333.

- Corbin, Alain. *História dos Tempos Livres: O Advento do Prazer*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001.
- Cronin, Michael. "Speech Acts: Language, Mobility, and Place". *Travel and Ethics: Theory and Practice*. Edited by Corinne Fowler, Charles Forsdick, and Ludmilla Kostova. New York and London: Routledge, 2014. 16-30.
- Duncan, James e Derek Gregory (eds.) *Writes of Passage: Reading Travel Writing*. London and New York: Routledge, 1999.
- Fussell, Paul. *Abroad: British Literary Traveling Between the Wars*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1980.
- Holland, Patrick and Graham Huggan. *Tourists with Typewriters: Critical Reflections on Contemporary Travel Writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- Hooper, Glenn e Tim Youngs. "Introduction". *Perspectives on Travel Writing*. Edited by Glenn Hooper and Tim Youngs. Aldershot: Ashgate, 2004. 1-11.
- Hulme, Peter e Tim Youngs. "Introduction". *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Edited by Peter Hulme and Tim Youngs. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Lawrence, Karen R. *Penelope Voyages: Women and Travel in the British Literary Tradition*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.
- Leerssen, Joep. "Imágenes nodales (el ejemplo de Carmen)". *Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Coordinadoras: María Jesús Fernández García y María Luísa Leal. Mérida: Gobierno de Extremadura/Dirección General de Inversiones y Acción Exterior/Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 2012. 137-147.
- Löfgren, Orvar. *On Holiday: A History of Vacationing*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999.
- Lowndes, Susan. *A Practical Guide to Fatima*. London: Burns Oates, 1950.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. 2ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- McGarty, Craig, Vincent Y. Yzerbyt e Russell Spears. "Social, Cultural and Cognitive Factors in Stereotype Formation". *Stereotypes as Explanations: The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*. Edited by Craig McGarty, Vincent Y. Yzerbyt and Russell Spears. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Meier, Alfred. "Travel Writing". *Imagology. The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters: A Critical Survey*. Edited by Manfred Beller and Joep Leerssen. Amsterdam and New York: Rodopi, 2007. 446-450.
- O'Dair, Marcus. *Different Every Time. The Authorised Biography of Robert Wyatt*. London: Serpent's Tail. Kindle Edition, 2014.
- Pereira, Teresa. "The Enchantments of the Portuguese Countryside": Escrita de Viagens e Propaganda Turística". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 24 (2015): 235-246.

- Pinho, Jorge. "The Selective Traveller in Portugal': Anacronismos e Peculiaridades de um Olhar sobre Portugal". *Via Panorâmica*, Série 2, nº 2 (2009): 101-128.
- Puga, Rogério Miguel. *Imagologia e Mitos Nacionais. O Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (c. 1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2014.
- Roberson, Susan L. "Defining Travel: an Introduction". *Defining Travel: Diverse Visions*. Edited by Susan L. Roberson. Jackson, MS: University Press of Mississippi, 2001. xi-xxvi.
- Simões, Maria João (coord.) *Imagotipos Literários: Processos de (Des)Configuração na Imagologia Literária*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.
- Sousa, Celeste H. M. Ribeiro de. *Do Cá e do Lá: Introdução à Imagologia*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- Vicente, Ana. *Arcádia: Notícia de uma Família Anglo-Portuguesa*. Algés: Gótica, 2006.
- Youngs, Tim. *The Cambridge Introduction to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University press, 2013.
- Wyatt, Honor. *Young People Abroad*. London: Hurst & Blackett, 1961.

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

Rogério Miguel Puga, *Imagologia e Mitos Nacionais, O Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (C.1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga.* Lisboa e Goa: Caleidoscópio, 2014.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva
FCSH – UNL/CETAPS

O estudo de imagens de Portugal na Literatura Inglesa, a representação de figuras míticas e temas lusos nas letras britânicas tem vindo, ao longo do século XX, a merecer a atenção por parte de académicos, intelectuais e escritores portugueses, sobretudo desde o início da década de 1980, no âmbito das actividades desenvolvidas no Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, mais recentemente, já no início deste século, sob a égide do CETAPS, Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies. Importa sublinhar que as centenas de estudos efectuados no âmbito da escrita de viagens inglesa sobre Portugal, bem como da representação de algumas figuras míticas portuguesas que, desde o Renascimento, vieram a fascinar os homens de letras britânicos (*e.g.* D. Sebastião, Inês de Castro, Camões e, num plano mais secundário e de modo mais superficial, o Marquês de Pombal), se fica a dever ao trabalho sistemático, persistente, exaustivo e, em larga medida pioneiro, realizado por Maria Leonor Machado de Sousa e pelos seus discípulos e continuadores.

Por outro lado, quer no Reino Unido quer em Portugal, tem vindo a crescer o número de trabalhos académicos dedicados à análise da representação da Grã-Bretanha, da sua cultura, da sua história e

das suas letras na Literatura Portuguesa. O exame das relações luso-britânicas na literatura portuguesa, da representação do imagótipo do britânico, de estereótipos da vida, da sociedade e da cultura inglesas entre os intelectuais e poetas portugueses, tem vindo a ocupar um espaço cada vez mais significativo no domínio dos Estudos Anglo-Portugueses. Citaremos a tal propósito os trabalhos que Maria Teresa Pinto Coelho tem vindo, desde há várias décadas, a desenvolver, e podemos, sem de modo algum incorrer em erro, considerar que o volume que nos propomos aqui recensear, da autoria de Rogério Puga, se insere largamente nesta perspectiva do estudo do(s) olhar(es) português(es) sobre a “pérfida Albion”, a mais antiga aliada lusitana e sua rival na corrida das potências europeias pela expansão colonial, inicialmente no Oriente, mas sobretudo no Continente Africano, a partir de meados de Oitocentos, processo vulgarmente designado de *Scramble for Africa*.

Partindo de uma breve leitura e confessa “paráfrase” do “Prefácio” de Delfim Correia da Silva (9-10) ao volume de Rogério Puga, afirmaremos que o episódio do Magriço e dos Doze de Inglaterra marca uma presença constante e recorrente nas letras portuguesas desde 1550 até à actualidade, com particular relevo para os quatro séculos posteriores à publicação de *Os Lusíadas*, no século XVI (1572).

De acordo com Rogério Puga, o “(...) objectivo do seu trabalho foi procurar demonstrar a utilidade da imagologia para o estudo de auto- e hetero-estereótipos, ou imagótipos veiculados por mitos nacionais e proceder a uma análise transtemporal da iconoesfera do episódio-mito na literatura portuguesa, e especificamente em *Doze de Inglaterra (DI) (...)*”, (11) poema-narrativo da autoria de Teófilo Braga, publicado em 1902, doze anos volvidos sobre o *Ultimatum*, que pretendia ser o quarto volume de uma colecção e de um grandioso projecto, que o futuro Presidente da República viria a intitular de “Alma Portuguesa: Rapsódias da Grande Epopeia de um Pequeno Povo”. (12) Porém, como teremos oportunidade de constatar ao longo desta recensão, o autor não se limita a proceder a uma análise do texto supramencionado, procurando, ao longo de toda a primeira metade do seu ensaio, debruçar-se, por vezes de forma profunda e exaustiva, sobre as variantes literárias do tema desde o século XVI, no que respeita os protagonistas, o espaço e os estereótipos nacionais. Procura, deste modo, não só entender a evolução do mito em si

mesmo, assim como do seu significado em cada momento da nossa História, mas a própria forma como as representações literárias do episódio dos Doze de Inglaterra viria, por via literária, a enraizar-se no imaginário colectivo português até ao presente. Outra questão levantada por Rogério Puga é a influência exercida por diferentes poetas e autores, desde o século XVI, sobre Teófilo Braga e a narrativa *Doze de Inglaterra* (1902),¹ sobretudo Luís de Camões e Almeida Garrett, e o próprio exercício intertextual, consciente ou inconscientemente, efectuado pelo poeta na concepção do seu poema.

Para aqueles que eventualmente considerarem que a abordagem do episódio dos Doze não constitui uma efectiva novidade no âmbito académico, tendo em conta estudos cronologicamente anteriores realizados no domínio da historiografia, como os de Artur Magalhães Basto (1935)² e de Carlos Riley (1988),³ importa frisar que ambos abordam apenas a sua dimensão histórica, tomando como referente sobretudo a versão original quinhentista. O trabalho de Rogério Puga analisa transversalmente a evolução do mito desde Quinhentos até ao século XXI, com particular destaque para a sua leitura do texto teofiliano. Por outro lado, não podemos deixar de constatar que, não obstante a juventude do autor do estudo sobre o qual agora nos debruçamos, o seu trabalho é profundamente inovador e meritório, pela sua extensão e pela sua exaustividade, bem como pela solidez da moldura teórica, ecléctica e diríamos quase “polissistémica”, adoptada na análise do *corpus* textual. Numa perspectiva eminentemente comparatista (que nos remete inevitavelmente para a matriz dos Estudos Comparados Anglo-Portugueses), o autor recorre abundantemente a conceitos teóricos do domínio da imagologia literária e cultural, da teoria da recepção, do estudo de temas e mitos literários e da antropologia, nunca perdendo de vista a problemática da relação entre discurso literário e narrativa historiográfica. Podemos afirmar que, apesar de ser ainda um jovem académico e investigador, Rogério Puga revela neste trabalho uma maturidade intelectual e científica invulgares, pela fluidez discursiva,

1. V. *Os Doze de Inglaterra, Poema*. Porto: Livraria Chardron, 1902.

2. *Relação ou Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1935.

3. “Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade”. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1988.

pela qualidade que demonstra do ponto de vista estilístico, assim como pelo modo assaz inteligente como articula o seu discurso e estrutura todo o ensaio.

O volume *Imagologia e Mitos Nacionais, o Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (c.1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga* constitui uma versão revista e alargada da dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses (variante de Literatura Portuguesa), orientada por Maria Leonor Machado de Sousa e defendida na FCSH/UNL em 2006, cujo título original era “A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga: Rupturas e Continuidades em Torno de um Episódio Literário”.⁴ Partindo dessa versão inicial, de grande qualidade mas obviamente mais modesta nos seus propósitos e objectivos, que se detinha sobretudo em temáticas associadas às relações luso-britânicas no poema narrativo de Teófilo Braga, Rogério Puga esclarece, no capítulo introdutório, (9,11) que ambicionou na versão final, dada à estampa pela Caleidoscópico, analisar os auto-/hetero-estereótipos (imagens nacionais) e o sustentáculo ideológico do poema, que designa por “(...) ideologia nacionalista da obra, que recupera um antigo mito nacional histórico-literário.” (11)

Antes mesmo de nos debruçarmos atentamente sobre a estrutura do volume em epígrafe e de procedermos à sua leitura e apreciação mais exaustiva, passaremos desde logo a uma apresentação sumária das credenciais do autor e do seu percurso enquanto académico e investigador, procurando efectuar uma síntese da sua vasta produção bibliográfica. Rogério Miguel Puga desempenha as funções de Professor Auxiliar no Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2014, tendo-se doutorado em 2007, naquela instituição académica com a dissertação *A World of Euphemism: Representações de Macau na Obra de Austin Coates: City of Broken Promises enquanto Romance Histórico e Bildungsroman Feminino*, orientada por João Paulo Pereira da Silva.⁵

4. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

5. A sua tese estaria na origem do volume publicado dois anos mais tarde: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia /MCTES, “Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”, 2009.

Importa, porém, sublinhar que a sua produção científica é vastíssima, incluindo cerca de uma dezena de livros, bem mais de meia centena de artigos, traduções, prefácios e edições dos mais diversos volumes, artigos publicados em jornais, muitas dezenas de comunicações, palestras e conferências. Limitar-nos-emos por esse motivo a citar apenas os títulos que nos pareceram merecer maior destaque, nomeadamente alguns livros, que, para além das dissertações de Mestrado e Doutoramento, veio a publicar entre 2006 e 2015: *O Essencial sobre o Romance Histórico* (2006),⁶ *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-Portuguesas em Macau (1653-1793)* (2009),⁷ *Chronology of Portuguese Literature, 1128-2000* (2011),⁸ *The British Presence in Macau, 1653-1793* (2013),⁹ *Lewis Carroll, Alice para os Mais Pequenos. Tradução, notas e posfácio de Rogério Miguel Puga* (2015),¹⁰ *O Bildungsroman (Romance de Formação): Perspectivas* (2016).¹¹

Rogério Puga obteve o grau de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses, no ano de 1988, e a Pós-Graduação no Ramo de Formação Educacional/Estágio, dois anos mais tarde, naquela instituição académica. Em 2006 alcançou o grau de Mestre em Estudos Anglo-Portugueses (Literatura Portuguesa), com a dissertação que, como afirmámos, daria origem ao volume que pretendemos agora recensear. As suas provas de Doutoramento, a que aludimos no parágrafo anterior, tiveram lugar no ano subsequente, precisamente na instituição universitária em que Rogério Puga obteve os graus académicos anteriores. Ainda em 2007 complementaria a sua formação com o Pós-Doutoramento, obtido durante o ano lectivo de 2007-2008, na Universidade de Lisboa.

No que respeita a sua experiência profissional, de natureza muito diversificada e de âmbito nacional e internacional, o autor iniciaria o seu percurso como assistente na Universidade Nova de Lisboa no ano lectivo de 1999, prosseguindo ainda na mesma categoria para o Instituto Superior de Educação e Ciência, entre Setembro de

6. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 2006.

7. Lisboa: Centro de História de Aquém e Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores) e Centro Cultural e Científico de Macau, 2009.

8. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2011.

9. London and Hong Kong: Royal Asiatic Society, Hong-Kong University Press, 2013.

10. Lisboa: Vega, 2015. Reeditado no mesmo ano na Irlanda: Portlaoise: Everttype, 2015.

11. Londres e Lisboa: CETAPS, FCSH/UNL, 2016.

2000 e Junho de 2005. Entre Setembro de 2007 e Agosto de 2009, foi Professor Auxiliar na Universidade de Macau e, entre Setembro de 2011 e Agosto de 2014, Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Lisboa. Em Setembro de 2009, foi-lhe atribuída uma bolsa de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo desempenhado as funções de Investigador Auxiliar do CETAPS, na FCSH/UNL. No ano lectivo de 2014-2015 foi contratado como Professor Auxiliar Convidado por esta última instituição, tendo obtido o cargo de Professor Auxiliar, por concurso público, em 2017. Desempenha paralelamente funções semelhantes no Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, desde Janeiro de 2015.

O autor é actualmente investigador no CETAPS da FCSH/UNL, colaborando igualmente com outras unidades de investigação, quer na instituição em que lecciona quer noutras faculdades. Citaremos a tal propósito o Centro de História de Aquém e Além-Mar da UNL, o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Interculturais do Instituto Superior de Administração e Contabilidade do Porto (ISCAP).

A esfera de investigação e a produção científica de Rogério Miguel Puga é sem dúvida multifacetada e ecléctica. Ela tem vindo, contudo, a incidir preferencialmente sobre os domínios dos Estudos Anglo-Portugueses, da Literatura Inglesa, da Literatura de Viagens, dos Colonialismos Comparados (Estudos Pós-Coloniais), da História de Macau e, mais recentemente, da literatura infanto-juvenil, área de estudos sobre a qual tem vindo a organizar exposições na Biblioteca Nacional de Portugal. Cabe finalmente aludir à vasta experiência do autor enquanto coordenador e responsável editorial de dezenas de volumes, lista infindável de títulos que obviamente nos eximimos de citar. O autor tem participado igualmente no corpo redactorial ou editorial de diversas publicações científicas, de diferentes especialidades, nomeadamente: *Romance Studies*; *Anais da História de Além-Mar*; *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*; *European Journal of Macau Studies*; *OP. CIT.: A Journal of Anglo-American Studies*, desempenhando a função de *reviewer* de outras tantas revistas académicas e *journals*.

Para além da introdução e da conclusão, o volume *Imagologia e Mitos Nacionais*, encontra-se estruturado em duas secções praticamente simétricas – “Parte Primeira – O Mito Nacional dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa até à publicação do Poema

Narrativo de Teófilo Braga (1902)” e “Parte Segunda – A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga”, a primeira das quais se encontra articulada em dois subcapítulos, estando a segunda estruturada em seis subcapítulos distintos. Assim, e de acordo com as palavras do autor, na “Introdução” ao volume, ao longo da primeira parte do ensaio, são estudadas as múltiplas variantes do tema, desde o século XVI, no que respeita o espaço e os estereótipos nacionais, elementos retomados e revisitados ciclicamente, por um sem número de poetas portugueses, ao longo de quatro séculos. Esta secção do volume em apreciação permitiria a Rogério Puga proceder a uma abordagem diacrónica da evolução do mito nas nossas letras, das inovações introduzidas por diferentes autores, bem como da sua sedimentação no imaginário colectivo do povo português, através da disseminação da representação do episódio efectuada por Camões, em *Os Lusíadas*, por via do sistema escolar, e da sua inevitável popularização e democratização, que redundariam na sua recuperação e ressurgimento em determinados momentos da história social e cultural portuguesa, quer ao longo do século XIX quer já na segunda metade do século XX. Recordemos a tal respeito o célebre episódio da deslocação da Selecção Nacional ao Reino Unido, em 1966, liderada por Otto Glória, quando a equipa portuguesa passa a ser apelidada pelos *media* de “Magriços Renascidos.” A própria disputa da fase final do Campeonato do Mundo, onde a selecção lusa conquistaria o terceiro lugar, reflecte não apenas a perenidade da temática da cavalaria no imaginário ocidental, como “ ‘uma evocação da lusitanidade,’ através da analogia deliberadamente estabelecida entre ‘Magriço Eusébio’ e os jogadores e os Doze de Inglaterra, como reserva do património ideológico da nacionalidade.” (Puga: 12-13)

Acrescentaremos a tal propósito que o feito alcançado pela equipa portuguesa em 1966, seria sabiamente aproveitada pelo Estado Novo e pelos *media* nacionais, precisamente com uma motivação político-ideológica algo evidente. Tratava-se de um período de “crise” nacional, tal como aquele que se vivera em 1890, em que se combatia aquilo a que alguns historiadores já chamaram a “última

guerra imperial".¹² Num momento histórico em que as restantes nações europeias haviam atribuído a auto-determinação às suas colónias, Portugal achava-se na iminência de perder aquilo que restava do seu vetusto império colonial (as então chamadas "Províncias Ultramarinas", num registo que hoje classificaríamos de politicamente correcto). O país encontrava-se crescentemente isolado no plano diplomático e, quer o Conselho Geral, quer o Conselho de Segurança da ONU aconselhavam Portugal a descolonizar. Como se sabe, o processo tivera início em 1961 com a ocupação da Índia Portuguesa pela União Indiana, prosseguindo com o conflito nas colónias africanas, que perduraria até 1974. O longo processo da Guerra Colonial significaria para Portugal o seu crescente isolamento do ponto de vista diplomático, sendo progressivamente abandonado e hostilizado, inclusivamente por alguns aliados da NATO, bem como pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (e obviamente pelo Bloco de Leste, que apoiava os movimentos de libertação), assim como por nações da Europa Ocidental, sobretudo os países do Benelux e as nações escandinavas. A crescente aproximação de Portugal às auto-proclamadas "repúblicas brancas" da África Austral (África do Sul e Rodésia, onde vigorava o regime do *Apartheid*) e as relações de boa vizinhança e entreajuda com elas mantidas levariam, inclusivamente, em 1965, ao bloqueio do porto moçambicano da Beira pelas forças navais inglesas, que procuravam impor a resolução da ONU, decretando sanções económicas à república secessionista da Rodésia, liderada por Ian Smith.¹³ Também aqui, Portugal, "orgulhosamente

12. V. António José Telo. "Política Externa." *Dicionário de História do Estado Novo*. Dirs. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. 774.

13. V. José Medeiros Ferreira. "Aliança Luso-Britânica." *Dicionário de História do Estado Novo*. Dirs. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. 34-35. O bloqueio ao porto moçambicano da Beira pelas forças navais britânicas foi aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU (Resolução nº 221, de 9 de Abril). Era através da Beira que a Rodésia, nação que declarara unilateralmente a sua independência em relação ao Reino Unido e que, pela sua situação geográfica, não tinha acesso directo ao Oceano Índico, recebia regularmente fornecimentos de combustível por via terrestre (pelo Caminho de Ferro da Beira, por estrada e por oleoduto) e procedia à exportação dos seus produtos: amianto, minério de ferro, crómio, zinco, produtos agrícolas e carne.

De acordo com o autor, o Reino Unido aconselhou por diversas vezes, ao longo das décadas de 60 e 70, Portugal a sentar-se à mesa das negociações com os movimentos de libertação. É igualmente sabido que determinados sectores da esquerda britânica e alguns *media* denunciavam abertamente as atrocidades cometidas pelas forças armadas portuguesas no teatro de guerra.

só", fora traído pela velha aliada e por outras nações amigas, por motivos que ocultavam obviamente interesses inconfessáveis de teor económico e geoestratégico, como o futuro viria a demonstrar.

O mito literário em questão ficcionaliza, deste modo, logo a partir dos primeiros textos quinhentistas, os primórdios das relações luso-britânicas, a história da Dinastia de Avis e, em particular, das famílias Coutinho e Vaz de Almada, tendo sido deliberadamente usado e revisitado, com propósitos de natureza ideológica, sobretudo durante o século XIX e após o *Ultimatum* (1890), com o propósito explícito ou implícito de condenar a mais velha aliada de Portugal, a Grã-Bretanha, no âmbito daquilo que Rogério Puga designa como "nacionalismo colonial", (12, 18-20) verberando a sua ganância e a sua traição à sua antiga aliada.

Tal como afirma Rogério Puga, muito embora o objectivo do seu volume não seja proceder a um tratamento exaustivo dos contextos de produção e de recepção dos textos que abordaram a figura mítica do Magriço e dos seus onze companheiros, dos pontos de vista literário e ficcional, de Jorge Ferreira de Vasconcelos a Teófilo Braga, as aventuras dos cavaleiros lusos constituíram motivo e tema literários durante cerca de cinco centúrias. Esse fenómeno de revisitação literária e mitificação presta-se a um estudo no âmbito das relações luso-britânicas, que serviria largamente de mote ao volume *Imagologia e Mitos Nacionais*. De acordo com o nosso autor, desenvolve-se desde o século XVI: "(...) [U]ma rede de (inter)textos e de interdiscursos que textualiza imagens ideológicas e idealizadas do Outro inglês e do *Self* português, num passado recuado e glorificado." (Puga: 16-17) Deste modo, um dos objectivos centrais traçados pelo autor para este trabalho é precisamente a representação da Grã-Bretanha e do mundo anglófono na literatura portuguesa, prestando um contributo para a análise do estereótipo da Inglaterra enquanto velha aliada (mas igualmente rival) no imaginário literário nacional, tomando como objecto de análise o mito dos Doze.

A primeira parte deste ensaio, cujos objectivos se encontram exaustivamente delineados na "Introdução," (17-24) encontra-se articulada genericamente em duas secções distintas. Consideramos que, na primeira (1.1.), intitulada "Imagologia, Identidade(s) e Mitos Nacionais Literários", se encontram delineados os fundamentos e a moldura crítica aos quais todo o trabalho se encontra subordinado. Trata-se

de uma secção de natureza teórica, que na realidade se revela um excelente texto doutrinário, ao longo do qual, com particular mestria, Rogério Puga define conceitos-chave, como imagologia, nacionalismo e identidade nacional, a partir dos quais procederá na secção seguinte e nos capítulos subsequentes (com particular destaque para a segunda parte da obra) ao estudo da evolução do episódio dos Doze até ao século XIX. Assumindo uma perspectiva que nunca poderia deixar de ser comparatista, o autor pretendeu contextualizar o poema teofiliano numa longa tradição de abordagem do mito. Ao estudar atentamente os paratextos das três obras que integram a colecção “Alma Portuguesa”, os apartes em *Doze de Inglaterra* e outros escritos de Braga, Rogério Puga não esquece que, na sua totalidade, eles revelam a carga ideológica do projecto, o seu propósito de cariz nacionalista e cultural e o próprio objectivo didáctico da obra, através da qual Teófilo, republicano e iberista, terá pretendido prestar o seu contributo para o “(...) enriquecimento da memória colectiva e da identidade cultural, com base em auto- e hetero-estereótipos e na comparação por (dis) semelhança com a Grã-Bretanha.” (18) Deste modo, a abordagem crítica de *DI* terá alegadamente permitido ao autor estudar a actividade de Teófilo Braga como ideólogo e “(semi)mitógrafo”, (18) aquele que procede a uma recriação de narrativas de identidade nacional, mitificando e glorificando o passado, com o propósito de entender o presente e definir ou descortinar o futuro. Nessa medida, e na senda de Eduardo Lourenço, (18) Rogério Puga defende ser o nacionalismo um fenómeno não apenas político, mas também cultural e presente no quotidiano de qualquer povo.

O nosso autor não poderia deixar de nos recordar que o nacionalismo de Teófilo Braga e, de um modo geral, do republicanismo português, “(...) não advoga lealdade à Monarquia após o Ultimato, tentando capitalizar o descontentamento popular para instaurar a República. (...)” (20) Assim, o orgulho nacional que *DI* pretendeu despertar, à data da sua publicação em 1902, é de natureza histórica, social e cívica, não pretendendo de modo algum sustentar o regime político então vigente, mas sim transformar a memória histórica em instrumento que favorecesse a coesão e o ressurgimento da nação portuguesa, no contexto de uma federação de repúblicas ibéricas. (20)

Nas sucessivas secções em que se encontra organizada a primeira parte do volume e, mais precisamente no ponto 1.2.2., “O Mito

Nacional dos Doze de Inglaterra como Tema Recorrente na Literatura Portuguesa,” o nosso autor dedica-se, no fundamental, à abordagem de duas questões consideradas cruciais: a função do mito nacional literário e a relação entre história e ficção, em que Rogério Puga se debruça sobre a representação literária de figuras históricas referenciais (neste caso Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, e Álvaro Vaz de Almada), efectuando um longo e exaustivo elenco dos principais textos anteriores ao poema narrativo de Braga, alusivos ao episódio dos Doze. Esta última secção reveste-se, de grande interesse, não obstante a sua dimensão, pois nela Rogério Puga não se limita a enumerar textos, mas igualmente a estabelecer relações intertextuais entre eles, procedendo nalguns casos a uma abordagem sumária dos mesmos. Em cerca de quarenta páginas, o autor procede, nalguns casos, à elocagem de textos e autores considerados no presente contexto paradigmáticos e, em muitos outros, a uma análise (ainda que, nalguns casos bastante sumária de dezenas de textos) alusivos ao mito nacional dos Doze.

Nessa medida, no ponto 1.2.3., o autor toma como ponto de partida o manuscrito quinhentista intitulado “Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses” (c.1550), (66-71) anteriormente estudado por Carlos Riley (historiador e académico que o considera uma transcrição refundida e adulterada de uma primitiva versão da tradição oral), (Riley: 9) passando em revista cronistas medievais, como Fernão Lopes (*Crónica de D. João I*) (1443) (69-71) e a obra de Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* (1567). (77) Segue-se cronologicamente uma análise do episódio dos Doze de Inglaterra em *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões, texto fundamental que marca uma nova etapa na evolução da representação literária do episódio, transformando-se aquela que até então fora uma narrativa e mito familiar, (cujo objectivo inicial era sobretudo a autopromoção da família Coutinho e a ficcionalização das linhagens destes últimos e dos Almadás) num dos mitos fundadores nacionais. Rogério Puga sublinha a este respeito o carácter decisivo da inserção do episódio no poema épico, para a sua perenidade no imaginário português, nomeadamente na cultura e na literatura. (71-77) De uma perspectiva diacrónica, seguem-se alusões às obras dos comentadores, biógrafos e editores de *Os Lusíadas* e às suas versões do episódio, nomeadamente a Pedro de Mariz e aos seus

Diálogos (1594) (76) e a Manuel Correia (1613) (77) e à sua edição da epopeia camoniana, antecedida de uma biografia do poeta.¹⁴ O autor refere-se igualmente à versão em língua castelhana, da autoria de Manuel Soeiro, contida no volume *Anales de Flandes* (1624). (77-78) De acordo com Rogério Puga a importância deste texto reside no facto de nele se proceder à listagem dos nomes de todos os doze cavaleiros lusos, nele se aludindo em simultâneo a alguns combates de Magriço e de outros portugueses por terras de França e de Inglaterra. (77-78) Por outro lado, é igualmente sabido que Manuel Soeiro é o primeiro autor a associar os heróis lusos aos primórdios da expansão marítima portuguesa, tendo em conta os laços familiares que uniam as figuras históricas em questão e os seus descendentes às personagens da nobreza lusa que participaram na primeira fase das Descobertas. Seguem-se igualmente alusões a algumas comédias barrocas ibéricas, em que o episódio faz a sua aparição, como a peça *Los Doze de Inglaterra* de Jacinto Cordeiro (1634), (78-80) bem como ao papel determinante assumido pela literatura de cordel na disseminação do mito, durante os séculos XVII e XVIII. (81-82)

O interesse pelo passado medieval e pelas origens nacionais mais remotas conduziria os românticos a uma recuperação do mito. (83-96) Rogério Puga cita a tal propósito diversas obras datadas deste período literário, entre as quais destacaremos o fragmento poético-narrativo de Almeida Garrett, marcado pelo colorido histórico e um *pastiche* do imaginário camoniano, intitulado *Magriço e os Doze de Inglaterra* (1823-1833), (87-94) um dos intertextos do poema teofiliano, em que Magriço é consagrado como símbolo do heróico passado luso e cada vez mais associado à traição colonial britânica. Outros textos da Era Romântica igualmente referidos pelo autor são a peça de Jacinto Loureiro que inaugura o Teatro Nacional, (94-96) os *Versos* (1858) de Francisco Gomes de Amorim, (85) ou Camilo Castelo Branco com a composição poética “Extermínio de Inglaterra/Trovas Alegres” (1890). (99-100) O agravamento das relações luso-britânicas e os sucessivos conflitos e negociações em torno das pretensões imperialistas inglesas em África constituem, sobretudo a partir de

14. Bem como de Manuel de Faria e Sousa e da sua edição comentada da epopeia camoniana: *Os Lusíadas, Comentados por Manuel de Faria e Sousa*. 2 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972 (1639).

1870, motivo para a recuperação do mito dos Doze e de arquétipos e auto-estereótipos nacionais. Deste modo, à semelhança do que sucederá em 1902 com o poema-narrativo de Teófilo Braga, todas as restantes obras que retomam ou revisitam o episódio associam-no ao patriotismo e a ideias nacionalistas, tendência que se acentua após o *Ultimatum*. (96-101) Nessa medida, o mito dos Doze passará a tornar-se parte integrante de toda uma simbologia patriótica e de resistência ao imperialismo britânico, ao longo de todo o período compreendido entre 1890 e a implantação da República. (98-99)

A segunda parte do volume, de título “A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga” é, sem dúvida, estruturalmente mais complexa, mas igualmente mais abrangente e ambiciosa nos seus propósitos. Ao longo da secção 2.1., intitulada “A Recuperação de Mitos e Auto-Estereótipos na Obra de Teófilo Braga”, o autor pretendeu analisar o processo de representação do mito dos Doze, procedendo à análise de um texto específico – *DI*, de Teófilo Braga. Rogério Puga atribui particular ênfase às rupturas e continuidades na secular tradição de abordagem do episódio na literatura portuguesa, pretendendo oferecer o seu contributo para o estudo deste mito e da sua função na construção da identidade nacional, processo efectuado em simultâneo através evocação do mito da “herança sagrada” construído em torno da epopeia das Descobertas. (105)

Sendo a aliança luso-britânica, a mais antiga no mundo ocidental, em cujos primórdios a acção do episódio dos Doze decorre e sabendo-se que ela é parte integrante da identidade cultural portuguesa, da sua história política e diplomática, não nos poderá causar admiração que Teófilo Braga tenha recuperado num dos volumes integrados na colecção “Alma Portuguesa” (cujo propósito central era reabilitar a alma e o sentimento pátrios), outros episódios lendários e míticos, como a Lenda de Machim. (135-137) A referida colecção é dada à estampa num período posterior ao *Ultimatum*, acontecimento histórico do domínio da política externa e da diplomacia, que virá a assumir repercussões drásticas no âmbito da política interna. Como se sabe, os republicanos viriam a capitalizar os efeitos politico-ideológicos deste acontecimento, nomeadamente o descontentamento popular face à crise económica e à profunda humilhação a que o Reino Unido havia submetido o país, bem como do sentimento

crescente e profundo de decadência nacional. A colecção lançada por Braga pretendia, no essencial, constituir um contributo para o encorajamento moral do povo português, por via de um enaltecimento e sobrevalorização da cultura e identidade nacionais, com base na mitificação de um passado glorioso. (112-118)

Teófilo recupera, de um modo geral, um tema medieval abordado quer por Camões quer por Garrett, efectuando a síntese intertextual das tradições camoniana e garrettiana. (106-108) É precisamente na senda deste último que Teófilo Braga recupera o episódio, assumindo-se como seu continuador, transformando o seu poema-narrativo num intertexto da composição inacabada de Garrett, *Magriço ou os Doze de Inglaterra*. Tendo em conta o cariz medievalizante, nacionalista e historicista do projecto teofiliano, ao ficcionalizar o episódio é inevitável que o autor assuma o poeta romântico como paradigma. (106-107) Braga assume a postura de herdeiro do nacionalismo literário garrettiano e dos seus ideais, tendo em conta que o precursor do Romantismo em Portugal advogava, tal como Teófilo, o carácter cívico da literatura e o regresso às tradições, através do estudo da literatura da tradição oral e do folclore, assumindo ambos os autores o papel de "(...) poeta-cidadão e pedagogo enquanto mestre político e espiritual." (106) *DI* nasce, sem dúvida, de uma síntese em simultâneo camoniana e garretiana, desempenhando Braga um papel precursor no neo-romantismo finissecular, o de porta-voz da alma nacional e de intérprete do *Volksgeist*. Por outro lado, ao mitificar e imitar Camões, Teófilo converte o expoente máximo do Renascimento português no principal intérprete do "espírito de nacionalidade", (106-107) promovendo a centralidade mítica e histórica do poeta no âmbito do nacionalismo cultural e do patriotismo republicanos. É forçoso recordar que o carácter icónico de Camões, iniciado com Garrett em pleno Romantismo, atinge o seu auge nas comemorações do Tricentenário do poeta (1880) e sobretudo com a crise aberta pelo *Ultimatum*, prolongando-se por todo o período finissecular. (107-108) Camões, tal como os paladinos lusos de *DI*, tornam-se importantes forças de coesão e símbolos essenciais para a construção e o reforço da identidade nacional, através das artes e das letras.

Já na secção 2.2., Rogério Puga pretendeu alegadamente efectuar um estudo dos elementos paratextuais da Colecção "Alma Portuguesa", (110-125) nomeadamente das formas e das funções nela

desempenhadas pela retórica nacionalista, no intuito de estimular e despertar a confiança e orgulho nacionais, partindo de uma mitificação de um passado histórico distante e glorioso. (111) Embora este passo do volume nos pareça, por vezes, tornar-se algo redundante e reiterativo, tendo em conta toda a informação fornecida pelo autor a tal propósito em trechos anteriores do seu estudo, não deixa de conter alguns elementos de novidade, nomeadamente quando se afirma que a referida “Colecção”, lançada por Teófilo, constitui uma manifestação fantasiosa do génio nacional e uma reflexão acerca dos mitos fundacionais da nação portuguesa, bem como do seu enraizamento no imaginário colectivo de todo um povo. Tratar-se-ia de uma tentativa de representação literária e ficcional da alma portuguesa, que pretenderia explicar, de uma perspectiva eminentemente cultural, a antiguidade da nação, através de uma evocação da raça, da história, da tradição e da língua, que pretendia na realidade legitimar os interesses nacionalistas lusos coevos. (114-115) Neste preciso contexto, para além da introdução de *Viriato*, romance que versava o mito do herói libertador, fundador e símbolo da independência lusa, torna-se igualmente interessante referir que na mesma colecção figura uma peça dedicada a Gomes Freire de Andrade,¹⁵ ao longo da qual se denunciam os abusos de poder cometidos pelos britânicos em Portugal. (116-117) Trata-se, mais uma vez, de um texto de interesse para os Estudos Anglo-Portugueses, numa colecção que visava mitificar, glorificar e eternizar figuras históricas nacionais, recordando a amizade de Portugal pelos seus aliados britânicos e as sucessivas traições por estes cometidas, ao longo do século XIX.

Já o ponto 2.3. nos remete para a relação entre história e literatura, um dos principais temas do projecto delineado por Teófilo Braga, concorrendo para o seu objectivo patriótico. A tal propósito, Rogério Puga não deixa de sublinhar que Braga adverte permanentemente o leitor de se encontrar face a um exercício de natureza ficcional, que, tal como o romance histórico, mistura de forma premeditada o maravilhoso e o real, bem como episódios históricos e lendários, que remetem sempre e de modo inevitável para as origens nacionais. (126) Concluimos, deste modo, que, através do seu

15. *Gomes Freire: Drama Histórico*. Porto: Livraria Chardron, 1907.

poema narrativo, Braga pretendeu transformar a ficção num repositório da história e de um passado mítico, tornando-a uma fonte de esperança e de ideais para uma nação desmoralizada e sem consciência, pretendendo através da mesma lançar um apelo patriótico aos portugueses. (127).

Sem nos querermos alongar acerca desta parte do estudo que é aqui objecto de recensão, gostaríamos, todavia, de mencionar a secção 2.4., na qual o autor alude à viagem com símbolo de honra e de aprendizagem, remetendo-nos a dado passo para o conceito de *Bildung* e para as semelhanças entre a viagem empreendida pelos paladinos lusos e o romance de formação, eivado como sempre de uma componente pedagógica e didáctica. (131-135, 148-149) Rogério Puga aproveita o ensejo para aludir às componentes de *DI* que se reportam à escrita de viagens, afirmando a dado passo que o poema consiste numa sequência de viagens interiores e pessoais em nome da cavalaria. (150) Nesta mesma secção do seu trabalho, o autor procede a um interessante apontamento em torno do diálogo interartes em *DI*, nomeadamente entre literatura, tapeçaria, música e pintura, aludindo à "(...) transposição intersemiótica de narrativas orais (...) cristalizadas em forma de paisagens artísticas visuais." (144) Rogério Puga cita neste passo de *Imagologia e Mitos Nacionais* o texto introdutório do próprio Teófilo Braga, que nunca deixaria de sublinhar "(...) o poder sugestivo e a expressão universalista da literatura e da arte em geral (...), repositórios por excelência da alma nacional e da nacionalidade", dotados de uma função unificadora das almas pelo sentimento e de uma missão social suprema. (145) Não poderíamos finalmente deixar de nos congratular pelo excelente capítulo (2.6.) inteiramente devotado ao estudo da recepção do poema em Portugal e no Brasil, entre 1902 e 1906. (158-164)

Correndo o risco de nos tornarmos excessivamente exaustivos e entediantes para o leitor, gostaríamos de finalizar, parafraseando mais uma vez o autor. Na verdade, tal como afirma Rogério Puga, as personagens de *DI* tornam-se, através de sucessivas representações literárias do episódio, heróis míticos, que ultrapassaram largamente a fama das figuras históricas de Álvaro Gonçalves Coutinho e de Álvaro Vaz de Almada, os paladinos lusos. Eles foram, desde há séculos, interiorizados e integrados no imaginário colectivo português, podendo ser considerados mitos fundacionais, recuperados por poetas,

como Bandarra, Camões, Padre António Vieira e Fernando Pessoa. Foram eles que, ao longo da nossa história, veicularam através dos seus escritos e das suas obras, temas, valores e ideais como: “A fundação gloriosa de um território sagrado, a antiguidade de um povo escolhido (milagre de Ourique, fundação de Lisboa por Ulisses), o destino grandioso e a missão universal (sebastianismo, Descobrimentos, Quinto Império), a homogeneidade e a superioridade moral (Doze de Inglaterra), bem como a ameaça e os inimigos externos (galo de Barcelos, padeira de Aljubarrota, Mouzinho de Albuquerque).” (51) Pela sua natureza híbrida, fruto do imaginário colectivo, misto de realidade e ficção, razão e emoção, fantasia e consciente, vieram a perdurar até ao presente, fornecendo em determinados contextos específicos a energia moral e social que permitiu, ao longo de séculos, ao povo português enfrentar inimigos externos, adversidades e catástrofes, mudanças sociais e políticas e desafios de vária ordem.

O trabalho realizado por Rogério Puga neste volume honra, sem qualquer dúvida, os Estudos Anglo-Portugueses, enquanto área científica e campo de investigação interdisciplinar. Julgamos por isso que os principais objectivos traçados pelo autor para este ensaio foram plenamente alcançados – proceder a uma análise do poema narrativo de Teófilo Braga e preencher um vazio no âmbito da área científica supramencionada, o da representação do episódio dos Doze na literatura portuguesa. Estão por isso de parabéns o autor, a quem auguramos e desejamos um brilhante futuro enquanto investigador e académico, e a editora Caleidoscópico, ao aceitar o desafio de publicar um trabalho que reputamos de grande qualidade.

ABSTRACTS

David Evans, Gabriela Gândara Terenas e Maria do Rosário Lupi Bello, “Wellington and Napoleon: British and Portuguese Portrayals on Page and Screen”

The primary aim of the present article is to analyse how the two opposing military leaders – Wellington and Napoleon – were portrayed in British and Portuguese novels and films. The article looks closely at the way British and Portuguese authors perceived the two major figures of the Peninsular War, whilst examining, on the other hand, the way they were depicted in the cinema, contributing in this way, it is hoped, towards the reconstitution of a period of particular importance in Anglo-Portuguese relations. The first part of the study presents an overview of the way the War has been portrayed in Literature and the Cinema and the second looks closely at the many ways such narratives have depicted these great adversaries, two of the most remarkable figures of the nineteenth century.

Miguel Dias, “About the Non-Reception of John Keats in Nineteenth-Century Portugal”

John Keats (1795-1821) is widely regarded as a main figure in the scope of English Romantic Literature. Although the poet lived a short life, the quality of his work has earned him a place in the literary cannon, alongside Lord Byron (1788-1824) and Percy Bysshe Shelley (1792-1822), within the second generation of English romantic poets. The reception of Keats in Portugal, however, took place long after the poet achieved literary recognition in England. There were virtually no references to the poet, either in published volumes or in the Portuguese press of the 19th century, and the first translation of one of his

poems was only published in 1915. The poet's famous odes, generally considered his most influential works, were only translated in 1960. This was followed by an increase in the number of published translations, as well as essays on Keats and his work. The reception of John Keats in Portugal was evidently dissimilar to the ones of Lord Byron and Walter Scott (1771-1832), two Anglo-Saxon romantics tremendously appreciated in the country since the early 19th century. The aim of this case study is, to the extent that is possible, to point out and to clarify the reasons that led to the late reception of this English romantic in Portugal. It is therefore important to draw a comparison between the receptions of Keats, Byron and Scott in the country, as well as to discuss the importance of the French cultural system in the mediation of English authors and works to Portugal during that period.

Rogério Miguel Puga, “Representing Macau after the Opium War: the Military Poem *The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao* (1842)”

In 1842, a British official anonymously published the first canto of poem *The Fair Chinese Maid; a Tale of Macao* (1842), written in Hong Kong, short after the end of the Opium War. The section of the ‘colonial’ text depicts Macau as an historical space of political tension(s) where East meets and confronts West. This paper analyses the imagery and cultural elements associated with the Portuguese and Chinese dimensions of Macau as a frontier-city throughout the poem.

Paulo de Oliveira Ramos, The “Prodigious Gallery”: Portugal and the South Kensington Museum.

Over a thirty year period, between 1862 and 1893, a group of Portuguese luminaries, among which José Silvestre Ribeiro, Sousa Holstein, Joaquim de Vasconcelos, Ricardo Guimarães (Viscount of Benalcanfôr), Jacinto António de Sousa, Avelino da Silva Guimarães and Francisco da Fonseca Benevides, alongside some of the towering figures in Portuguese literature, namely Ramalho Ortigão, Oliveira Martins and Fialho de Almeida, wrote on a common theme: the South Kensington Museum in London. The reasons leading up to the

creation of this museum, their views on its facilities and, chiefly, its collections, the idea of the travelling museum and the South Kensington Museum's influence in Europe and Portugal were some of the key topics that intersect in those texts.

John Clarke and José Baptista de Sousa, "Lord Holland's Portuguese Library"

The impressive collection of Portuguese books and manuscripts that Lord Holland collected throughout his long and rewarding life, is probably one of the strongest evidence of his affection to Portugal. The Portuguese section at the Holland House Library was often consulted by several celebrated authors like Robert Southey, John Adamson, *Morgado* de Mateus and perhaps even Almeida Garrett, the reputed founder of Portuguese Romanticism. This article contributes to the study of Lord Holland's Portuguese Library, from the perspective of the history of books and libraries, and also investigates the importance of this Library to the study and diffusion of Portuguese culture and literature in England in the first half of the nineteenth century.

Maria Leonor Machado de Sousa, "An English Poem by Fernando Pessoa/ Alexander Search"

Fernando Pessoa began his literary activity thinking of himself as a group of heteronyms endowed with different minds and tasks. With two exceptions, the first poets he created were English, which was undoubtedly due to this education in Dublin. Alexander Search was the poet who survived the longest and reveals the strongest influence of English literature. Amongst his texts there is the poem "Fragments of a poem called *The Old Castle*", unfinished and fragmentary like many of his works, one which seems not to have attracted any attention. However, it is perhaps the one that has the clearest roots in English literature. For Portuguese readers it has further interest, because it takes the most tragic battle in Portuguese history, to which it owes its title, as the central element of the story, giving it a place in the area of Anglo-Portuguese Studies, all the more important as it is the work of one of our greatest poets.

Miguel Alarcão, “‘Sou Inglesa! Sou Inglesa!': Memories of an Anglo-Portuguese Girl (1907-1930)”

Textualizing the memory(ies) of physical and cultural encounter(s) between Self and Other, travel literature/writing often combines subjectivity with documental information which may prove relevant to better assess mentalities, everyday life and the social history of any given ‘timeplace’. That is the case with *Growing up English. Memories of Portugal 1907-1930*, by D. J. Baylis (née Bucknall), prefaced by Peter Mollet as “(...) a remarkably vivid and well written observation of the times expressed with humour and not little ‘carinho’. In all they make excellent reading especially for those of us interested in the recent past.” (Baylis: 2)

João Paulo Ferreira, “The British Suffragist Movement in the Portuguese Press (1908-1919)”

This paper analyses nine articles, written in the Portuguese press between 1908 and 1919, which focus on the activities of the British suffragette movement. The articles are taken from four contemporary periodicals: *O Mundo*, *A Madrugada*, *A Mulher e a Criança* and *Alma Feminina*. The first was a Republican daily newspaper, whilst the others were newspapers or magazines whose main purpose was the defence of women’s rights. The last of the four contains articles which were translated from the magazine *Jus Suffragii* and are analysed in this paper. Concepts such as imagology, reception theory, representation, propaganda and the polysystem theory were employed in the analysis of the articles. As different as the tactics of the Portuguese and British feminists were, the writers of the articles tended to consider all feminists as part of a single community who strived to defend basic human rights for women. Although an admiration for the *suffragettes* and their violent tactics transpires from the articles (which contrasts with the more passive attitude of Portuguese women), most of the writers were dismayed by the repression inflicted by the Police and the Government upon the *suffragettes*. This was due to the fact that the United Kingdom was considered to be a country where the right of free speech was believed to be paramount. Hence,

some of the articles stress the biased attitudes of British institutions against the *suffragettes*.

Miguel Alarcão, “*And here’s to you, Mr. Robinson: Towards a History of the Anglo-Portuguese Cork Trade*”

In March 2010, while carrying out some research at the archives of the Portuguese Foreign Ministry, we came across, by sheer chance, with a few letters pertaining incidents from 1911. These documents, we believe, may be relevant to further studies on the industrial relationships between English employers and the Portuguese labour force in the cork trade soon after the Republican revolution (1910).

António Manuel Bernardo Lopes, “The Alliance is not our whole foreign policy”: Salazar’s Speeches and Notes About the Anglo-Portuguese Alliance and the Attitude of the Portuguese Government Towards Britain During the Spanish Civil War (September 1936-July 1937)

In an attempt to stem the escalation of the Spanish Civil War to other countries, France and Britain proposed the signing of a non-intervention agreement with other nations, including Germany, Italy, Portugal, and the Soviet Union, all of which had definite stakes in the outcome of the conflict. Compared with these other countries, Portugal’s involvement was more discreet, but by no means less critical. Taking into account its role in the war and the circumstances in which Salazar tried to stay ahead of the game, this study serves two objectives. The first one is to understand the ways in which Salazar assessed the role of Britain in the Non-Intervention Committee from September 1936 to July 1937, notably through his *Notes and Speeches* (2016). The second objective, still based on the same documents, is to examine how he depicted the Anglo-Portuguese relations and the Alliance in the first year of the Spanish Civil War, a period marked by the transition from a position of apparent neutrality and impartiality to a position where he openly champions the nationalist cause as the only way to stop the progress of communism in Europe. The tipping point was the attempt on his life on 4 July 1937. In his speech

at the national assembly two days later, he claims that he does not fear the hatred that his critics in Britain bare him and that Portugal, though still cherishing the Alliance, must be able to steer its own course and live up to its political principles.

Maria Zulmira Castanheira, “We Missed Caparica”: the Foreign as an Educational Experience in *The Young Traveller in Portugal* (1955)

In 1947, shortly after World War II, when major growth in tourism began, the London publisher Phoenix House launched an illustrated series titled «The Young Traveller Series». The first volume, set in South Africa, would be followed by another 40, targeting 12 to 16 year olds. The aim was to describe the way of life in several countries, exposing young readers to the diversity of the world and to linguistic and cultural differences. Avoiding the drier conventions of the travel book (in particular the profusion of objective, practical, utilitarian information), the series adopted an attractive and effective method of presenting the Other to an audience comprising children and young people, publishing narratives starring children and teenagers who go through the exciting experience of coming into contact with the most diverse regions of the globe. In 1955 a volume dedicated to Portugal was published: *The Young Traveller in Portugal*, by the journalist Honor Wyatt (1910-1998). A “book of fiction based on fact”, it is strongly autobiographical in tone, as it is the result of a journey to *Estado Novo* Portugal made by the author in 1953 together with her husband and two children, with the specific purpose of writing a book about this Iberian country. According to the principles of the series, the work relates a trip that from the beginning is intended as educational. Travelling along an alternative itinerary to those enshrined in travel guides, the English family escapes growing massification and instead seeks circuits that correspond to individual tastes and cultural interests. This article analyses how Portugal and the Portuguese are portrayed in this work for young British readers. Special attention is paid to the attitude of the protagonists towards the Portuguese Other and to the way the trip is presented as an experience that provides a comparison between the place of origin of the traveller and the country visited, with the consequent process

ABSTRACTS

of self-identification through differentiation. Getting away from the routine of everyday English life represents for the two younger characters a chance of adventure and personal challenge that has always been associated with travel. Furthermore, it is an opportunity to learn two important lessons: that Europe is not a homogeneous space, that it is, rather, made up of differences and specificities, and that the experience of the foreign can promote tolerance and understanding among peoples and cultures.

Publication Ethics and Publication Malpractice

The editor of the journal is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor may be guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may confer with other editors or reviewers in making this decision. The editor will at any time evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors. The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate. Unpublished materials disclosed in a submitted manuscript must not be used in an editor's own research without the express written consent of the author.

Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper. Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process. Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others except as authorized by the editor. Reviews should be conducted objectively. Personal criticism of the author is inappropriate. Referees should express their views clearly with supporting arguments. Reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. Any statement that an observation, derivation, or argument had been previously reported should be accompanied by the relevant citation.

A reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge. Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. Submitting the same manuscript to more than one journal concurrently constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable. Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication. All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.

